Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes

Programa de Pós-Graduação em Psicologia

COMPROMISSO SOCIAL DO PSICÓLOGO EM ARTIGOS PUBLICADOS EM PERIÓDICOS CIENTÍFICOS NO BRASIL

Keyla Mafalda de Oliveira Amorim

Natal

2010

Keyla Mafalda de Oliveira Amorim

COMPROMISSO SOCIAL DO PSICÓLOGO EM ARTIGOS PUBLICADOS EM PERIÓDICOS CIENTÍFICOS NO BRASIL

Dissertação de mestrado elaborada sob orientação do Prof. Dr. Oswaldo H. Yamamoto e apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito parcial à obtenção de título de Mestre em Psicologia.

Natal

2010

Catalogação da Publicação na Fonte.
Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA).

Amorim, Keyla Mafalda de Oliveira.
Compromisso social do psicólogo em artigos publicados em periódicos científicos no Brasil / Keyla Mafalda de Oliveira Amorim. – 2010.
265 f.: il. -

Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Natal, 2010.
Orientador: Prof. Dr. Oswaldo Hajime Yamamoto.

1. Psicologia - História. 2. Psicólogos. 3. Periódicos científicos - Brasil. I. Yamamoto, Oswaldo Hajime. II. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. III. Título.

RN/BSE-CCHLA CDU 159.9:050

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes

Programa de Pós-Graduação em Psicologia

A dissertação "COMPROMISSO SOCIAL DO PSICÓLOGO EM ARTIGOS PUBLICADOS EM PERIÓDICOS CIENTÍFICOS NO BRASIL", elaborada por Keyla Mafalda de Oliveira Amorim, foi considerada aprovada por todos os membros da Banca Examinadora e aceita pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia, como requisito parcial à obtenção de título de MESTRE EM PSICOLOGIA.

Natal, RN, 01 de Setembro de 2010

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Oswaldo H. Yamamoto (presidente da banca) _____

Prof. Dr. Antonio Virgílio B. Bastos (examinador externo) _____

Prof.ª Dr.ª Isabel M. F. Fernandes de Oliveira (examinadora interna) _____

Não se trata de abandonar a Psicologia; trata-se de colocar o saber psicológico a serviço da construção de uma sociedade em que o bem estar dos menos não se faça sobre o mal estar dos mais, em que a realização de alguns não requeira a negação dos outros, em que o interesse de poucos não exija a desumanização de todos.

MARTÍN-BARÓ (1997)

Todo ato social, portanto, surge de uma decisão entre alternativas acerca de posições teleológicas futuras.

LUKÁCS (1978)

Aos que não se acostumam.

Agradecimentos

Minhas pessoas,

É muito difícil escrever isto! Ainda mais que são tantas personalidades, cheinhas de importância para mim e para a feitura deste escrito... Agradeço a vocês por encherem meu currículo afetivo-pessoal de entrelinhas!

Prof. Oswaldo H. Yamamoto, sua simplicidade espantou metade de meu embaraço por sempre me achar falando besteira; por teimosia, mantenho a outra metade. Em toda orientação ou em quaisquer dois minutinhos contigo, eu sempre anotava meio metro de dizeres, a fim de assimilar tão mais sabedoria possível. Chefe, eu agradeço a oportunidade para realizar esta e demais pesquisas. Aprendo contigo em cada estar junto.

Prof.ª Isabel Fernandes de Oliveira, eu demoraria escrevendo-lhe um tanto, pelo que resumo num lugar-comum: *sabia que quero ser como você quando eu crescer?* Agradeço imensamente a possibilidade de trocar ideias sobre nossas inquietações e orgulho-me por você ler meus escritos.

Prof. Antonio Virgílio Bittencourt Bastos, até então, tenho conversado com seus escritos; mui me agrada poder dialogar contigo na defesa. Desde já, agradeço sua atenção para com meu estudo e a disponibilidade para vir a Natal.

Prof. José Pinheiro, carinhosamente, Zé, você é um de meus mestres. De nossas raras conversas, mui acatei-acato-acatarei sugestões; não posso deixar de atribuir a você minhas paragens na *Estudos de Psicologia (Natal)*, que agravou meus feitios de como pensar a ciência. Agradeço, também, ao Prof. Jorge Falcão, leitor de minha dissertação nos tempos em que ainda era projeto; e à Prof.ª Lívia Borges, pela prontidão com que respondeu minhas mensagens.

Cilene, eu agradeço a sua disponibilidade para resolver todos os contratempos que aparecem no Programa e a presteza durante as muitas conferências-e-mais-conferências de pontuação de currículo de alunos para seleção de bolsistas.

E por falar em bolsas, agradeço às agências: CAPES, pela concessão de bolsa de mestrado, e CNPq, pelo fomento dos projetos em que participei no Grupo de Pesquisas Marxismo & Educação (GPM&E).

Agradeço imensamente a todos que participaram das *orientações coletivas* no GPM&E; todos os integrantes do grupo! Sem vocês talvez eu nem pesquisasse... Só de bolsistas e voluntários que contribuíram para esta pesquisa, daria um capítulo a mais nesta dissertação! Joy, Fefa, Dessa, Lua, Diogo, MaLu, Nivia e Vanessa, que seria de meu estudo dos estudos da profissão sem vocês? Dri, eu agradeço especialmente a você pela minha trajetória em pesquisa na base; Candida Maria e Ilana, eu devo a vocês muitas de minhas discussões sobre políticas sociais; Pablo, eu agradeço suas muitas provocações em torno do meu objeto de pesquisa.

NaLu, expressar toda a gratidão que sinto por você não cabe em três linhas. Você contribuiu imensamente para o percurso de pesquisa que tenho traçado. Devo a você minhas aventuras pelo mundo da comunicação científica.

Léo, meu índio-professor, contigo vivi, vivo, viverei a doçura dos passos fabulosos do mundo da *Amélie*. Ainda vamos produzir muita movimentação juntos!

Minhas meninas Clari e Kalliny (a leveza e a tranquilidade se fazem em vocês); Candida [Maldita] (minha caçula serelepe); Ana Vládia (ensina-me a cada dia o que é movimento); Martha e Shyrley (minhas meninas de Aju); Alda e [Rachel] DeGóes (minhas meninas pragmáticas); TatiMin (minha doçura de abraço); Diniz (meu título de capitalização preferido); e Belzinha (minha menina contra-hegemônica); é um prazer viver com vocês. Reconheço-lhes flores!

Meu grupo, Angel, Dri [sim, de novo!], Hannia, Kari, Cristal e Nayra, seria impensável mensurar a importância de vocês na minha vida. Agradeço-lhes por [mesmo que distante] estarem junto.

Agradeço, ainda, às conversas inquietantes com meu povo de todas as tribos; meu povo da rua; meu povo do mundo afora; meu povo da diferença; meu povo da ajuda-mútua: Clóvis, Wall, Barbaridade [Raquel], Sol, Félix, Vitão, Vitor [Galado], Maíra, Adriano, Fabio, Kamilinha, André, Dudu, Mattos, Karine, Rafa [Insano] e Valentini.

Meu encanto-maligno, Rafa, eu agradeço a sua campanha *termina! termina!* Funcionou! Nosso tempo tem me feito assimilar sua astúcia mirabolante para investigar, pelo que antevejo em ti um pesquisador de descobertas futurísticas. Meu Mal, que tanto bem me faz, tu és minha travessura preferida.

Às pessoas de minha origem – especialmente a minha mãe, Dona Deta [a Dona Maria das Tapiocas], figura mais figurativa dos desenhos animados de todos os tempos, acompanhada de Seu Juracy, meus irmãos Anderson e Fernanda e minha tia Ceiça – agradeço a paciência de me terem em casa e a campanha *vai dar tudo certo*.

Meu povo, eu sei que ainda hei de agradecer a tanta gente! Que se você está lendo esta dita-cuja ainda quente, creia: fizeste ciranda para minha saia eu rodar!

Sumário

Lista de Figuras xii
Lista de Tabelas xiv
Lista de Siglas xviii
Resumo xx
Abstract xxi
Apresentação 22
1. Profissão de psicólogo no Brasil 28
1.1. O modelo hegemônico da prática profissional do psicólogo no Brasil 28
1.2. Contradições da prática profissional do psicólogo 32
1.3. Estudos de avaliação da profissão e mudança de rota nos rumos da Psicologia brasileira 34
1.4. Inserção profissional do psicólogo nas políticas sociais 41
1.5. Compromisso social do psicólogo como trajetória para o projeto político da profissão 45
1.5.1. Da função social do psicólogo 47
1.5.2. Compromisso social do psicólogo na literatura de Psicologia 48
1.5.3. Dimensões do compromisso social do psicólogo 54
1.5.4. As entidades de representação como protagonistas do compromisso social do psicólogo 62
1.5.5. O compromisso do psicólogo com a emancipação humana. 67
2. Psicologia e comunicação científica 70
2.1. Algumas considerações acerca da Ciência da Informação 70
2.2. Comunicação científica: algumas características 73
2.2.1. O privilégio das publicações periódicas na comunicação científica 73
2.2.2. Incremento tecnológico e comunicação científica 74
2.2.3. O uso de bases de dados 76
2.3. Apontamentos sobre a produção científica no Brasil 77

2.3.1. Volume e expansão da produção científica no Brasil e no mundo 81
2.3.2. Avaliação de publicações seriadas no Brasil 84
2.4. Produção científica em Psicologia no Brasil 85
2.4.1. Periódicos científicos e volume de publicações em Psicologia no Brasil 85
2.4.2. O destaque da pós-graduação na comunicação científica em Psicologia 87
2.4.3. Difusão do conhecimento em Psicologia no Brasil: a contribuição da BVS-Psi 88
2.4.4. Estudos sobre a produção científica em Psicologia no Brasil 89
3. Objetivos e estratégia metodológica 96
3.1. Objetivos 96
3.2. Materiais e procedimentos 96
3.2.1. Da primeira etapa: recuperação e sistematização de documentos sobre profissão de psicólogo 98
3.2.2. Da segunda etapa: seleção de artigos sobre compromisso social do psicólogo 103
3.2.3. Da análise de artigos sobre compromisso social do psicólogo 106
4. Compromisso social do psicólogo em artigos publicados em periódicos científicos no Brasil 115
4.1. Eixo de análise cientométrica 116
4.1.1 Características gerais dos artigos sobre compromisso social do psicólogo 117
4.1.2 Análise de autoria dos artigos sobre compromisso social do psicólogo 140
4.1.3 Veículos de publicação dos artigos sobre compromisso social do psicólogo 153
4.2. Eixo de análise temática 162
4.2.1 Conceitos de compromisso social do psicólogo 162
4.2.2. Atores socialmente comprometidos 185

4.2.3 Dimensões do compromisso social do psicólogo 205

5. Compromisso social do psicólogo na literatura especializada: apontamentos para um projeto ético-político-profissional 232

6. Referências 239

Apêndices 260

Lista de figuras

Figura		Página
1	Síntese da estratégia metodológica da primeira etapa de recuperação de informações sobre a profissão de psicólogo	99
2	Série histórica da distribuição acumulada de artigos sobre compromisso social do psicólogo publicados em periódicos científicos no Brasil	117
3	Série histórica da distribuição acumulada de artigos sobre profissão de psicólogo e de sua parcela referente ao compromisso social, publicados em periódicos científicos no Brasil	120
4	Série histórica da distribuição dos artigos sobre compromisso social do psicólogo publicados em periódicos científicos no Brasil, por subáreas da Psicologia.	120
5	Série histórica da distribuição dos artigos sobre compromisso social do psicólogo publicados em periódicos científicos no Brasil, por natureza do estudo	126
6	Série histórica dos estratos de avaliação Qualis dos periódicos científicos com publicação sobre compromisso social do psicólogo (2000-2007)	158
7	Classificação Qualis (2009) dos periódicos científicos com publicação sobre compromisso social do psicólogo	159
8	Síntese de resultados do eixo cientométrico sobre a literatura científica sobre compromisso social do psicólogo	161
9	Distribuição da ocorrência de conceitos do compromisso social do psicólogo por década de publicação de artigos publicados em periódicos científicos no Brasil	167
10	Distribuição do conceito de compromisso social do psicólogo por subáreas da Psicologia nos artigos publicados em periódicos científicos	168

11	Distribuição dos objetivos de uma prática socialmente comprometida por década de publicação de artigos publicados em periódicos científicos no Brasil	185
12	Distribuição das dimensões do compromisso social do psicólogo por década de publicação dos artigos em periódicos científicos no Brasil	207
13	Distribuição das dimensões do compromisso social do psicólogo por subáreas da Psicologia em artigos publicados em periódicos científicos no Brasil	209
14	Distribuição das dimensões do compromisso social do psicólogo por natureza dos estudos publicados em periódicos científicos no Brasil	213
15	Proximidade indicativa de coocorrência das dimensões do compromisso social do psicólogo por segmentos textuais, em artigos publicados em periódicos científicos no Brasil.	224
16	Proximidade indicativa de coocorrência das dimensões do compromisso social do psicólogo por segmentos textuais, em artigos publicados em periódicos científicos no Brasil	225
17	Síntese de resultados do eixo temático sobre a literatura científica sobre compromisso social do psicólogo	226

Lista de tabelas

Tabela		Página
1	Síntese de indicadores do compromisso social do psicólogo utilizados como critério de corte temático, por resumo e por texto completo	104
2	Síntese de unidades de análise do eixo cientométrico	108
3	Síntese de unidades de análise do eixo temático	111
4	Tipo de instituição e natureza jurídica das instituições de origem dos artigos sobre compromisso social do psicólogo publicados em periódicos científicos no Brasil	128
5	Distribuição geográfica das instituições de origem dos artigos sobre compromisso social do psicólogo publicados em periódicos científicos no Brasil	130
6	Número de artigos sobre compromisso social do psicólogo por instituições com mais de uma publicação sobre o tema	132
7	Temas dos artigos sobre compromisso social do psicólogo publicados em periódicos científicos no Brasil	133
8	Palavras-chave dos artigos sobre compromisso social do psicólogo publicados em periódicos científicos no Brasil	134
9	Características dos estudos teóricos sobre compromisso social do psicólogo publicados em periódicos científicos no Brasil	136
10	Características dos relatos de pesquisa sobre compromisso social do psicólogo publicados em periódicos científicos no Brasil	138
11	Características dos relatos de experiência sobre compromisso social do psicólogo publicados em periódicos científicos no Brasil	139
12	Número de autores principais com artigos sobre profissão e compromisso social do psicólogo publicados em periódicos científicos no Brasil	141

13	Tipo de autoria dos artigos sobre compromisso social do psicólogo publicados em periódicos científicos no Brasil	142
14	Sexo dos autores principais dos artigos sobre compromisso social do psicólogo publicados em periódicos científicos no Brasil	143
15	Nível de titulação mais elevado, na época da publicação e atualmente, dos autores principais dos artigos sobre compromisso social do psicólogo publicados em periódicos científicos no Brasil	145
16	Áreas do conhecimento, na época da publicação e atualmente, às quais se dedicam os autores principais dos artigos sobre compromisso social do psicólogo publicados em periódicos científicos no Brasil	146
17	Características das instituições de vínculo atuais dos autores principais de artigos sobre compromisso social do psicólogo publicados em periódicos científicos no Brasil	147
18	Cargo dos autores principais, à época da publicação, dos artigos sobre compromisso social do psicólogo publicados em periódicos científicos no Brasil	148
19	Distribuição geográfica das instituições às quais atualmente se vinculam autores principais de artigos sobre compromisso social do psicólogo publicados em periódicos científicos no Brasil	149
20	Nível de bolsa de produtividade em pesquisa do CNPq (em 2010) dos autores principais de artigos sobre compromisso social do psicólogo publicados em periódicos científicos no Brasil	151
21	Participação atual em Programas de pós-graduação stricto sensu, na condição de orientador, dos autores principais de artigos sobre compromisso social do psicólogo publicados em periódicos científicos no Brasil	152
22	Periódicos científicos no Brasil com publicações de artigos sobre o compromisso social do psicólogo	154

23	Tipo de instituição editora dos periódicos científicos no Brasil com publicações de artigos sobre o compromisso social do psicólogo	156
24	Frequência de conceitos do compromisso social do psicólogo evidenciados em artigos publicados em periódicos científicos no Brasil	165
25	Compromisso social do psicólogo definido pela consideração da realidade social na prática profissional	171
26	Compromisso social do psicólogo definido pela preocupação em responder às necessidades da maioria das pessoas	173
27	Compromisso social do psicólogo definido pela intenção de contribuir para uma transformação social	176
28	Compromisso social do psicólogo significa refletir sobre o posicionamento político assumido pelos profissionais	178
29	Compromisso social do psicólogo definido pela preocupação com a Saúde Pública e com a promoção de saúde	179
30	Compromisso social do psicólogo é cuidar das pessoas e proporcionar-lhes bem-estar	183
31	Número de artigos sobre o compromisso social do psicólogo, publicados em periódicos científicos no Brasil, com menção aos responsáveis pelos objetivos de uma prática socialmente comprometida por década	186
32	Psicólogos são referidos como atores de atuações socialmente comprometidas	188
33	Psicólogos em diversas subáreas são referidos como responsáveis por práticas socialmente comprometidas	190
34	A Psicologia é elencada como responsável por práticas socialmente comprometidas	191
35	O psicólogo é apontado como um dos profissionais socialmente comprometidos	194
36	Parceria do psicólogo com demais atores sociais possibilita ações socialmente comprometidas	196
37	Atores sociais diversos, em conjunto, são responsáveis pelo	198

	cumprimento de intervenções socialmente comprometidas	
38	A academia é responsável pelo compromisso social do psicólogo	200
39	As entidades representativas da profissão são atores responsáveis pelo compromisso social do psicólogo	203
40	Expressão das dimensões do compromisso social do psicólogo em artigos publicados em periódicos científicos no Brasil	205
41	Dimensões do compromisso social do psicólogo: expansão	215
42	Dimensões do compromisso social do psicólogo: renovação	216
43	Dimensões do compromisso social do psicólogo: orientação teórica	218
44	Dimensões do compromisso social do psicólogo: competência técnica	220
45	Dimensões do compromisso social do psicólogo: direção política	221
46	Descrição dos artigos publicados em periódicos científicos no Brasil que contemplam todas as dimensões do compromisso social do psicólogo	222
47	Ocorrência simultânea de dimensões do compromisso social do psicólogo em artigos publicados em periódicos científicos no Brasil	226
A1	Artigos sobre compromisso social do psicólogo, publicados em periódicos científicos no Brasil e sua descrição por ano, subárea da Psicologia e natureza do estudo	261
B1	Objetivos do psicólogo ao realizar práticas socialmente comprometidas (presentes em mais de 10 artigos).	263
B2	Objetivos do psicólogo ao realizar práticas socialmente comprometidas (presentes em sete ou oito artigos).	264
B3	Objetivos do psicólogo ao realizar práticas socialmente comprometidas (presentes em até cinco artigos).	265

Lista de siglas

ABECiP	Associação Brasileira de Editores Científicos em Psicologia
ABEP	Associação Brasileira de Ensino de Psicologia
ABOP	Associação Brasileira de Orientadores Profissionais
ABRAPEE	Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional
ABRAPSO	Associação Brasileira de Psicologia Social
ABRAPSOSUL	Associação Brasileira de Psicologia Social, Regional Sul
AIDS	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
ANPEPP	Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia
APA	*American Psychological Association*
BIREME	Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde
BVS-Psi	Biblioteca Virtual em Saúde – Psicologia
BVS-ULAPSI	Biblioteca Virtual da União Latino-Americana de Entidades de Psicologia
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCN	Catálogo Coletivo Nacional
CFP	Conselho Federal de Psicologia
CGEE	Centro de Gestão e Estudos Estratégicos
CNP	Congresso Nacional de Psicologia
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COMUT	Programa de Comutação Bibliográfica
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREPOP	Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas
CRP	Conselho Regional de Psicologia
CRP-06	Conselho Regional de Psicologia, Regional São Paulo
DEDALUS	Catálogo Global online
DGP	Diretório de Grupos de Pesquisa no Brasil
FAP	Fundação de Amparo/Apoio à Pesquisa
FAPESP	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
GPM&E	Grupo de Pesquisas Marxismo & Educação

IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
IES	Instituição de Ensino Superior
IPUSP	Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo
ISI	*Institute for Scientific Information*
ISOP	Instituto de Seleção e Orientação Profissional
ISSN	*International Standard Serial Number*
LILACS	Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde
MEDLINE	*Medical Literature Analysis and Retrieval System Online*
NASF	Núcleo de Apoio à Saúde da Família
PePSIC	Periódicos Eletrônicos em Psicologia
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PSICODOC	*Base de Datos de la Psicología*
QDA Miner	*Qualitative Data Analysis Miner*
Redalyc	*Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal*
SBP	Sociedade Brasileira de Psicologia
SciELO	*Scientific Electronic Library Online*
SIBi/USP	Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade de São Paulo
SPSS	*Statistical Package for the Social Sciences*
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
USP	Universidade de São Paulo

Resumo

Uma análise de conjunto da produção científica sobre compromisso social do psicólogo pode auxiliar a constituição histórica sobre o tema e subsidiar reflexões acerca dos rumos dessa profissão no Brasil. A fim de contribuir para esse debate, o tema compromisso social do psicólogo foi analisado na literatura científica sobre a profissão de psicólogo no país. Especificamente, caracterizou-se artigos científicos sobre a profissão, que mencionam o tema compromisso social; e analisou-se como esse assunto é abordado nos documentos investigados. Para isso, realizou-se duas etapas de pesquisa: primeiro, numa busca sistemática de literatura científica em bases de dados na *internet*, recolheu-se estudos sobre a profissão de psicólogo no país; na segunda etapa, selecionou-se artigos científicos relacionados a compromisso social nos títulos, nos resumos ou nas palavras-chave. Recuperou-se 61 artigos, que foram organizados em bancos eletrônicos e analisados na íntegra, com base em dois eixos: cientométrico e temático. Identificou-se que os artigos, em geral, são recentes, de caráter teórico, alinhados a diversas subáreas da Psicologia; produzidos em universidades públicas, no Sudeste do país; de interesse conjuntural nos projetos de pesquisa dos autores, publicados individualmente, por professores vinculados à pós-graduação; veiculados em periódicos em acesso aberto, com elevada avaliação Qualis. Verificou-se que não há consenso acerca do significado do tema; prevalecendo definições concernentes à compreensão da realidade social, à consideração das necessidades da maioria das pessoas, ou a uma atuação progressista. São citados como atores comprometidos: o psicólogo (por vezes, em conjunto com outros profissionais ou o público-alvo); a academia; e as entidades representativas da profissão. A depender das subáreas e da natureza dos estudos, todos os artigos mencionam pelo menos um dos critérios, por vezes relacionados entre si: expansão do público-alvo, renovação das práticas, direção política, aporte teórico definido, ou adequada competência técnica. Em síntese, compromisso social do psicólogo é um tema contraditório, que tem merecido destaque na literatura científica, reiterando a prática histórica de avaliação da profissão de psicólogo. Considera-se, a partir deste estudo, indispensável aprofundar as reflexões sobre o lugar que o psicólogo ocupa numa sociedade divida em classes, e os limites e possibilidades de sua atuação nessa conjuntura.

Palavras-chave: Psicologia; produção científica; atuação do psicólogo.

Abstract

Psychologist's social commitment in scientific articles published in scientific papers in Brazil. A situation analysis of the scientific production concerning *psychologist's social commitment* can aid the historical constitution of this theme and also subsidize reflections about the course of this profession in Brazil. In order to contribute to this debate, the theme *social commitment of psychologist* was analyzed in the scientific literature concerning psychologist profession in the country. Specifically, papers about the profession that mentioned the theme *social commitment* were characterized and their approach of this matter was analyzed. In order to accomplish these goals, two research stages were fulfilled: first, in a systematic search for scientific literature in internet databases, studies about the psychologist profession in the country were gathered; in the second stage, scientific papers relating to *social commitment* in their titles, abstracts or keywords were selected. 61 papers were retrieved, organized in electronic database and full-text analyzed, based in two axis: scientometric and thematic. The papers were identified, in general, as recent, of theoretic character and aligned with several Psychology subareas; mainly produced in public universities, in country's southwest; were of conjunctural interest to the authors' research projects, individually published, by professors in touch with post-graduation; published in open access journals, with high Qualis evaluation. It was verified that there is no consensus on the meaning of the theme, prevailing definitions concerning the understanding of the social reality, to the majority of people or to a progressive-aligned professional performance. Are adduced as committed agents: the psychologist (sometimes together with other kinds of professionals or with users), the academia, and the representative entities of the profession. Depending on the subareas and the nature of study, all papers mentioned at least one of the following criteria: expansion of target-audience, renewal of practices, political direction, defined theoretical approach or adequate technical competence, sometimes relating each other. In short, psychologist's social commitment is a contradictory issue which have earned projection in scientific literature, reiterating the historical custom of evaluate the psychologist profession. As conclusion, it is regarded as indispensable to intensify the reflection about the role whose psychologist plays in a class-cleaved society and the limits and potentials of his performing in that framework.

Keywords: Psychology; scientific production; psychologist's performance.

Apresentação

Tendo realizado esta pesquisa, e satisfeita por apresentá-la a você, caro leitor, esclareço, antecipadamente, os objetivos que com ela intentei atingir, na tentativa (jamais inócua) de evitar dúvidas sobre o que estamos dialogando. O norte de minha pesquisa foi a investigação de artigos sobre o compromisso social do psicólogo, publicados em periódicos científicos no Brasil. Este foco é marcado por meus enfrentamentos corriqueiros em busca do conhecimento sobre dois temas, a saber: profissão de psicólogo e produção científica – cuja revisão da literatura findou nos capítulos de fundamentação teórica apresentados mais adiante.

A minha aproximação a ambos os temas de estudo ocorreu junto ao Grupo de Pesquisas Marxismo & Educação (GPM&E). As minhas perguntas sobre a profissão de psicólogo, suas características, suas condições de funcionamento, suas respostas para o público com o qual atua, foram gestadas em meu percurso nesse grupo, na condição de bolsista de iniciação científica, quando acompanhei estudos referentes à linha de pesquisa *Políticas sociais e prática do psicólogo*. Óbvio que esse mote trouxe implicações para meu modo de pensar a Psicologia e de fazer pesquisa. Uma pergunta que poderia resumir as indagações comuns ao nosso grupo seria: *o que os psicólogos fazem?*, que nos remete a: *que Psicologia nós estamos fazendo?* Na realidade, a pergunta primeira que tentamos responder se traduz em: *que rumos nós estamos dando à profissão de psicólogo?* Buscamos constituir a história de uma Psicologia que está sendo realizada.

Foi junto ao grupo que tive a oportunidade de acompanhar algumas pesquisas paralelas ao mote central de discussão (profissão de psicólogo). Esses estudos diziam respeito à produção científica em Psicologia no Brasil, tema que assumi prontamente durante minha trajetória como bolsista de iniciação científica. Na realidade, foi a essas

investigações que eu mais me dediquei. As minhas perguntas de pesquisa sobre esse tema são muitas e resta outro tanto para eu seja capaz de responder uma fração delas. A maioria gira em torno de conhecer *quem*, *quando, como*, produz *o quê*. As discussões sobre produção científica em Psicologia – já não tão raras, mas ainda incomuns nos estudos acadêmicos da área – possibilitou meu diálogo com outros campos do saber, tomando a Psicologia como objeto de estudo em vez de assumir os objetos por essa estudados. Nessa incursão, foi proveitoso situar-me sobre as questões que transcorrem em outros campos do conhecimento, que, lhes revelo, são-me essenciais. Situo, principalmente, os estudos em *Ciência da Informação*, com os quais me fio em leitura tal como se fosse *Gabriel García Márquez*.

Desta feita, minha intenção neste trabalho, desde o início, foi juntar esses dois temas: profissão e produção, pelo que me detive em um aspecto da profissão que pudesse ser discutido por meio da produção científica na área. Ainda que oportuno, não foi fácil escolher o tema para meu estudo. Isso porque minha expectativa era que eu tomasse um assunto cujo debate fosse corrente ao campo da Psicologia e que estivesse entrelaçado com minhas inquietações diante da realidade social desigual, com a qual, muito a contragosto, tenho me acostumado a viver.

Compromisso social do psicólogo calhou bem na problemática que eu pretendi discutir. Sua importância nas discussões atuais assinala tempos de mudança na história da Psicologia, impondo reflexões sobre o percurso que estamos traçando. Um bom exemplo dessas mudanças tem sido a inserção de mais psicólogos no campo da política social – para citar somente o campo de estudo presente na maioria das investigações do GPM&E. Muito embora as leituras que fiz e sintetizei neste estudo indiquem que compromisso social do psicólogo não seja mudar somente o local de atuação ou o público atendido, ilustro o significativo aumento do número desses profissionais no

campo das políticas sociais no estado do Rio Grande do Norte (41%) (Seixas, 2009), bem como nos setores que mais se responsabilizam pelo planejamento e pela execução de tais políticas em todo o país: setor público (40,3%) e "Terceiro Setor" (24,4%) (Macêdo, Heloani, & Cassiolato, 2010).

Quando burilei a possibilidade de um estudo sobre compromisso social do psicólogo, as minhas indagações voltavam-se à atuação do psicólogo em prol de mudanças nas condições de vida das pessoas, tema que assevera corrente adjetivação ao psicólogo como agente de transformação social. Percebo que psicólogos têm apontado algumas respostas para determinados fenômenos sociais: diante de pobreza, buscam um mínimo de acesso das pessoas para abrandá-la; em meio à violência, atuam na consolidação do apoio aos que dela sofreram; do confronto às desigualdades sociais resultam propostas de atividades por emprego e renda. Amenizam. Dentro dos limites de atuação profissional, os psicólogos desenvolvem práticas para *apaziguar as tensões* provocadas pela desigualdade social, que atinge a população brasileira, constituída, em sua maioria, por pessoas na classe subalterna. E nem se pode dizer que isso seja pouco!

A ocorrência de todas essas mudanças provoca-me inquietações que resolvi agrupar em uma mesma pesquisa, na qual pergunto: que reflexões têm sido feitas pelos psicólogos sobre suas práticas socialmente comprometidas? Ou, especificamente, o que é divulgado em estudos acadêmico-científicos em Psicologia, sob o formato de artigos publicados em periódicos científicos, sobre as práticas socialmente comprometidas que os psicólogos realizam ou afirmam realizar em sua atuação profissional?

Minha pergunta de partida implicou, necessariamente, uma pesquisa documental (que detalho no terceiro capítulo deste escrito), tomando por base a premissa de que estudos sobre produção científica de uma área de conhecimento permitem convencionar os acontecimentos dessa área. Numa pergunta talvez despretensiosa, ou por curiosidade,

o leitor poderia me perguntar: “mas por que uma pesquisa documental sobre a prática do psicólogo?”. Se a dimensão que optei estudar nesse trabalho é o exercício da profissão, seus campos de inserção e trabalho, algo que em aparência se apresenta tão sensível aos olhos de quem o observa, o que pretende, então, uma pesquisa que se arrisca a lidar estritamente com escritos?

Respondo que o compromisso social do psicólogo tem sido um tema endossado por vários canais de comunicação no coletivo de profissionais e na comunidade científica. Os debates em torno desse tema circulam em divulgações realizadas pelos órgãos de várias instâncias que representam a categoria profissional, prevalece nas comunicações em eventos profissionais e científicos, está em moda dos discursos de profissionais que atuam diretamente com as pessoas. Mas é, eminentemente, nas produções da comunidade científica que se podem encontrar reflexões sistematizadas sobre o tema. É assim que o compromisso social do psicólogo é também contado em estudos teóricos, relatos de experiência profissional e relatos de pesquisa sobre a profissão. Portanto, não se pode esquecer que muito do debate sobre compromisso social do psicólogo conforma escritos que, se analisados em conjunto, podem fundamentar um projeto ético-político-profissional dos psicólogos.

Desta feita, as questões que norteiam minha pesquisa podem ser assim reelaboradas: 1) quais são os artigos em periódicos científicos produzidos no país em que se discute o compromisso social do psicólogo?; 2) de que modo o compromisso social do psicólogo tem sido abordado na literatura especializada da Psicologia no Brasil?

Na composição deste escrito, a revisão teórica que subsidiou meu estudo, como dito anteriormente, findou na elaboração de dois capítulos. O primeiro eu intitulei *Profissão de psicólogo no Brasil*. Minha linha de raciocínio neste capítulo parte da ideia

de que a prática social do psicólogo é histórica e, por isso, nem sempre teve as feições que conhecemos hoje. A intenção, então, foi contar um pouco do percurso da profissão desde a sua regulamentação no Brasil. Assinalo algumas marcas que denotam os moldes pelos quais os psicólogos hegemonicamente exerceram (e exercem) a profissão, registro transformações que foram importantes para a mudança de rota no exercício profissional do psicólogo, e sintetizo alguns estudos sobre compromisso social.

No segundo capítulo teórico, que nomeei *Psicologia e comunicação científica*, sintetizei alguns estudos que indicam o préstimo que a Ciência da Informação nos dota para discutir produção científica, situei algumas características da comunicação científica – especialmente o privilégio que o periódico científico assume como veículo de publicação – e da produção de conhecimento no Brasil, com destaque para os estudos sobre publicação científica da área da Psicologia.

As discussões teóricas que substanciam o debate proposto serviram ao planejamento e à execução de minha pesquisa documental, com objetivo e estratégia metodológica detalhados no terceiro capítulo.

É lícito esclarecer que meu estudo ocorreu vinculado à pesquisa *Historiografia da produção sobre a profissão de psicólogo no Brasil* (realizada no âmbito do GPM&E e fomentada pelo CNPq) da qual participei e cuja execução equivaleu a uma das etapas de coleta de informações do presente estudo.

Por fim, as análises que realizei a partir do estudo dos artigos sobre compromisso social do psicólogo resultou nas discussões apresentadas no capítulo 4: *Compromisso social do psicólogo em artigos publicados em periódicos científicos no Brasil*. Dividi esse capítulo em duas partes, que se referem aos eixos de análise, nos quais exercitei um diálogo constante entre os achados de pesquisa, os fundamentos teóricos e minhas reflexões sobre o tema. O primeiro é o eixo de análise cientométrica,

no qual apresento resultados referentes às características dos artigos analisados. Constam informações gerais sobre os documentos, seus autores e os periódicos nos quais foram publicados. A segunda parte é composta por análises sobre os conceitos do compromisso social do psicólogo, os atores sociais corresponsáveis por práticas socialmente comprometidas e as dimensões do compromisso social. Advirto que nessa parte exemplifiquei as categorias analisadas com segmentos textuais transcritos dos artigos estudados, que estão fiéis ao original, com exceção de correções tipográficas ou ortográficas. Fiz algumas considerações finais sobre os achados numa síntese elaborada no último capítulo: *Compromisso social do psicólogo na literatura especializada: apontamentos para um projeto ético-político-profissional*.

Nesta conversa inicial, adiantei-me escrevendo em primeira pessoa. Sem sustos, advirto que o relato de minha pesquisa, por contingências acadêmicas, dar-se-á, daqui para frente, em escrita impessoal. Comunico, também, que utilizei as normas do novo acordo ortográfico, e que as referências foram citadas e listadas conforme sexta edição do manual do estilo da *American Psychological Association* (APA, 2010). A seguir, apresento meus dois eixos de fundamentação teórica. Ao meu leitor, uma leitura aprazível!

1. Profissão de psicólogo no Brasil

A situação da profissão de psicólogo no Brasil nos dias atuais reflete sua história em sociedade. Nesta seção, serão desenvolvidos os temas principais para apreciar os determinantes dessa história. De início, retoma-se o modelo hegemônico da prática profissional do psicólogo no Brasil e suas contradições; sinaliza-se a existência de estudos sobre a profissão empreendidos desde antes de sua regulamentação; e reflete-se sobre algumas mudanças de rota nos rumos profissionais da Psicologia brasileira, com destaque para o desenvolvimento da Psicologia Comunitária e da Psicologia Social Crítica, e para a crescente inserção profissional do psicólogo nas políticas sociais. Por fim, discute-se o compromisso social do psicólogo como trajetória para o projeto ético-político da profissão.

1.1. O modelo hegemônico da prática profissional do psicólogo no Brasil

Um exame crítico do papel do psicólogo exige o retorno às raízes históricas da profissão (Martín-Baró, 1997). Para compreender a história da Psicologia, é preciso atentar para as relações sociais nas quais essa se desenvolve e considerar as necessidades e demandas de sua realidade social, assim como os determinantes estruturais presentes em sua trajetória. Em outras palavras, o estudo da história da Psicologia exige compreendê-la como produção social articulada ao movimento histórico global da sociedade, que permita estabelecer as relações de sua inserção social, de suas concepções de mundo e de seus interesses (Antunes, 2005).

Historicamente, os psicólogos concentraram a maior parte de seus esforços numa prática considerada privatista e curativa. Ou seja, a maioria dos profissionais enfatizava o âmbito individual e trabalhava com uma perspectiva de saúde-doença pendendo mais para a patologia que para as condições de saúde da população atendida (Silva, 1992).

Esse enfoque individual tornou comum práticas que, eventualmente, fundamentavam explicações psicopatológicas, por meio do uso de instrumentos de avaliação psicológica, tanto em investigações quanto em atendimentos realizados pelos profissionais (Antunes, 2004).

Com esse decurso histórico da profissão no Brasil, uma parcela significativa dos psicólogos se ocupou de atividades que tinham por base o modelo biomédico de atendimento – com foco no corpo do indivíduo e num limitado número de variáveis causais, desconsiderando que determinantes sociais da saúde são essenciais para entender os padrões complexos do processo saúde-doença (Traverso-Yépez, 2008). Tal postura recebia críticas contundentes, por conveniar a Psicologia a um modelo de atuação com recorte espaço-populacional específico e teórico-metodologicamente restrito. Portanto, a profissão de psicólogo no Brasil foi – e é, até os dias atuais – bastante criticada devido a algumas finalidades às quais foi chamada a responder, nomeadamente, adaptar e controlar os homens em variados contextos de trabalho (Antunes, 2004).

Nos últimos quarenta e oito anos – pós-regulamentação da profissão, por meio da Lei nº 4.119, de 1962, e do Decreto nº 53.464, de 1964 –, a maioria dos psicólogos se posicionou (deliberadamente ou não) numa correspondência contratual aos anseios da classe dominante no país. Muitos psicólogos dedicaram-se, durante considerável tempo, aos problemas de ajustamento para os quais foram chamados a atender, como explicitado no Decreto de 1964. Ainda hoje, psicólogos destinam suas práticas primordialmente para o atendimento a essas demandas. Isso tem relação com o modo como a construção de teorias centrais da ciência psicológica estava voltada para o âmbito individual, assumindo uma perspectiva ideológica afim ao modelo médico,

centrado no paciente, e, por vezes, atentando para a realidade social em seu entorno, mas apenas como coadjuvante.

Balizada por essa trajetória, a atuação do psicólogo se caracterizou, privilegiadamente, por atividades clínicas tradicionais, com hegemonia de marcos teóricos de caráter individual, exercidas em consultórios particulares, organizações privadas e escolas (Antunes, 2004; Bastos, 1988; Dimenstein, 1998; Freitas, 1996; Mello, 1975; Pessotti, 2004a; Pessotti, 2004b; Sindicato dos Psicólogos no Estado de São Paulo/Conselho Regional de Psicologia – 6 ª Região, 1984; Yamamoto, 1987).

Também a formação acadêmica de psicólogos proporcionou continuidade a essa configuração. Durante décadas, o ensino de Psicologia voltou-se primordialmente para o exercício autônomo da profissão, com base principalmente no modelo de atendimento psicoterápico (Silva, 1992). Essa condição coadunou-se ao contexto de ascensão do individualismo, no qual a preferência pela formação de profissionais liberais era habitual (Mello, 1975).

O exercício da profissão de psicólogo poderia conjugar, portanto, vários interesses. Os estudantes buscavam o curso de formação em Psicologia a partir de uma imagem social que carregava em seu escopo um projeto de profissão liberal. As pessoas com nível de rendimento médio ou alto tinham atendimento especializado com profissionais treinados a lidar com seus problemas individuais. No mundo do trabalho, o recrutamento e a seleção de trabalhadores para ocupar cargos nas organizações era atividade corrente, com frequente correspondência entre o candidato ao emprego e a ocupação de funções quão mais produtivas, sem que se atentasse às suas condições de trabalho. No âmbito escolar, parte dos questionamentos das pessoas envolvidas, principalmente familiares e professores, baseava-se na busca por métodos de ensino-

aprendizagem que proporcionassem uma adequada adaptação dos estudantes ao ambiente institucional.

Nessa conjuntura, desenvolveu-se um modelo de atuação com base no ideário individualista (Dimenstein, 2000), que, posteriormente, alinhou-se à agenda neoliberal, desenvolvida no país desde os anos 1990 – tal agenda corresponde a um conjunto de estratégias político-econômicas nos marcos da produção capitalista, que prima pela desresponsabilização do Estado para com as políticas sociais, mantendo seu poder de regulação da economia para que, por meio de ajustes de gastos sociais e privatizações, sustente a lacuna econômica entre as classes sociais (Anderson, 1995; Draibe, 1993; Guimarães, 1993).

Na Psicologia – como nas demais profissões – desenvolveu-se conhecimento que foi utilizado como argumento teórico e técnico e que contribuiu para esse ideário, condicionado à ordem social estabelecida (Martín-Baró, 1997). Anteriormente, a relação da Psicologia com o período autocrático-burguês no Brasil trouxe consequências para a prática profissional, especialmente com a valorização do enfoque individualista – presente em sua história desde a sua institucionalização como disciplina científica. Os psicólogos trabalharam na adequação de famílias brasileiras e deram suporte teórico à classificação de subversões nos moldes exigidos pelos militares durante o período. Foram práticas que se tornaram fundamentais para respaldar o regime autoritário (Coimbra, 1999). Em contrapartida, essa conjuntura relaciona-se ao surgimento da Psicologia Comunitária no país, a partir de questionamentos dos profissionais de Psicologia sobre sua atuação junto à maioria da população e de sua possível função de conscientização e organização dessas pessoas (Lane, 1996).

1.2. Contradições da prática profissional do psicólogo

A prática profissional do psicólogo, marcada por contradições da sociedade em que se insere, nem de todo executou essa postura corretiva à sociedade, que aqui se está criticando. A função do psicólogo ampara-se e confunde-se com os interesses de diversos setores dessa sociedade, o que impõe limites às ações dos psicólogos. Dessa forma, é relevante destacar que as atividades realizadas pelos profissionais são regidas não só pela ética de cada profissional ou pelos modelos de formação e atuação gestados nas instituições de ensino, nem só pelas idiossincrasias dos locais de atuação profissional. É impossível desconsiderar a subordinação da ação profissional ao conjunto de determinações de ordem sociopolíticas mais amplas que configuram a formação social.

Com a função de controle e correção da população, mas com intuito de propor mudanças nas ações que desenvolve, a categoria dos psicólogos avança nos estudos acerca de sua prática profissional, suas possibilidades e limites diante de contextos diferentes da clínica tradicional (prática que expressa mais prontamente o compromisso com as elites), e propõe alternativas às formas de atuação clássicas (Bock, 2003). Esse entendimento confere aos psicólogos um *status* contraditório: considerando a necessidade de atentar para o aspecto político-ideológico (Traverso-Yépez, 2008), concebe-se o profissional como colaborador da manutenção do modo de produção vigente, mas que, ao mesmo tempo, contribui para desenvolver projetos que objetivem emancipar o homem, ou seja, trabalhar em prol de mudanças nas relações sociais.

Lhullier (2005), ao discutir a Psicologia Política, elabora um conceito de política, com base no pensamento de Silvia Lane, que impõe duas posições numa relação de poder político: de um lado, os que tentam transformar esta relação de poder; de outro, os que tentam mantê-la, anunciando o compromisso com determinados valores

ditos inerentes ao fazer humano. Assim, a autora inclui a ciência dentre esses fazeres, negando a possibilidade de neutralidade científica, posto que haja implicações sociais e históricas nesses fazeres. Defende, ainda, que qualquer das posições tomadas, incluindo a ausência ou negação de participação política, já implicaria a possibilidade de manutenção ou transformação histórica do sistema sociopolítico.

Assim, torna-se falível questionar se a atuação do psicólogo se polariza em prol da mudança ou da conservação do estabelecido. Nos marcos do modo de produção capitalista, há limites para a ação de qualquer categoria profissional. Essa compreensão permite afirmar que o psicólogo é produto direto da divisão social do trabalho, reproduzindo e impulsionando esta divisão. Investigar a ocupação do psicólogo, consideradas as determinações da contradição fundamental entre Capital e Trabalho, é indispensável para entender tais limites. Desse modo, não se trata de fazer uma observação dual, pela qual o psicólogo estaria contra ou a favor do Capital ou do Trabalho, mas de compreender as contradições inseridas na sua relação profissional.

A análise realizada por Figueiredo (1989) já advertia para esse debate. Sua crítica à profissão baseava-se no vínculo mais próximo desta à estrutura produtiva na subárea Psicologia do Trabalho e das Organizações. Para esse autor, os psicólogos que atuam em indústrias podem assumir uma posição de controle sobre os operários. A relação do profissional com a possível posição de controle parece mais incisiva nessa subárea que nas demais da Psicologia, mantendo-se profusamente criticada.

Por meio de debates sobre a prática profissional do psicólogo, a categoria tece avaliações sobre sua postura acrítica (haja vista esse posicionamento ser predominante até os dias de hoje), voltando-se para uma população cujas demandas outrora nem eram reconhecidas como presentes em seu campo de atuação profissional. Essa composição da profissão, com ações junto a pessoas em classes subalternas, já era reconhecida, em

estudos de avaliação da profissão, como representante de uma direção política progressista. Por *progressista*, leia-se a atuação anteriormente nomeada *alternativa*, *emergente*, *inovadora*, mas não só por esse caráter, sendo imprescindível o apelo ao desenvolvimento de estratégias para a mudança social, ainda que o psicólogo esteja ciente dos limites de seu trabalho frente a essa questão.

Freire (1979/1999) alertou para o caráter preponderante da mudança ou da estabilidade na realidade social, sendo as forças dirigidas à mudança consideradas atitudes progressistas, por olhar o curso da história para frente; enquanto as forças em prol da estabilidade assumem uma posição antimudança. Considerada a estrutura social obra do homem, a sua mudança ou estabilidade dele também depende; ou seja, ao homem – e ao homem como trabalhador social – compete a transformação das relações sociais, um esforço comum pela libertação, em vez de soluções assistencialistas, meias mudanças, que paralisam a estrutura social.

1.3. Estudos de avaliação da profissão e mudança de rota nos rumos da Psicologia brasileira

As primeiras discussões geradas na academia em torno da avaliação da profissão de psicólogo surgiram no país antes de sua regulamentação. O esforço desse debate ganhou peso nas críticas empreendidas nos anos 1970, concomitante ao período de exceção político-cultural. Estudos clássicos, como o realizado por Mello (1975), examinavam a formação e a atuação do psicólogo. Numa das críticas de maior efeito, à época, Botomé (1979) questionara a atenção dos psicólogos que atendia 15% das pessoas no país, excluindo a possibilidade de acesso de 85% da população aos serviços psicológicos. Tais discussões subsidiaram estudos, na década seguinte, sobre o “papel

do psicólogo na sociedade", tentativa de resposta à "função social do psicólogo" (Campos, 1983; Yamamoto, 1987).

A partir dessas críticas, alguns estudos sobre a avaliação da profissão foram realizados, a exemplo das seguintes pesquisas: Conselho Federal de Psicologia – CFP (1988, 1992, 1994), Sindicato dos Psicólogos do Estado de São Paulo/Conselho Regional de Psicologia-6ª Região (1984); Yamamoto et al. (2003); Yamamoto, Silva, Câmara e Dantas (2001); Yamamoto, Siqueira e Oliveira (1997). Apesar da discrepância entre os períodos em que esses estudos foram publicados e a abrangência dos mesmos, por vezes nacionais, noutros regionais ou locais, os resultados apontaram as mesmas críticas: a predominância de alguns campos de atuação profissional e a preferência pela subárea Psicologia Clínica, com atividades a essa relativas. Compiladas informações nacionais, estudos regionais e locais arrolaram e recortes temáticos ou por subárea de atuação se tornaram frequentes. De fato, as pesquisas mais abrangentes sobre o exercício da profissão de psicólogo no Brasil foram empreendidas pelo CFP e pelo Grupo de Trabalho da Psicologia Organizacional e do Trabalho da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (ANPEPP), diagnosticando a situação da profissão no fim dos anos 1980 (CFP, 1988) e nos dias atuais (Bastos & Gondim, 2010), respectivamente.

Assim, duas tendências são apontadas como linhas de estudos sobre a profissão a partir dos anos 1980, a saber: pesquisas isoladas e estudos em colaboração entre o Sistema Conselhos de Psicologia e as Instituições de Ensino Superior (IES), sendo a função social do psicólogo tema da primeira tendência (Carvalho, 2007). As discussões em torno de mudanças na prática profissional do psicólogo situam-se primordialmente na academia, embora essas alterações sejam impostas em serviço, o que exige reflexões acerca do contexto de atuação, retroalimenta debates sobre a formação profissional e

prima pela identificação das necessidades concretas das pessoas atendidas por esses profissionais.

Essas reflexões incrementam a noção das possibilidades e dos limites de atuação profissional do psicólogo, seja pela comunidade científica, seja pelos psicólogos em campo. Tais limites e possibilidades são delineados pelo contexto no qual o psicólogo se insere, pelas mudanças sociopolíticas que se desenvolveram paralelamente à profissão no país e pela conservação de um modo de produção que mantém alarmantes índices de desigualdade social.

Comumente qualificada como uma profissão que muito se autoavalia, a Psicologia tem contraditoriamente se caracterizado por duas tendências: primeiro, por uma escassa sistematização da realidade profissional do psicólogo em âmbito nacional pela comunidade acadêmica; segundo, por profissionais em serviços, que pouco divulgam suas experiências. Essas tendências têm conferido aos estudos sobre a profissão de psicólogo o escopo de dispersa produção acadêmica sobre realidades pontualmente distintas, diferente do que ocorrera até fim dos anos 1980, quando a pesquisa se volta para conhecimentos generalizados (Botomé, 1988).

Com o hiato entre a discussão acadêmica e a construção de modelos de atuação em serviço, somente nos últimos anos, práticas necessariamente inovadoras deixaram de ser raras na prática. Isso ocorreu não só com a ampliação do quantitativo de pessoas atendidas por esse profissional, como no início da Psicologia Comunitária no Brasil (Freitas, 1996). O contexto de atuação possibilitava práticas alternativas – ações historicamente conflitantes à trajetória da Psicologia no país –, mas, eventual e contraditoriamente, condicionava à execução de atividades tradicionais.

Se as práticas alternativas foram de difícil operacionalização, os discursos não tiveram a mesma objeção, sendo divulgados na literatura acadêmica, ancorados em

sistematizações realizadas pelo Sistema Conselhos de Psicologia, com propostas de alterações na formação do psicólogo e nos modelos de sua atuação profissional (CFP, 1992, 1994). Explanações semelhantes ao discurso içado por críticos da profissão, em eventos científicos e proferidas por profissionais que estão atuando em serviços diretos à população, tornaram-se frequentes.

Contíguos a esse cenário, nos últimos anos, estudos no âmbito da Psicologia têm assumido um discurso em prol de ações profissionais: *sociais*, *amplas*, *interdisciplinares*, *inovadoras*, *progressistas*, em uma palavra, *comprometidas*. São ações realizadas em diversos campos de atuação profissional, numa resposta discursiva politicamente correta aos apelos das entidades representativas da categoria profissional, dos pesquisadores que mantêm a profissão em exame, da população que se torna alvo de políticas sociais na qual o psicólogo é partícipe; em suma, da sociedade que exige função distinta daquela que o psicólogo assumira nos anos primeiros do exercício da profissão no país (Senra, 2009).

O referencial teórico crítico mediado pela teoria marxista (Sawaia, 2003) tem rendido à literatura especializada de Psicologia o aparecimento de escritos com porte político, a exemplo das discussões na interface Psicologia e Educação – em que Patto (1987) detalhou a produção do fracasso escolar –, e da Psicologia Social – com inflexão na história dessa subárea no país a partir de Lane e Codo (1984), que romperam com a Psicologia Social norte-americana, individualista e experimentalista (Bernardes, 1998; Guareschi, 2001) e sinalizaram novas categorias fundamentais da Psicologia Social.

O empreendimento desse conjunto de estudos com caráter de avaliação da profissão rendeu uma trajetória diferente no âmbito profissional, que ocorreu em paralelo às práticas tradicionais. Com efeito, já na década de 1960, aparecem no país as primeiras discussões em torno da inserção profissional do psicólogo em comunidades

no Brasil, num movimento contra-hegemônico à categoria profissional, ainda que limitado a uma subárea específica da profissão, de caráter voluntário e assistencialista (Dantas, 2007; Freitas, 1996).

As incursões da Psicologia Comunitária, a partir da década de 1960, ainda que isoladas e sem sistematizações teóricas que permitissem refletir a prática social do psicólogo em comunidades, realizaram-se por meio de uma série de contingências sociopolíticas, com destaque para mudanças nas políticas sociais reguladas pelo Estado e a insurgência de movimentos sociais, a exemplo de extrapolação do entendimento de ação política para além da partidária e de organização da população em torno da Reforma Psiquiátrica (Freitas, 1996; Lane, 1981; Montero, 2006). Também a crise da prática profissional do psicólogo, assinalada por Yamamoto (1987), e o abalo aos seus conceitos científicos acerca de doença mental foram importantes para essas mudanças (Lane, 1996).

Essa inflexão na história da Psicologia é resultante da revisão do cenário sociopolítico do país pelos trabalhadores sociais, dentre eles o psicólogo, que referiu demandas sociais para além do âmbito privado (Sawaia, 2003), atrelando seu trabalho à população de baixo rendimento econômico, com interesse de deselitizar a profissão e melhorar as condições de vida das pessoas que até então não tinham acesso a seus serviços (Campos, 1996; Freitas, 1996).

Nos anos 1970, a Educação Popular torna-se parceira dos trabalhadores sociais para conscientizar a população (Lane, 1996). Nesse período, o renascimento dos movimentos sociais captou ampla participação dos psicólogos nos embates em torno dos problemas sociais e articulou o compromisso da categoria à realidade social (Antunes, 2004). Associada a propostas de Paulo Freire no campo da Educação, a atuação de psicólogos em comunidades nos países latino-americanos apontava para uma

prática política orientada para a transformação social, assumindo um compromisso político explícito com a libertação dos setores populares (Freitas, 1996; Montero, 2006).

O *boom* de desenvolvimento da Psicologia Social Crítica no Brasil só ocorreu nos anos 1980, em consequência à criação da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO), com contribuição da professora Silvia Lane (Bernardes, 1998; Freitas, 1996; Guareschi, 2001; Sawaia, 2003; Tomanik, 2001). A Psicologia Social Crítica se diferenciava da Psicologia Social norte-americana (Freitas, 1996), de predomínio positivista, com base na dicotomia entre indivíduo e sociedade e com hegemônica preocupação com experimento e medição, ou seja, com premissas de verificação, controle e predição (González-Rey, 2004).

Com base em teóricos soviéticos (Vygotsky, Leontiev e Luria), a Psicologia Social Crítica no Brasil estabeleceu-se como perspectiva teórico-metodológica sócio-histórica (Gonçalves, 2005; Gonçalves & Bock, 2003) vinculada às necessidades das classes subalternas (Martins, 2005) desenvolvida a partir de uma apreensão concreta da vida das pessoas, não se limitando ao âmbito individual. Os estudos com esse referencial conquistaram significativa repercussão na Psicologia durante os anos 1980, em especial na subárea Psicologia Social (Bernardes, 1998; Lane, 1984), que provocaram redefinições nessa disciplina na década seguinte (Bock, 1999; Freitas, 1996), fundamentadas não só no percurso da Psicologia como ciência e profissão, mas também na realidade sociopolítica do país. Desse modo, a Psicologia Social Crítica foi considerada historicamente comprometida com a realidade concreta da população (Freitas, 1996).

Dantas (2007) afirma que dois movimentos relacionados ao mercado de trabalho lançaram a Psicologia no confronto com a realidade de pessoas pobres. Além do advento da Psicologia Comunitária, destaca a abertura de postos de trabalho para

psicólogos no campo das políticas sociais. Assim, corrobora Freitas (1996), que enfatiza a perda da clandestinidade desses trabalhos a partir da institucionalização da Psicologia em campos de atuação identificados na subárea da Psicologia Social Comunitária. Esse contexto tende a mudar o vínculo dos psicólogos com instituições, haja vista a maior quantidade desses profissionais empregados em organizações, privadas ou estatais, em vez de uma predominância de atividades autônomas.

Esse cenário dos anos 1980, portanto, marcou a mudança de rota nos rumos da profissão de psicólogo no Brasil e na América Latina, com brechas para inserção profissional do psicólogo em diversos campos, desde a profissionalização. Assim, em um sentido contrário ao modelo de atuação tradicional, movimentos da própria categoria profissional desenvolveram-se com o intuito de extrapolar os campos de atuação predominantes na profissão e também modificar o aporte teórico-metodológico e as práticas realizadas em suas intervenções.

Apesar de haver discussões teórico-metodológicas em defesa da redefinição da intervenção do psicólogo, é válido acrescentar que a redução do mercado de trabalho junto aos grupos de renda média e alta foi imperativa para a mudança de posição do psicólogo frente às populações pobres (Campos, 1983; Yamamoto, 1987).

Já a década de 1990 se tornou referência pela expansão da atuação de psicólogos junto a populações pobres, principalmente pelo vínculo de trabalho do psicólogo a instituições (Carvalho & Yamamoto, 1999; Dimenstein, 1998; Freitas, 1998; Yamamoto, 2003). Na atualidade, o psicólogo tem assumido logística e estrategicamente a execução de políticas sociais, caracterizando uma atuação na ponta da rede. Suas práticas têm sido desenvolvidas a partir de diversos arcabouços teórico-metodológicos, em serviços de saúde, secretarias públicas, instituições vinculadas ao

atendimento a crianças e adolescentes e suas famílias, e instituições penais (Freitas, 1996).

1.4. Inserção profissional do psicólogo nas políticas sociais

A atuação do psicólogo nas políticas sociais nos anos 1970 se tornou mais evidente na Saúde Pública, com os questionamentos às políticas de saúde e ao Estado (Kahhale, 2003). Uma inserção mais efetiva de psicólogos em diversos campos de atuação no campo do bem-estar social ocorreu após a abertura política no país, nos anos 1980, com a mudança nas políticas sociais pelo Estado, que ampliaram a demanda por trabalhadores sociais, dentre eles o psicólogo. A entrada desse profissional no "Terceiro Setor" – sociedade civil organizada, sem fins lucrativos, criticada por dividir a sociedade civil organizada e, em sua maioria, substituir funcionalmente o Estado na provisão de políticas sociais no sistema capitalista (Montaño, 2007) – ampliou-se em meados da década de 1990, com o crescimento desse setor em paralelo à desresponsabilização estatal pregada pelo modelo neoliberal. Já na Assistência Social, a inserção massiva dos psicólogos ocorreu, principalmente, em 2004, com a implantação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS).

É preciso destacar que a intensificação da inserção do psicólogo nas políticas sociais adentrou em um campo contraditório. Os principais postos de trabalho de psicólogos nesse campo localizam-se especialmente em âmbitos de políticas universalistas, nomeadamente o Sistema Único de Saúde (SUS) e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), frente a uma agenda neoliberal de desmonte das políticas sociais no país (Druck & Filgueiras, 2007), condicionando a atuação do psicólogo a uma conjuntura caracterizada marcadamente por políticas focalizadas, fragmentárias e compensatórias (Yamamoto, 1996).

Atualmente, o debate amplia-se diante das mudanças nas políticas de saúde, que requerem psicólogos no campo da Saúde Pública (nos Núcleos de Apoio à Saúde da Família – NASF) e com a incorporação de psicólogos na Assistência Social, seja por meio de políticas públicas (e. g., em Centros de Referência de Assistência Social – CRAS – e Centros de Referência Especializada de Assistência Social – CREAS –, etc.), seja pela atuação junto à sociedade civil organizada (e. g., em "organizações não governamentais"), intensificando a aproximação dos profissionais de Psicologia a demandas derivadas da "questão social" – condições sociais atreladas à relação entre a classe trabalhadora e o Capital (Cohn, 2000; Netto, 2001; Pastorini, 2004).

Uma das maiores críticas ao psicólogo tem sido, até os dias de hoje, a replicação acrítica de modelos tradicionais de atuação em campos de trabalho diversos. A inserção do psicólogo nas políticas sociais tem sido contestada pelos críticos da profissão, por repetir a tradicional transposição de práticas profissionais com aporte teórico-metodológico não suficientemente adequado para a atuação com novos públicos e locais, marca da história da profissão de psicólogo no país (Yamamoto, 1996).

Na interseção entre a Psicologia e a Saúde Pública, por exemplo, Boarini (1996) e Freitas (1996) criticam a atuação dos psicólogos que trabalham em serviços de saúde, com modelo teórico-metodológico tradicional. Para essas autoras, há uma transposição do formato da clínica para outros contextos; referência também constatada na crítica desenvolvida por Carvalho e Yamamoto (1999) e Yamamoto (2007) acerca de novos campos e velhas práticas do psicólogo. Em suma, a crítica ao atendimento psicológico em Unidades Básicas de Saúde refere-se à constância de técnicas como a entrevista, a psicoterapia, o uso de testes, a prática de dinâmicas de grupo, que caracterizam o atendimento restrito a setores específicos da população (por faixa etária ou grupo de risco de morbidez e mortalidade) e de caráter curativo, privativo, tradicional (Kahhale,

2003). A necessidade de revisão do arcabouço teórico-metodológico da Psicologia para lidar com o âmbito do bem-estar social é imprescindível (Yamamoto, 1996).

É fato que a Saúde Pública, devido à inserção recorrente dos profissionais de Psicologia em serviços públicos de saúde, conforma um campo de embates em prol de modelos de atuação condizentes com a população atendida em tais serviços, declaradamente pessoas em classes subalternas. Ainda que haja uma direção tradicional-elitista voltada para a atenção individual e fragmentada, não se podem negar as determinações do SUS que dificultam a condução de práticas de saúde inovadoras (Oliveira, 2005) – análise que demonstra as determinações históricas e políticas do trabalho do psicólogo (Freitas, 1996).

Outro exemplo pode ser acompanhado pelas críticas à Psicologia Clínica tradicional, que versam sobre as atividades de psicodiagnóstico e psicoterapia individual ou grupal, de enfoque restrito, exercidas em consultórios privados e atendendo a pessoas de alto rendimento econômico (Lo Bianco, Bastos, Nunes, & Silva, 1994). Essas críticas são respondidas nos dias atuais com mudanças no próprio modo de fazer clínico, em que se busca uma abrangência mais ampla desta prática, com novos fazeres, apontando a emergência de um perfil diferenciado para o psicólogo clínico, distinto da imagem que lhe é tradicionalmente atribuída. Nessa "clínica ampliada", assume-se a necessidade de atentar para o contexto social e se respaldam alterações conceituais sobre indivíduo (Dutra, 2004).

O atendimento psicoterápico à população pobre decorreu da tendência de mudança no mercado de trabalho para psicólogos, com queda na procura por atendimentos em consultórios privados, tendo sido gerado um vetor da clínica para a atenção à saúde nos serviços de Saúde Pública, campo aberto à intervenção psicológica naquele momento. Se outra mudança do tipo hoje ocorresse, destacar-se-ia a

transposição de práticas conservadoras para a Assistência Social. Esse campo específico requer funcionamento ainda mais progressista que no campo da saúde, o que tem gerado paralisação dos profissionais.

É preciso enfatizar que ainda se mantém a formação implicada com o ideário privatista e com a tradição clínica em locais de atuação nos quais o psicólogo não se inseria anteriormente (Yamamoto et al., 1997; Yamamoto et al., 2001; Yamamoto et al., 2003), o que atesta a preocupação de Silva (1992) com a formação do psicólogo para a Saúde Pública ainda no início da década de 1990, e delineia as questões de estudos sobre a prática do psicólogo no SUS (Oliveira, 2005).

A atuação do psicólogo no campo das políticas sociais não é de todo recente, haja vista que a aproximação a esse âmbito tem ocorrido em paralelo aos locais hegemonicamente reconhecidos como lócus tradicional dessa profissão. No entanto, o destaque dado ao psicólogo nas políticas sociais nos últimos anos, demandado especialmente na Saúde Pública e na Assistência Social, torna premente sua importância como tema de estudos mais recentes a avaliar a profissão (Carvalho, 2006; Cruz, 2009; Fontenele, 2008; Macedo, Cabral, & Dimenstein, 2009; Müller & Dias, 2008; Paiva & Yamamoto, 2008; Pombo-de-Barros & Marsden, 2008; Rutsatz & Câmara, 2006; Seixas, 2009; Senra, 2009).

Essa inserção caracteriza a expansão da profissão de psicólogo, em relação aos locais de atuação e, concomitante a isso, aos novos públicos-alvo de suas intervenções, que exigem do profissional de Psicologia fazeres consoantes às suas necessidades reais. Nesse cenário, é imprescindível atualizar a discussão teórico-metodológica e, além disso, debater a posição do psicólogo no enfrentamento às consequências da "questão social". Ao compromisso social o psicólogo é intimado, seja pela chamada das

entidades representativas da profissão, seja por seus críticos, seja pelo contexto de atuação e pessoas com quem convive em seu trabalho.

Como alertou Martín-Baró (1997), o psicólogo deve responder à situação gerada pela estruturação injusta da sociedade e contribuir para conscientização das pessoas que são exploradas e vivem numa condição de miséria estrutural, processo que o torna partícipe da transformação das condições opressivas da sociedade. Para essa conclusão, o autor destaca a necessidade de historiar não só o que o psicólogo é, mas o que poderia ter sido e o que deveria ser diante das necessidades da população.

1.5. Compromisso social do psicólogo como trajetória para o projeto político da profissão

Segundo Antunes (2004), as transformações na profissão de psicólogo nesse percurso histórico apontam para três alternativas ao profissional: o abandono da Psicologia, a defesa corporativa da profissão frente a um mercado de trabalho que não absorve todos os profissionais ou a organização crítica da categoria profissional. Embora esses caminhos apresentem-se em extremos, pondera-se que os discursos sobre o compromisso social do psicólogo situam-se mais fortemente na última alternativa, o que pode caracterizar um momento distinto na história da Psicologia.

Compromisso social do psicólogo é um tema atual e polêmico, apesar de ter raízes antigas (Yamamoto, 2007). Exemplo disso está na Educação, a partir de obras de Paulo Freire, que elaborou ensaios sobre o compromisso profissional com a sociedade, a educação e o processo de mudança social, e o papel do trabalhador social no processo de mudança (Freire, 1979/1999; Rocha, 2009).

O compromisso social pode ser entendido como um posicionamento que não é inteiramente novo, haja vista o reconhecimento das preocupações advindas de pioneiros

da Psicologia brasileira, que reconheciam, há muito, a preocupação com o outro. Rocha (2009) exemplifica seus pioneiros, dos quais se destaca Miguel Calmn du Pin e Almeida (debateu a reforma das instituições carcerárias), Ulisses Pernambucano (defesa de minorias marginalizadas), Helena Wladimirna Antipoff (entendimento da interação entre meio socioeconômico e desenvolvimento mental nos educandos). Além desses, Padre Antonio Vieira (que manteve preocupação com indígenas, judeus e escravos), Reinier Johannes Antonius Rozenstraten (pesquisas sobre trânsito), Carolina Martuscelli Bori (pesquisa e divulgação científica e formação profissional). Ou seja, desde o período anterior à regulamentação da Psicologia no Brasil, é possível relatar a preocupação com uma atuação comprometida socialmente, seja pela contribuição social a grupos minoritários, pela defesa de direitos humanos ou pela popularização da ciência.

Esse legado ganhou fôlego nos anos 1970 e 1980, com os debates sobre a função social do psicólogo, e nos anos 1990, com um volume considerável de produção acadêmica acerca do compromisso social. Tais discussões se devem à inserção profissional em diversos campos de atuação e à abertura de mercado de trabalho que exigiu mudanças na profissão (Bock, 1999, 2003; Dantas, 2007; Yamamoto, 2007), direcionando o debate sobre a função social do psicólogo. Ao psicólogo coube, historicamente, o compromisso com as elites, em que predominava a atenção a questões pessoais de setores sociais mais ricos (Bock, 2003, 2008a, 2008b; Bonfim, 1989/1990; Martín-Baró, 1997), donde se baseou a crítica, cabível, de que o psicólogo é um artigo de luxo (Mello, 1975). Apesar de a crítica ser inalienável, faz-se igualmente

contundente a premissa reversa, de que *foi a parte que lhe coube desse latifúndio*[1], conforme limites impostos pelos determinantes sociais.

A agenda de mudanças nos rumos da profissão de psicólogo começou a ser composta a partir de embates conduzidos por críticos da profissão e endossado pelas entidades representativas (Dantas, 2007). É preciso ressalvar, no entanto, atenção para que esse tema não se restrinja a tais entidades, não se torne clichê da produção acadêmica, nem permaneça tangente à prática real do psicólogo.

1.5.1. Da função social do psicólogo

A revisão histórica da Psicologia como profissão é condição para a compreensão do movimento do compromisso social do psicólogo (Lopes, 2005). A atuação do psicólogo tem sido tema de debates desde os estudos clássicos de avaliação da profissão. Já nos anos 1980, com o questionamento de Campos (1983) à função social do psicólogo, a discussão sobre esse tema se consolidou na academia. A partir de preocupações com a profissão, apontadas por Bonfim (1989/1990), Bock (1989/1990) e Campos (1989/1990), o tema do compromisso social do psicólogo voltou à cena de vez e, desde então, tem marcado a produção científica em Psicologia. Esse decurso histórico é determinado, dentre outros eventos, pelas mudanças sociopolíticas no Brasil, especialmente as marcas do período autocrático-burguês e da reabertura política em meados da década de 1980, historiadas por Alves (2005).

A função social do psicólogo aludia ao lugar do psicólogo na divisão social do trabalho e a uma preocupação ética de sua prática concernente a uma sociedade dividida

[1] Parafraseando João Cabral de Melo Neto, no poema *Funeral de um lavrador* (1954-1955), publicado pela primeira vez em Morte e vida Severina (1956) e musicado por Chico Buarque de Hollanda (disco: volume 3, de 1968).

em classes. Dizia respeito a uma "contrapsicologia" – tomando como referência a Psicologia realizada por meio de atividades tradicionais. Essa conceituação referendava a reconstituição histórica de uma Psicologia que acontecia em brechas, com denúncias à dominação (Campos, 1983). Campos (1989/1990), ao retomar seus questionamentos, indagou-se sobre a possibilidade de a Psicologia fugir à sua função geradora (lidar com as questões pertencentes à burguesia) e assinalou as mudanças no mercado de trabalho, especificamente, a prestação de serviços a classes subalternas, como a saída para práticas de "contradominação" – mesmo que em âmbitos tradicionais, como o hospital psiquiátrico, a escola ou a indústria.

É preciso, então, avaliar se a reedição da *função* para o *compromisso social* tem assumido apenas o discurso político de finalidade da prática profissional, sem operacionalizá-lo e, tão crucial quanto isso, sem realizar a crítica ao lugar do psicólogo na divisão social do trabalho – preocupação importante nos estudos de Campos (1983, 1989/1990).

1.5.2. Compromisso social do psicólogo na literatura de Psicologia

O movimento de crítica à profissão é heterogêneo, ocupado por segmentos que tomam a dianteira do processo, respondem tardiamente a esse ou resistem (Antunes, 2004). Em diversos campos de atuação é possível acompanhar esse movimento, especialmente a partir da literatura especializada: os questionamentos ao papel social do psicólogo desencadearam práticas associadas a melhores condições de produção para o trabalhador, à educação para a liberdade, à contextualização da relação terapeuta-cliente (Bonfim, 1989/1990).

No campo da Saúde Pública, o eixo do compromisso social confunde-se com a ênfase na promoção da saúde (Bock & Aguiar, 2003). Já na Psicologia do Trabalho e

das Organizações, o psicólogo realiza atividades de gerenciamento e planejamento, sendo um dos atores no processo de mudanças (Iema, 1999) e preza pelas ações de economia solidária e de fortalecimento de entidades representativas dos trabalhadores (Furtado, 2003). Na Psicologia Clínica, a prática em diversos locais admite o ato psicoterápico contextualizado (Dutra, 2004). A Psicologia e a Educação alinham um projeto de contradominação, que expressa tanto uma perspectiva política quanto uma orientação teórica (Campos, 1983). Contíguo a esses avanços, a Psicologia Comunitária apresenta-se como subárea com caráter eminentemente político (Montero, 2006).

Detendo-se nos aspectos que caracterizam a Psicologia Comunitária, Montero (2006) destaca: considerar os determinantes sociais em comunidades; distinguir os aspectos relacionados à saúde mental e à saúde comunitária, considerando seus determinantes contextuais; atuar em busca da transformação social, por meio de promoção à saúde e prevenção de problemas sociais e de saúde; engendrar mudanças tanto nos membros da comunidade quanto nos agentes externos, incluídos os psicólogos atuantes na comunidade; acoplar a produção de conhecimento à prática profissional; considerar que as transformações sociais são produzidas pelos membros da comunidade, por meio de organização comunitária, com o fortalecimento das capacidades existentes na comunidade; adotar os membros da comunidade como transformadores de sua própria realidade, restando ao psicólogo assumir o papel de agente externo que catalisa as transformações.

A defesa dessas características como próprias de práticas socialmente comprometidas precisa ser avaliada. É possível uma subárea da Psicologia ser, por si mesma, determinante do compromisso social? No caso da Clínica, pode a contextualização ser atributo que distingue a prática conservadora da progressista? A

atualidade das respostas que os psicólogos nas organizações têm dado não é também determinação da lógica produtiva ao aparato técnico desse profissional?

A avaliação da profissão, realizada por pesquisadores e psicólogos, desencadeou um movimento de assunção de postura política em favor de um discurso social. Essa evolução coaduna-se com os ditames ídeo-políticos que ampararam as mudanças políticas e culturais no país, a partir da reabertura dos anos 1980. O discurso em prol da sociedade torna-se sustentáculo para o desenvolvimento técnico-científico da disciplina, provocando mudanças nas intervenções técnicas, nos aportes teórico-metodológicos e na divulgação de conhecimentos produzidos na área.

Ao assumir como mote o compromisso social, a categoria profissional de psicólogos gerou eventos que o mantinham como tema central da discussão. Ou seja, apesar de os primeiros estudos sobre a avaliação da profissão já apontarem o compromisso social do psicólogo, somente nos últimos anos a categoria profissional se dedicou assiduamente a discutir esse tema ou o assumiu em seu discurso, associando o compromisso social, primeiramente, ao atendimento à população pobre ou a práticas diferentes do modelo tradicional, ainda que poucos estudos tenham debatido as condições de vida das pessoas pobres, não em prol de sua adequação a condição já existente, mas para transformação dessa realidade (Dantas, 2007).

A identidade do psicólogo comprometido socialmente foi tema debatido por Bock (1999), que defende que a história da Psicologia acompanha o movimento da sociedade e que o psicólogo deve ser propositivo na transformação social, atentando para as necessidades da maioria da população. Para isso, alerta para três critérios: 1) a finalidade do trabalho do psicólogo, que deve dirigir-se para a transformação social; 2) a ampliação da intervenção psicológica, não se furtando, o psicólogo, de seu papel como

promotor de saúde; e 3) a crítica às técnicas classicamente utilizadas e criação de técnicas inovadoras.

As teorias de Sílvia Lane e Martín-Baró, que ressoam na Psicologia Social latino-americana, são alvo de discussão de Furtado (2000), que defende essas teorias (Psicologia Sócio-Histórica e Psicologia da Libertação) como fundamentos para um compromisso político do psicólogo para transformação da realidade social. Com esse mote, o autor critica a divisão da Psicologia em mais uma subárea, qual seja, a Psicologia Política, como se esta assumisse o compromisso, em detrimento das demais subáreas. Assim, assume o dizer de Lane (1984), para quem toda Psicologia é Social e a parafraseia: "toda Psicologia também é Política" (p. 221).

O compromisso social do psicólogo foi analisado a partir de trabalhos publicados em 2000, no evento intitulado "1ª Mostra Nacional de Práticas em Psicologia". Essa mostra consta como um dos primeiros eventos cujo tema central foi o compromisso social da categoria, na qual se discutiu a adoção da postura ético-política nas práticas sociais dos psicólogos. O entendimento de compromisso social, àquele momento, girava em torno do rompimento de práticas tradicionais e de transformação da realidade, ambas próprias da responsabilidade assumida pela categoria profissional. Constatou-se, em tal estudo, o desconhecimento, por parte dos psicólogos, dos limites para sua ação profissional, mantendo-a descontextualizada, crítica vindoura dos anos 1970, apesar do aparecimento de relatos de trabalhos considerados inovadores, por contribuir de forma crítica e reflexiva para a atuação profissional (Silva, 2004).

No II Encontro Paranaense de Psicologia Social, realizado pela Associação Brasileira de Psicologia Social, Regional Sul (ABRAPSOSUL), em 2001, na cidade de Maringá, o eixo central do evento também foi o compromisso social da Psicologia. Desse evento resultou o livro intitulado "Compromisso Social da Psicologia" (Caniato

& Tomanik, 2001), no qual Tomanik (2001) se questionou sobre a retomada do compromisso social do psicólogo vinte anos após a criação da associação que teve esse tema como base para sua proposta.

As práticas psicológicas no campo da Saúde Coletiva são debatidas por diversos autores. Dimenstein (2001) relata essas práticas e as distingue em sua feição comprometida com o social, diante de um cenário que exige profissionais de saúde atentos com as transformações no seu campo de trabalho. Para a autora, duas características são próprias dos profissionais de Psicologia inseridos em serviços de saúde, como trabalhadores sociais comprometidos: 1) posicionarem-se com um saber crítico em sua inserção no mundo; e, 2) elevar essa crítica ao plano da ação. Em suma, os psicólogos na Saúde Coletiva devem ser trabalhadores de reflexão e de ação e não só comprometidos com respostas técnicas e burocráticas ao trabalho.

A literatura especializada em Psicologia foi estudada por Lopes (2005), que investigou o compromisso social do psicólogo em artigos publicados na revista *Psicologia: Ciência e Profissão,* editada pelo CFP. A autora assumiu uma perspectiva dialética, de base marxista, e refinou em sua pesquisa a análise do compromisso social, num entendimento da atuação do psicólogo como uma prática voltada ou para a transformação social ou para a manutenção da ordem social, estando o compromisso social presente na primeira esfera. Ponderou, no entanto, que os estudos em Psicologia demonstram contradições, podendo uma prática, ao mesmo tempo em que se volta para transformação, delinear rotas de manutenção social.

Yamamoto (2007) discorre sobre a situação atual da profissão de psicólogo, que tem assumido quantidade expressiva de postos de trabalho em políticas sociais num cenário neoliberal. Ao tratar do compromisso social do psicólogo, reafirma o caráter histórico dessa discussão e considera a transição da expressão “compromisso social” de

tema a lema, assumido por psicólogos em posição central na categoria profissional, haja vista assumirem cargos nas entidades representativas da profissão. O autor sinaliza os limites do trabalho do psicólogo e os aspectos que coadunam o movimento dos psicólogos por um compromisso social, quais sejam: a sua abrangência à maioria da população, a reflexão sobre a natureza desse trabalho e a sua direção política pela transformação social.

Em 2008, duas reflexões de Bock (2008a, 2008b) tratavam do compromisso social do psicólogo. Na primeira (Bock, 2008b), duas questões foram colocadas: a história do compromisso com a sociedade elitizada, que constituiu uma Psicologia voltada para um projeto de modernização do país; e a história a ser construída pela profissão do psicólogo de acordo com outro projeto de sociedade, dirigida para políticas públicas que atendem à maioria da população, para a ética e para os direitos humanos, rompendo a tradição da história anterior e superando as desigualdades sociais. Ainda nesse discurso, instaura o diálogo desse projeto ético-político com a formação do psicólogo, que deve acompanhar os debates críticos e atentar para novos modelos teóricos de explicação do homem e a postura científica de questionamento e não de assimilação técnica. Na outra reflexão supracitada, Bock (2008a) reafirma sua tese em torno do compromisso social do psicólogo e acrescenta uma contribuição: a Psicologia Sócio-Histórica serve como aporte teórico para o compromisso social do psicólogo, haja vista sua refutação à naturalização do homem e o pressuposto de seu caráter histórico.

Numa síntese dos estudos relacionados anteriormente e demais publicações sobre compromisso social do psicólogo, Rocha (2009) apontou as comunicações científicas sobre o tema, disponíveis na Biblioteca Virtual em Saúde – Psicologia (BVS-Psi), com a expressão “compromisso social” no título; no total, treze, que datam de 1995 a 2007. Os trabalhos são vinculados a IES, principalmente públicas (federais ou

estaduais) ou confessionais (especialmente, as Pontifícias Universidades Católicas); divulgadas em periódicos gerais (a exemplo da revista *Psicologia: Ciência e Profissão*); por áreas de atuação (*Psicologia & Sociedade*) ou específicos de alguma temática (*Revista da Associação Brasileira de Orientadores Profissionais*, ABOP); e tratam de uma diversidade de temas: atuação do psicólogo de uma forma geral, atuação do psicólogo no campo escolar, no "Terceiro Setor", nas associações, no esporte, nas publicações da revista *Psicologia: Ciência e Profissão*, na Saúde Coletiva, na segurança no trabalho, e na atuação de Silvia Lane na Psicologia Social no Brasil.

Bastos (2009) dedicou-se a discutir o compromisso social do psicólogo que atua no campo da Psicologia do Trabalho e das Organizações. O autor desenvolve uma síntese de dimensões que definem o compromisso social do psicólogo em estudos anteriores, incluídos o de Lopes (2005) e o de Yamamoto (2007). Bastos (2009) supera a visão estritamente técnica da Psicologia, haja vista a necessidade de o psicólogo comprometer-se, conscientemente ou não, com um projeto de sociedade. Destacam-se desse debate as dimensões do compromisso social do psicólogo sistematizadas por Bastos (2009). Haja vista a adoção dessas categorias neste estudo, essas serão detalhadas no tópico seguinte.

1.5.3. Dimensões do compromisso social do psicólogo

As dimensões sistematizadas por Bastos (2009) são: expansão, renovação, direção política e orientação teórica. Além dessas, o autor assinala a importância da competência técnica, ainda ausente nas discussões sobre o tema. O confronto entre esse estudo e os demais permite a elaboração de uma estrutura que identifique as práticas psicológicas que são socialmente comprometidas, sem que seja cotada, primariamente, a subárea em que o psicólogo se insere. Para esse autor, seria um julgamento antecipado

associar diretamente o psicólogo organizacional ou clínico a ações não comprometidas socialmente. As considerações de Bastos (2009) são importantes para refletir sobre o compromisso social do psicólogo, independente da subárea. No caso da Psicologia do Trabalho e das Organizações, a contribuição desse debate confronta as teses de Figueiredo (1989), para quem o psicólogo organizacional está condenado a uma ação acrítica.

A seguir, encontra-se a especificação de cada dimensão do compromisso social, adaptada da sistematização de Bastos (2009):

Expansão. A expansão é uma dimensão corrente no discurso sobre compromisso social. Implica um aumento quantitativo de locais e públicos atendidos pelo psicólogo. A partir da entrada desse profissional em diversos campos de atuação, independente dos motivos que os levaram até tais locais, o psicólogo se depara com uma realidade outrora não proposta em seu aporte teórico-metodológico. A inserção nesses campos exigiu uma inovação na Psicologia: atentar para situações-problema que não fizeram parte do arcabouço de reflexões da ciência psicológica.

A ocupação de novos espaços – bairros populares, associações, comunidades eclesiásticas de base –, envolveu o psicólogo na participação política em movimentos populares. Essa aproximação com as necessidades concretas das pessoas deu início a uma prática com características diversas daquelas que marcavam tradicionalmente seu trabalho (Freitas, 1996), o que implica em outra dimensão do compromisso social do psicólogo (a renovação).

Nos últimos anos, ocorrida no campo do bem-estar social (campo das políticas sociais), a expansão tem sido importante para que o compromisso social do psicólogo seja viabilizado, embora não haja nessa única condição a possibilidade de uma ação realmente comprometida (Bastos, 2009; Dantas, 2007; Yamamoto, 2007).

Renovação. Essa dimensão surge a partir das críticas à transposição de técnicas e teorias tradicionais aos novos públicos e campos de trabalho do psicólogo. Associa-se à inovação teórico-metodológica de caráter progressista. Assim, a renovação não pode se limitar à distinção de técnicas ou atividades específicas que sejam consideradas inovadoras, se tais ações permanecerem vinculadas a um modelo teórico-metodológico estagnado. Ressalta-se que um dos maiores impasses para a renovação está nos cursos de formação de psicólogo, que mantêm uma formação baseada em modelos teóricos cristalizados (Freitas, 1996).

Embora Bastos (2009) pondere que não seja necessário identificar todas as dimensões na prática do psicólogo para que suas ações sejam consideradas socialmente comprometidas, a renovação complementa intimamente a categoria anterior. Os apontamentos da literatura sobre a profissão acerca da transposição de técnicas conservadoras para novos locais demonstram a pertinência de manter coerentes as características correspondentes a cada uma das dimensões. Assim, é preciso renovar, pois não há técnicas neutras que possam ser transplantadas de um contexto a outro, embora a alienação do profissional não lhe permita perceber essa obviedade (Freire, 1979/1999).

Direção política. A direção política desencadeia uma reflexão: é preciso reconhecer o projeto social da Psicologia, assim como Freire (1996/2009) sinalizou a Educação como prática política (Bock & Aguiar, 2003). À Psicologia é necessário não só a compreensão da realidade, mas o compromisso com sua transformação (Furtado, 2003). Noutros termos, é preciso realizar ações na Psicologia que conjuguem reflexão, decisão e planejamento dirigidos para a transformação social, e ações democráticas, com participação ativa dos atores envolvidos nas atividades realizadas (Montero, 2006). O psicólogo deve conscientizar-se, portanto, de seu papel, ou seja, refletir sobre o

impacto de suas ações na sociedade (Antunes, 2004; Martín-Baró, 1997). Fazer Psicologia é, assim, assumir a responsabilidade histórica de contribuir para mudar as condições desumanizadas nas quais se mantêm as pessoas.

Da década de 1980 aos anos 2000, os esforços de pesquisa de Sílvia Lane fundamentaram a dimensão política da Psicologia Social que propõe uma nova maneira de a Psicologia de um modo geral articular-se com a transformação da sociedade (Antunes, 2004). Por direção política entende-se, assim, o compromisso com a emancipação humana. Conta, para isso, com duas instâncias de responsabilidade dos psicólogos: a Psicologia Social, como uma disciplina fundamental para compreender a ação transformadora e a consciência humana para propor intervenções psicossociais; e a ABRAPSO, que, apesar de representar uma subárea, é fundamentalmente interdisciplinar e objetiva a transformação das relações sociais (Sawaia, 2003).

Dutra (2004) alude a uma valorização da direção política em relação à teoria; com isto, não é mais a orientação teórica que delineia a prática, mas o compromisso ético do psicólogo em toda e qualquer atividade profissional, desde que, teleologicamente, a prática do psicólogo direcione-se para a transformação das relações sociais.

Furtado (2000) afirma que essa atitude direcionada para a transformação social não se intenta realizar por meio de uma Psicologia classista, ou seja, voltada apenas para as classes populares. Pelo contrário, julga necessário romper com outra Psicologia classista, a Psicologia feita para as elites. De fato, a ação comprometida socialmente deve direcionar-se para a superação da luta de classes, pela eliminação da divisão social de classes. Embora essa posição seja prudente, não deixa de ser difícil ponderar uma ação profissional que seja dirigida para todas as pessoas, se considerar que há interesses distintos e, por vezes, opostos, convivendo em sociedade.

Orientação teórica. A orientação teórica é uma das dimensões mais criticadas por Bastos (2009). Originalmente, esse critério limita a orientação teórica de um psicólogo socialmente comprometido à Psicologia Sócio-Histórica. É fato que a maioria das discussões em torno do compromisso social do psicólogo advém de autores cuja afiliação teórica está nesse aporte. No entanto, assim como cabe a ressalva à limitação às subáreas de atuação, associar essa postura a uma teoria em específico é negar que profissionais com distintas visões de mundo possam ser socialmente comprometidos, se cumpridas as demais dimensões que eleja sua prática para determinado público, com determinadas técnicas e para determinado projeto social. Uma das escolas mais criticadas, a Psicanálise, não comportaria ações comprometidas? Assim como o julgamento antecipado ao psicólogo organizacional, é possível declarar descomprometido um psicanalista apenas por seu atributo teórico? Ou, de outro modo, um psicólogo sócio-histórico seguramente é socialmente comprometido? Uma possível saída para a relação entre aporte teórico e prática socialmente comprometida é a coerência das ações profissionais com a realidade na qual intervém. Mas, a coerência interna de aportes teórico-metodológicos individualistas pode respaldar práticas comprometidas?

Competência técnica. Além das quatro dimensões listadas, Bastos (2009) ressalta a importância de outro critério para definir o compromisso social do psicólogo. Trata-se da competência técnica, definida como qualidade do serviço prestado pelo psicólogo, a fim de uma eficiência de sua prática, atingida principalmente pela sua formação técnica.

Para entender essa dimensão, demonstra-se que em novos contextos de atuação, o psicólogo pode desempenhar um papel estratégico para a produção de uma prática mais compatível com as necessidades da população. Faz-se necessário, para tanto, que a

sua formação detenha conhecimentos teóricos e técnicos. Se a afirmação de que a "questão social" pode ser objeto de intervenção do psicólogo for correta, torna-se desafio da categoria de psicólogos afirmar o compromisso social com as transformações emancipacionistas da sociedade. A competência técnica, por meio da construção de um instrumental tecnológico de intervenção, é necessária para que isso ocorra (Carvalho, 2007). Essa preocupação com a competência técnica também é reportada por Freitas (1996), para quem a exigência feita à Psicologia, nos anos 1990, baseava-se na necessidade de prática com qualidade e competência suficientes para responder às necessidades da sociedade.

Embora competência técnica detenha-se tão-somente à qualidade da tarefa realizada, não se preocupando com a inovação da prática profissional, pode-se associá-la à renovação. Assim, relacionar essa dimensão ao compromisso social do psicólogo pode ser mais um elemento para se analisar a profissão.

Da síntese dos critérios para definir compromisso social do psicólogo (Bastos, 2009) destaca-se: direção política (pela transformação social), ampliação (para a maioria da população brasileira que anteriormente não tinha acesso aos serviços psicológicos), renovação (do modelo de atuação médico) e competência técnica (com ajustes das atividades realizadas pelo psicólogo às condições reais da população atendida). Para a direção política, é preciso endossar a reflexão de Coimbra (2003), quando diz que a Psicologia segue modelos que indicam *o que fazer* e *como fazer*, mas que ocultam o *para quê fazer*, e atentar que não basta uma ação realizada com procedimentos qualificados em locais diferentes dos tradicionais e agrupando o maior número de pessoas ao serviço. É preciso uma prática voltada para a transformação social. Embora Bastos (2009) ressalte que não há obrigatoriedade de que todas essas

dimensões estejam juntas para que uma prática seja considerada comprometida, conjugadas, elas habilitam essa compreensão.

Resgata-se essa afirmação na história da Psicologia: a ampliação do público-alvo ocorreu já nos anos 1960, com a Psicologia Comunitária, com base em teorias da Psicologia Social que se modificaram a partir dos anos 1980 (orientação teórica). A inserção em alguns locais que antes não eram vistos como campo para atuação profissional do psicólogo exigiu esforços para uma prática mais próxima da população (renovação). Ao psicólogo cabia o compromisso com setores subalternos, o que implicaria na deselitização da profissão, crítica por sua aliança à burguesia (expansão). A entrada dos profissionais nas comunidades pode ter gerado práticas que ganharam significação política, ao visar transformação social. Ainda que até a década de 1970 o trabalho fosse voluntário, não remunerado, os poucos psicólogos alocados nesses contextos tinham ciência de seu papel político e desenvolveram, no percurso histórico de sua subárea, intervenções condizentes com esse papel (competência técnica). Assim, os psicólogos trabalhavam para que as pessoas se organizassem e reivindicassem por suas necessidades básicas (alimentação, moradia, saúde e educação) e melhorias nas suas condições de vida (direção política) (Freitas, 1996).

Além das dimensões elencadas anteriormente, destaque deve ser feito à reflexão sobre a quem compete o compromisso social do psicólogo. Parece óbvio dizer que ao psicólogo cabe seu compromisso. No entanto, a Psicologia como um todo é chamada ao compromisso, assumindo a função de autoria, como pode ser visto em diversos escritos sobre o tema, a exemplo do artigo de Bock (1999) e ao livro de Caniato e Tomanik (2001). No entanto, o próprio Tomanik (2001) adverte que o questionamento não é ao compromisso social da Psicologia, mas aos compromissos que têm sido assumidos pelos psicólogos e às práticas que esses mantêm para sustentar suas propostas.

Questiona-se de que compromisso se trata e com que projeto de sociedade. Ou seja, não cabe à Psicologia, mas aos homens que usam de seus conhecimentos para um ou outro projeto social.

Assumir a responsabilidade de mudança das condições de vida das pessoas também é função do psicólogo, mas é preciso que essa responsabilidade seja condizente com os fazeres científicos e práticos específicos dos psicólogos (Martín-Baró, 1997). No campo da Educação, uma reflexão sobre esse tópico foi elaborada por Freire (1979/1999), que questiona quem pode comprometer-se. A condição para assumir um ato comprometido é ser capaz de agir e refletir. O compromisso só existe no engajamento com a realidade; é um ato necessariamente corajoso, decidido e consciente, com o qual o homem não se diz neutro. Num compromisso às avessas, há neutralidade, que nada mais é que o medo de revelar o verdadeiro compromisso, o que faz desse ato um compromisso contra os homens. A análise do compromisso profissional com a sociedade exige reconhecer que antes de profissional, há um homem que deve comprometer-se por si mesmo (compromisso, portanto, está além da Psicologia). No caso do compromisso profissional, exige-se o constante aperfeiçoamento e a superação do especialismo (Freire, 1979/1999).

Por fim, um aspecto relevante para análise do compromisso social do psicólogo é a finalidade das ações empreendidas pelo profissional. Em geral, o compromisso está associado aos destinos do país, ao seu povo, ao homem concreto, ao ser mais desse homem (Freire, 1979/1999). Atribui-se à prática socialmente comprometida a tarefa de transformar a realidade social e, ao psicólogo, a função de agente de tais transformações. Esse discurso conforma-se aos investimentos do Sistema Conselhos nesse movimento, destaque que será dado na próxima seção.

1.5.4. As entidades de representação como protagonistas do compromisso social do psicólogo

A investida do Sistema Conselhos de Psicologia (CFP e Conselhos Regionais de Psicologia – CRPs), que reúne 236.100 psicólogos credenciados[2], é fundamental para capturar o momento atual de construção de um projeto político para a profissão de psicólogo. Sozinha, a ampliação do quantitativo de psicólogos, consequência da abertura massiva de vagas para formação na área, principalmente nas instituições privadas de ensino, não é suficiente para redefinir a função do psicólogo. As mudanças ocorridas nas orientações das entidades representativas da profissão, com destaque para o Sistema Conselhos, é essencial, haja vista a preocupação não só com a defesa de postos de trabalho para os psicólogos, mas com a questão ética que imporia respostas às necessidades concretas da realidade na qual o psicólogo se inseria (Antunes, 2004).

Compromisso social do psicólogo é, para o Sistema Conselhos, definido por práticas ou pesquisas comprometidas com a inclusão social, direcionadas à população marginalizada ou excluída. Para além da inclusão dessas pessoas, prevê práticas comprometidas com a transformação social (superação de injustiças e emancipação do homem) (Rocha, 2009). Apesar de a inclusão ser lida como garantia de direitos civis, políticos e sociais, a crítica a essa proposição é cabível, posto que o uso de alguns termos, como exclusão ou inclusão social, esbarram na sua funcionalidade para com o modo de produção social vigente. Se antes o compromisso precisou de adjetivação de "social", por uma exigência primária por contextualização da realidade social no perímetro de atuação psicológica, são mais recentes as preocupações do Sistema Conselhos com um ou outro tópico de debate circunscrito (e. g., direitos humanos e

[2] Dados do CFP, referidos por Bastos, Gondim e Rodrigues (2010).

políticas públicas), o que define mais claramente a direção política do compromisso social do psicólogo empreendido por esse ator.

O aparecimento de discursos acerca do tema, no início dos anos 2000, decorre da perspectiva oficial, por meio de publicação do Conselho Regional de Psicologia – seção 06, de São Paulo, o CRP-06 (Silva, 2004). Paiva (2008) também destacou o Sistema Conselhos como fundamental para o debate sobre o tema, mas com a ressalva de que o discurso do CFP, apesar de oficial, não é hegemônico entre os psicólogos que estão em serviço, podendo o compromisso social estar associado à ampliação de contextos de atuação profissional para além do consultório privado, a uma alusão a mudanças individuais a partir de percepções subjetivas, ao trabalho voluntário, à busca por qualidade de vida da população atendida, ao rompimento da lógica de desigualdades sociais, a uma postura ética. Assim, o compromisso social aparenta caráter heterogêneo, com base em dimensões individuais, a seções pontuais do desenvolvimento do trabalho psicológico até dimensões de caráter político de mudança social.

De todo modo, adicional aos estudos da comunidade científica de Psicologia, o posicionamento do Sistema Conselhos parece sediar parte das discussões acerca da avaliação da profissão, tanto em eventos internos, em produções divulgadas em veículos de divulgação científica, como é o caso do *Psi: Jornal de Psicologia do CRP-06* (SP), e em periódicos técnico-científicos; quanto pela promoção de eventos em que se registra a participação massiva de profissionais em mesas redondas e comunicações científicas organizadas pelos Conselhos ou pelos serviços por esse ofertados, a exemplo do extinto Banco Social de Serviços em Psicologia e das propostas para o atual Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP).

Duas referências sob coordenação do CFP são primordiais para direcionar o compromisso social do psicólogo (Seixas, 2009). São elas: *Psicólogo brasileiro:*

construção de novos espaços (CFP, 1992) e *Psicólogos brasileiros: práticas emergentes e desafios para formação* (CFP, 1994). Nesses livros, os autores dos capítulos apontam características do exercício profissional do psicólogo necessárias às mudanças nos rumos da profissão, sugeridas a partir do diagnóstico realizado no fim dos anos 1980 (CFP, 1988) e de demais literatura acerca da avaliação da profissão.

Além das publicações, duas ações do Sistema Conselhos já referidas são importantes para consolidação desse projeto político da profissão: o Banco Social de Serviços em Psicologia e o CREPOP (Rocha, 2009). Tais ações reverberam na categoria profissional, não só pela crítica ao uso da expressão como jargão, mas, principalmente, pela necessidade premente dos psicólogos em serviço por respaldo técnico para suas ações.

Assim, o Banco Social de Serviços em Psicologia, lançado em 2004, foi uma iniciativa para avanços na relação dos psicólogos com a sociedade. Por meio dessa ferramenta, o psicólogo poderia dispor o seu trabalho e dar visibilidade às práticas realizadas no campo das políticas sociais. O Banco Social funcionava como catalisador de serviços prestados à sociedade, ocorrendo em vários estados do país, mas principalmente em São Paulo. Os projetos realizados – *Apoio ao trabalhador em situação de desemprego*; *Acompanhamento dos usuários do Programa de Volta pra Casa*; *Apoio aos familiares e egressos do sistema penitenciário*; *Atuações dos psicólogos nos processos educacionais*; *Ética na TV* e *Medidas socioeducativas em meio aberto – o adolescente e o futuro: nenhum a menos* – atingiram mais de cinco mil pessoas[3].

[3] Os relatórios dos projetos desenvolvidos pelo Banco Social de Serviços em Psicologia estão disponíveis em www.pol.org.br

A partir do Banco Social, o CREPOP surgiu, em 2006, como outra ferramenta para aproximação dos psicólogos às políticas sociais, com intuito de desenvolver tecnologias da Psicologia para ação junto ao público-alvo dessas políticas. O principal objetivo do Sistema Conselhos com esse projeto é contribuir para a ampliação do número de psicólogos em serviços públicos, exercendo a profissão com qualidade. Para isso, sistematiza e produz informações qualificadas sobre o serviço do psicólogo. Como produto dessa empreitada, o CFP tem lançado referências técnicas para o psicólogo que atua com políticas sociais (CFP, 2006)[4]. Os documentos de referência publicados até o momento são: *Documento de Referências Técnicas para atuação em CRAS/SUAS*; *Saúde do Trabalhador no âmbito da Saúde Pública: referências para atuação dos psicólogos*; *Referências Técnicas para a prática do (a) psicólogo (a) nos programas de DST e AIDS*; *Serviço de Proteção Social a crianças e adolescentes vítimas de violência, abuso e exploração sexual e suas famílias: referências para a atuação do psicólogo*; e *Referências Técnicas para a atuação de psicólogos no âmbito das Medidas Socioeducativas em Unidades de Internação*. Além dessas publicações, o CREPOP disponibiliza resultados de pesquisas sobre o exercício profissional do psicólogo em catorze diferentes campos da política social e demais serviços de utilidade para os psicólogos nesse campo.

A investida do Sistema Conselhos também pode ser identificada em eventos nacionais de porte deliberativo para a categoria profissional, quais sejam, o IV, o VI e o VII Congresso Nacional de Psicologia (CNP), realizados em 2001, 2007 e 2010, respectivamente, que tiveram o compromisso social do psicólogo como tema central. No primeiro evento, *Qualidade, Ética e Cidadania nos Serviços Profissionais:*

[4] As referências técnicas sistematizadas pelo CREPOP estão disponíveis em http://crepop.pol.org.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?tpl=home

construindo o compromisso social da Psicologia foi o mote; desenvolvido seis anos depois, o debate foi *Do Discurso do Compromisso social à Produção de Referências para a Prática: construindo o projeto coletivo da profissão*. No decurso desses anos, as críticas em torno da banalização do projeto do compromisso social levaram o CFP a assumir o projeto ético-político da profissão como bandeira, tanto que o último Congresso (VII CNP) teve como tema *Psicologia e compromisso com a promoção de direitos: um projeto ético-político para a profissão*. Assim, compromisso social tem sido ponto de pauta contínuo para o Sistema Conselhos de Psicologia, que o redefine a cada debate, delimitando o objeto de intervenção do psicólogo socialmente comprometido.

Seria romântico alardear o sucesso do projeto do Sistema Conselhos, mas é inegável o avanço propositivo das últimas gestões. Nesses primeiros quarenta e oito anos de profissão regulamentada, as mudanças nos rumos da profissão são fruto da autoavaliação da categoria profissional, ainda que essa autocrítica não seja reconhecida em sua importância (Silva, 2004), e essa tarefa tem sido escopo de trabalho tanto da academia quanto das entidades profissionais. De todo modo, as intervenções do Sistema Conselhos de Psicologia têm sido não só uma resposta aos reclamos dos críticos da profissão ou às determinações mercadológicas e corporativas; também têm sido uma resposta às necessidades impostas pela sociedade.

Vale ressaltar, nesse contexto, que o discurso empregado pelo Sistema Conselhos não é uno, nem único. Além da polissemia dos atores que compõe esse Sistema, os demais atores da Psicologia brasileira conferem uma dispersão de sentidos ao conceito de compromisso social. A academia, crítico mais contundente às práticas profissionais descomprometidas, é outro ator que não apresenta consenso que defina compromisso social. Nesse embate, o projeto ético-político-profissional defendido pelo

Sistema Conselhos, apesar de hegemônico, não é comum. Esse se dispersa na lida dos profissionais que estão em campo, principalmente pela adoção do jargão do compromisso social, sem que se fundamente o porquê e o para quê desse discurso, lançando projetos políticos distintos do aparelhado pelos Conselhos ou dos delineados pela comunidade científica.

1.5.5. O compromisso do psicólogo com a emancipação humana

O movimento pelo compromisso social do psicólogo, sob comando das entidades representativas da profissão, deve ser analisado não só como propriedade da categoria profissional (Bock, 2003) ou como uma postura valorizada na atuação por diversos personagens históricos da Psicologia (Rocha, 2009), mas como consequência das contradições da sociedade de classes, que determina as necessidades reais da população que finda sendo alvo de ações de diversas categorias profissionais que lidam com as sequelas da "questão social", especialmente, a pobreza (Dantas, 2007).

Embora as manifestações da "questão social" não sejam seu objeto imediato (Paiva & Yamamoto, 2008), ao psicólogo socialmente comprometido cabe agir de forma direta no objeto primeiro das políticas sociais, ou seja, na desigualdade social e consequente pobreza que aflige a população brasileira sob determinações do modo de produção vigente. Noutros termos, ao psicólogo é possível, nos marcos da sociedade capitalista, uma ação progressista em prol de justiça e cidadania; sendo demasiadamente ingênuo idealizar o psicólogo como agente primeiro de transformação social.

Os discursos rotineiros acerca do compromisso social do psicólogo no país apareceram como resposta a essa configuração dos psicólogos no enfrentamento de manifestações da "questão social". Mas isso não significa compreender o compromisso social como serviços oferecidos à população pobre, se tais práticas permanecem

limitadas a conformar ou suavizar tensões. Cabe, assim, destacar na constituição e no desenvolvimento da Psicologia no país os determinantes que balizam as ações denominadas comprometidas socialmente.

Atualmente, uma das tarefas dos psicólogos no Brasil parece ser identificar e promover experiências que versem sobre práticas contextualizadas, que considerem a necessária melhoria das condições de vida da população, ainda que se saiba das limitações impostas pelas conjunturas especificas que condicionam o trabalho profissional. Se, no limite, o trabalho do psicólogo será sempre uma intervenção parcial, não se pode desconsiderar as possibilidades de atuação profissional rumo a práticas diferenciadas, que permitam ampliar a dimensão política dessas ações (Bock, 1999, Yamamoto, 2007).

Na tênue linha de contradições sociais, ao psicólogo cabe uma função. Mas que função é essa? Para qual direção o psicólogo desenvolve suas ações? Parece haver um grande papel social para o psicólogo (Paiva, 2008), mas é parcial a intervenção no campo social (Paiva, 2008; Yamamoto, 2007). É preciso fazer o possível, não se acostumando com os ditames estruturais que são impostos ao trabalho profissional. Em outras palavras, valem as boas ideias, mas é preciso além, ter um conhecimento real das necessidades da população alvo da intervenção proposta, incrementado com direção política – muito embora se sinalize que toda ação é política (Guareschi, 2001).

Diante do atual cenário político de expansão de investimentos na área social – ainda que com ações conservadoras –, de retomada de movimentos sociais – ainda que fragmentados –, da defesa da cidadania – ainda que atrelada ao consumo – ao psicólogo cabe, portanto, a busca da emancipação social, que pode ser efetivada a partir de uma prática profissional aliada à reflexão (Paiva, 2008). Nessa proposta, são apontados os limites da atuação profissional, com destacada preocupação ao regime quixotesco do

psicólogo, que assume ora o voluntarismo, ora a ocupação de agente de transformação social. Considerados os limites, é preciso concordar que o compromisso está além do voluntariado (Montero, 2004), mas que a utopia é necessária (Sawaia, 2003).

Sem uma postura ingênua de esperança ou de otimismo, é preciso questionar-se sobre que homem, que sociedade e que vida se propõe; é preciso atentar para a realidade concreta das condições de vida das pessoas, o que tem determinado a necessidade de alternativas e tem requerido a perspectiva da transformação social (Tomanik, 2001). Não se pode, portanto, render-se à frase feita do "papel do trabalhador social no processo de mudança" (Freire, 1979/1999, p. 43), que exige do trabalhador social a exclusividade da ação transformadora. Contudo, a mudança deve ser realizada pelos homens; como trabalhador social, ser um de seus agentes.

Historiar o compromisso social do psicólogo é contar o percurso do exercício da profissão. Esse foi o esforço realizado nesta seção. No capítulo a seguir, apresenta-se uma sistematização de importantes informações acerca das relações entre a Psicologia e a comunicação científica, a fim de situar a produção científica na qual o tema compromisso social do psicólogo pode ser reportado.

2. Psicologia e comunicação científica

Este capítulo alicerça-se em algumas considerações acerca da Ciência da Informação para justificar o estudo da produção científica empreendido nesta investigação. Também descreve características da comunicação científica, com destaque para o privilégio das publicações periódicas, a incorporação tecnológica e o uso de bases de dados. Posteriormente, tece-se apontamentos sobre a estruturação da ciência no Brasil, elencando condições que interferiram na cultura da produção científica nacional. No tópico sobre a estimativa do volume e da expansão da produção científica, sinaliza-se a posição que a ciência brasileira ocupa no mundo; em seguida, explana-se sobre o monitoramento dessas publicações. Atenta-se para as publicações científicas em Psicologia no Brasil, com destaque para a contribuição da pós-graduação para sua produção e da BVS-Psi para sua difusão, e menciona-se estudos sobre a produção científica na área.

2.1. Algumas considerações acerca da Ciência da Informação

O campo científico no Brasil, com elevado número de pesquisadores, conforma uma comunidade científica que produz volume exponencial de documentos científicos, o que possibilitou, nos anos 1960-1970, o desenvolvimento de um campo interdisciplinar do conhecimento: a Ciência da Informação (Población & Noronha, 2002). Os estudiosos dessa área do conhecimento dedicam-se à organização e à estruturação da documentação científica e importam-se com o registro, o acesso, a recuperação e o uso da informação (Mostafa, 1994). Desse modo, interessam-se, dentre outros objetos, pela comunicação científica na comunidade especializada (Loureiro, 2003; Marchiori, Adami, Ferreira, & Cristofoli, 2006; Mostafa, 1994), e o faz, em geral pelo estudo quantitativo de informações (metrias).

Os estudos nessa área de conhecimento são comumente classificados como bibliometria, cientometria e informetria. A primeira subárea refere-se ao estudo quantitativo da produção, disseminação e circulação de documentos científicos, seus autores e usuários. Estuda propriedades da informação científica, no esforço de identificar, por exemplo, padrões de distribuição da literatura nas regiões, contribuição à produção por instituições de pesquisa, produtividade dos autores e variações da produção de áreas do conhecimento (Macias-Chapula, 1998; Mostafa, 1994; Pacheco & Kern, 2001; Spinak, 1998).

A cientometria sobrepõe a bibliometria. Essa subárea mede as atividades científicas, a fim de identificar áreas, assuntos e disciplinas, além de compreender a comunicação entre os pesquisadores e subsidiar políticas científicas. São exemplos dessa subárea os estudos de citação bibliográfica e de mapeamento de comunicações entre pesquisadores, com o emprego de procedimentos metodológicos da própria ciência, que a faz ser reconhecida como a ciência da ciência (Macias-Chapula, 1998; Mostafa, 1994; Pacheco & Kern, 2001; Silva & Bianchi, 2001; Spinak, 1998).

A terceira subárea caracteriza-se como um campo mais geral. Trata-se da informetria, na qual se realizam estudos da informação, em qualquer formato e referente a qualquer grupo social; assim, não se restringe à comunidade científica. Com essa conceituação, a bibliometria e a cientometria fazem parte dos estudos da informetria (Macias-Chapula, 1998; Pacheco & Kern, 2001).

Nota-se que nas três subáreas supracitadas o enfoque quantitativo está presente. Essa configuração a caracteriza com potencial aplicabilidade, a exemplo da geração de indicadores do estado da ciência nos vários campos do saber, que são essenciais, sobretudo, por subsidiar políticas científicas que impactam tanto ao avanço científico como ao progresso econômico e social (Centro Latino-Americano e do Caribe de

Informação em Ciências da Saúde/Biblioteca Regional de Medicina – BIREME, 2004; Macias-Chapula, 1998; Silva & Bianchi, 2001).

Na Psicologia, G. Witter (2005) tem arrolado pesquisas com as características de estudos bibliométricos ou cientométricos; nomeia-os de metaciência. C. Witter (1999) afirma que se pode fazer uma analogia dos estudos sobre produção científica de uma área do conhecimento ou de um tema a um "mapeamento do saber produzido" (p. 120). E complementa que as pesquisas de produção científica permitem a avaliação da qualidade e da quantidade do conhecimento produzido, exame que envolve o estudo dos delineamentos de pesquisa, das agências que as produzem, da autoria, dos procedimentos teórico-metodológicos utilizados e de seus resultados, a fim de conhecer o desenvolvimento de determinada área do conhecimento ou de seus temas e da sua relevância social, profissional, institucional e científica (C. Witter, 2005).

O uso de indicadores cientométricos pode colaborar para a compreensão de determinantes de um aspecto específico da Psicologia, que neste trabalho é o compromisso social do psicólogo. O entendimento desse tópico pode ser facilitado pela seleção de estratégias de recuperação de documentos e de unidades de análise que são comumente empregados na Ciência da Informação. Com isso, ressalta-se que a produção científica pode servir como base para estudos acerca desse tema, e da Psicologia de um modo geral.

Em síntese, convém avaliar que esta investigação auxilia-se de procedimentos metodológicos da bibliometria – haja vista esta pesquisa documental investigar a produção científica em Psicologia, no formato de artigos publicados em periódicos científicos – e da cientometria – pelo esforço de uma análise de conjunto, a partir do recorte temático acerca do compromisso social do psicólogo.

2.2. Comunicação científica: algumas características

Umas das características mais marcantes da comunicação científica é o lugar que ocupa o artigo publicado em periódico científico. A valorização desse item da produção será demonstrada no item a seguir.

2.2.1. O privilégio das publicações periódicas na comunicação científica

Surgidos como uma nova forma de comunicação, no século XVII, os periódicos científicos são o canal de publicação mais utilizado pela comunidade acadêmica, tanto para divulgar seus estudos quanto para fundamentar próximas investigações (Meadows, 1999; Stumpf, 1996). Apesar de também haver preferências por outros canais de disseminação do conhecimento, a depender da disciplina (Mueller, 2005), a publicação periódica em ciência é tradicionalmente respeitada devido à divulgação de descobertas recentes e ao crivo de avaliação realizada por pares (*peer review*) – procedimento realizado por especialista de referência no tema avalizado, que confere confiabilidade à publicação (Biojone, 2003; Freitas, 2005; Miranda & Pereira, 1996). Desse modo, junto aos livros, o periódico científico constitui o grupo "literatura branca" – documentos convencionais, que exigem apresentação formal (Loureiro, 2003; Población, Noronha, & Currás, 1995).

Inicialmente editados por sociedades científicas e literárias – assumidos por editores comerciais, pela academia e pelo Estado somente no século XX –, os periódicos caracterizam-se por ser fonte privilegiada na história da ciência, por meio da produção, disseminação e uso da informação, e por assumir funções importantes na manutenção de práticas científicas: registro do conhecimento, legitimação de disciplinas, subsídio de contato entre os membros da comunidade científica, reconhecimento de pesquisadores e divulgação de novas tendências das áreas do

conhecimento (Fonseca, 2008; Freitas, 2005; Meadows, 1999; Miranda & Pereira, 1996; Mueller, 1999).

De fato, caracteriza um periódico científico a difusão de conhecimento novo e relevante para uma área temática, de forma ágil e perene (Trzesniak, 2009). Assim, se a comunicação científica é condição para que se agregue valor ao conhecimento produzido (Meadows, 1999), o periódico científico cumpre função fundamental nesse processo. A legitimação do conhecimento ocorre a partir de seu aceite pela comunidade científica e os periódicos – junto com a inserção de disciplinas na academia e a reunião de pesquisadores em sociedades – servem à consolidação de paradigmas na ciência (Kuhn, 1962/2006).

É válido destacar que, ao assumir tais funções, os periódicos científicos tornam-se canal de comunicação de relatos de pesquisas originais. Esse caráter foi proposto no século XIX, quando o número de revistas científicas cresceu significativamente, pelo aumento da comunidade científica e do número de suas produções (Stumpf, 1996). Desse modo, consideram-se periódicos científicos aqueles que dedicam mais da metade de seu conteúdo a relatos de pesquisas científicas (Meadows, 1999; Targino, 2002), característica também das publicações na área da Psicologia no Brasil (Sampaio & Peixoto, 2000).

2.2.2. Incremento tecnológico e comunicação científica

Nos últimos anos, as características dos periódicos científicos têm mudado principalmente devido à editoração eletrônica, condicionada aos investimentos tecnológicos, e aos meios de circulação, com o advento da *internet*; ainda que mantida a prioridade no conteúdo inédito (Costa, 2000; Meadows, 1999). Essas condições favoreceram a ampliação no número de publicações, agilizaram o trâmite de editoração

e diminuíram os custos para produção de periódicos; o que desencadeou a necessidade de alteração no modelo de disseminação do conhecimento, com o armazenamento de informações em repositórios eletrônicos (Marchiori et al., 2006; Meadows, 1999; Stumpf, 1996; Targino, 2002).

Diante de tais mudanças, é comum o periódico assumir um formato híbrido: mantém-se impresso, mas é acrescido de versão eletrônica disponível na *internet* (Targino, 2002). Tal configuração tem modificado o acesso ao documento científico, pois os pesquisadores têm usado mecanismos de buscas em bases de dados eletrônicas, a fim de selecionar informação relevante para a realização de seus estudos. Assim, mecanismos eficientes de comunicação, a exemplo das publicações eletrônicas difundidas em rede, são imprescindíveis ao avanço da ciência.

A adoção da mídia eletrônica para publicação de periódicos científicos favorece o acesso livre ao conhecimento produzido. Junto ao surgimento dos periódicos eletrônicos, na década de 1990, aparecem os primeiros periódicos de acesso livre (Mueller, 2006). As declarações de Budapeste (2002), de Bethesda e de Berlim (2003) (Sampaio & Serradas, 2009) e, no Brasil, a Carta de São Paulo (Movimento Acesso Aberto Brasil, 2005), formalizaram o Movimento de Apoio ao Acesso Livre, que se baseia nas vantagens da mídia eletrônica – baixo custo, acesso facilitado por meio de bases de dados, incorporação de tecnologia à editoração – para defender a concretização do acesso aberto às publicações científicas. A área da Psicologia no Brasil manifestou apoio a esse movimento por meio da Declaração de Florianópolis (ANPEPP, 2006). Nessa configuração, independente do formato (impresso ou eletrônico), o periódico permanece valorizado como o canal mais eficiente de comunicação científica, legitimidade atribuída somente aos que seguem os padrões do modelo tradicional (Bertin, Fortaleza, & Suhet, 2007; Mueller, 2006; Pinheiro, Bräscher, & Burnier, 2005).

No Brasil, uma das primeiras iniciativas do modelo de acesso livre foi a biblioteca virtual *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), lançada em 1997, que reúne em sua coleção nacional, atualmente, 237 títulos com textos completos na *internet*, de interesse para toda a comunidade científica, 12 deles em Psicologia. Essa biblioteca é uma parceria entre a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e BIREME, que, desde 2002, conta com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq (Marcondes & Sayão, 2002; Packer et al., 1998; Sampaio & Serradas, 2009; Targino, 2007). Além do projeto SciELO, outro portal de revistas que assume o acesso aberto é o Periódicos Eletrônicos em Psicologia (PePSIC), que comporta 82 periódicos da área produzidos em países latino-americanos. Esse portal temático foi lançado em 2005, por uma iniciativa da BVS-Psi, em parceira com a Associação Brasileira de Editores Científicos em Psicologia (ABECiP) e com a União Latino-Americana de Entidades de Psicologia (ULAPSI), e conta com apoio da BIREME (Sampaio & Sabadini, 2009b; Sampaio & Serradas, 2009).

2.2.3. O uso de bases de dados

Com o cenário digital, torna-se imensa a possibilidade de recuperação de informação na *internet*. Para a ciência, no entanto, destacam-se as bases de dados, que armazenam um conjunto especializado de informações, organizadas com terminologia própria e que possibilita a busca por filtros temáticos, evitando, assim, um grande número de ruídos (Ferreira, Morais, Mucheroni, & Perez, 2009; Fonseca, 2008; Targino & Garcia, 2000). As universidades têm papel fundamental em tal contexto, haja vista suas bibliotecas serem responsáveis pela organização de tais bases (Oliveira et al., 2000).

As bases de dados podem ser bibliográficas (armazenam referências bibliográficas dos documentos), de referência (listam fontes de informação), não bibliográficas (material em outros formatos), textuais (contêm o texto completo), factuais (dados estatísticos), *online* (de acesso eletrônico) ou de índice de citações (computam o registro de um documento referido em outro na mesma base) (Sampaio & Sabadini, 2009b; Targino & Garcia, 2000). Bases referenciais geralmente utilizadas na área da Psicologia são: PsycINFO, *Medical Literature analysis and Retrieval System Online* (MEDLINE), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), *Base de Datos de la Psicología* (PSICODOC) e Index Psi Periódicos; as bases de texto completo são SciELO, PePSIC e a *Red de Revistas Científicas de América Latina y El Caribe, España y Portugal* (Redalyc) (Sampaio & Peixoto, 2000; Sampaio & Sabadini, 2009b).

A relevância do uso de bases de dados se confirma pela imensa massa informacional presente na rede. É difícil precisar tanto se uma informação tem caráter científico, quanto o número de publicações seriadas produzidas. Ainda que um periódico possa estar indexado em mais de uma base de dados (Sampaio & Sabadini, 2009b), circunstância que infla o controle bibliográfico, essa conformação pode ser útil para o esforço de dimensionar a ciência.

2.3. Apontamentos sobre a produção científica no Brasil

A institucionalização da ciência no Brasil ocorreu tardiamente, devido a condições da colonização portuguesa, que só permitiu a imprensa no país em 1808 (Freitas, 2005). Apesar de haver agremiações científicas nacionais a partir do século XVIII, as primeiras instituições foram fundadas em 1876 (Museu Nacional), 1900 (Instituto Oswaldo Cruz) e 1920 (Universidade do Brasil). Assim, o crescimento da

ciência no país foi lento, com outras instituições importantes fundadas somente nas décadas de 1930 a 1960 (a exemplo da Universidade de São Paulo – USP, do CNPq e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES) (Freitas, 2006; Granja, 1995; Meis & Leta, 1996). A divulgação científica no Brasil seguiu esses passos, iniciada no século XIX, em jornais não especializados, e estabelecida a partir da criação e do fortalecimento das primeiras instituições científicas no país (Freitas, 2006).

Desse modo, o início da constituição do campo científico no Brasil ocorreu nos institutos de pesquisa, observatórios e museus (Granja, 1995), e posteriormente tornou-se prioridade das universidades públicas (Luz, 2005; Meis & Leta, 1996; Neves, 2002). A produção científica no país associa-se às universidades, que se organizaram a partir da década de 1930, com objetivo restrito de formação e ensino. A organização científica ocorreu, de fato, nos anos 1950 – com as políticas científicas gerenciadas pelo CNPq e pela CAPES ou pelas Fundações Estaduais de Amparo/Apoio à Pesquisa (FAPs). Nos anos 1970, com a Reforma Universitária, houve expansão do sistema de pós-graduação – circunstância que impactou o cenário da ciência brasileira (Granja, 1995; Guimarães, 2002; Luz, 2005; Marteleto, 2009).

Apesar de a realidade econômica delimitar os investimentos à ciência até os dias atuais, a política científica no país tem avançado e esse campo tem crescido significativamente desde os anos 1990. Meis e Leta (1996) registram que, entre os anos 1981 e 1993, cresceu a produção científica no país, tanto pelo número de matérias publicadas, quanto pela sua parcela em relação à produção mundial, com destaque para sua publicação em periódicos internacionais. No entanto, esses autores justificam o aumento progressivo de publicações pelo crescimento da pós-graduação e dos grupos de pesquisa e pelas investigações realizadas em colaboração, sem haver relação com investimentos financeiros no campo científico.

O fomento à ciência e à tecnologia é fundamental para o desenvolvimento econômico e social e para o provimento de melhoria nas condições de vida das pessoas. Em países desenvolvidos, a maioria dos investimentos em ciência é realizada pelo setor privado. No Brasil, a política científica é aplicação do Estado, e a criação de instituições públicas confere sua forte presença no modo de se fazer ciência no país (Marteleto, 2009). Em meados da década de 1990, as críticas à política técnico-científica no Brasil apontavam a necessidade de maior fomento a esse campo para garantir a formação de pessoas qualificadas e o subsídio de tecnologia (Meis & Leta, 1996). Nos anos 2000, verifica-se que cerca de 70% desse investimento é público, dirigido para estruturação do campo científico, treinamento de pessoal e instrumentos para pesquisas (Contini & Séchet, 2005).

Essa característica da ciência brasileira se associa à tendência de mudança da organização dos pesquisadores: antes isolados, a partir dos anos 1990, organizam-se em grupos de pesquisa. Em 2008, o número de grupos no país, registrados no Diretório de Grupos de Pesquisa no Brasil[5] (DGP), do CNPq, atinge 22.797. Tal configuração resulta em produções em colaboração e em cooperações institucionais – tendência que se registra em vários campos do conhecimento (Marcondes & Sayão, 2002; Mocelin, 2009; Neves, 2002; Población & Noronha, 2002). Luz (2005) afirma que os principais atores do processo de produção científica também são docentes, acumulam funções como pesquisadores e realizam atividades diversas.

Neves (2002) observa que o número de publicações científicas em revistas indexadas, com resultados de pesquisas realizadas no Brasil, tem crescido. O país vem ganhando posição de destaque na ciência mundial, devido, principalmente, ao crescimento do sistema de pós-graduação e das atividades de pesquisa. Tal configuração

[5] Mais informações em http://dgp.cnpq.br/censos/series_historicas/index_basicas.htm

reporta à organização institucional da ciência e tecnologia no país e aos investimentos no setor, cujo fomento, ainda considerado residual, serve ao subsídio de bolsas de estudo e pesquisa, por meio de agências governamentais (CNPq, ligado ao Ministério da Ciência e Tecnologia, e CAPES, ligada ao Ministério da Educação, e FAPs).

Assim, após trajetória de cerca de 40 anos da expansão do sistema de pós-graduação, o país conta com 1.320 programas em nível de doutorado (em 2008), 88,9% desses em instituições públicas e 60,3% localizados no Sudeste. Os doutores titulados no Brasil tornam-se profissionais das ciências e das artes e, no caso das Ciências Humanas, empregam-se principalmente no campo da Educação, no qual atuam como docentes do ensino superior, o que sinaliza que esses pesquisadores retornam para instituições de ensino e, possivelmente, colaboram para manutenção da pesquisa nesse âmbito até os dias atuais (Centro de Gestão e Estudos Estratégicos – CGEE, 2010).

Ainda que não seja privilégio da ciência brasileira, a grande centralização da produção de conhecimento em determinadas regiões do país é excessiva (Guimarães, 2002). Ocorre, em geral, nos centros mais densamente povoados, com maior arrecadação de recursos financeiros (Meis & Leta, 1996). Araújo (1985) historiou que desde os anos 1940, os investimentos em tecnologia no país centravam-se em São Paulo e no Rio de Janeiro. Esse padrão de desequilíbrio entre regiões se mantém, com maior estrutura científica, subsidiada por 60% dos investimentos na região Sudeste e tem impactado a produção científica no país (Barros, 2000; Granja, 1995).

Conforme Meis e Leta (1996), no período 1981-1993, somente dez instituições respondiam por 52,3% da produção de artigos científicos. Em 1992, a USP registrou 25% da produção científica nacional, volume que o faz o maior desses centros (Granja, 1995). Na Psicologia, Yamamoto, Souza e Yamamoto (1999), ao identificar concentração da produção científica da área nas regiões Sul e Sudeste, reafirmam os

desequilíbrios regionais da ciência brasileira. Apesar de haver indicadores de crescimento do sistema de ensino superior em outras regiões, a exemplo de ampliação do número de programas de pós-graduação com nível de doutorado (CGEE, 2010), o Sudeste ainda concentra a maior parte da produção da ciência no Brasil.

2.3.1. Volume e expansão da produção científica no Brasil e no mundo

O conjunto de matérias produzido por um pesquisador é usado, nos dias de hoje, como critério para avaliações institucionais, inserção na pós-graduação, seleção de docentes e pesquisadores, e concessões de fomento a pesquisas. Desse modo, "nunca foi tão importante e necessário publicar" (Sampaio & Sabadini, 2009a, p. 171). O avanço da ciência no país, que se faz majoritariamente na academia, exige cada vez mais produtividade dos autores. Com essa demanda, a comunidade científica modifica sua dinâmica de funcionamento e corresponde às exigências das agências de fomento. Esses órgãos privilegiam o financiamento aos pesquisadores mais produtivos e usam o número de publicações como um dos principais critérios, o que tem levado a um crescimento exponencial da produção científica brasileira nos últimos anos (Luz, 2005). A predileção ao especialismo nos campos do conhecimento, característica da ciência mundial, também amplia o volume de publicações periódicas. A divisão de disciplinas requer novos mecanismos de publicação científica e esparsa a audiência de veículos de comunicação já existentes (Marcondes & Sayão, 2002).

Apesar dos esforços empregados por estudiosos da Ciência da Informação, é difícil precisar o volume de conhecimento difundido. Mesmo no caso das publicações científicas, o controle bibliográfico não acompanha o exponencial avanço das publicações, com títulos sendo lançados e interrompidos, vertiginosamente. Numa

estimativa realizada no início dos anos 2000, o Brasil contava com 4.580 títulos, com tendência de duplicação em 10 ou 15 anos (Targino & Garcia, 2000).

Esse cômputo ainda é dificultado pela ausência de bases estatísticas e indicadores que possibilitem a mensuração desse volume produzido no país. Assim, estudos de indicadores da produção nacional têm utilizado bases internacionais (em especial, coordenadas pelo *Institute for Scientific Information* – ISI[6]), que auxiliam principalmente na identificação de citações dos documentos científicos (Contini & Séchet, 2005; Strehl, 2005; Targino & Garcia, 2000).

Em 2008, um levantamento no ISI, realizado pela *Thomson Reuters*, contabilizou 1.136.676 artigos científicos, publicados naquele ano, em 10.500 títulos de todas as áreas do conhecimento (BBC Brasil, 2010). Europa, América do Norte e Ásia respondem por 90% da ciência produzida no mundo. Embora a repercussão da pesquisa brasileira no âmbito internacional seja pequena, tem crescido substancialmente (Contini & Séchet, 2005).

O Brasil publicou 16.872 artigos em periódicos científicos indexados no ISI, só em 2006. As áreas de maior impacto para esse crescimento foram a Psicologia e a Psiquiatria, nas quais o volume de publicações de artigos cresceu 70%, se comparado a avaliações realizadas em 2001-2003 e 2004-2006 (Castro, 2007). Em 2007, o Brasil assumiu a 15ª posição no *ranking* dos países mais produtores de ciência – garantida pelo aumento de 19% na produção científica nacional (Castro, 2007; Muccioli, Campos, Goldchmit, Dantas, Bechara, & Costa, 2007). No ano seguinte, a ciência no Brasil cresceu 56%: publicou mais de 30.000 artigos científicos em um ano, subiu sua colocação para 13ª posição e representou 2,6% da ciência mundial produzida no período (Gois, 2009). Com progressiva tendência de crescimento, em aproximadamente duas

[6] Disponível em http://thomsonreuters.com/

décadas (1990-2008), o número de artigos científicos produzidos anualmente no Brasil subiu de 3.665 para 30.021 (BBC Brasil, 2010).

Portanto, tais estudos têm referido participação crescente da ciência brasileira: em 1993, o Brasil produzia 0,53% da parcela de ciência no mundo (Meis & Leta, 1996); nos anos 2000, esse percentual atingiu 1,1% (Contini & Séchet, 2005); atualmente, são 2,2% (Gois, 2009; Platonow, 2009). Contudo, os periódicos brasileiros não impactam na ciência mundial, especialmente devido ao uso do idioma local. Mantêm, assim, um circulo vicioso no qual só são lidas e citadas as publicações indexadas em bases de dados internacionais, a exemplo do ISI (Mueller, 1999; Targino & Garcia, 2000), condição que não é privilégio da ciência brasileira e que tem mudado nos últimos anos, em decorrência da crescente visibilidade internacional da literatura especializada nacional por meio do Projeto SciELO (Meneghini, 2003).

O crescimento no volume de publicações científicas no país está atrelado ao sistema de pós-graduação, que titulou mais de 40 mil mestres e doutores, em 2007 (Gois, 2009). Assim, concomitante à expansão do sistema de pós-graduação e à quantidade de titulados, o número de pesquisadores no Brasil atingiu, em 2001, 64 mil (o que representa 1,3% dos 4.863 mil de pesquisadores em todo o mundo) (Contini & Séchet, 2005). A política voltada para os altos níveis de ensino no país consolidou o sistema de pós-graduação, que conta atualmente com 2.919 programas recomendados pela CAPES (13,9% nas Ciências Humanas)[7]. Do total, 49% desses localizados na região Sudeste, cenário que pode justificar a concentração da produção científica em Psicologia nessa região.

[7] Dados obtidos de www.capes.gov.br

2.3.2. Avaliação de publicações seriadas no Brasil

Diante do crescente volume de publicações, torna-se cada vez mais relevante a avaliação de periódicos científicos, a fim de aferir a qualidade da ciência produzida. A avaliação de periódicos é utilizada para gerenciar a entrada e a manutenção de seus números em bases de dados (critérios de indexação) ou em coleções de bibliotecas eletrônicas (a exemplo da SciELO).

Paralelamente à avaliação das publicações seriadas nesses âmbitos, desde 1998, a base Qualis, classificação de periódicos realizada para efeito de avaliação dos programas de pós-graduação pela CAPES, tem contribuído para o aumento da qualidade das publicações e do conhecimento produzido no Brasil e interferido no impacto da ciência brasileira no mundo (Sabadini, Sampaio, & Nascimento, 2009; Strehl, 2005; Yamamoto & Costa, 2009). O modelo de classificação Qualis, empreendida pela comissão CAPES/ANPEPP, combinava critérios relativos ao âmbito (local, nacional e internacional) e à qualidade (A, B e C) (Costa, 2006). Atualmente, o sistema classifica os veículos como A1, A2, B1, B2, B3, B4, B5 e C, em ordem decrescente de importância[8]. Desse modo, esse monitoramento dos veículos de comunicação científica contribui para publicação ágil e normatizada de artigos relevantes para as áreas do conhecimento (Yamamoto & Costa, 2009).

As avaliações de periódicos consideram dois parâmetros gerais: o conteúdo e a normalização. No primeiro caso, conta-se com a qualidade dos artigos, do corpo editorial e dos consultores, dos critérios de arbitragem dos textos, da natureza do órgão publicador, do caráter de abrangência de autores de diversas instituições e locais, da difusão da revista, e da inclusão em bases de dados. Quanto à normalização, adverte-se para a forma da revista: formato, capa, *International Standard Serial Number* (ISSN),

[8] Para consultar a classificação Qualis, acessar http://www.capes.gov.br/avaliacao/qualis

sumário, resumos bilíngues, uso de descritores, uniformização de listas de referências bibliográficas, citação no texto, instruções aos autores, regularidade da publicação, periodicidade, tempo de existência, difusão, indexação e apresentação gráfica (Ferreira & Krzyzanowski, 2003). Embora todos esses aspectos sejam relevantes, o sistema de avaliação por pares se sobressai, por seguir critérios consensuais de escolha de especialistas para analisar manuscritos em trâmite nos periódicos científicos – fundamental para assegurar a confiabilidade das informações geradas (Marchiori et al., 2006; Valério, 1994).

2.4. Produção científica em Psicologia no Brasil

Detalha-se, a seguir, aspectos relevantes para analisar a produção científica em Psicologia no Brasil, consoante às propriedades da comunicação científica de uma forma geral.

2.4.1. Periódicos científicos e volume de publicações em Psicologia no Brasil

O volume de publicações científicas, principalmente as periódicas, serve como indicador do desenvolvimento de uma área do conhecimento ou de uma região. Assim, a tendência da ciência pode ser estimada pelas suas publicações (Meis & Leta, 1996; Mueller, 1999; C. Witter, 1999). Matos (1988) historiou que a produção científica em Psicologia desenvolve-se lentamente a partir de 1960 e consolidou-se apenas duas décadas depois. Até o fim dos anos 1990, havia reclames do empenho na divulgação do conhecimento produzido na área da Psicologia (C. Witter, 1999). Atualmente, a área tem acompanhado a expansão da produção científica nas diversas áreas do conhecimento no país, com seus produtos divulgados em diferentes formatos, em especial: artigos científicos, livros, anais de eventos, dissertações de mestrado e teses de

doutorado. Contudo, observa-se que a Psicologia distingue-se da tendência das Ciências Humanas de preferir publicar no formato de livros e adere aos periódicos científicos indexados (Meis & Leta, 1996; Neves, 2002). Apesar de ainda hoje, no Brasil, haver necessidade de publicações periódicas em algumas áreas do conhecimento (Freitas, 2005), a conjuntura na Psicologia se distingue, por contabilizar destacado volume.

Na história das publicações seriadas em Psicologia no país, o empreendimento pioneiro foi da USP, que fundou o *Boletim da Faculdade de Filosofia, Ciências, Letras e Ciências Humanas – Série Psicologia Educacional*, em 1946 (Pacheco, 2005; Sampaio & Peixoto, 2000). Apesar disso, as menções à primeira revista em Psicologia publicada no país têm sido feitas aos veículos iniciados em 1949: *Boletim de Psicologia*, da Sociedade de Psicologia de São Paulo, e *Arquivos Brasileiros de Psicotécnica*, hoje *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, criada pelo Instituto de Seleção e Orientação Profissional (ISOP), da Fundação Getúlio Vargas (Sampaio, 2008). Observa-se que o início da difusão de conhecimento em Psicologia no país contou com a investida das sociedades científicas, função posteriormente substituída pelas instituições de ensino (Sampaio & Peixoto, 2000).

Desde então, as publicações seriadas em Psicologia têm crescido e atingido números elevados de títulos. São 190 no Index Psi; na PsycINFO, base com maior número de registros e habitualmente acessada por pesquisadores brasileiros, são 2.150 periódicos indexados, de mais de 50 países (Sampaio & Sabadini, 2009b; Yamamoto & Costa, 2009). O Catálogo Coletivo Nacional (CCN)[9], um serviço do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) que reúne informações sobre publicações seriadas, registra 729 títulos de interesse para a área, nacionais ou

[9] Disponível em http://ccn.ibict.br/

internacionais, correntes ou interrompidos; restrito ao âmbito nacional, a área contabiliza 158 títulos, 134 desses são correntes.

2.4.2. O destaque da pós-graduação na comunicação científica em Psicologia

Também na Psicologia brasileira a ciência está atrelada à pós-graduação (Matos, 1988). Em meados da década de 1990, Bonfim, Féres-Carneiro, Campos e Dias (1995) apontavam a responsabilidade dos cursos de pós-graduação pela produção científica, com destaque para uma terça parte das suas áreas de concentração em Psicologia Social ou afins, o que sinaliza o seu avanço, com grande ênfase desde os anos 1980. Weber (2003) registrou o número de mestres e doutores em Psicologia no período entre 1990 e 1999. À época, o sistema de pós-graduação na área contava com 42 cursos de mestrado e 21 de doutorado, voltados para formação de pesquisadores e geração de conhecimento. A maioria das instituições com esse nível de ensino localizava-se em São Paulo, com destaque para a USP (Granja, 1995). Atualmente, a área soma 64 programas de pós-graduação, a maioria no Sudeste (33). A região Nordeste computa 11 programas, o Sul, 9; o Centro-Oeste, 7; e o Norte, 4[10]. Tal constatação justifica a quantidade de artigos científicos publicados no âmbito universitário, devido especialmente aos programas de pós-graduação, pela Psicologia (Yamamoto, Souza et al., 1999).

O sistema de pós-graduação em Psicologia demonstra crescimento no número de suas publicações, se comparado aos triênios 1998-2000 e 2001-2003 de avaliação dos programas na área. Evidencia-se aumento significativo na produção bibliográfica, que pulou de 2.469 (artigos, 49,4%; capítulos de livros, 31,7%; trabalhos completos em anais, 12,3%; livros, 6,6%) para 5.030 itens publicados (artigos, 47,4%; 32,8% capítulos de livros, 12,2% trabalhos completos em anais de eventos e 7,5% livros). Os artigos

[10] Informações sobre o sistema de pós-graduação no Brasil podem ser acessadas em www.capes.gov.br

publicados no exterior passaram de 422 para 443, mas obtiveram proporcionalmente uma queda de 6% do total da produção. A média de publicações por docentes desses programas durante os triênios foi de 2,65 e 2,85 itens (1,31 e 1,35 artigos) (Yamamoto & Tourinho, 2006).

Yamamoto (2007, novembro) relatou crescimento no número de programas de pós-graduação no país que são intitulados Psicologia Social ou a têm como área de concentração e linha de pesquisa. Na ANPEPP – que converge pesquisadores para formar redes de colaboração em pesquisa –, Grupos de Trabalho com o foco na Psicologia Social se multiplicaram. Os resultados desse aumento da comunidade acadêmica podem ser observados no crescimento da produção científica na subárea, especialmente no número de periódicos científicos e de eventos.

A institucionalização da pesquisa em Psicologia nas IES também se associa à consolidação da comunidade científica em grupos de pesquisa. Em 2008, a Psicologia constava entre as dez áreas com maior número de grupos do país. Contava com 653 grupos e representava 2,9% dos 22.797 registrados no DGP[11]. Nesse contexto, revela-se importante a função das sociedades e associações científicas, que congregam especialistas em torno de uma área de conhecimento afim, quanto ao incentivo à difusão do conhecimento, por meio de organização de eventos, manutenção de bases de dados e publicações (Witter, 2007).

2.4.3. Difusão do conhecimento em Psicologia no Brasil: a contribuição da BVS-Psi

O acesso à informação em Psicologia tem aumentado significativamente, com contribuição das ações da BVS-Psi para visibilidade nacional e internacional do

[11] Estatísticas dos grupos de pesquisa no Brasil em outras áreas do conhecimento estão disponíveis em http://dgp.cnpq.br/censos/series_historicas/index_grupos.htm

conhecimento produzido na área (Maluf, 2005). Parte da literatura disponível em seu portal advém do Index Psi Periódicos Técnico-científicos, que converge 190 títulos; uma iniciativa da Pontifícia Universidade Católica de Campinas e do CFP, a fim de preservar a memória científica da área (Oliveira et al., 2000).

Também compõe o acervo referencial da BVS-Psi a base de dados LILACS, criada em 1982, pela BIREME, a fim de reunir, organizar e divulgar o conhecimento produzido na América Latina e no Caribe, principalmente na área da saúde. Hoje, a base recupera informações de 680 títulos (Sampaio, s/d; Yamamoto & Costa, 2009).

Destaque também deve ser dado ao investimento da BVS-Psi ao PePSIC, que utiliza metodologia SciELO. A base serve para agrupar periódicos científicos e recuperar informações na área, minimizar os custos devido à produção eletrônica de títulos, qualificar a informação, e permitir acessibilidade e visibilidade da ciência produzida no Brasil e na América Latina (Sampaio, 2005).

Além de reunir diversas bases de dados, a BVS-Psi confirma sua importância para a área da Psicologia ao: organizar o 1º Encontro de Editores de Revistas Científicas na área da Psicologia; propor a fundação da ABECiP, para congregar editores de publicações seriadas na área; e investir na ampliação do serviço para os demais países latino-americanos e no acesso às publicações científicas da região, criando a Biblioteca Virtual da União Latino-Americana de Entidades de Psicologia (BVS-ULAPSI) (Sampaio, 2005; Serradas & Sampaio, 2004).

2.4.4. Estudos sobre a produção científica em Psicologia no Brasil

Se a profissão de psicólogo tem sido estudada desde o início de sua regulamentação no país, não se pode afirmar que sua produção científica tenha recebido a mesma atenção. Nem se podia esperar que houvesse, posto que as publicações da

Psicologia nos anos 1960 eram isoladas e esparsas, com aumento nos anos 1970 e consolidação somente na década seguinte (Matos, 1988). Granja (1995) relatou que havia preocupação constante com a produtividade e a qualidade da produção científica ainda incipiente produzida na área, aliada ao baixo número de formandos, à ausência de vínculo dos cursos de graduação a atividades de pesquisa e aos poucos periódicos científicos. Contudo, ressalta que pesquisadores de Psicologia têm conferido a esse tema diversas publicações desde os anos 1980, acompanhando o crescimento geral dos estudos cientométricos no país. Assim,

> uma das maneiras de avaliar o trabalho do psicólogo tem sido por meio do exame do tipo de produção de conhecimento na área, dos avanços que são feitos em função dessa produção, das decorrências teóricas e práticas dessa produção para a Psicologia como área e como profissão e para o ensino de Psicologia no país (Kubo & Botomé, 2001, p. 95-96).

Na Psicologia brasileira, os pesquisadores parecem estar respondendo ao questionamento de C. Witter (1999), acerca *do que*, *como* e *quando* estão sendo produzidos os estudos, nas suas várias subáreas. Dezenas de pesquisas recentes têm contribuído para compreender a situação da produção científica na área. São artigos ou capítulos de livros cujo objeto de estudo são as características da sua comunicação científica. Discute-se políticas científicas, função de sociedades científicas, internacionalização, pós-graduação, avaliação de publicações seriadas, divulgação científica e citações à literatura especializada. Entretanto, a maior massa informacional sobre produção científica em Psicologia no Brasil é relativa ao mapeamento das publicações de um tema ou de uma subárea. Em vistas desse cenário, especificar-se-ão algumas dessas publicações.

Botomé, Coleta e Matos (1988) elaboraram documento a fim de contribuir para as políticas científicas na área. Registraram, àquela época, que as pesquisas em Psicologia (quando realizadas) eram assistemáticas, sem compor um programa de pesquisa amplo. Queiroz e Pérez-Ramos e Morais (2000) relataram a história dos grupos de trabalho da Sociedade de Psicologia de São Paulo (1949-1964). Mais recentemente, Maluf (2004) apontou a participação de psicólogos brasileiros na Sociedade Latino-Americana de Psicologia desde a sua fundação; e a função da disseminação do conhecimento para inserção internacional da Psicologia, com destaque à contribuição da BVS-Psi (Maluf, 2005); e Koller, Sarriera e Abreu e Silva Neto (2008) relataram o *II Encontro Latino-Americano de Intercâmbio de Psicologia* e o fortalecimento da rede de pesquisadores dos diversos países da região; textos que enfocam a importância da colaboração científica internacional, um tema pertinente à ciência brasileira.

Outros estudos apontam particularidades da Psicologia, mas contribuem também para a reflexão da ciência de um modo geral e convergem para o debate sobre pós-graduação. Botomé e Kubo (2002) advertiram para a necessidade de se refletir acerca da responsabilidade do ensino pós-graduado, voltado tanto para formar cientistas quanto docentes. Yamamoto (2006) relaciona a atividade de docentes de pós-graduação no ensino de graduação e o envolvimento de estudantes desse nível nas realizações de pesquisa.

Os estudos em Psicologia que enfocam o periódico científico tratam principalmente da história dessas publicações seriadas. Há relatos da trajetória de revistas nacionais e internacionais. Os títulos nacionais são assim historiados: *Boletim de Psicologia* foi revisado por Alves (2000); Custódio (2000) dedicou-se ao estudo dos primeiros números do mesmo título, editado pela *Sociedade de Psicologia de São*

Paulo; a história dos 25 primeiros anos de publicação da revista *Psicologia: Ciência e Profissão* foi contada por Campos e Bernardes (2005); e o estudo mais recente com essa característica foi realizado por Queiroz e Pérez-Ramos (2009), sobre o *Boletim Academia Paulista de Psicologia*, em que revelou o seu percurso até os dias atuais, quando está disponível eletronicamente.

Outro tipo de estudo com foco em periódicos de Psicologia é o mapeamento de sua produção. Exemplifica esse caso o estudo de Yamamoto, Souza et al. (1999), que constataram o desequilíbrio regional na produção científica em periódicos no país. No caso da investigação de Oliveira, Cantalice, Joly e Santos (2006), sobre a produção científica publicada pela revista *Psicologia Escolar e Educacional* (1996-2005), contribui-se principalmente para identificar o desenvolvimento de temas pesquisados – por se tratar do estudo de uma revista especializada em uma subárea da Psicologia.

Também é preocupação de pesquisadores da Psicologia a avaliação de periódicos. Yamamoto, Koller et al. (1999) e Yamamoto et al. (2002) registram o processo de monitoramento de periódicos para a base Qualis, cujo impacto na comunidade científica foi investigado por Costa (2006), Costa e Yamamoto (2008) e Jacon (2006). Guedes (2004) também faz alusão à classificação Qualis em Psicologia e reflete sobre o sistema editorial de publicações na área. A dedicação a temas relativos a periódicos pela área da Psicologia é tanta, que Sabadini, Sampaio e Koller (2009b) investiram na elaboração de um manual, que serve a editores e autores, desde a preparação do manuscrito até os trâmites de editoração.

O tema divulgação de conhecimento em Psicologia já se fazia presente em um número da revista *Psicologia: Ciência & Profissão* (1984), em um artigo intitulado *Fácil acesso às informações*, relatando as ações do IBICT; no mesmo volume, Freire

(1984) listou bibliotecas que ofereciam o Programa de Comutação Bibliográfica (COMUT) e revistas especializadas da área.

A contribuição de estudos de análise de citações em Psicologia, um dos indicadores bibliométricos, fica por conta de bibliotecárias: Sampaio (2008) realizou análise de citações em dissertações e teses defendidas no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IPUSP) e Coser (2009) verificou-as nos programas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Também são os bibliotecários que difundem as ações da BVS-Psi, ao acionar sua importância para a comunicação científica em Psicologia (Sampaio, 2005; Serradas & Sampaio, 2004).

Os mapeamentos da produção científica em Psicologia, por tema ou subárea têm sido realizados principalmente no último decênio. Comumente, os pesquisadores selecionam a instituição ou a base de dados para recuperar os documentos, a modalidade de publicação (periódicos, livros, anais de eventos) e o recorte temporal. Os exemplos são inúmeros, e das mais variadas abrangências, como os estudos sobre a produção científica do curso de pós-graduação do Instituto de Psicologia da USP, no qual sintetizou um conjunto de estudos publicados nos anos 1980 e 1990 (Granja, 1995); e o relato da contribuição da Psicologia na produção científica em artigos de Enfermagem (Carvalho & Camargo, 2001).

Em um levantamento assistemático, identificou-se algumas subáreas da Psicologia que realizaram estudos sobre sua produção científica; são: Psicologia do Desenvolvimento, Psicologia Ambiental, Avaliação Psicológica, Análise do Comportamento, Psicologia Educacional e Escolar (também há estudos sobre Educação Infantil, Educação Superior), Psicologia Organizacional e do Trabalho, Psicologia da Religião, Psicologia Social, Psicologia da Saúde (destaque para Saúde Mental e para Psicologia e Saúde Pública). Exemplos de estudo com esse caráter são: o levantamento

realizado acerca da Psicologia no campo da Saúde Pública na BVS-Psi (Spink, 2007); e o mapeamento da produção em Psicologia Educacional e Escolar no formato de artigos em periódicos científicos e anais de congresso, no entretempo 1990-1994 (C. Witter, 1999).

Quanto às publicações que objetivaram estudar a produção científica de temas específicos, sua principal importância é a compreensão da diversidade de aportes teórico-metodológicos sobre o fenômeno estudado e das possibilidades de intervenção acerca dos mesmos. A Psicologia tem contribuído com pesquisas sobre o fracasso escolar; a deficiência mental, a aprendizagem e a inclusão escolar; a resiliência psicológica; o suicídio; a avaliação neuropsicológica de linguagem; as psicoterapias breves; a pobreza; a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes; as concepções de trabalho; o comprometimento no trabalho; a aprendizagem organizacional; as competências no trabalho; a cultura organizacional; a síndrome de Burnout; a personalidade e o câncer de mama; o estresse; a prevenção da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS); a velhice; a depressão; os transtornos alimentares; a criatividade; a ética, o preconceito e a educação; a profissionalização de pessoas com deficiência; a orientação profissional; os conceitos e a teoria de Vygotsky; e o compromisso social do psicólogo. São dois os estudos sobre o último assunto listado, que documentam sua produção científica na *1ª Mostra Nacional de Práticas em Psicologia* (Silva, 2004) e na revista *Psicologia: Ciência e Profissão* (Lopes, 2005).

O conjunto de estudos sobre produção científica em Psicologia é indício do desenvolvimento dessa área do conhecimento, essencialmente nos últimos anos. Considera-se os avanços quantitativos e qualitativos nas publicações da Psicologia e o cenário de expansão da ciência brasileira – investimento nas políticas de fomento, consolidação das instituições relativas à pesquisa e maturação da produção científica

nacional –, e prospecta-se que essa área poderá contribuir cada vez mais para o desenvolvimento científico do país.

A partir do estudo da profissão de psicólogo no Brasil e do cenário das publicações científicas na área, convém retomar o objetivo desta investigação e detalhar a estratégia metodológica realizada.

3. Objetivos e estratégia metodológica

Nesta seção, apresenta-se os objetivos deste estudo e descreve-se as estratégias metodológicas para atingir tais fins.

3.1. Objetivos

O objetivo deste estudo foi analisar o tema compromisso social do psicólogo na literatura científica sobre a profissão de psicólogo no Brasil.

Concernente a este, considerou-se os seguintes objetivos específicos:

a) Caracterizar artigos científicos sobre a profissão de psicólogo no país, que mencionam o compromisso social;

b) Analisar como o tema compromisso social do psicólogo é abordado em artigos científicos sobre a profissão de psicólogo no país.

Na próxima seção deste estudo serão apresentadas as estratégias realizadas para responder aos objetivos listados acima.

3.2. Materiais e procedimentos

Com intuito de responder aos objetivos desta pesquisa, propostos na última seção, realizou-se pesquisa bibliográfica, de cunho descritivo, na literatura especializada sobre compromisso social do psicólogo.

Uma pesquisa bibliográfica se caracteriza por profundo e exaustivo estudo de documentos, com definição de estratégia metodológica claramente definida, sob técnicas e critérios rigorosamente estabelecidos, a fim de sintetizar informações de diversos estudos e contribuir para o desenvolvimento de um campo do conhecimento. Terminologia pouco empregada para esse tipo de investigação tem sido *revisão*

sistemática de literatura, devido à semelhança da expressão com os estudos de revisão de literatura. Apesar disso, mantém uma característica que a distingue da revisão, que é a obediência a técnicas eficientes de busca bibliográfica; ao passo que as revisões objetivam eminentemente atualizar ou aprofundar um tema específico e mencionam documentos científicos já publicados, a fim de apontar novas tendências na área do conhecimento ou no tema de estudo (Chiara & Chiara, 2006). Desse modo, a estratégia de recuperação, armazenamento e organização das informações colecionadas são o crivo que distingue uma metanálise de uma revisão de literatura.

Num estudo documental, de caráter metanalítico, os descritores utilizados nos textos investigados são aspectos importantes para análise. Os termos empregados nesses documentos servem à indexação dos mesmos em bases de dados (Sabadini et al., 2009a). Desse modo, por vezes, os descritores podem destacar do tema estudado indicadores que já foram sistematizados anteriormente ou procedimentos metodológicos que podem auxiliar numa busca bibliográfica. Outro aspecto que merece atenção é a necessidade de crivo quanto ao tempo de publicação do material investigado, às bases de dados utilizadas na busca e à especificidade de um assunto estudado (Chiara & Chiara, 2006).

Para recuperar os documentos partícipes desta investigação, estruturou-se um conjunto de atividades dividido em duas etapas de busca. Na primeira dessas, pesquisou-se sobre o tema profissão de psicólogo. Na segunda etapa, refinou-se, das informações colhidas no primeiro apanhado, o material para compor especificamente esta investigação, na qual foram apuradas publicações que exploram o tema compromisso social do psicólogo, no formato de artigos publicados em periódicos científicos no Brasil. Segue, nesta seção, a descrição detalhada dessas etapas.

3.2.1. Da primeira etapa: recuperação e sistematização de documentos sobre profissão de psicólogo

A primeira etapa de procedimentos desta investigação equivale à recuperação de documentos realizada para a pesquisa intitulada *Historiografia da produção sobre a profissão de psicólogo no Brasil*, realizada pelo Grupo de Pesquisas Marxismo & Educação (GPM&E)[12].

Nesta etapa, objetivou-se colecionar e sistematizar informações de documentos produzidos no país sobre a profissão de psicólogo, sem definição prévia de período estudado, embora houvesse a expectativa de que o material recuperado tivesse sido publicado posteriormente à regulamentação da profissão de psicólogo no país, em 1962. O conjunto de atividades realizados nesta etapa está sintetizado na Figura 1[13].

[12] Pesquisa realizada entre os anos 2007 e 2009, sob coordenação do Prof. Dr. Oswaldo H. Yamamoto, e financiada pelo CNPq (Processo CNPq 471592/2007-2).

[13] Figura reproduzida de: Yamamoto, O. H., & Costa, A. L. F. (no prelo). *Escritos sobre a profissão de psicólogo no Brasil*. Natal: EDUFRN.; produto do projeto de pesquisa ao qual este estudo está vinculado.

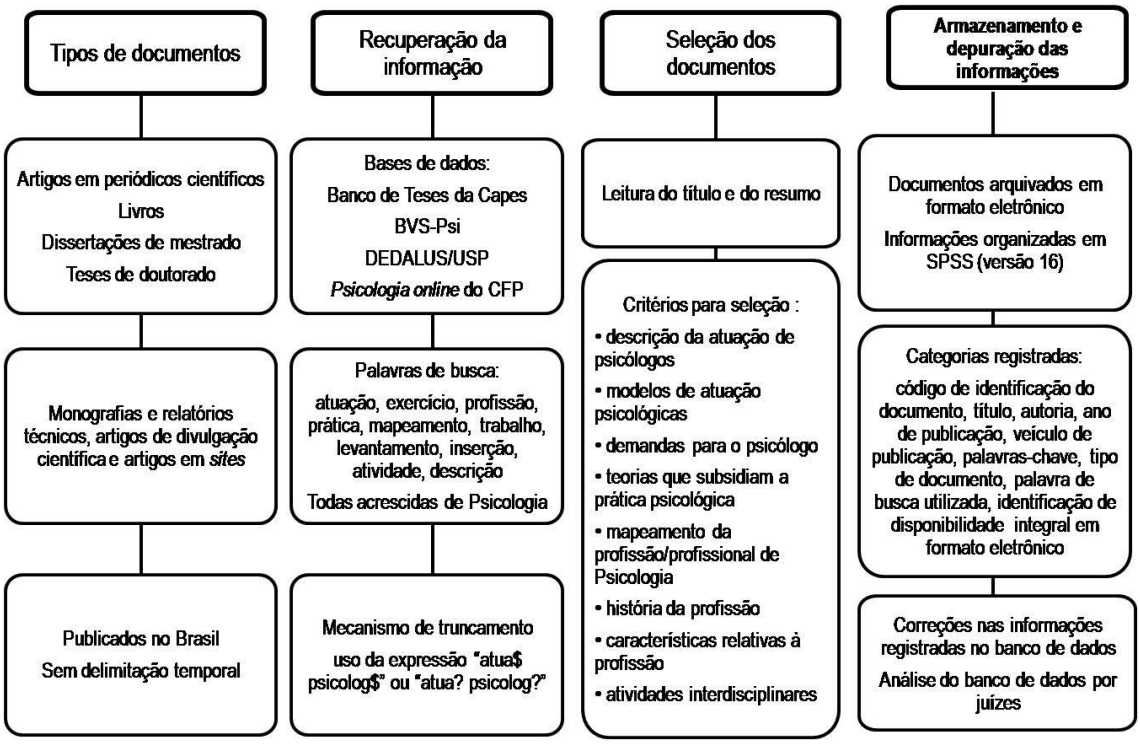

Figura 1. Síntese da estratégia metodológica da primeira etapa de recuperação de informações sobre a profissão de psicólogo.

A massa documental obtida nesta etapa da pesquisa tratava-se de documentos acadêmico-científicos de tipos distintos, principalmente, artigos científicos, livros, dissertações de mestrado e teses de doutorado, embora se tenha recolhido também artigos de divulgação científica, artigos em *sites*, cartilhas, relatórios técnicos e monografias. Não houve discriminação dos documentos por modalidade de estudo (estudos teóricos, relatos de pesquisa, relatos de experiência, resenhas).

A busca desse material ocorreu entre 19 de agosto de 2008 e 20 de janeiro de 2009, em bases de dados bibliográficos *online* de renome na comunidade científica e que indexam documentos de diversas disciplinas, dentre essas, Psicologia e áreas afins. Serviram de fontes de informação para esta pesquisa o Banco de Teses da CAPES, a

BVS-Psi, o Catálogo Global *online* (DEDALUS) do Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade de São Paulo (SIBi/USP) e o *site Psicologia online* do CFP.

A escolha dessas bases de dados adveio das propriedades específicas de cada uma delas, numa tentativa de contemplar os diversos tipos de documentos pesquisados (artigos científicos, dissertações de mestrado e teses de doutorado) e abarcar a produção científica mais acessada pelo público de Psicologia. Essas bases funcionam em sítios eletrônicos de recuperação de informações sobre o documento científico (bases de dados bibliográficos), o que não implica que disponibilizam os documentos integralmente (bases de dados de texto completo).

O Banco de Teses da Capes relaciona resumos de teses e dissertações publicadas no país desde 1987; a BVS-Psi converge em seu acervo os principais sítios e indexadores na área, dentre esses: SciELO, LILACS, Index Psi Periódicos Técnico-Científicos, Index Psi Periódicos de Divulgação Científica, Index Psi Teses, PePSIC; o DEDALUS é um banco de dados bibliográficos de documentos disponíveis na USP, cujo Instituto de Psicologia é considerado referência na América Latina (Costa, 2006); e o acervo do Sistema Conselhos de Psicologia dispõe de publicações presentes no *site Psicologia online* (www.pol.org.br).

Os mecanismos de recuperação nessas bases de dados são distintos. Embora em qualquer uma dessas se permita o uso de palavras de busca (palavras-chave, termos-chave ou descritores), que acionam características do documento ao qual correspondem (Sabadini et al., 2009b). O uso de palavras-chave é um dos principais recursos para recuperação da informação (Ferreira, Morais, Mucheroni, & Perez, 2009). Assim, o seu uso foi imprescindível, nesta etapa de busca sistemática de material bibliográfico, para obter informações de localização e acesso aos documentos científicos nas referidas bases. Devido ao caráter abrangente dessa etapa de recuperação de informações e ao

crivo do vocabulário controlado pela Terminologia em Psicologia (disponível na BVS-Psi) (Sabadini et al., 2009a) – que restringe o tema abordado nesta etapa do estudo à expressão *atuação do psicólogo* –, optou-se pelo uso de termos comumente utilizados pelos autores de estudos sobre profissão de psicólogo. As palavras de busca utilizadas foram: *atuação, exercício, profissão, prática, mapeamento, trabalho, levantamento, inserção, atividade, descrição*; todas acrescidas de *Psicologia*. Os mesmos termos foram utilizados em investigação documental anterior, realizada pelo GPM&E[14] e examinados em um estudo piloto (inseridos em bases de dados para verificar a recuperação de documentos de interesse para o tema pesquisado e que, entre elas, se complementassem).

De tal modo, em paralelo ao uso da expressão *atuação do psicólogo*, terminologia amplamente utilizada na classificação de documentos em bases de dados, o emprego da palavra *mapeamento*, usualmente encontrado em estudos do GPM&E, permitia a recuperação de documentos que não haviam sido marcados pelo descritor. O uso dessas palavras de busca foi complementar, embora não exaustivo. De todo modo, atingia um núcleo importante para subsidiar estudos sobre a profissão de psicólogo no país e que forma uma massa de informações que permite discutir o tema.

Para que as bases de dados mostrassem a maior quantidade de documentos que nessas estavam disponíveis e que pudessem ser importantes para a obtenção dos textos, utilizou-se os mecanismos de busca específicos a cada base de dados. Os buscadores empregam um padrão de códigos de truncamento das palavras para que, incompletas, seus caracteres anteriores ao código (por exemplo, "$" ou "?") identifiquem todos os

[14] Seixas, P. S., Costa, A. L. F., Oliveira, A. M., Oliveira, I. F., & Yamamoto, O. H. (2007). Estudo histórico-bibliográfico sobre a profissão de psicólogo no Brasil [Resumo]. In União Latino-Americana de Entidades de Psicologia (Org.), *II Congresso Latinoamericano de Psicologia da ULAPSI*. Havana: Autor. Obtido em 30 de janeiro de 2010, de www.ulapsi.org

documentos em que constem o tronco do vocábulo. Dessa forma, a palavra atuação junto com a palavra Psicologia poderia ser pesquisada a partir das expressões *atua$ psicolog$* ou *atua? psicolog?*, pelo que se encontrariam derivados de "atua".

Os documentos foram selecionados a partir da leitura do título e do resumo dos mesmos para identificar estudos sobre profissão de psicólogo no Brasil. É importante destacar que alguns documentos não tinham resumo, o que pode ser justificado tanto pela não disponibilidade de detalhes dos documentos nas bases de dados quanto pela ausência de resumo da própria fonte, como é o caso de livros ou artigos publicados em periódicos antigos. Nesses casos, a seleção dos documentos ocorria somente pelo título.

Foram aspectos considerados crivos importantes para seleção dos documentos: profissão de psicólogo em regiões ou localidades específicas no país; descrição da atuação de psicólogos (atividades realizadas, serviços de Psicologia), modelos de atuação psicológicas, características pessoais do profissional, demandas para o psicólogo, teorias que subsidiam a prática psicológica, mapeamento da profissão ou do profissional de Psicologia, história da profissão, características relativas à profissão, atividades interdisciplinares.

Alguns critérios foram definidos para não selecionar os documentos. Estudos que se classificassem como anais de eventos ou multimídia (vídeos, áudios); cujos temas se detinham na formação do psicólogo, com exceção daqueles que relacionam formação e atuação, com ênfase no último; que tratassem especificamente de representação social do psicólogo, embora fossem selecionados textos sobre imagem, identidade ou papel do psicólogo para a sociedade. Também não foram incluídos estudos com enfoque em atuação de outros profissionais, incluídos psicanalistas, caso não informasse que estes são psicólogos.

Identificados, os documentos foram selecionados e arquivados em formato eletrônico (com extensão .doc ou .pdf) e suas informações foram organizadas em um banco eletrônico na versão 16 do *software Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS). As categorias registradas foram: código de identificação do documento, título, autoria, ano de publicação, veículo de publicação, palavras-chave, tipo de documento, palavra de busca que possibilitou a recuperação do documento e disponibilidade de texto integral em formato eletrônico.

Após a recuperação e sistematização dessas informações, o banco foi depurado, com auxílio do programa *Microsoft Office Excel 2007*. Além do descarte de duplicações e de documentos não condizentes com os critérios determinados para a coleta, complementou-se o banco com informações ausentes nas bases de dados, mas que constavam nos documentos completos; reclassificou-se categorias, a exemplo de artigos de divulgação científica que constavam em bases de dados de periódicos técnico-científicos; e realizou-se correções ortográficas. O último procedimento desta etapa foi a avaliação do banco de dados por três juízes com trajetória de pesquisa sobre o tema, que seguiram as mesmas determinações fornecidas para a recuperação dos documentos.

Após a realização desses procedimentos, colecionou-se 908 documentos, entre artigos científicos, estudos acadêmicos, livros e demais textos da literatura especializada. Desse conjunto, atentou-se, na segunda etapa, para os 376 artigos publicados em periódicos científicos, dos quais selecionou-se os estudos partícipes desta investigação, conforme detalhamento no próximo tópico.

3.2.2. Da segunda etapa: seleção de artigos sobre compromisso social do psicólogo

Os artigos sobre compromisso social do psicólogo, publicados em periódicos científicos no Brasil foram o foco da segunda etapa de procedimentos de recuperação

dos documentos. Desse modo, selecionou-se, do banco de informações gerado na primeira etapa, textos a partir de dois critérios. Primeiro, por formato: somente artigos publicados em periódicos científicos, em virtude do caráter final dos estudos divulgados nessa modalidade e da valorização desse veículo de publicação pela comunidade acadêmica; e segundo, por tema: daqueles estudos sobre a profissão de psicólogo, somente os que se referissem ao compromisso social.

Portanto, realizou-se um recorte no conjunto de documentos coletados. Nesta etapa, escolhidos os artigos sobre compromisso social, publicados em periódicos científicos. Não houve delimitação de período de publicação dos escritos. Os critérios de seleção relativos ao tema do material para esta etapa de triagem foram escolhidos com base no referencial teórico utilizado neste estudo e estão resumidos na Tabela 1.

Tabela 1

Síntese de indicadores do compromisso social do psicólogo utilizados como critério de corte temático, por resumo e por texto completo

Resumo	Texto completo	n
Compromisso social		20
Função social		3
Responsabilidade social		3
Agente de mudanças		3
Condições reais das pessoas		7
Ética		5
Transformação social		9
Sem resumo	Função social	1
Alternativas de atuação	Condições reais das pessoas	1
	Compromisso social	7
Crítica à atuação	Condições reais das pessoas	1
	Responsabilidade social	1
Total		61

Realizou-se a leitura do título, do resumo e das palavras-chave do conjunto de artigos (n = 376), a fim de identificar indicadores do debate acerca do compromisso social do psicólogo. Ao reconhecer menção direta ao compromisso, à responsabilidade ou à função social do psicólogo na leitura das referidas seções dos artigos, agrupou-se os mesmos para análise do texto integral. Complementou esse grupo, artigos que reportam o psicólogo como agente de mudanças ou o exercício ético na prática profissional, haja vista a noção de proximidade desses dois indicadores a práticas socialmente comprometidas; e adicionou-se artigos que expressaram a atuação profissional do psicólogo condizente a condições reais das pessoas e à mudança ou transformação social, com a expectativa de esses critérios envolver o tema abordado.

Nos casos em que não constava resumo, o título serviu como crivo para uma segunda triagem ser realizada por meio do texto completo. Por esse procedimento também passaram os artigos nos quais constavam, no resumo, menção a práticas alternativas de atuação ou a críticas à atuação – devido à abrangência desses critérios, que poderiam referir-se a práticas profissionais diferentes, sem aliar tal análise à relevância social de tais ações. Assim, os artigos nessas condições foram lidos na íntegra e sua seleção ocorreu pelo reconhecimento de trechos do artigo que fizessem menção aos critérios utilizados na triagem anterior (função social, responsabilidade social, compromisso social ou condições reais das pessoas). Portanto, a coleção de artigos selecionados nesta segunda etapa de coleta são textos sobre a profissão de psicólogo que se referem ao compromisso social do psicólogo ou que sinalizam preocupação com aspectos relativos a esse tema.

Desse modo, a plataforma inicial de amostragem contou com 74 artigos, que foram reunidos em arquivos eletrônicos ou, no caso de artigos não disponíveis *on-line*,

recolhidos via COMUT[15]. As informações dos artigos foram dispostas em um banco de dados próprio, digitalizado no *software Microsoft Office Excel 2007*, ainda que elaborado com os mesmos elementos informacionais do banco da primeira etapa (título, autores, ano de publicação, etc.), serviram de referência para todos os procedimentos relativos à análise empreendida adiante.

Após a leitura dos artigos na íntegra, 13 foram descartados da análise por não condizerem com os objetivos deste estudo. As informações dos 61 artigos que compuseram esta investigação foram transpostas para bancos específicos, combinados aos dois eixos de análise, que estão detalhados no próximo tópico.

3.2.3. Da análise de artigos sobre compromisso social do psicólogo

A análise dos 61 artigos sobre compromisso social do psicólogo, publicados em periódicos científicos no Brasil, ocorreu em dois eixos: cientométrico e temático. A expectativa ao explorar esses eixos foi de que, ao cumprir os procedimentos de análise, tornasse-se viável discutir acerca da produção científica em Psicologia no Brasil sobre o compromisso social do psicólogo, a fim de contribuir para delinear a constituição histórica das discussões acadêmico-científicas acerca do tema e de provocar reflexões acerca dos rumos da profissão de psicólogo no país. Contudo, merece ressalva a grande dispersão entre os anos de publicação dos artigos, devido a não delimitação temporal. Desse modo, ainda que se tenha tomado os devidos cuidados no estudo desses documentos, essa característica do conjunto analisado pode ter implicado uma análise anacrônica.

[15] O Programa de Comutação Bibliográfica, coordenado pelo IBICT, permite ao usuário do serviço adquirir cópia de documentos disponíveis fisicamente em bibliotecas depositárias em todo o país. No caso de artigos em periódicos, as bibliotecas podem ser identificadas no Catálogo Coletivo Nacional. Para mais informações: www.comut.ibict.br/comut/ e www.ccn.ibict.br

Assim, no primeiro eixo, cientométrico, focou-se nas unidades de análise características da descrição da produção científica, procedimento que correspondeu ao primeiro objetivo específico deste estudo. Analisou-se características gerais dos artigos, informações sobre autoria e sobre veículos de publicação, conforme detalhado na Tabela 2.

Tabela 2

Síntese de unidades de análise do eixo cientométrico

Eixo	Unidades	Categorias
Cientométrico	Características gerais	Ano de publicação
		Subárea da Psicologia
		Natureza do estudo
		Instituição de origem do artigo
		Localização nos estados da federação
		Distribuição geográfica
		Temas abordados
		Palavras-chave
		Características dos estudos
		Estudos teóricos
		Relatos de pesquisa
		Relatos de experiência
	Autoria	Informações gerais de autoria
		Número de artigos
		Tipo de autoria
		Informações sobre o autor principal
		Sexo
		Maior titulação
		Área de concentração de pesquisas
		Cargo ocupado
		Instituição de vínculo atual
		Participação em grupos de pesquisa
		Fomento à pesquisa
		Orientação de pós-graduação
		Vínculo a órgãos da profissão
	Veículos de publicação	Número de artigos por periódicos científicos
		Tipo de instituição que publica os periódicos
		Área de conhecimento do periódico
		Classificação Qualis
		Disponibilidade de texto completo *on-line*
		Disponibilidade na biblioteca SciELO

Para sistematizar os aspectos desse eixo, transpôs-se o banco em *Excel*, no qual foram organizadas as informações referenciais dos artigos, para um arquivo em SPSS, que foi complementado, a fim de permitir a análise das características gerais e algumas comparações às informações dos artigos sobre profissão de psicólogo (sistematizadas na primeira etapa desta investigação).

As análises de autoria e de veículos de publicação exigiram a organização em bancos de dados diferentes do geral, também estruturados com o auxílio do SPSS, composto por categorias específicas acerca dessas unidades. Para complementar as informações que não constavam nos artigos ou que fossem específicos aos autores ou aos veículos de publicação, utilizou-se outras fontes de informações.

A principal página consultada para esse procedimento foi a Plataforma Lattes <http://lattes.cnpq.br/>, combinada ao Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil <http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/>, por compilarem informações de produção acadêmica e vínculo institucional de pesquisadores no país. Utilizou-se a base de *Instituições de Educação Superior e Cursos Cadastrados*, do Sistema e-MEC <http://emec.mec.gov.br/>, para recolher informações sobre IES. Na análise dos veículos de publicação, a base Qualis, por meio da seção *Avaliação de publicações*, no *site* da ANPEPP <www.anpepp.org.br/>, o CCN, serviço da Instituição Brasileira de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) <www.ibict.br>, e a página da biblioteca SciELO < http://www.scielo.br/>, serviram para reunir um conjunto de característica acerca dos periódicos científicos.

Critérios referentes a categorias específicas são descritos concomitante a apresentação dos seus resultados, conforme se pode acompanhar a distinção feita às subáreas da Psicologia e o esclarecimento acerca da natureza dos estudos (se teóricos, relatos de pesquisa ou de experiência), na próxima seção. Para as análises das unidades

desse eixo, utilizou-se cálculos de estatística descritiva das categorias vigentes (e.g., frequências e percentuais) por meio de ferramentas do SPSS (Bisquerra, Sarriera, & Martínez, 2004) e do *Excel* (para fins de ajustes nos formatos das tabelas).

No eixo temático, que responde ao segundo objetivo específico desta investigação, contou-se com os textos completos dos artigos sobre compromisso social do psicólogo, para análise textual a partir da leitura de sua íntegra. Aos textos completos dos artigos arquivados eletronicamente juntou-se os artigos impressos, que foram digitalizados, em virtude de o procedimento de análise ter ocorrido em plataforma digital.

Assim, os textos completos dos artigos compuseram um banco eletrônico, para leitura e categorização do material, procedimento auxiliado pelo programa *Qualitative Data Analysis Miner* (*QDA Miner*), versão 3.2, de 2009 – escolhido devido aos recursos que essa ferramenta disponibiliza referente ao trato com informações textuais (Hernandez, 2008; Klippel, Koetz, Lacerda, Teixeira, & Antunes Jr., 2004; Lhullier, 2008; Trinidad, Carrero, & Soriano, 2006).

A elaboração do projeto nesse banco ocorreu considerando-se cada artigo um caso, haja vista a necessidade de a análise contar com um conjunto de informações próprio de cada documento. Esse bloco constituiu-se de identificação do documento, título, ano de publicação, nome do autor principal, cargo do autor principal à época de publicação do escrito, instituição de origem dos artigos, cargo ocupado pelo autor principal à época de publicação, subárea da Psicologia, tema abordado, natureza do estudo e especificidades dos estudos teóricos, dos relatos de pesquisa e dos relatos de experiência. É válido ressaltar que informações constantes nesse bloco serviram para identificação de particularidades dos artigos quando gerados relatórios com a frequência e o percentual de ocorrências das categorias desse bloco, complementar à análise

cientométrica. Tal procedimento de análise exigiu a reprodução de algumas variáveis nos dois bancos eletrônicos (SPSS e QDA).

Após uma primeira leitura geral dos artigos, o uso do *software* contribuiu para ordenar um exame sistematizado desses escritos, combinado com a codificação de categorias que emergiram a partir da leitura. Desse modo, as categorias identificadas neste procedimento estão na Tabela 3.

Tabela 3

Síntese de unidades de análise do eixo temático

Eixo	Unidades	Categorias
Temático	Compromisso social do psicólogo	Conceitos Atores Dimensões

Três categorias que compuseram o núcleo da discussão sobre o compromisso social do psicólogo foram analisadas nesse eixo temático. Foram considerados conceitos do compromisso social do psicólogo aqueles devidamente explicitados pelos autores dos artigos. Os atores do compromisso social do psicólogo, fossem eles psicólogos ou não, definiram-se a partir daqueles excertos que correspondiam aos responsáveis por exercer o compromisso social, ou seja, atuar em prol da finalidade proposta pelos escritores dos artigos. Competência técnica, direção política, expansão, orientação teórica e renovação foram devidamente assinaladas como dimensões do compromisso social do psicólogo, com base em sentidos atribuídos por Bastos (2009).

Após marcar excertos referentes a essas categorias, por meio da ferramenta de codificação no *QDA Miner*, apurou-se relatórios com a listagem de trechos literais que foram marcados durante a leitura. Foi possível tanto sistematizar informações separadas por cada categoria quanto agrupá-las para identificar possíveis associações entre as

informações obtidas nos artigos, conformando análises de coocorrência. Assim, esse procedimento consistiu em exitosa organização das informações.

No entanto, é preciso ponderar que não foi intenção nem seria possível, pela estratégia metodológica adotada, esgotar a discussão sobre compromisso social do psicólogo. Antes, pretendeu-se fazer apontamentos históricos de como esse tema foi inserido na literatura especializada em Psicologia, tornando-se lema da categoria profissional (Yamamoto, 2007).

Com isto, algumas considerações precisam ser feitas a respeito da análise empreendida nesse eixo. Primeiro, configurou-se desnecessária a adoção de alguns procedimentos de categorização realizados, a exemplo da separação entre o resumo do artigo e o texto completo em variáveis textuais distintas, haja vista que para a análise final não houve distinção quanto à localização do excerto codificado. Assim, o texto completo, incluído o resumo, foi utilizado como único documento e a variável textual *resumo* foi descartada.

Outra mudança na estrutura de análise ocorreu na divisão das categorias vinculadas à natureza dos estudos: se um artigo configurava-se num relato de pesquisa, determinadas informações foram preenchidas; se relatos de experiência, o conjunto de informações preenchidas era outro.

Os códigos também sofriam modificações a partir do aparecimento de determinado trecho que desse maior completude à expressão selecionada para categoria. Assim, o código *Compromisso profissional com a realidade brasileira* foi modificado para *Compromisso profissional com a realidade social*, englobando realidade brasileira ou latino-americana; entre outras modificações.

É válido considerar que alguns trechos codificados são citações a textos anteriores, dentre esses, os que serviram de base aos artigos investigados nesta pesquisa.

Assim, esses trechos são fruto de fontes referenciais sobre o tema e não uma elaboração realizada pelos autores estudados nesta pesquisa – embora a citação indique, em geral, concordância com o autor mencionado. Tais referências, eventualmente identificadas, foram mantidas por servirem de base para concretizar a reflexão sobre o exercício profissional socialmente comprometido.

Por fim, é preciso esclarecer que uma pequena quantidade de partícipes da pesquisa também faz parte da fundamentação teórica. Serviram de referencial teórico em um ou outro tópico na construção do histórico da profissão de psicólogo e do aparecimento das discussões sobre o compromisso social do psicólogo na literatura especializada. Na etapa de análise, serviram para sistematização de características do compromisso social do psicólogo. A ocorrência dessa duplicidade de um artigo em ambas as partes desta investigação (elaboração teórica e pesquisa documental) é consequência da estratégia de pesquisa bibliográfica adotada para seleção de estudos para fundamentação teórica, compatível com o método utilizado para coleta de material para análise, especialmente pelo uso de busca em bases de dados na *internet*. Em vez de indicar problema de sobreposição na análise de dados, confere importância à pesquisa bibliográfica sistematizada.

Conforme se pode acompanhar na próxima seção, os artigos analisados estão identificados por uma letra seguida de um número (por exemplo, L140, D273, J62). A letra corresponde à inicial do primeiro nome do pesquisador que recolheu o artigo na *internet*; o número é arbitrário. Destaca-se, ainda, a existência de uma tabela que serve de instrumento para identificar especificidades de um artigo que atraia atenção na leitura das próximas seções, detalhando o ano de publicação, a subárea da Psicologia e a natureza dos artigos (Tabela A1, nos apêndices, p. 261). Adverte-se, ao cabo desta seção, que as referências dos 61 artigos partícipes desta investigação estão listadas junto

às citadas neste estudo, em ordem alfabética, sendo as analisadas precedidas de um asterisco, conforme indicação do manual de estilo da APA (2010).

O empreendimento desta investigação resultou em um conjunto de informações que estão sistematizadas em dois eixos de análise (cientométrico e temático), que pode ser conferido na próxima seção.

4. Compromisso social do psicólogo em artigos publicados em periódicos científicos no Brasil

Os resultados apresentados nesta seção correspondem à análise dos artigos sobre compromisso social do psicólogo, publicados em periódicos científicos no Brasil. Dividido em duas partes, os resultados da primeira referem-se à análise de categorias do eixo cientométrico deste estudo. Na segunda, desenvolve-se discussão do eixo temático, constituído a partir da leitura dos referidos artigos.

4.1. Eixo de análise cientométrica

Os documentos identificados na primeira etapa desta investigação – condizente com a recuperação de estudos sobre a profissão de psicólogo no Brasil – somam 908, dos quais 376 são artigos publicados em periódicos científicos. Entre os artigos encontrados, 61 (16,2%) referem-se ao tema compromisso social do psicólogo, objeto deste estudo. É preciso ressaltar a característica principal desses escritos, a fim de não perder de vista que se trata de um conjunto específico de documentos, cuja referência principal é a profissão de psicólogo. Portanto, as reflexões empreendidas nesta pesquisa referem-se a este universo.

Outra consideração precisa ser feita: entende-se que *profissão de psicólogo* refere-se a um dos temas mais propícios ao debate sobre compromisso social e é baixa a parcela de estudos com esse assunto; e pondera-se que haja irrisória representatividade desses no universo da produção científica em Psicologia de um modo geral. É preciso considerar, contudo, que não houve o intuito, nesta investigação, de examinar a produção científica em Psicologia para além do recorte feito aos estudos sobre profissão. Além disso, os critérios de seleção adotados, eventualmente, podem não ter possibilitado a recuperação de outros estudos acerca do compromisso social do psicólogo, especialmente os publicados em anos anteriores ao advento da *internet* – devido à escolha das bases de informações bibliográficas por meio eletrônico e aos limites de identificação do tema pelo título e pelo resumo.

Os resultados desta seção referem-se à análise de três blocos de informações dos artigos sobre compromisso social do psicólogo, publicados em periódicos científicos no Brasil, a saber: *características gerais dos documentos* (ano de publicação, subárea da Psicologia, natureza do estudo, instituição de origem do artigo, estado e distribuição por região geográfica das instituições de origem dos artigos, temas abordados e palavras-

chave utilizadas, características específicas de estudos teóricos, de relatos de pesquisa e de relatos de experiência), *autoria dos documentos* (número de publicações, tipo de autoria, sexo dos autores, nível de titulação mais elevado, área de concentração de pesquisas, cargo institucional, instituição de vínculo e sua distribuição geográfica, participação em grupos de pesquisa, bolsa de produtividade em pesquisa do CNPq, atividade de orientação e vínculo a entidades representativas de categoria profissional) e *veículos de publicação* (número de artigos por periódicos, tipo de instituição que publica o título, área do conhecimento de referência do periódico, classificação Qualis, disponibilidade do documento na íntegra *on-line* e na biblioteca SciELO).

4.1.1. Características gerais dos artigos sobre compromisso social do psicólogo

De início, é relevante examinar a série histórica da distribuição dos artigos acerca do compromisso social do psicólogo, a fim de analisar a expressão desse tema na literatura sobre a profissão ao longo dos anos (Figura 2).

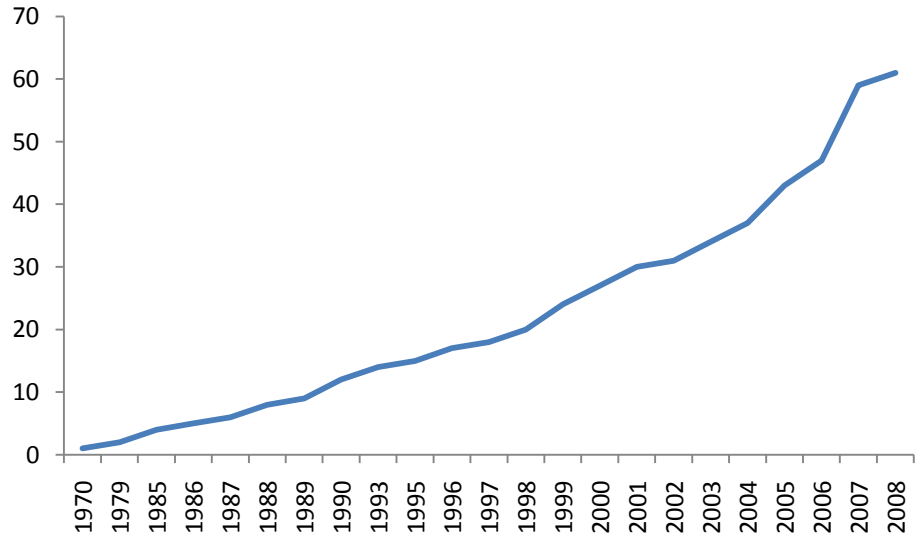

Figura 2. Série histórica da distribuição acumulada de artigos sobre compromisso social do psicólogo publicados em periódicos científicos no Brasil.

O compromisso social do psicólogo vem sendo debatido desde o início dos anos 1970. O número de publicações mais que duplica a cada década: dois artigos divulgados em 1970; sete em 1980; 15 nos anos 1990; e 37 nos anos 2000. Embora haja tendência de crescimento até os dias atuais, a ocorrência dessa discussão no entretempo 1980-1990 ainda foi esporádica, o que pode indicar inconstante preocupação dos autores com esse tema, se considerados os anos em que não há publicação alguma a respeito do compromisso social ou, por vezes, há queda no número de estudos referidos.

Destaca-se da série histórica o número de artigos publicados nos seguintes períodos: 1988-1990 (n = 6); 1999-2001 (n = 10); e 2005-2007 (n = 22) – que representam 62,3% dos artigos. O primeiro período marcado pelas determinações sociopolíticas do país, com reabertura democrática, atrelada aos movimentos de participação popular, refere-se a um momento de inflexão também na profissão de psicólogo, haja vista as primeiras incursões pela avaliação do exercício profissional, com destaque para a análise de conjunto realizada pelo Sistema Conselhos de Psicologia, que resultou na publicação, em 1988, do livro *Quem é o psicólogo brasileiro?*. Na sequência, o fim dos anos 1990 configura-se pela expansão da atuação do psicólogo no campo da Saúde Pública e pela retomada das discussões sobre o lugar que o psicólogo ocupa em sociedade, também levantado pelos gestores do CFP à época, atualizando o debate acerca da função social do psicólogo por meio do lema compromisso social. E, apesar do destaque dado aos anos 2005-2007, o elevado número de publicações em toda a década é evidente comparado aos anos anteriores, o que pode revelar, em termos de assunção da expressão *compromisso social* pelos autores da literatura especializada na área, adesão ao empreendimento do Sistema Conselhos.

O número de artigos sobre compromisso social do psicólogo nos períodos assinalados se alinha com a série histórica de todos os artigos sobre a profissão recuperados na primeira etapa de investigação (n = 376), conforme se pode averiguar na Figura 3.

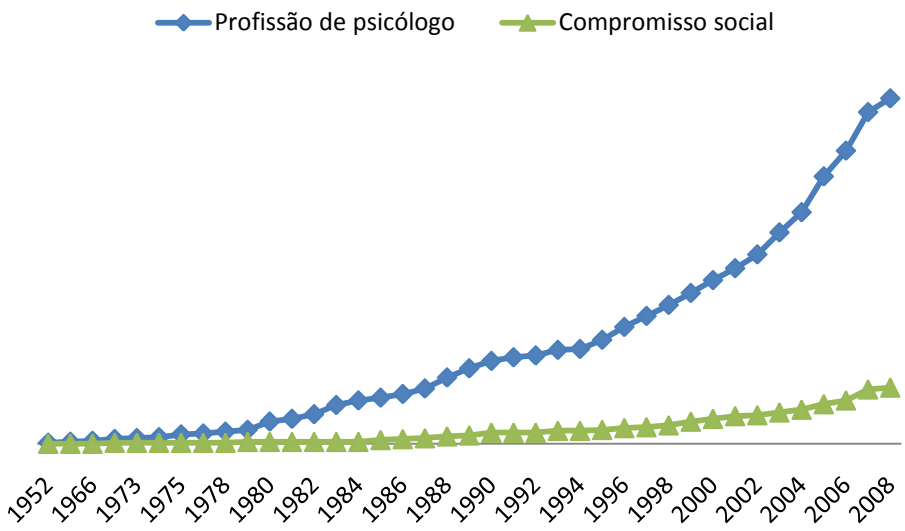

Figura 3. Série histórica da distribuição acumulada de artigos sobre profissão de psicólogo e de sua parcela referente ao compromisso social, publicados em periódicos científicos no Brasil.

Essa distribuição revela que o exercício profissional é tema de estudos desde antes da regulamentação da profissão, em 1962 – primeiro artigo investigado data de 1952 –, embora haja poucas publicações anteriores aos anos 1980 (ao todo, 4%). Quando a profissão é tomada como tema de estudo nesse período, é concomitante à origem do debate sobre a função social do psicólogo (Campos, 1983). Já o número de artigos, em meados dos anos 1990, respalda a expressividade do compromisso social – aparecendo, em média, em 16,8% dos estudos a partir do ano 1995. Esses resultados marcam o engajamento dos psicólogos em torno de reflexões sobre o lugar que ocupa em sociedade e revelam que a prática social tornou-se objeto de estudo na área.

Apesar de a profissão de psicólogo ser examinada desde a sua regulamentação no país, os estudos mais antigos ainda não estão disponibilizados eletronicamente via rede de computadores, o que pode ter modulado a tendência de crescimento dos debates na literatura especializada. Dessa forma, é preciso ressalvar, nesta análise de distribuição dos artigos ao longo dos anos, as contingências de recuperação dos

documentos avaliados, especificamente relacionadas à restrição da busca na *internet*, que pode justificar a presença de 56,4% dos artigos sobre profissão de psicólogo e 60,7% sobre compromisso social nos anos 2000. Esse também é o período no qual cresce o volume de publicações no país em todas as áreas do conhecimento, desenvolve-se o Movimento de Acesso Livre, e estrutura-se o sistema de publicações em Psicologia, com destaque para a reunião de fontes de informação científica na BVS-Psi. Acrescente-se também cautela nesta análise pelas condições de publicação de matérias científicas, no que se refere, principalmente, ao eventual tempo de tramitação do manuscrito em editoração nos periódicos, diferenciando o período no qual o artigo foi produzido pelo autor e o ano que consta de sua publicação.

Ao identificar as subáreas da Psicologia dos artigos sobre compromisso social do psicólogo e distribuí-las por décadas, tem-se a configuração presente na Figura 4.

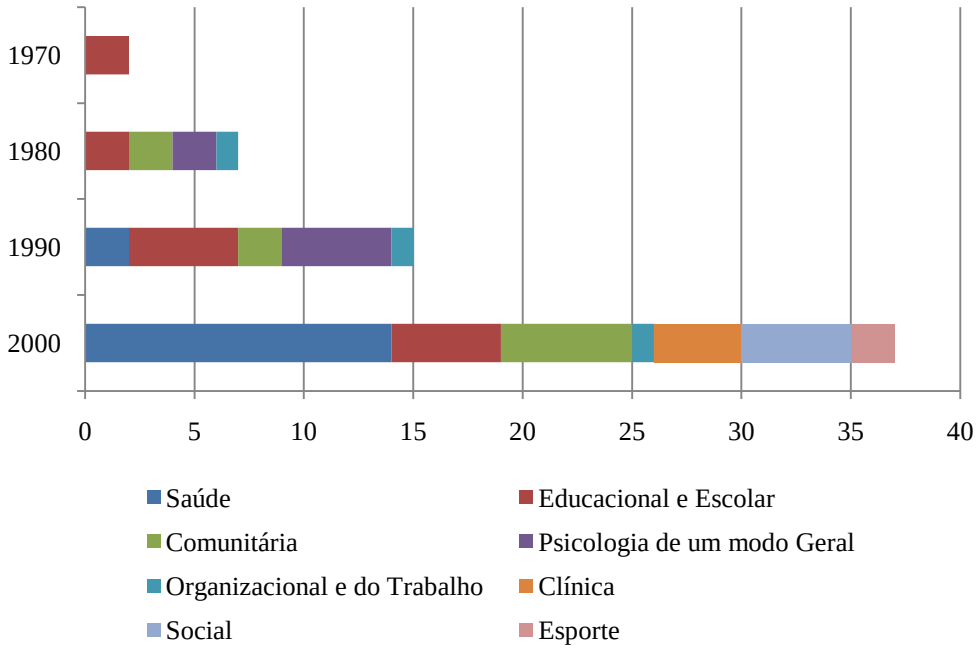

Figura 4. Série histórica da distribuição dos artigos sobre compromisso social do psicólogo publicados em periódicos científicos no Brasil, por subáreas da Psicologia.

É preciso esclarecer que são equivocadas quaisquer tentativas de respostas, por meio desta análise, a indagações do tipo "psicólogos socialmente comprometidos se identificam com a Psicologia Social ou Comunitária?" ou "todo psicólogo social é comprometido?". De fato, as preocupações sobre práticas socialmente comprometidas parecem mais próximas, até mesmo pela expressão, das subáreas Social e Comunitária. Embora essa ideia seja arrazoada, também é, no mínimo, precipitada. O que se pode depreender da distribuição dos artigos por subáreas é a ocorrência do debate sobre esse tema nas publicações científicas de cada subárea.

A classificação por subáreas, adaptada dos códigos adotados pela Sociedade Brasileira de Psicologia (SBP)[16], levou em conta a identificação dessa característica expressa pelo autor do artigo, a abrangência do estudo a uma questão de mais relevância

[16] Lista completa disponível em http://www.sbponline.org.br/rap.php

para determinada subárea ou, na falta de melhor definição, pelo local de atuação ou pesquisa especificado no estudo, sendo considerada a subárea a qual o estudo mais se aproximava. Não houve distinção entre artigos de uma subárea ou sobre a mesma (por exemplo, foram classificados em Psicologia Educacional e Escolar tanto os artigos sobre o psicólogo na escola quanto a crítica à Psicologia na Educação). Acrescentou-se às subáreas, a categoria *Psicologia de um modo geral* a fim de agrupar estudos que correspondiam à prática social do psicólogo, sem fazer referência a qualquer campo de atuação em específico.

O maior número de artigos analisados é da Psicologia da Saúde (n = 16). Ressalva-se que os artigos dessa subárea referiam-se à relação entre Psicologia e Saúde Pública ou à Psicologia Social da Saúde. Não houve registro de artigos em Psicologia Hospitalar com referência ao compromisso social. Os primeiros estudos nessa subárea com menção ao compromisso social do psicólogo são dos anos 1990, com a maioria das publicações nos anos 2000 (n = 14). É válido ressaltar que os anos 1990 marcam a expansão dos postos de trabalho para psicólogos nos serviços de saúde no país. Adensado pelas mudanças no conceito de saúde e pelo processo de implementação de programas do SUS, a maioria dos autores desses estudos tece críticas à transposição do modelo médico de atuação dos consultórios para os serviços de saúde.

Se na Saúde os artigos são mais recentes, verifica-se que os primeiros artigos sobre compromisso social do psicólogo são da Psicologia Educacional e Escolar (n = 14), com ocorrência de estudos dessa subárea nas décadas seguintes – nos anos 1990 e 2000 chega a cinco cada. Essa subárea responde por maior número de artigos que a Psicologia Social (n = 5) e a Comunitária (n = 8), no período especificado. É possível que a presença de artigos dessa subárea, abordando práticas socialmente comprometidas, tenha sido influenciada pela trajetória de autores do campo da

Educação e, na Psicologia, pelo questionamento à produção do fracasso escolar (Patto, 1987) – tema em evidência no debate educacional do período. De fato, os estudos que debatem o compromisso social do psicólogo apresentam preocupações quanto à contextualização da intervenção ao aluno, à família e aos demais profissionais no campo da Educação, apontando mudanças numa das subáreas identificadas como tradicionais da Psicologia.

A discussão acerca de práticas diferenciadas aparece em outras duas subáreas hegemonicamente caracterizadas como tradicionais: na Psicologia do Trabalho e das Organizações, com intuito de melhoria nas condições de trabalho, e na Psicologia Clínica, com o projeto de ampliação de locais e público-alvo da clínica, envolvendo três e quatro artigos, respectivamente. A distinção entre essas subáreas fica por conta da série histórica: enquanto a Psicologia do Trabalho e das Organizações é representada por um artigo a cada década, desde 1980, a Clínica pontua quatro artigos nos últimos anos. Tal distribuição demonstra que os debates por mudanças no modo convencional de atuar em Psicologia Clínica, embora recentes, tende à expansão, seja pelo número de pessoas atendidas ou pela ocupação de espaços além dos consultórios. Por outro lado, a menção a práticas socialmente comprometidas na subárea do Trabalho e das Organizações é concomitante aos primeiros estudos de avaliação da profissão, e contraria a declarada recentidade do debate subsidiado pelo Sistema Conselhos de Psicologia a fim de uma Psicologia Crítica do Trabalho (CFP, 2010; Sociedade Brasileira de Psicologia Organizacional e do Trabalho, 2009).

A Psicologia Comunitária e a Psicologia Social somam 15 artigos dos 61 analisados (24,6%). Identificou-se os primeiros escritos sobre compromisso social do psicólogo na Psicologia Comunitária publicados somente na década de 1980 (n = 2), em desacordo à história da inserção dos psicólogos em comunidades, que data dos anos

1960 – ressalva deve ser feita aos limites da estratégia metodológica adotada neste estudo. A essa subárea também são atribuídos dois textos dos anos 1990 e seis da última década, com provável relação com a inserção dos psicólogos em políticas sociais.

No caso da Psicologia Social, a configuração está em maior desacordo com a história dessa subárea: há pouca ocorrência de estudos (n = 5) e são todos dos anos 2000. É preciso investigar se os estudos publicados pelo movimento de psicólogos na Psicologia Social Crítica, nos anos 1980, não se registram em produtos científicos em outros formatos, a exemplo de livros – veículo de publicação corrente nessa subárea.

A respeito dos estudos na Psicologia Social, pode-se associá-los aos publicados sem especificação de subáreas. A controversa definição do que seja Psicologia Social e a continuidade entre a categoria Psicologia de um modo geral e essa subárea pode expressar a substituição de estudos que outrora eram relativos à profissão de psicólogo como um todo, independentes de quais fossem os campos de atuação, por recortes mais específicos, a exemplo do "Terceiro Setor" e de serviços institucionais ou de ação social.

Por fim, também se evidenciou a presença de estudos sobre compromisso social na Psicologia do Esporte, considerada subárea recente. Apesar de não apresentar número expressivo de artigos (n = 2; ambos nos anos 2000), esse resultado alerta que o compromisso social é preocupação presente nos debates atuais da Psicologia e que a existência de discussões sobre o tema nessa subárea acompanha essa tendência.

A dispersão dos artigos por essas subáreas evidencia que a sequência da expressão *compromisso social do psicólogo* pode ser invertida para *psicólogo socialmente comprometido* – em quaisquer subáreas nas quais atue – e não pode ser substituída pelo *compromisso do psicólogo social*.

Os artigos investigados também foram analisados em relação à natureza dos estudos, cuja distribuição na série histórica é demonstrada na Figura 5.

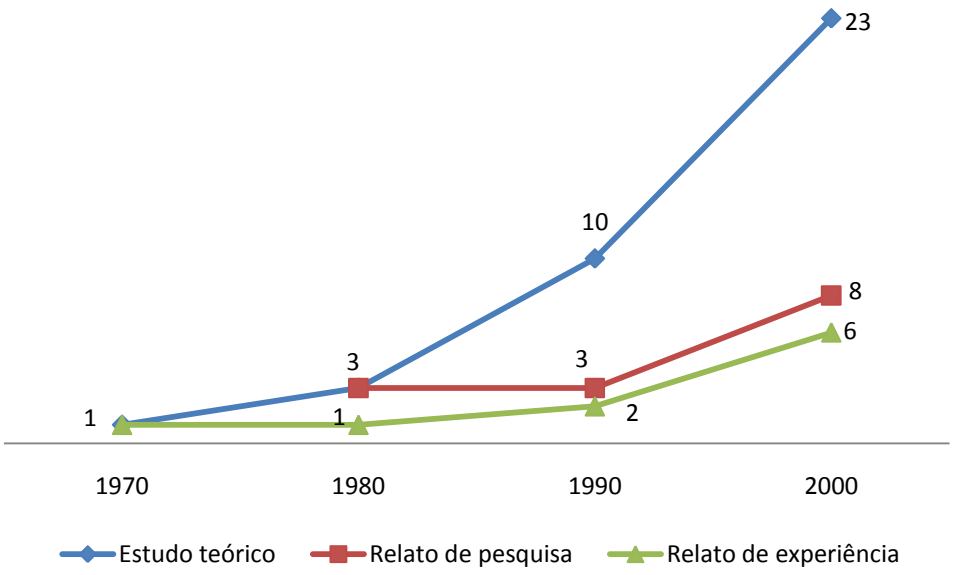

Figura 5. Série histórica da distribuição dos artigos sobre compromisso social do psicólogo publicados em periódicos científicos no Brasil, por natureza do estudo.

Por natureza do estudo entende-se a característica do escrito que o enquadre em: a) estudo teórico: uma reflexão sobre o tema, em geral caracterizado como ensaio, ou uma produção conceitual; b) relato de pesquisa: um conjunto de atividades de investigação com a apresentação de uma descoberta científica ou replicação desta; ou, c) relato de experiência: uma descrição de intervenção prática que pode servir de modelo a outras realizações. É preciso ressaltar que classificação desse tipo pode ser encontrada em periódicos científicos, sem que sigam as especificações acima descritas, para fins de divisão das seções de artigos. Apesar disso, realizou-se a classificação por meio da identificação de aspectos referentes a cada categoria durante a leitura do texto integral dos artigos.

A distribuição dos artigos pela natureza dos estudos indica que a tendência de crescimento no número de artigos sobre compromisso social do psicólogo independe de sua natureza. A análise dessa categoria evidenciou também que a maioria dos artigos investigados, prioritariamente, são estudos teóricos (n = 37). Somado aos relatos de pesquisa (n = 14), os artigos com essas características, publicações preferenciais pelas políticas editoriais de revistas científicas na área, totalizam 83,6%. Os relatos de experiência assumem somente 10 artigos sobre o tema.

Esse resultado sinaliza tanto a opção dos autores por produzir estudos teóricos e relatos de pesquisa, quanto dos veículos de publicação por publicar estudos dessa natureza. Apesar de haver um viés nesta análise, devido ao tipo de documento recolhido neste estudo (artigos publicados em periódicos científicos), há de se considerar a expressiva contribuição dos autores na realização de estudos teóricos sobre compromisso social do psicólogo, aludindo ao caráter reflexivo do tema. Por outro lado, mesmo que o número reduzido de relatos de experiência possa ser explicado pela pouca valorização de escritos dessa natureza nos periódicos científicos, questiona-se se a necessária proximidade entre a reflexão sobre compromisso social e a prática do psicólogo não incentivaria quantitativo maior de publicações acerca da condução de atividades realizados por psicólogos.

Outra característica relevante para compreender a publicação de escritos sobre compromisso social na literatura especializada refere-se à instituição de origem desses artigos (análise extraída do vínculo institucional do autor principal, à época de publicação do documento). Na Tabela 4 é possível identificar o tipo de instituição e sua natureza jurídica.

Tabela 4

Tipo de instituição e natureza jurídica das instituições de origem dos artigos sobre compromisso social do psicólogo publicados em periódicos científicos no Brasil

Instituições de origem dos artigos	n instituições	%	n artigos	%
Tipo de instituição				
Instituições de Ensino Superior				
Universidade	35	63,4	55	72,1
Centro Universitário	1	2,4	1	1,6
Faculdade	1	2,4	1	1,6
Escola ou Instituto	1	2,4	1	1,6
Organização sem fins lucrativos	1	2,4	1	1,6
Secretaria de município	1	2,4	1	1,6
Sem vínculo	1	2,4	1	1,6
Natureza jurídica da instituição				
Pública				
Federal	13	31,7	29	47,5
Estadual	4	9,8	6	9,8
Municipal	3	7,3	3	4,9
Privada	16	39	18	29,5
Sem fins lucrativos	1	2,4	1	1,6
Não se aplica	4	2,4	4	1,6
Nacionalidade				
Nacionais	38	92,7	58	95,1
Estrangeiras	3	7,3	3	4,9
Total	41	100	61	100

Verifica-se que os artigos sobre compromisso social do psicólogo foram produzidos por autores vinculados a 41 diferentes instituições. Dessas, 38 são IES (92,7%), sendo 35 universidades. Principais instituições responsáveis pela produção científica, as universidades somam 55 dos 61 artigos investigados. O impacto dessas IES na produção científica não ocorre somente na Psicologia, tampouco é restrito a esse

tema. São esses os principais estabelecimentos nos quais se desenvolvem ciência e tecnologia no país. Também é válido ressaltar que essas instituições comportam a maior parcela dos programas de pós-graduação *stricto sensu*, responsável pela formação de acadêmicos com base na realização de pesquisa e produção de conhecimento. Há ocorrência de somente duas instituições de outro tipo (secretaria municipal e organização não governamental) e um autor sem vínculo (referente à publicação póstuma).

Quanto à natureza jurídica, somam 20 as instituições públicas, de níveis municipal, estadual e federal e 16 IES privadas. O destaque, uma vez mais, deve ser feito às universidades públicas, haja vista as 13 instituições dessa natureza responderem por 29 artigos sobre o tema. Das instituições privadas, pesquisadores vinculados a seis *campi* da Pontifícia Universidade Católica assumem a autoria de 8 dos 18 artigos publicados por instituições dessa natureza. Essa configuração deve ser associada à estruturação do sistema de pós-graduação em Psicologia – que respalda, no caso das PUCs, a tradição dessa instituição na pós-graduação –, e ao financiamento da pesquisa no Brasil, por meio de agências de fomento, nomeadamente, CNPq, CAPES e FAPs.

Evidenciou-se três estabelecimentos estrangeiros de vínculo dos autores principais dos artigos. As 38 nacionais localizam-se em 12 unidades da federação. A distribuição geográfica das instituições de origem por regiões do país pode ser conferida na Tabela 5.

Tabela 5

Distribuição geográfica das instituições de origem dos artigos sobre compromisso social do psicólogo publicados em periódicos científicos no Brasil

Região geográfica de origem	n instituições por região	%	n artigos por região	%
Sudeste	26	63,4	35	57,4
São Paulo	13		17	
Minas Gerais	7		9	
Rio de Janeiro	5		5	
Espírito Santo	1		4	
Nordeste	4	9,8	12	19,7
Rio Grande do Norte	1		6	
Ceará	1		4	
Bahia	1		1	
Pernambuco	1		1	
Sul	6	14,6	9	14,8
Santa Catarina	2		5	
Paraná	2		2	
Rio Grande do Sul	2		2	
Exterior	3	7,3	3	4,9
Centro-Oeste	1	2,4	1	1,6
Mato Grosso do Sul	1		1	
Não se aplica	1	2,4	1	1,6
Total	41	100,0	61	100,0

A elevada concentração de autores vinculados a instituições nas regiões Sudeste e Sul, no período de publicação dos artigos sobre compromisso social, corrobora a literatura acerca do perfil da ciência no Brasil (Meis & Leta, 1996; Yamamoto, Souza et al., 1999). Condiz também com o crescimento do sistema de educação superior no país, em especial, da pós-graduação, cuja maior parte dos Programas localiza-se nessas regiões. Embora a tendência atual seja de expansão de estabelecimentos com nível de

ensino superior para localidades em todas as regiões do país, o histórico investimento nos grandes centros urbanos demarca o elevado número de titulações e publicações nesses locais.

O destaque nessa análise, uma vez mais, fica por conta do estado de São Paulo, composto por 13 instituições de origem dos artigos sobre o tema. Ainda na região Sudeste, houve maioria de estudos registrados em Minas Gerais (n = 7) que no Rio de Janeiro (n = 5), possivelmente pelo maior número de IES públicas federais no primeiro estado referido. Ao todo, foram produzidos 35 artigos sobre compromisso social do psicólogo por autores situados nessa região. Ou seja, além de concentrar o maior número de instituições, essa região centraliza aquelas com maior número de publicações sobre compromisso social.

Ressalta-se, ainda, a presença de seis instituições na região Sul e quatro na Nordeste. Por vezes, a quantidade de produção científica nessas regiões, a depender da área de conhecimento, é semelhante, conformando três estratos no qual se destaca a região Sudeste das demais (dispersando o eixo Sul-Sudeste), como maior produtora e às regiões Centro-Oeste e Norte com menor expressividade no quantitativo da produção científica do país. Ao avaliar a relação de artigos, o Sul responde por nove, enquanto o Nordeste aparece com 12 artigos sobre compromisso social. Essa configuração poderia ser justificada por uma contingência também controversa: o maior número de estados confere mais IES públicas federais à região Nordeste. No entanto, o número de artigos no Nordeste origina-se, principalmente, de duas IES (seis artigos no RN e quatro no CE). É possível que esse resultado esteja atrelado a adoção de linhas de pesquisa específicas sobre a profissão de psicólogo nesses estados.

A título de ilustração, apresentam-se as dez instituições que publicaram mais de um artigo sobre o tema (Tabela 6).

Tabela 6

Número de artigos sobre compromisso social do psicólogo por instituições com mais de uma publicação sobre o tema

Instituição de origem	n
Universidade Federal do Rio Grande do Norte	6
Universidade Federal de Santa Catarina	4
Universidade Federal do Ceará	4
Universidade Federal do Espírito Santo	4
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais	2
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	2
Universidade de São Paulo	2
Universidade Estadual Paulista	2
Universidade Federal de São Carlos	2
Universidade Federal de Uberlândia	2
Total	30

Somam 30 os artigos sobre profissão de psicólogos nessas dez IES. Ou seja, 49,2% dos artigos sobre compromisso social do psicólogo concentram-se em apenas 10 estabelecimentos; todos são IES universitárias, a maioria pública (n = 8) e localizada no Sudeste (n = 7). Desse resultado deriva o questionamento acerca da ocorrência de publicação única sobre o tema por instituição em 31 casos, o que alude à paradoxal concentração em determinadas IES e dispersão nas demais.

Além das características analisadas anteriormente, examinou-se um conjunto de informações que detalha o modo como os autores conduziram seus estudos teóricos, relatos de pesquisa e de experiência. Os aspectos analisados foram recuperados a partir da leitura integral dos artigos (com exceção às palavras-chave); o primeiro deles refere-se aos temas dos artigos, apresentados na Tabela 7.

Tabela 7

Temas dos artigos sobre compromisso social do psicólogo publicados em periódicos científicos no Brasil

Temas	n
Práticas de saúde	11
Formação e prática profissional	9
Práticas em Psicologia Comunitária	9
Práticas em Psicologia Educacional e Escolar	7
Ética na profissão	4
Compromisso social	3
Avaliação do PSF	2
Clínica ampliada	2
Identidade profissional	2
Práticas alternativas	2
Cidadania e produção de subjetividades	1
Clínica social	1
História da Psicologia Social brasileira	1
Ideologia	1
Modelo de saúde	1
Práticas em Psicologia Institucional	1
Produção de conhecimento	1
Reestruturação produtiva	1
Segurança no trabalho	1
Subjetividade no neoliberalismo	1
Total	61

Haja vista a seleção dos artigos investigados ter se delimitado à profissão de psicólogo como assunto principal, os temas envolvidos nesses estudos associam-se a esse. Desse modo, houve maior ocorrência de artigos com menção à prática profissional do psicólogo, com destaque para *formação e prática profissional*, independente de subáreas da Psicologia, e para o exercício da profissão nas subáreas mais citadas nos

estudos: Psicologia da Saúde (n = 11), Comunitária (n = 9) e Educacional e Escolar (n = 7). Três artigos tiveram como tema o compromisso social do psicólogo e outros cinco temas foram referidos em mais de um artigo (ética na profissão, avaliação do Programa de Saúde da Família, clínica ampliada, identidade profissional e práticas alternativas). Os demais temas foram discutidos em apenas um artigo. Essa distribuição evidencia a diversidade temática da Psicologia, associada a sua interação com outras áreas do conhecimento, e também à variada inserção do psicólogo em seus locais de atuação, reconhecendo os mais distintos objetos de reflexão, investigação ou intervenção.

As palavras-chave foram classificadas como temas de estudo, subáreas da Psicologia, áreas do conhecimento, aportes teórico-metodológicos e métodos de pesquisa, conforme disposição na Tabela 8.

Tabela 8

Palavras-chave dos artigos sobre compromisso social do psicólogo publicados em periódicos científicos no Brasil

Classificação das palavras-chave		n
Temas de estudo		71
Profissão do psicólogo	51	
Outros temas	20	
Subáreas da Psicologia		23
Áreas do conhecimento		9
Aportes teórico-metodológicos		7
Métodos de pesquisa		2
Total		112

* Múltiplas respostas admitidas.

Ao todo, foram referidas 81 diferentes palavras-chave. Contabilizadas com repetições, somam 112, com destaque para *compromisso social* e *Psicologia*, com cinco ocorrências, cada. Dos 61 artigos estudados, verificou-se que 29 não apresentam

palavras-chave, 24 destes publicados até o ano 2000. Os demais estudos apresentam, em geral, três ou quatro termos (17 e 11 artigos, respectivamente). Essas características coadunam-se com as práticas de editoração de periódicos científicos, com destaque para a recente preocupação dos editores com a padronização dos veículos de comunicação científica, decorrente principalmente da avaliação Qualis, que adotou, no início dos anos 2000, critérios de normalização para fins de melhoria na qualidade dos periódicos.

Justifica-se a importância dessas palavras-chave em artigos científicos por ser uma das unidades utilizadas para a recuperação da informação. Ilustram esse fato as bases de dados eletrônicas – uma das principais fontes de informação científica nos dias atuais –, por vezes, aproveitarem a indicação das palavras-chave para eficácia na busca. Além desses termos, tais bases se valem do título e do resumo dos escritos, o que revela a interdependência dessas seções do artigo. Assim, compreende-se o uso de palavras-chave diferentes dos temas abordados nos artigos, tornando-se habitual a escolha de expressões que indique subáreas da Psicologia, áreas do conhecimento, aportes teórico-metodológicos e métodos de pesquisa nos artigos sobre compromisso social (totalizando 41 ocorrências).

Detalha-se, na sequência, as características gerais dos artigos sobre compromisso social do psicólogo acerca da natureza dos estudos quanto a modalidade (artigos teóricos); delineamento, informantes, instrumentos e técnicas (relatos de pesquisa); e público-alvo da intervenção (relatos de experiência). A única informação comum aos estudos, independente da natureza, é o aporte teórico-metodológico de referência da publicação. É válido ressalvar que essas especificações não são objeto primeiro deste estudo, ou seja, situam-se em condição coadjuvante na descrição dos artigos analisados.

As informações específicas aos estudos teóricos podem ser conferidas na Tabela 9.

Tabela 9

Características dos estudos teóricos sobre compromisso social do psicólogo publicados em periódicos científicos no Brasil

Descrição	n
Aporte teórico-metodológico	
Não identificado	18
Psicologia Sócio-histórica	5
Filosofia da diferença	5
Análise experimental do comportamento	2
Fenomenologia	2
Psicologia sistêmica e histórico-cultural	2
Psicanálise	1
Psicologia da libertação	1
Psicologia social de base marxista	1
Modalidade	
Propositivo	19
Crítica à profissão	9
Reflexão a partir da prática	8
Ensaio biográfico	1

Os autores de estudos teóricos sobre compromisso social do psicólogo expressam o aporte teórico-metodológico em 19 de 37 casos. Apesar de em metade dos artigos dessa natureza não ser identificada teoria que fundamente os escritos, é nesse conjunto de textos que mais se apresenta essa informação. É possível que essa soma resulte da característica reflexiva e conceitual dos estudos dessa natureza. Também é notável a diversa base teórico-metodológica que subsidia os artigos sobre compromisso social do psicólogo, com oito diferentes abordagens teóricas – ainda mais, se considerada que a classificação dessa categoria realizou-se por meio de afirmativas constantes nos próprios artigos, seja pelo termo que identifica a teoria ou pela menção a autores principais de sua referência.

Nos estudos teóricos, há maior número de citações à Psicologia Sócio-histórica, acompanhada da Filosofia da Diferença ((Deleuze, Guatarri), ambos com cinco menções). O primeiro aporte teórico-metodológico é considerado por seus autores como principal referência para uma prática socialmente comprometida. No segundo caso, os estudos subsidiados por essa Filosofia assumem a necessidade de práticas profissionais distintas, em função das mudanças na sociedade contemporânea.

Tais textos foram examinados considerando também o caráter principal do estudo, nomeados nesta investigação como modalidade. Os estudos teóricos sobre compromisso social do psicólogo caracterizam-se, de um modo geral, por serem propositivos (n = 19); em nove casos, os autores tecem críticas ao exercício profissional; e em oito há menção à reflexão ter sido desenvolvida a partir de uma experiência profissional do autor. Há registro de um caso de ensaio biográfico, assinalando a importância de personagem histórico na construção de debates acerca do compromisso social. Ressalva-se que tal aspecto não é excludente; em outras palavras, um artigo propositivo, em geral, fundamenta-se na crítica à história da profissão do psicólogo, bem como a reflexão a partir da prática não exime o artigo de caráter propositivo.

No caso dos relatos de pesquisa sobre compromisso social do psicólogo (Tabela 10), dos 14 artigos dessa natureza, somente dois esclarecem seu referencial teórico (Filosofia da diferença), nos demais, tal informação não foi identificada – o que merece outros estudos para justificar tal ocorrência. As pesquisas sobre o tema são, predominantemente, qualitativas (n = 7), acrescendo-se delineamento quantitativo-qualitativo em dois casos. Os cinco estudos quantitativos relatados caracterizam-se pelo mapeamento de psicólogos em uma subárea (Psicologia Educacional e Escolar ou

Comunitária, por exemplo). Todos os artigos de pesquisa foram realizados por meio de entrevistas ou questionários aplicados a psicólogos.

Tabela 10

Características dos relatos de pesquisa sobre compromisso social do psicólogo publicados em periódicos científicos no Brasil

Descrição	n
Aporte teórico-metodológico	
Não identificado	12
Filosofia da diferença	2
Delineamento	
Qualitativa	7
Quantitativa	5
Quanti-quali	2
Informantes	
Psicólogos	14
Instrumentos e técnicas	
Entrevistas	10
Questionários	3
Entrevista e questionário	1

Já os relatos de experiência apresentam público-alvo da intervenção diverso (conferir Tabela 11). Quatro estudos descrevem a atuação do psicólogo em comunidades. Os estudos dessa natureza realizados com psicólogos (n = 1) e com profissionais que atuam na Assistência Social (n = 1) foram realizados a partir de grupos de discussão. No caso dos estudantes de Psicologia, a autora resgata a prática de ensino no curso de graduação desses alunos.

Tabela 11

Características dos relatos de experiência sobre compromisso social do psicólogo publicados em periódicos científicos no Brasil

Descrição	n
Aporte teórico-metodológico	
Não identificado	5
Novo modelo de Saúde Pública	1
Psicologia Social Comunitária	1
Teoria de Bronfenbrenner	1
Análise experimental do comportamento	1
Perspectiva teórica de Bleger	1
Público-alvo da intervenção	
Comunidade	4
Psicólogos	1
Estudantes do ensino fundamental e médio	1
Estudantes de Psicologia	1
Adolescentes	1
Pessoas com HIV/AIDS	1
Profissionais do campo da Assistência Social	1

Em cinco casos, os relatos de experiência afirmam aportes teórico-metodológicos; na outra metade desses estudos, tal característica não foi identificada. A menção a teorias nos estudos dessa natureza, no mínimo, é curiosa, haja vista as expressões que identificam essas teorias ter sido informadas pelos autores de tais documentos. Assim, um artigo menciona que sua experiência se baseia no "novo modelo de Saúde Pública"; situação que se repete no artigo cuja prática se fundamenta na Psicologia Social Comunitária, ajustando teoria à subárea da Psicologia.

Em síntese, os artigos publicados em periódicos científicos que referem discussões acerca do compromisso social do psicólogo são, em sua maioria, estudos teóricos, publicados nos anos recentes, por instituições universitárias públicas

localizadas na região Sudeste do país. Além disso, as características gerais dos documentos são as mais diversas, se consideradas as subáreas da Psicologia dos artigos, os temas abordados e as teorias que os subsidiam.

Tais informações dos artigos sobre compromisso social do psicólogo podem ser complementadas pela análise de autoria dos mesmos, conforme pode ser verificado na seção a seguir.

4.1.2. Análise de autoria dos artigos sobre compromisso social do psicólogo

As análises empreendidas nesta seção referem-se aos 52 autores principais dos artigos selecionados aqui sobre compromisso social do psicólogo, publicados em periódicos científicos no Brasil. Os registros que possibilitaram informar aspectos da autoria na época de publicação e a situação atual desses autores foram subsidiados pelas páginas dos currículos Lattes.

Uma primeira observação que se deve fazer refere-se ao número de publicações dos autores principais (primeiro autor listado) dos artigos sobre compromisso social do psicólogo no montante de artigos a respeito da profissão de psicólogo (Tabela 12).

Tabela 12

Número de autores principais com artigos sobre profissão e compromisso social do psicólogo publicados em periódicos científicos no Brasil

Número de artigos	Número de autores com artigos sobre profissão de psicólogo	%	Número de autores com artigos sobre compromisso social	%
1	40	76,9	45	86,5
2	5	9,6	5	9,6
3	4	7,7	2	3,8
4	2	3,8	0	0
13	1	1,9	0	0
Total	52	100,0	52	100,0

O quadro da autoria dos artigos sobre profissão de psicólogo e de sua parcela acerca do compromisso social é semelhante. Os autores principais dos artigos sobre compromisso social do psicólogo publicaram, em sua maioria, um artigo (45 dos 52 autores). Esse número se aproxima da quantidade de artigos sobre o tema mais abrangente dos estudos investigados: somam 40 os autores que publicaram um artigo sobre profissão de psicólogo. Na sequência, verifica-se que os autores principais produziram até 3 artigos sobre compromisso social, enquanto registra-se a existência de autoria sobre profissão de psicólogo entre 1 e 4 escritos, além de um autor com 13 artigos recuperados sobre profissão de psicólogo.

Esses resultados possibilitam a ilação acerca do empenho dos autores para debater esses temas. Traçando um paralelo com as informações dos artigos sobre profissão de psicólogo (n = 376), que foram publicados por 313 diferentes autores principais, constata-se que desse conjunto, os que se dedicam ao tema do compromisso social (n = 52) representam apenas 16,6% do total, caracterizando interesse conjuntural. Apesar disso, ao investigar a relação entre o número de artigos sobre profissão de

psicólogo, produzidos por esses 52 autores (n = 83), e a parcela desses artigos que fazem referência ao compromisso social (n = 61), evidencia-se que 73,5% das publicações desses autores direcionam-se para a reflexão sobre práticas comprometidas. Desse modo, o conjunto de autores principais analisados neste estudo, ao publicar artigos sobre profissão de psicólogo, dedica-se ao debate sobre compromisso social.

Outra análise relevante para descrever as características de autoria dos artigos sobre compromisso social apura-se pela distribuição dos escritos por tipo de autoria: se individual ou coletiva (Tabela 13).

Tabela 13

Tipo de autoria dos artigos sobre compromisso social do psicólogo publicados em periódicos científicos no Brasil

Tipo de autoria	n	%
Individual	38	62,3
Coletiva		37,7
2 autores	14	
3 autores	7	
4 autores	1	
5 autores	1	
Total	61	100,0

A maior parte dos autores que publicam artigos sobre compromisso social do psicólogo o faz individualmente (n = 38). Em outros 23 artigos, a produção é conjunta, contando com dois a cinco autores. Nenhuma dessas produções é institucional: em geral, a literatura produzida por entidades representativas da profissão não é publicada em periódicos científicos – conta, por exemplo, com artigos de divulgação científica, livros, cartilhas ou relatórios técnicos.

Esse quadro pode estar relacionado a dois aspectos. Primeiro, à natureza dos estudos: em sua maioria de caráter teórico, os artigos sobre compromisso social são assinados por único autor (27 dos 37 estudos dessa natureza). Em 7 dos 14 relatos de pesquisa, a autoria também é individual. No caso dos relatos de experiência, a produção de 6 dos 10 artigos é conjunta. Somente dois relatos de pesquisa de autoria individual são dos anos 2000. As demais pesquisas e os relatos de experiência nessa condição são das décadas anteriores. Os artigos de autoria individual são publicações mais antigas que aquelas em coautoria. Ao examinar a autoria conjunta, identificou-se dentre os coautores, quatro autores principais que também realizaram pesquisas nessa condição (em um artigo, cada): três autores principais também atuaram como segundo autor; e um é o terceiro autor de artigos sobre compromisso social. Esse conjunto de resultados evidencia a configuração atual da ciência no Brasil, realizada por meio de reunião de pesquisadores em grupos de pesquisa. Mesmo assim, destaca-se que as contribuições dos pesquisadores na produção científica sobre o tema é independente.

Analisou-se também a distribuição do número de artigos sobre compromisso social pelo sexo dos autores principais (Tabela 14).

Tabela 14

Sexo dos autores principais dos artigos sobre compromisso social do psicólogo publicados em periódicos científicos no Brasil

Sexo	n autores	%	n artigos	%
Feminino	41	78,8	48	78,7
Masculino	11	21,2	13	21,3
Total	52	100,0	61	100,0

Os 52 autores principais investigados são, em sua maioria, do sexo feminino (n = 41) e divulgam proporcionalmente artigos sobre o tema (percentual de artigos

semelhante à distribuição de autores por sexo). Esse quantitativo corrobora a literatura acerca da discussão de gênero em Psicologia, área do conhecimento que conta com um contingente maior de mulheres (Bastos & Gomide, 1989; Bastos, Gondim & Rodrigues, 2010; Castro & Yamamoto, 1998; Rosemberg, 1984). E confirma as mudanças na situação da ciência no país, cuja expansão da comunidade científica é recente. Desde 2003, a maioria dos títulos de doutorado no país é conferida a mulheres. Em Psicologia, a hegemonia de mulheres com esse grau prevalece desde meados dos anos 1990 – 74,1%, em 2008 (CGEE, 2010). Assim, um maior número de mulheres tem assumido atividades de pesquisa (Hayashi, Cabrero, Costa, & Hayashi, 2007), num contexto cujo maior número de produções científicas é divulgado por homens, em virtude da menor produtividade de informação científica pelas mulheres, do pouco acesso destas a altos cargos acadêmicos, de menores recursos para financiamento de suas pesquisas e mais baixos salários a cientistas do sexo feminino (Leta, 2003).

Aspecto importante na análise de autoria é o nível de titulação mais elevado dos autores principais, apresentado na Tabela 15.

Tabela 15

Nível de titulação mais elevado, na época da publicação e atualmente, dos autores principais dos artigos sobre compromisso social do psicólogo publicados em periódicos científicos no Brasil

Nível de titulação mais elevado	Época da publicação*	%	Situação atual	%
Graduação	2	3,2	2	3,8
Mestrado	10	16,4	7	13,5
Doutorado	39	63,9	30	57,7
Não identificado	10	16,4	13	25
Total	61	100	52	100,0

* Contém informações de um mesmo autor em períodos diferentes, a depender do ano de publicação dos artigos investigados.

A análise de titulação dos autores demonstra alta relação desses com a pós-gradação *stricto sensu*, confirmando a ideia de que a produção científica de artigos sobre compromisso social do psicólogo está atrelada ao sistema de pós-graduação. Identificou-se dois autores graduados e que são estudantes de pós-graduação, tanto na época de publicação dos artigos quanto atualmente.

No período referente à publicação dos artigos, mestres assinaram a autoria principal em 10 artigos, mas o maior número de publicações sobre esse tema é de doutores (n = 39), que responderam por 63,9% dos estudos sobre compromisso social do psicólogo. A situação atual desses autores revela que 7 estão com título de mestre e 30 são doutores. Tais resultados evidenciam que os artigos sobre compromisso social do psicólogo são publicações de pesquisadores, acadêmicos, com alto grau de titulação, o que pode indicar riqueza da argumentação e escopo no qual tais documentos são produzidos.

Complementa a análise de titulação, a área de conhecimento na qual os autores principais concentram seus estudos (Tabela 16). O número elevado de autores na Psicologia é esperado, haja vista o assunto que delimita esta investigação ser relativo a essa área (no ano de publicação dos artigos: n =25; situação atual: n = 19). Apesar de esse conjunto agrupar o maior número de autores principais, não deixa de ser importante reportar que 21 (das 61 ocorrências identificadas à época da publicação) e 15 (dos 52 autores principais) relatam estudos em outras áreas do conhecimento, com destaque para Saúde Coletiva e Educação.

Tabela 16

Áreas do conhecimento, na época da publicação e atualmente, às quais se dedicam os autores principais dos artigos sobre compromisso social do psicólogo publicados em periódicos científicos no Brasil

Área de concentração	Época da publicação*	%	Situação atual	%
Psicologia	25	41,0	19	36,5
Saúde Coletiva	8	13,1	5	9,6
Educação	7	11,5	4	7,7
Filosofia	2	3,3	2	3,8
Educação Física	1	1,6	1	1,9
Enfermagem	1	1,6	1	1,9
Promoção de saúde	1	1,6	1	1,9
Teologia	1	1,6	1	1,9
Não identificado	15	24,6	18	34,6
Total	61	100,0	52	100,0

* Contém informações de um mesmo autor em períodos diferentes, a depender do ano de publicação dos artigos investigados.

Esse quadro evidencia a preocupação com a interdisciplinaridade e o enfrentamento à especialização exigida no mercado de trabalho, assuntos correntes nos estudos sobre profissão de psicólogo (Malvezzi, 2010); e conjuga-se com a distribuição dos artigos sobre compromisso social do psicólogo por subáreas da Psicologia, que se identificam mais prontamente à Psicologia da Saúde e à Psicologia Educacional e Escolar (n = 16 e 14 de 61, respectivamente).

O vínculo dos autores principais a instituições, à época da publicação dos artigos sobre compromisso social do psicólogo, foi identificado por meio da descrição da instituição de origem dos artigos (apresentada na seção de características gerais das publicações investigadas, p. 128). A Tabela 17 refere-se à situação atual desse vínculo, descrita pelo tipo de instituição e natureza jurídica.

Tabela 17

Características das instituições de vínculo atuais dos autores principais de artigos sobre compromisso social do psicólogo publicados em periódicos científicos no Brasil

Instituição de vínculo	n autores	%
Tipo de instituição atual		
Instituição de Ensino Superior		
Universidade	26	50,0
PUC	7	13,5
Centro Universitário	2	3,8
Organização sem fins lucrativos	1	1,9
Não identificado	16	30,8
Natureza jurídica da instituição		
Pública		
Federal	21	40,4
Estadual	2	3,8
Municipal	1	1,9
Privada	11	21,2
Sem fins lucrativos	1	1,9
Não identificado	16	30,8
Total	52	100

Se comparada às instituições de origem dos artigos sobre compromisso social, o vínculo atual dos autores principais das publicações investigadas revela que tais autores permanecem ligados a IES públicas, com destaque para maior concentração no quadro recente: 35 dos 52 autores estão em instituições universitárias, sem ocorrência de IES de outra natureza; e 25 atuam em instituições públicas (a maioria federal; n = 21). Esses resultados indicam que as publicações sobre compromisso social do psicólogo, geralmente, são realizadas pela comunidade acadêmica. É válido ressalvar que a estratégia metodológica adotada para recolher tais informações prioriza autores que

seguem carreira acadêmica, em virtude das características do currículo Lattes e de seu uso ser mais habitual pela comunidade científica que por profissionais que atuam em outros âmbitos.

Essa restrição à evidente prioridade pela academia é compensada ao identificar-se os cargos, funções ou situação similar, dos autores principais dos artigos sobre o tema, no período de publicação dos artigos (Tabela 18).

Tabela 18

Cargo dos autores principais, à época da publicação, dos artigos sobre compromisso social do psicólogo publicados em periódicos científicos no Brasil

Cargo ou similar	n	%
Professor de ensino superior	42	68,9
Estudante de graduação	4	6,6
Estudante de pós-graduação	4	6,6
Coordenador de repartição pública	1	1,6
Não informado	6	9,8
Não se aplica	4	6,6
Total	61	100

* Contém informações de um mesmo autor em períodos diferentes, a depender do ano de publicação dos artigos investigados.

De fato, a atividade de pesquisa e a produção de conhecimento estão intimamente relacionadas à comunidade acadêmica. Conforme especificação dos cargos assumidos pelos autores principais dos artigos sobre compromisso social do psicólogo, registra-se 42 professores de ensino superior. Outros 8 autores têm algum vínculo com a academia: são estudantes de graduação (n = 4) e de pós-graduação (n = 4). Essa configuração torna irrisória a presença de autores com outros vínculos.

Ainda sobre as instituições de vínculo atual dos autores principais dos artigos sobre compromissos social do psicólogo, revela-se, na Tabela 19, a distribuição geográfica dessas instituições, por estados e regiões do país.

Tabela 19

Distribuição geográfica das instituições às quais atualmente se vinculam autores principais de artigos sobre compromisso social do psicólogo publicados em periódicos científicos no Brasil

Região geográfica atual	n autores	%
Sudeste		
São Paulo	8	15,4
Minas gerais	7	13,5
Espírito Santo	2	3,8
Rio de Janeiro	2	3,8
Sul		
Santa Catarina	5	9,6
Rio Grande do Sul	2	3,8
Paraná	1	1,9
Nordeste		
Rio Grande do Norte	4	7,7
Ceará	2	3,8
Bahia	1	1,9
Centro-Oeste		
Mato Grosso do Sul	2	3,8
Não identificada	16	30,8
Total	52	100,0

Por estados da federação, destacam-se São Paulo e Minas Gerais, que totalizam 15 dos 52 autores de artigos sobre compromisso social, concentrando cerca de 30% desses autores. A distribuição pelas regiões geográficas do país não confere novidade. Somam 19 os autores principais de artigos sobre compromisso social do psicólogo que,

nos dias atuais, associam-se a estabelecimentos na região Sudeste. O Sul é a segunda região que abrange autores desses artigos (n = 8) e o Nordeste assimila 7 dos 52 autores. Uma vez mais, esse quadro não é privilégio desses autores em específico, nem dos pesquisadores de Psicologia; ajusta-se à estrutura do sistema de ensino superior no país e à distribuição de recursos para desenvolvimento de ciência e tecnologia em todas as áreas do conhecimento.

A fim de identificar aspectos referentes à dedicação dos autores principais desses artigos à pesquisa e à função que desempenham na comunidade científica, investigou-se a associação a grupos de pesquisa, o financiamento de projetos ou por meio de bolsa de produtividade em pesquisa do CNPq e as atividades de orientação de estudos de pós-graduação.

Somam 30 os autores principais que participam de grupos de pesquisa (conforme DGP do CNPq), o que representa 57,7% desses autores. Destes, 19 são líderes de grupo – atributo que revela posição de destaque a esses autores na organização da comunidade acadêmico-científica. Essa condição também confere potencial fomento às suas pesquisas. Assim, menciona-se ao menos um financiamento para cobrir custos de projetos de pesquisa, recebido das agências de fomento (CNPq, FAPs ou pela própria instituição de vínculo do autor), durante a carreira acadêmica de 14 autores principais.

No caso dos auxílios remetidos pelo CNPq, destaca-se a bolsa de produtividade em pesquisa, atribuída a 7 dos 52 pesquisadores investigados (Tabela 20).

Tabela 20

Nível de bolsa de produtividade em pesquisa do CNPq (em 2010) dos autores principais de artigos sobre compromisso social do psicólogo publicados em periódicos científicos no Brasil

Nível de bolsa de produtividade do CNPq	n	%
Não é bolsista	45	86,5
1A	1	1,9
1B	2	3,8
1C	2	3,8
2	2	3,8
Total	52	100,0

A concessão de bolsas de pesquisa a esses autores principais aparenta a relevância dada pelas agências de fomento a pesquisas sobre profissão de psicólogo e, por conseguinte, ao compromisso social. Contudo, o tema não necessariamente faz parte dos projetos de pesquisa enviados pelos pesquisadores para solicitar fomento – examinar as linhas de pesquisa adotadas por eles pode contribuir para compreender mais profundamente esse fenômeno. De fato, mesmo no caso dos autores financiados, o tema parece não merecer destaque na sua produção, o que possibilita a ilação de que esse tema é circunstancial na trajetória de pesquisa dos bolsistas.A dedicação a estudos sobre o compromisso social do psicólogo por autores que participam de grupos de pesquisa e são líderes de tais grupos, além de receberem investimentos para pesquisa, se completa com o quadro de orientação a estudantes de pós-graduação. Apesar de a maioria dos estudos sobre o tema ser tangente à produção geral dos autores analisados, a posição que ocupam na comunidade acadêmica pode modificar esse quadro, se houver continuidade das pesquisas realizadas por estudantes de pós-graduação orientados pelos autores principais. Assim, demonstra-se, na Tabela 21, a função assumida por esses autores em programas de pós-graduação *stricto sensu*.

Tabela 21

Participação atual em Programas de pós-graduação stricto sensu*, na condição de orientador, dos autores principais de artigos sobre compromisso social do psicólogo publicados em periódicos científicos no Brasil*

Orientador de pós-graduação *stricto sensu*	Época da publicação	%	Situação atual	%
Não é orientador	26	42,6	22	42,3
Orientador de doutorado	21	34,4	13	25,0
Orientador de mestrado	4	6,6	4	7,7
Não identificado	10	16,4	13	25,0
Total	61*	100,0	52	100,0

* Contém informações de um mesmo autor em períodos diferentes, a depender do ano de publicação dos artigos investigados.

Verifica-se que 25 autores principais de artigos sobre compromisso social do psicólogo orientavam estudos pós-graduados nos níveis de mestrado ou doutorado, na época da publicação dos documentos; atualmente, somam 13 professores de doutorado e 4 de mestrado, que atuam como orientadores nesse nível de ensino. Tal configuração pode indicar que os artigos investigados estão associados a programas de pós-graduação e que há possibilidade de elaboração de dissertações de mestrado e teses de doutorado relativas ao compromisso social do psicólogo, sob orientação desses autores.

Por fim, investigou-se o vínculo dos autores principais de artigos sobre compromisso social do psicólogo a entidades representativas dessa categoria profissional (não se distinguiu o vínculo como sócio ou gestor), posto que o objeto deste estudo é componente fundamental para as reflexões acerca dos rumos da profissão. Apesar dessa relação, nenhum vínculo dos autores com entidades representativas da profissão foi identificado, quando da época da publicação. Atualmente, sete autores principais referem vínculo com as seguintes entidades: ABRAPSO, CRP-06 (SP)

(citado por dois autores), CFP, ABRAPSO (regional Minas Gerais), ANPEPP, Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (ABEP), Fórum Nacional das Profissões da Área de Saúde, Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE).

Esses órgãos referidos pelos autores principais advertem para a diversidade de instituições que indiretamente podem estar relacionadas às preocupações dos autores principais dos artigos investigados com as perspectivas da prática social do psicólogo. São citados desde o Sistema Conselhos de Psicologia e as associações profissionais até instituições vinculadas à formação (ABEP) e à pesquisa na área (ANPEPP). Pondera-se que a associação de pesquisadores a essas organizações não é formalmente valorizada na comunidade acadêmica, o que pode justificar o pequeno número de autores que informam seu vínculo a essas instituições nos currículos Lattes.

As informações dos autores principais dos artigos sobre compromisso social do psicólogo conferem qualidade aos textos investigados, posto que as reflexões empreendidas em tais estudos associam-se a pesquisadores de alto nível de titulação, vinculados a grupos de pesquisa e a programas de pós-graduação.

Além das características dos autores principais dos artigos, investigar aspectos referentes aos veículos de publicação desses documentos contribui para compreensão da publicação científica sobre o tema pesquisado, pelo que são descritos na próxima seção.

4.1.3. Veículos de publicação dos artigos sobre compromisso social do psicólogo

Os periódicos científicos nos quais os artigos sobre compromisso social do psicólogo estão publicados estão especificados na Tabela 22.

Tabela 22

Periódicos científicos no Brasil com publicações de artigos sobre o compromisso social do psicólogo

Periódicos Científicos	n	%
Psicologia: Ciência e Profissão	15	24,2
Psicologia & Sociedade	8	12,9
Estudos de Psicologia (Natal)	6	9,7
Aletheia	4	6,5
Psicologia: Reflexão e Crítica	3	4,8
Revista do Departamento de Psicologia da UFF*	2	3,2
Psicologia Argumento	2	3,2
Psicologia em Estudo	2	3,2
Arquivos Brasileiros de Psicologia	1	1,6
Arquivos Brasileiros de Psicologia Aplicada**	1	1,6
Boletim de Psicologia	1	1,6
Diálogos & Ciência - Revista de Ensino FTC	1	1,6
Estudos de Psicologia (Campinas)	1	1,6
Interação (Curitiba)	1	1,6
Interações: Estudos e Pesquisas em Psicologia	1	1,6
Paidéia	1	1,6
Perfil: Boletim de Psicologia	1	1,6
Pesquisas e Práticas Psicossociais	1	1,6
Psico (Porto Alegre)	1	1,6
Psicologia	1	1,6
Psicologia Clínica	1	1,6
Psicologia: Teoria e Pesquisa	1	1,6
Psicologia: Teoria e Prática	1	1,6
Revista Brasileira de Psicologia do Esporte	1	1,6
Revista de Psicologia	1	1,6
Revista de Saúde Pública	1	1,6
Revista Interamericana de Psicologia	1	1,6
Total	61	100,0

* Título mantido devido ao artigo referido ter sido publicado em período no qual o periódico mantinha tal denominação; atualmente nomeada *Fractal: Revista de Psicologia (UFF)*.
** Edição substituída por *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, a partir de 1979.

A distribuição dos 61 artigos sobre compromisso social do psicólogo em 27 revistas científicas revela dispersão dessas publicações, haja vista o número de periódicos que contém somente um artigo sobre o tema (ocorrência de 18 casos). Em contrapartida, oito periódicos que apresentam pelo menos dois artigos concentram 68,9% das publicações sobre o tema (n = 42). Por um lado, essa configuração evidencia o grande volume de periódicos em Psicologia que providencia circulação da informação nos mais diversos âmbitos; por outro, constata-se que a dedicação a estudos sobre o compromisso social do psicólogo é priorizada em determinados veículos.

Destacam-se nessa listagem a revista *Psicologia: Ciência e Profissão*, editorada pelo CFP desde 1979, que privilegia a publicação de matérias acerca da prática profissional (Campos & Bernardes, 2005), seguida pela *Psicologia & Sociedade* (n = 8), produzida pela ABRAPSO, associação que se alinha com as discussões pelas mudanças na profissão de psicólogo, desde a sua fundação (também em 1979).

As instituições nas quais se editoram os periódicos científicos que publicam artigos sobre compromisso social do psicólogo estão classificadas na Tabela 23.

Tabela 23

Tipo de instituição editora dos periódicos científicos no Brasil com publicações de artigos sobre o compromisso social do psicólogo

Tipo de instituição	n periódicos	%	n artigos	%
IES	19	76,0	34	55,7
Entidade profissional	1	4,0	15	24,6
Sociedade/Associação	5	20,0	12	19,7
Total	25	100,0	61	100,0

As editoras de periódicos científicos em Psicologia, em sua maioria, são vinculadas a IES; condição que se repete no recorte deste estudo, com artigos acerca do compromisso social. Com eminente caráter acadêmico, os periódicos científicos publicados por IES têm como público-alvo principal a comunidade científica. Tal característica conduz ao questionamento acerca do impacto dessa produção científica na prática dos psicólogos que estão em campo.

Talvez essa preocupação já tenha sido contemplada pela ocorrência de cinco periódicos relacionados a sociedades científicas ou associações profissionais e de um periódico produzido pelo Sistema Conselhos de Psicologia. A adoção de práticas de divulgação científica por parte desses órgãos adverte para a interdependência entre teoria e prática profissional, ilação que pode ser subsidiada pelo número de artigos publicados nesses periódicos: seis títulos respondem por 27 artigos sobre o tema pesquisado.

Outro aspecto destacado acerca dos veículos de publicação refere-se à área de conhecimento a qual os periódicos científicos mais se identificam. São 20 os títulos associados à área da Psicologia, cuja política editorial não especifica subárea. Periódicos de Psicologia que determinam subáreas somam cinco. As duas outras revistas são: uma da subárea da Saúde e uma interdisciplinar. Ao distribuir os artigos

pela área de concentração dos periódicos, os últimos casos citados reproduzem um caso, cada. As subáreas da Psicologia respondem por 12 artigos e os demais são publicações da Psicologia de um modo geral (n = 47).

Os veículos de publicação dos artigos sobre compromisso social do psicólogo também foram analisados com relação à classificação Qualis desses títulos, sistema de monitoramento amplamente utilizado na comunidade científica (Costa & Yamamoto, 2008). Em virtude de características das revistas (por exemplo, o tempo de circulação) e da própria classificação (a mudança nos critérios de avaliação e a extrapolação dos objetivos primeiros desse exame), esta análise serve unicamente como ilustração das características desses periódicos. Ainda assim, consolidar uma análise referente ao histórico de classificação das revistas nas quais circulam os artigos analisados neste estudo pode conferir *status* de qualidade à informação publicada e permitir acompanhar a evolução histórica das mudanças nessas revistas.

Devido à existência de artigos publicados anteriormente à classificação e as mudanças nos objetivos da base Qualis – especialmente, ao caráter pedagógico, quando de sua implementação, para os editores responsáveis pelas revistas –, os estratos de classificação dos monitoramentos realizados entre 2000 e 2007 foram agrupados por âmbito (local, nacional e internacional) (Figura 6).

Classificação	2000	2001	2004/2005	2007
Local A	3	2	-	-
Local B	2	-	-	-
Local C	1	-	-	-
Nacional A	11	7	14	12
Nacional B	1	2	-	3
Nacional C	1	5	2	1
Internacional	-	3	-	-
Internacional A	-	-	-	3
Não avaliada	8	8	11	8

Figura 6. Série histórica dos estratos de avaliação Qualis dos periódicos científicos com publicação sobre compromisso social do psicólogo (2000-2007).

Verifica-se que as revistas partícipes deste estudo, em geral, foram classificadas no âmbito nacional A. Nos dois primeiros monitoramentos, apareceram revistas Locais (A, B ou C), estratos modificados nas avaliações subsequentes. Constata-se também que, em 2001, as três revistas com avaliação Internacional pertencem à lista de títulos que publicaram artigos sobre compromisso social do psicólogo. Em 2007, a ocorrência foi de três dos quatro títulos em Psicologia classificados como Internacionais (A ou B) naquela avaliação. As revistas que não foram avaliadas correspondiam às seguintes condições: ou não existiam no período de avaliação, ou não foram referidas pelos Programas de pós-graduação que alimentam a base, ou estavam com número em atraso.

Na última avaliação, realizada em 2009, a base Qualis modificou o peso dos critérios utilizados para monitorar as revistas e os estratos de classificação (A1-A2, B1-B5 e C). Nesse exame realizado pela Comissão CAPES/ANPEPP, 15 das 27 revistas ora analisadas foram classificadas nos três primeiros dos oito estratos (Figura 7).

Classificação	2009
A1	1
A2	6
B1	8
B2	5
B3	1
Não avaliada	6

Figura 7. Classificação Qualis (2009) dos periódicos científicos com publicação sobre compromisso social do psicólogo.

A distribuição dos periódicos na matriz relacionada à série histórica de classificação Qualis revela que os títulos nos quais foram publicados artigos sobre compromisso social do psicólogo evoluíram positivamente ao longo dos anos, atingindo estratos mais elevados nessa avaliação. Considerando que os critérios utilizados nesse exame, que dizem respeito à forma e ao conteúdo, são consensuais na comunidade científica – excetuadas as críticas de editores ao peso das normas adotadas –, evidencia-se que os periódicos analisados seguem as indicações de padronização indicada pela Comissão CAPES/ANPEPP, responsável pela Qualis, e estão indexados em bases de dados de renome, que adotam seus próprios critérios de inclusão e permanência dos títulos em seus repositórios, o que confere crédito de qualidade ao material.

Por fim, verificou-se que os textos completos dos artigos sobre compromisso social do psicólogo, em sua maioria, estão disponíveis na *internet* (85,2%) – ressalve-se o procedimento de recolha dos documentos para este estudo. São publicações recentes, recuperadas por meio de bancos de dados *on-line* e de acesso gratuito. Os artigos estão disponíveis em diversas bases de dados, mas é a biblioteca SciELO e o site PePSIC que concentram parte das obras com texto completo sobre o assunto. Quando não, os

resumos dos artigos podem ser encontrados por meio da BVS-Psi, que acopla, além dos dois serviços referidos, a LILACS como fonte de informação.

São 12 os periódicos da área da Psicologia na coleção da biblioteca SciELO. Desses, nove publicaram artigos sobre profissão de psicólogo com o tema compromisso social. Somados à ocorrência de uma revista na área de concentração da Saúde Pública, a SciELO disponibiliza 10 dos 27 periódicos analisados (37%).

Ou seja, dos 61 artigos analisados, 9 textos não estão disponíveis na íntegra, o que representa 14,8% – um desses estudos é da década de 1970, um dos anos 1980, quatro da década seguinte e três são mais recentes, publicados nos anos 2000. O fato de 52 artigos sobre compromisso social do psicólogo estarem disponíveis na *internet* em acesso aberto é importante para que a comunidade científica possa acompanhar as discussões sobre o tema na literatura especializada.

Constatou-se também a ocorrência de periódicos que disponibilizam artigos eletronicamente, mas ainda não o fazem com números anteriores à sua entrada na rede, conforme se pode averiguar na maioria dos títulos disponíveis na SciELO, com coleção *on-line* desde 1997. Em contraste, a *Psicologia: Ciência e Profissão* já adotou a política de divulgação eletrônica de seus arquivos, cujos primeiros números podem ser recuperados no formato de documento (em .pdf), a partir do portal PePSIC.

Ao analisar as características gerais dos artigos, os autores que os publicaram e as revistas nas quais tais estudos são divulgados, evidencia-se o caráter acadêmico da literatura especializada e, por conseguinte, da discussão sobre compromisso social do psicólogo. Esse resultado respalda a existência de preocupações não só dos gestores de entidades representativas da profissão, mas também das agências formadoras no subsídio de reflexões teóricas, descobertas científicas e comunicações de experiências exitosas, por meio da elaboração de um conjunto de textos que podem servir de subsídio

às discussões no âmbito profissional. Resta a expectativa de que as comunicações realizadas pela comunidade científica sirvam a todos os envolvidos no debate sobre os rumos da profissão.

Os resultados gerais do eixo cientométrico estão sintetizados na Figura 8.

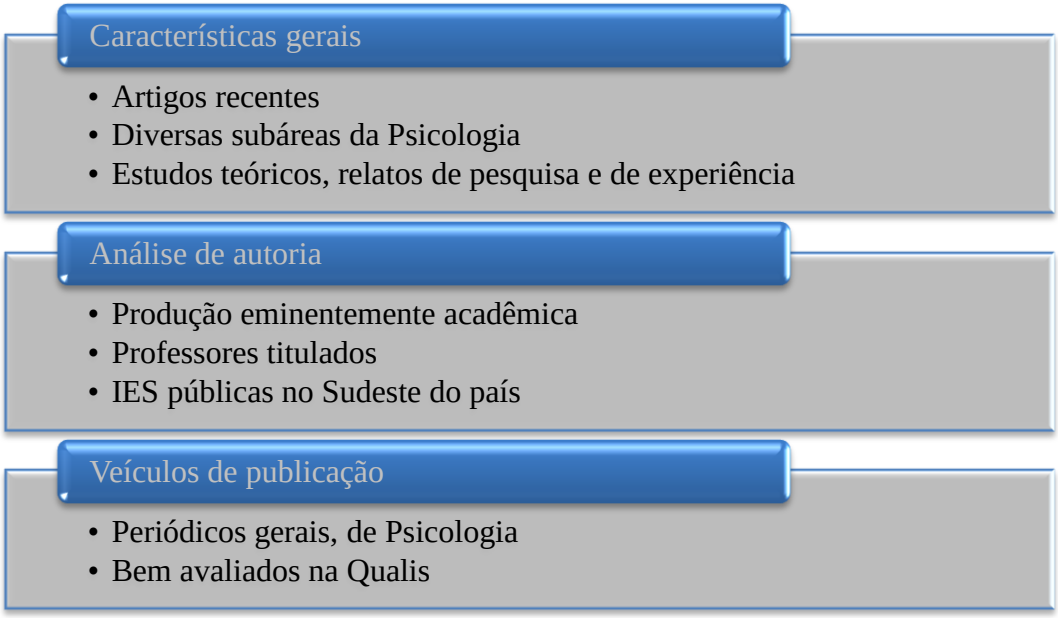

Figura 8. Síntese de resultados do eixo cientométrico sobre a literatura científica sobre compromisso social do psicólogo.

Na próxima seção, apresenta-se os resultados do eixo de análise temática.

4.2. Eixo de análise temática

A seção de resultados do eixo de análise temática é composta pela discussão acerca dos conceitos de compromisso social do psicólogo, dos atores apontados na literatura como responsáveis pelas práticas socialmente comprometidas e das dimensões do compromisso social (expansão, renovação, orientação teórica, direção política e competência técnica). A escrita destas seções foi organizada de tal modo que excertos literais dos artigos investigados complementam a redação. Assim, por vezes, o leitor irá se deparar com quadros contendo segmentos textuais que exemplificam a análise realizada. Na sequência indicada, a próxima seção refere-se às noções adotadas pelos autores dos artigos para definir compromisso social do psicólogo.

4.2.1. Conceitos de compromisso social do psicólogo

Os conceitos de compromisso social do psicólogo são explicitados em 24 dos 61 artigos examinados (39,3%), sendo que um terço deles apresenta duas definições. Somente em três artigos é possível identificar diretamente as definições de compromisso social – os demais tratam do compromisso com alguma preocupação em específico. Uma autora responde diretamente pela sua concepção (F01):

> Assumir um compromisso social em nossa profissão é estar voltado para uma intervenção crítica e transformadora de nossas condições de vida. É estar comprometido com a crítica desta realidade a partir da perspectiva de nossa ciência e de nossa profissão. É romper com 500 anos de desigualdade social que caracteriza a história brasileira, rompendo com um saber que oculta esta desigualdade atrás de conceitos e teorias naturalizadoras da realidade social. (p. 327)

Nos outros dois artigos, os excertos selecionados constituem-se de citação do conceito de compromisso social conforme outros autores. No artigo L42, a autora refere a concepção de compromisso para Paulo Freire:

> Tomando Paulo Freire (1998) como referência, podemos dizer que compromisso implica necessariamente em uma tomada de posição; envolve uma decisão por parte de um Sujeito/Ator Social e ocorre no plano das ações, da realidade concreta. Isso quer dizer, por sua vez, que "A primeira condição para que um ser possa assumir um ato comprometido está em ser capaz de agir e refletir" (p. 16). (p. 58-59)

No artigo D22, os autores endossam as práticas sociais recomendadas por Rosalina Carvalho da Silva e Raquel Souza Lobo Guzzo para concluir o significado de uma atuação socialmente comprometida:

> Para Silva (2002) a participação em trabalhos de organização de comunidades possibilita a promoção de saúde e cidadania que por sua vez favorece que os sujeitos estabeleçam metas e objetivos mantendo uma percepção realista do mundo [...]. Este é o compromisso ético e político do psicólogo e educador o qual deverá proporcionar, pela sua ação e participação, o bem estar dos que ali se encontram, contribuir para a formação de uma identidade coletiva e emancipação da pessoa (Guzzo, 2005). (p. 86)

Baseando-se nas ideias expressas nesses segmentos, o ofício do psicólogo deve ocorrer por meio de uma posição ativa do profissional, em busca de objetivos que, em tese, extrapolam sua função social, mas que devem dirigir sua prática. Dentre os objetivos, romper as desigualdades sociais, prezar pela justiça e pela cidadania, desempenhar função mediadora para a emancipação das pessoas e para a mudança nas suas condições de vida são citados. Em outras palavras, o psicólogo socialmente

comprometido exerce a profissão sob a meta de uma transformação social e da emancipação das pessoas. Compromisso social do psicólogo é investir em práticas sociais que contribuam para a mudança nas relações sociais, em prol de um projeto de sociedade sem desigualdades econômico-sociais. Desse modo, assumir essa definição de compromisso social do psicólogo implica a necessidade de manter o questionamento ao exercício profissional, garantindo a reflexão acerca dos determinantes sociais sob os quais os profissionais atuam.

Todavia, mantidas as relações de trabalho na sociedade capitalista, torna-se pouco cabível ao psicólogo – em verdade, a qualquer categoria profissional – a marca de agente social que alavanque transformações estruturais na sociedade. Dadas as limitações de uma ação profissional, a prática social do psicólogo ocorre de modo diminuto frente às situações decorrentes desse modo de produção. Pode o psicólogo, na fração em que lhe cabe atuar, refletir sobre a finalidade de suas ações, conscientizando-se do caráter político destas.

Quanto ao restante dos artigos que dispõem de tais definições, seus autores apresentam o compromisso do psicólogo relacionado com alguma situação (realidade social, necessidade das pessoas) ou para determinado fim (transformação social). Nos casos em que há mais de uma definição, a maior ocorrência é dos conceitos *compromisso com a realidade social* e *compromisso com as necessidades da maioria das pessoas*, ratificando a importância dessas preocupações para a categoria profissional de psicólogo. É preciso ressaltar que os fragmentos que compõem esta unidade de análise foram selecionados a partir da presença da palavra compromisso ou suas variações (ex.: comprometido, comprometimento), alinhando esta unidade de análise em seis categorias, detalhadas na Tabela 24.

Tabela 24

Frequência de conceitos do compromisso social do psicólogo evidenciados em artigos publicados em periódicos científicos no Brasil

Conceito de compromisso social do psicólogo	n
Compromisso com a realidade social	8
Compromisso com as necessidades da maioria das pessoas	7
Compromisso com a transformação social	6
Compromisso com a saúde	5
Reflexão sobre o posicionamento político do psicólogo	3
Compromisso com o cuidado e bem-estar das pessoas	3
Total*	32

*Admite repetições.

Dos 24 artigos que conceituam compromisso social, somam 15 os que evidenciam o compromisso do psicólogo com a realidade social ou com as necessidades da maioria das pessoas. Tais definições revelam a preocupação dos autores com a contextualização da prática profissional, cujo registro histórico é marcado pela execução de atividades conservadoras (Campos, 1983; Mello, 1975; Yamamoto, 1987). O compromisso social do psicólogo ampara-se em práticas nas quais se atenta para o conjunto de condições em que vivem as pessoas. Ao exercer seu ofício, o psicólogo deve dispensar atenção às demandas presentes nos contextos de atuação, quaisquer que sejam esses. Também em seis artigos há menção ao compromisso do psicólogo com a transformação social. Neste caso, entende-se que compromisso social é compreendido como um conceito que pode orientar a prática do psicólogo, voltada para um projeto de sociedade que seja distinta das condições desiguais em que vive a maioria das pessoas

O compromisso social do psicólogo com a saúde e com o bem-estar das pessoas revela uma preocupação substancialmente presente nos artigos característicos das

subáreas Psicologia da Saúde e Psicologia Clínica, que enfocam a Saúde Pública e a promoção de saúde. Esse debate é proveniente da inserção do psicólogo nas políticas sociais, em especial, do grande contingente desses profissionais na Saúde Pública a partir dos anos 1980 – conjuntura que refletiu na produção científica da subárea após esse período (Spink, 2007).

Somente em três artigos destaca-se que para ser um psicólogo socialmente comprometido é preciso refletir sobre seu posicionamento político. Apesar de o número de textos ser pequeno, não se pode descartar essa noção, haja vista sua presença implícita em outras definições, complementando a intenção de uma atuação profissional que intervenha decisivamente na realidade concreta.

Mais do que detalhar as várias definições de compromisso social do psicólogo, verificar como foram expressas ao longo do tempo assevera as mudanças na história da profissão de psicólogo e revela as preocupações que enunciam o exercício profissional. Na Figura 9 é possível acompanhar essas alterações:

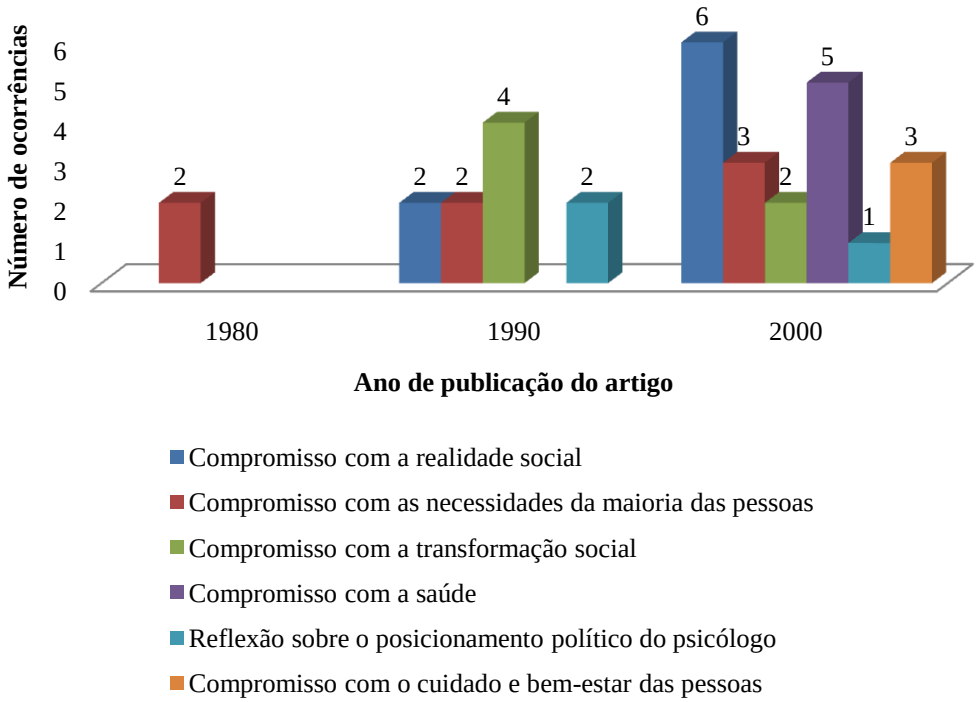

Figura 9. Distribuição da ocorrência de conceitos do compromisso social do psicólogo por década de publicação de artigos publicados em periódicos científicos no Brasil.

A distribuição dos conceitos na série histórica evidencia as mudanças sucedidas nos significados do compromisso social do psicólogo. Se na década de 1980 o compromisso social é com a necessidade da maioria das pessoas (noção que se mantém até os dias atuais), a ampliação dos campos de atuação profissional findou acrescentando outras ideias a este conceito (de transformação social, proeminente nos anos 1990, à saúde, resultante somente nos anos 2000).

A diversidade de conceitos é mais recorrente a partir dos anos 1990 (acrescente-se à transformação social, o *compromisso com a realidade social* e a *reflexão sobre o posicionamento político do psicólogo*). É preciso observar que esse é o período em que o tema é retomado na área, especialmente nos debates subsidiados pelo Sistema Conselhos de Psicologia. A configuração desse momento, portanto, deve-se, em parte, à

adoção do compromisso social como lema pelas entidades representativas da profissão de psicólogo e revela a noção que os gestores desses órgãos divulgavam sobre o tema.

Proveniente desses debates, os conceitos de compromisso social expandem-se para o compromisso com a saúde e com o bem-estar das pessoas, definições outrora não destacadas. Preocupar-se com esses propósitos não é recente na história da profissão de psicólogo. Entretanto, o aparecimento dessas ideias sobre o tema revela duas condições: a primeira, a abrangência do conceito, de uma noção estrutural, qual seja, a transformação das relações sociais, para uma dimensão de menor impacto, especificamente, na definição do cuidado com o outro; e, a segunda condição, o acesso a esse debate por psicólogos que ocupam diversos campos de atuação, possibilitando que, dentro dos limites possíveis em cada subárea da Psicologia, distintas práticas sejam consideradas socialmente comprometidas.

Assim, a distribuição das definições de compromisso social do psicólogo por subaéreas da Psicologia se faz relevante e é demonstrada na Figura 10.

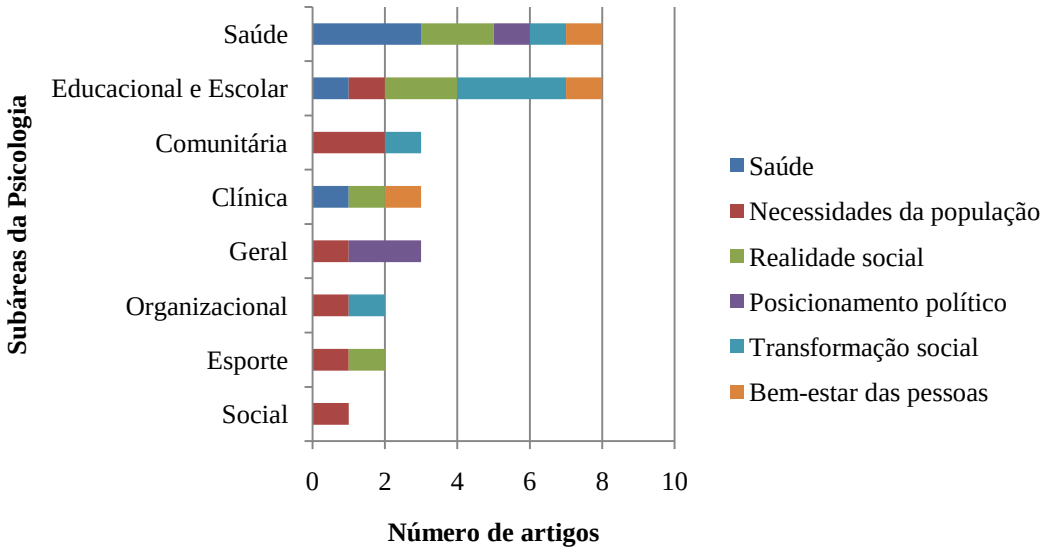

Figura 10. Distribuição do conceito de compromisso social do psicólogo por subáreas da Psicologia nos artigos publicados em periódicos científicos.

Os artigos das subáreas Psicologia da Saúde e Psicologia Educacional e Escolar são os que mais explicitam os conceitos de compromisso social do psicólogo (oito em cada subárea) e os que apresentam as mais diferentes definições (cinco em cada subárea): pelo menos metade dos artigos em cada uma delas apresenta uma noção de compromisso social (os artigos dessas subáreas somam, respectivamente, 16 e 14). No caso da Psicologia da Saúde, além da já referida inserção profissional no campo, merece menção as preocupações dos profissionais com o modelo de atenção à saúde e aos determinantes desta – debate profícuo em diversas disciplinas da área. Na Psicologia Educacional e Escolar, é relevante ressaltar as discussões sobre compromisso político, que já ocorriam no campo da Educação, desde os anos 1980 (Freire, 1979/1999, 1996/2009; Mello, 1982; Nosella, 1983, 2004; Saviani, 1983). Destaque também deve ser dado à Psicologia do Esporte, haja vista os dois textos na área apresentar noções explícitas sobre compromisso social.

A Psicologia Comunitária, a Psicologia Clínica e os artigos que tratam da Psicologia de um modo Geral são representados por três documentos cada, que explicitam o conceito de compromisso social. Deve-se ressaltar, ainda, o aparecimento de poucos textos em Psicologia Comunitária (3 de 10 artigos). Também deve ser alvo de questionamento a Psicologia Social: dos cinco documentos investigados nessa subárea, apenas um apresenta definição dessa expressão.

Essa distribuição dos conceitos por subáreas da Psicologia subsidia o questionamento ao compromisso social ser prática restrita ao psicólogo de uma subárea (Bastos, 2009). Ponderando-se a natureza dos estudos, verifica-se 9 de 15 documentos nessas subáreas que são estudos teóricos; ainda assim, somente 6 destes apresentam conceitos de compromisso social. A baixa frequência de textos nessas subáreas revela

que, mesmo nos artigos cuja característica primordial é expressar noções conceituais, a definição de compromisso social não é empregada.

Em decorrência de o significado de compromisso social do psicólogo ser importante para compreender o percurso que a profissão de psicólogo desenhou ao longo da história e com a finalidade de respaldar debates futuros acerca do tema, detalha-se, a seguir, algumas definições transcritas da íntegra dos artigos estudados sobre o tema, referentes a cada categoria desta unidade de análise. Conforme indicado anteriormente, a categoria com maior ocorrência dentre as definições é o compromisso com a realidade social, cujos excertos estão dispostos na Tabela 25.

Tabela 25

Compromisso social do psicólogo definido pela consideração da realidade social na prática profissional

Conceito	Artigos	Excertos
Compromisso com a realidade social	J62	Podemos dizer que essa forma de ser e fazer se reflete no olhar que lançamos sobre a realidade do mundo que nos cerca, exigindo de cada um de nós o compromisso social com a realidade na qual estamos mergulhados.
	L472	É com a crença na credibilidade de que um percurso na formação que carregue o aluno de um desejo por estudar Psicologia para conhecer-se melhor ou para entender os mistérios do humano para um lugar de compromisso com a realidade brasileira que o presente ensaio procura sensibilizar os leitores.
	M237	[...] coloca em discussão a atuação de um profissional comprometido com o contexto social.

A partir dos fragmentos analisados, é possível concluir que os psicólogos socialmente comprometidos são aqueles que ampliam sua intervenção, adotando uma análise de contexto da pessoa, para além do caráter individual. Essa noção está intimamente relacionada com a preocupação dos profissionais não só com aspectos situacionais, mas também com a reflexão sobre que condicionantes estruturais determinam o contexto no qual intervêm.

Executar práticas contextualizadas, nos dias atuais, parece uma ideia consensual na Psicologia. De fato, é difícil encontrar na literatura trabalhos que neguem a importância do contexto, seja na prática profissional, seja na conceituação de fenômenos psicológicos. Mesmo considerados os aportes teórico-psicológicos comumente adotados pelos psicólogos, a reedição dessas perspectivas revela substancial

consideração ao contexto social, o que representa avanços na reflexão sobre a função do psicólogo. É reveladora dessa ideia a presença de três artigos que debatem a contextualização da prática clínica. No entanto, a noção de "clínica ampliada" pode ser lida como a compreensão do entorno da pessoa atendida pelo profissional. Portanto, esta atuação contextualizada pode escamotear as práticas que se mantêm numa perspectiva individualizante, corrente nas atividades conservadoras.

Conclui-se que a realidade social a ser considerada numa atuação socialmente comprometida está além da contextualização da pessoa com a qual o psicólogo lida, haja vista os exemplos dos artigos estudados. É preciso resgatar a ideia de análise real das condições concretas de existência das pessoas e refletir não só a função que o psicólogo exerce, mas também questionar sobre que sociedade é essa na qual se intervém. Não é tarefa fácil assimilar as características de uma sociedade na qual as relações econômicas definem, em última instância, as condições com as quais as pessoas vivem e o lugar que elas ocupam. Ainda mais difícil é planejar intervenções que contribuam para mudança nesse quadro. Entretanto, essas atividades de análise e planejamento das ações são necessárias e recomendadas pelos autores que defendem o compromisso social do psicólogo e que concordam com Lane (1996).

Tais recomendações para uma prática social comprometida também se tornam explícitas quando os conceitos de compromisso social referem-se às necessidades da maioria das pessoas (Tabela 26).

Tabela 26

Compromisso social do psicólogo definido pela preocupação em responder às necessidades da maioria das pessoas

Conceito	Artigos	Excertos
Compromisso com as necessidades da maioria das pessoas	F01	O texto pretende ser uma defesa de uma identidade para os psicólogos que seja movimento e transformação, porque é reflexo do vínculo que a Psicologia deve manter com a sociedade, que está sempre em movimento, vínculo este de compromisso com as necessidades e demandas da maioria da população brasileira.
	M154	A ênfase está na adoção de meios e estratégias que permitam à população assumir o seu próprio processo de desenvolvimento e participação, indicando na realidade um compromisso político do profissional com as causas populares.
	M345	[...] a construção e o fortalecimento de uma profissão acontecem, também, pelo tipo de comprometimento que ela passa a ter com a realidade concreta da sua gente.

Nos textos, há indicações de que a análise das condições reais de existência das pessoas revela aos psicólogos a tarefa de responder às demandas da maioria da população. No modo de produção capitalista, a desigualdade nas relações de propriedade entre as pessoas é condição para a manutenção da sociedade em classes. A maioria da população, não só no Brasil, vive em condições de existência precárias, de modo que seu contexto de vida aparece premente no campo de atuação dos psicólogos, especialmente os que assumem a execução de políticas sociais. A adoção dessa definição nos textos alude ao questionamento de Botomé (1979) sobre a maior parte dos brasileiros não serem atendidos por psicólogos. Ora os textos mantêm essa crítica, ora

recomendam que a intervenção do psicólogo se volte para responder às finalidades que são comuns às pessoas e que o faça com participação dessas.

Com isto, artigos desde 1988 (L79; M154) até os mais recentes (M345; L472) definem o compromisso social com as necessidades da maioria das pessoas. Em alguns artigos investigados, encontram-se relatos sobre a situação da população brasileira, como é o caso do documento F348, no qual se exemplificam as consequências da sociedade dividida em classes:

> Em qualquer área que se trabalhe, há uma maioria da população sempre presente, mas distante dos benefícios sociais dispostos na Constituição Federal. O que mais incomoda e provoca a indignação é que cada vez menos pessoas detêm o poder, sobretudo econômico e, este, cada vez mais determina o grau de humanidade que alguém pode alcançar. Desta forma, deixam de existir os direitos de uma vida mais digna, ou seja, ficam à margem do sistema crianças, famílias e comunidades inteiras em uma dinâmica de desigualdade social sem precedentes. Aqueles, cujos valores passam pela concepção de humano como um ser, cuja dignidade da vida deve ser preservada, sentem-se como se estivessem diante de um comovente espetáculo – a destruição paulatina e constante das relações humanas e uma consequente forma de vida marcada pelo sofrimento. (p. 232)

Assim se faz a vida da maioria das pessoas; a situação de vida da maioria dos psicólogos no país não é a mesma. Bastos et al. (2010) informam que possivelmente a origem social dos psicólogos situa-se no estrato da população com rendimento financeiro médio e alto. Na atuação profissional, ao serem contratados para o ofício de psicólogos no campo das políticas sociais ou, quando antes, durante o curso de graduação, por exemplo, os profissionais de Psicologia deparam-se com uma realidade

que, em geral, desconheciam. É bem verdade que a extração de classe não guarda relação imediata com as opções profissionais e, sobretudo, as de caráter ídeo-políticas, mas se trata de uma questão que merece atenção.

Cabe refletir sobre o fragmento transcrito do artigo M345, no qual se afirma o compromisso do psicólogo com a sua gente, oportunidade para que o psicólogo reflita sobre a função que exerce na sociedade. Considera-se possível o psicólogo tomar para si as causas populares. Entretanto, diante do cenário de desigualdades sociais no país, alguns questionamentos devem ser feitos diante da adoção dessa definição: ela limita uma prática social comprometida aos psicólogos que atuam com pessoas pobres? Pode o psicólogo dar conta das causas das maiorias populares? As condições de vida das pessoas são, de fato, objeto de intervenção do psicólogo?

Essas indagações tornam-se ainda mais necessárias quando o conceito de compromisso social significa a intenção de contribuir para a transformação social. Excertos que exemplificam essa posição são reportados na Tabela 27.

Tabela 27

Compromisso social do psicólogo definido pela intenção de contribuir para uma transformação social

Conceito	Artigos	Excertos
Compromisso com a transformação social	J389	Conclui mostrando a necessidade de uma revisão teórico-metodológica da Psicologia e procura apontar alternativas para uma Psicologia Escolar mais comprometida com as mudanças sociais (Rio Balbino, 1988).
	L223	Grande parte dos problemas contra os quais a Psicologia Organizacional (e a própria Psicologia, enquanto prática eticamente comprometida com a justiça social) envida esforços devem ser enfrentados num contexto social mais amplo [...].
	M373	Este trabalho objetiva destacar as dificuldades encontradas para a integração da Psicologia nas Unidades Básicas de Saúde (UBSs). Dificuldades oriundas de uma formação acadêmica que se mostra inadequada ao trabalho no setor público de saúde, e que não atende ao engajamento que o setor da Atenção Primária à Saúde (APS) requer, nem ao compromisso social de reconhecer as necessidades e recursos da população usuária dos serviços públicos, na tentativa de buscar a transformação das desigualdades sociais.

Esta categoria constitui-se dos artigos que dispõem da definição de compromisso social do psicólogo com a intenção de contribuir para a transformação social. São artigos nos quais os autores se remetem às mudanças sociais (ex.: J389), à justiça social (L223), à transformação das desigualdades sociais (M373). A emancipação humana também é mencionada (L127):

> O lugar de onde falo é o de professora universitária, formadora de futuros psicólogos que acredita, a partir da crítica à Psicologia enquanto ciência e da prática profissional dela derivada, na possibilidade de uma inserção profissional crítica e criativa, eticamente comprometida com a luta pela emancipação humana, o que requer superação das desigualdades sociais e produção de uma sociedade em que a riqueza econômica e cultural socialmente produzida possa ser prerrogativa de todos. (p. 69)

A existência de artigos que contemplam a contribuição do psicólogo para mudanças na sociedade faz refletir sobre a necessidade de um projeto ético-político para essa categoria profissional (tal como ocorre no Serviço Social) com o propósito de questionar práticas que conservam o projeto societário vigente e redefinir a atuação profissional (Netto, 1999).

Em contrapartida aos questionamentos feitos anteriormente – pode o psicólogo lidar com mudanças nas condições de vidas da maioria das pessoas? –, vale a indagação: pode um psicólogo socialmente comprometido não ter como horizonte a transformação social? Uma vez mais, assim como é preciso interrogar sobre as condições que permitem ao psicólogo exercer seu ofício para tais fins, faz-se necessário averiguar as circunstâncias que limitam essas práticas. Os mesmos condicionantes que delineiam a situação em que as pessoas vivem são os que impelem a categoria profissional dos psicólogos a agir tal como as exigências por determinadas atividades dirigidas para a manutenção do modo de produção capitalista.

Nessa direção, parece restar ao psicólogo uma saída: a reflexão sobre o posicionamento político que a categoria assume (Tabela 28).

Tabela 28

Compromisso social do psicólogo significa refletir sobre o posicionamento político assumido pelos profissionais

Conceito	Artigos	Excertos
Reflexão sobre o posicionamento político do psicólogo	L87	[...] fazer Psicologia é um ato político comprometido com uma práxis transformadora e não adaptativa.
	F01	Discutir o compromisso social da Psicologia significa, portanto, sermos capazes de avaliar a sua inserção, como ciência e profissão, na sociedade e apontarmos em que direção a Psicologia tem caminhado: para a transformação das condições de vida? Para a manutenção?

São três os artigos que adotam essa definição. Ainda no artigo F01, destaca-se outro excerto: "[...] vale a intenção. A finalidade do trabalho" (p. 326). E no outro artigo que completa os três referidos (L42), tem-se: "compromisso implica necessariamente em uma tomada de posição" (p. 58-59). Essa noção já estava presente em publicações dos anos 1990 (1995 e 1999) e pode ser apreciada por psicólogos das mais diversas áreas, haja vista dois deles contemplarem a profissão do psicólogo de uma maneira Geral. Além disso, podem servir de referência para artigos mais recentes, a exemplo de textos que compõem esta investigação (L29, de 2005; e J39, de 2007).

É consenso que o psicólogo deve refletir sobre sua prática profissional. No entanto, os excertos acima tratam da reflexão sobre um posicionamento em específico: está o psicólogo a favor da mudança do projeto societário ou posiciona-se pela manutenção da situação atual, qual seja, a de desigualdades sociais? Seguir uma ou outra posição pode resumir-se na compreensão errônea de que depende somente da escolha do psicólogo uma atuação transformadora. De modo inconsequente, essa noção

alivia os determinantes da realidade social sobre as ações das pessoas, em quaisquer atividades que exerçam.

Opõe-se às críticas acima geridas a determinação de que o psicólogo não pode deixar de posicionar-se diante da divisão do mundo em classes sociais. Se lhe cabe atuar pela melhoria das condições de vida das pessoas, que o faça. Se lhe é difícil fugir das amarras da manutenção do modo de produção, que lhe seja viável prover atuações progressistas. Em última instância essa é a posição possível.

Duas outras definições de compromisso social do psicólogo aparecem nos artigos mais recentes sobre a profissão. Trata-se da noção de *compromisso social com a saúde* e *compromisso social com o cuidado e o bem-estar das pessoas*. No primeiro caso, o conceito revela a preocupação dos psicólogos com a Saúde Pública e a promoção da saúde (Tabela 29).

Tabela 29

Compromisso social do psicólogo definido pela preocupação com a Saúde Pública e com a promoção de saúde

Conceito	Artigos	Excertos
Compromisso com a saúde	J37	[...] conforme aponta Branco (1999) “não deve haver dúvida de que o profissional que pretendemos formar se comprometerá com a promoção da saúde.
	L145	A todas essas atribuições específicas do psicólogo soma-se ainda uma maior, que permeia a prática de todos os agentes envolvidos no projeto de saúde mental comprometido com o movimento antimanicomial: a de criar um "conjunto amplo de medidas que interfiram nas condições de vida do paciente e permitam criar alianças e vínculos fortes com a comunidade" (Lo Bianco & cols., 1994, p. 32).

Os artigos nos quais as definições têm como mote a Saúde Pública e a promoção de saúde são do domínio da Psicologia da Saúde (três documentos), Psicologia Clínica (um) e Psicologia Educacional e Escolar (um), sendo que neste o tema estudado são as práticas de saúde em projetos educacionais ou escolas. Essa disposição sentencia a tais subáreas a responsabilidade pelo sustento desse tema na noção de compromisso social, corroborando o projeto político de profissionais da saúde em defesa do SUS (Peruzzo, 2006).

Outra característica desse conjunto de textos é o ano de publicação dos mesmos. Os cinco artigos foram publicados nos anos 2000, o que confere recentidade ao significado da expressão compromisso social na literatura. Embora o período de publicação expresse tal característica, a discussão sobre o exercício profissional do psicólogo no campo da saúde, principalmente da Saúde Pública, não é tão recente assim, o que pode ser conferido por meio da menção a estudos com esse enfoque em dois dos cinco excertos com a definição de compromisso social, datados da década de 1990 (1994, 1999). Desta forma, desde que o psicólogo adentrou o campo das políticas sociais, especificamente na Saúde Pública, o debate sobre a transposição de procedimentos conservadores para novos locais de atuação é provocado, sendo que a maturação desse tema na literatura especializada só é reportada após alguns anos de atividades realizadas por psicólogos nesse campo (Carvalho & Yamamoto, 1999; Dimenstein, 1998).

Ao retratar a concentração dessa definição no campo da saúde, tornam-se indispensáveis algumas considerações. A primeira refere-se à promoção da saúde não se dever restringir aos estudos nessa subárea nem poder ser questão considerada somente pelos psicólogos que ocupam postos de trabalho nesse âmbito. A promoção de saúde é defendida, só para considerar alguns exemplos, em estudos da Psicologia Comunitária,

especialmente naqueles em que registram a atuação do psicólogo não só em serviços de saúde, mas também em escolas; em estudos da Psicologia do Trabalho e das Organizações, em defesa da melhoria nas condições de trabalho, que garantam a manutenção da saúde mental dos trabalhadores; na Psicologia Clínica, a partir da renovação desse campo, considerada a expansão dos serviços e a atualização de técnicas contextualizadas.

Outra consideração que se faz é ao tema da Saúde Pública: a luta em defesa do SUS, por exemplo, é uma questão que está além do aspecto profissional: trata-se de necessária participação de todos, independente da categoria profissional a qual pertencem, como cidadãos (L123):

> Por último vale lembrar que o SUS nasce como movimento, conhecido como Reforma Sanitária, aliado a outros movimentos sociais, na luta contra a ditadura militar e em prol da democracia, da garantia dos direitos do homem. Estávamos nos anos 1970/80, onde também se organizava em nível internacional a grande onda neoliberal. O SUS foi, sem dúvida, durante estes anos, o movimento que se firmou como resistência à privatização da saúde. Resistir à privatização, da saúde, da vida é tarefa para muitos, é tarefa para todos nós. Cabe a nós, psicólogos, decidir com que movimento nos aliamos, quais movimentos inventamos, quais intercessões fazemos entre a Psicologia e o SUS, entre a Psicologia e as políticas públicas. (p. 24)

Assim, o conceito de compromisso social relativo à saúde articula-se evidentemente com esse campo, embora esse mote não deva restringir-se à atuação de profissionais que nesse se encontram. No extremo, a expectativa é de que os trabalhadores sociais assumam-se militantes, conforme M301: “Os trabalhos voltados para uma população de baixa renda eram marginais e desenvolvidos por psicólogos que

exerciam, também, uma militância política (Andrade, 1996; CRP-06, 1994; Freitas, 1996)" (p. 345).

Também os estudos que conceituam o compromisso do psicólogo por meio do cuidado com as pessoas e com a promoção do bem-estar são recentes: somente três artigos foram publicados com essa noção, nos anos 2004, 2006 e 2007, exemplificados na Tabela 30.

Tabela 30

Compromisso social do psicólogo é cuidar das pessoas e proporcionar-lhes bem-estar

Conceito	Artigos	Excertos
Compromisso com o cuidado e o bem-estar das pessoas	L114	Entende-se que ter responsabilidade por alguém significa responder publicamente a isso; significa que não se está sozinho no mundo e que cada pessoa tem que prestar contas de seus atos; tem que cumprir seus compromissos assumidos frente à sociedade. Quando alguém recebe o título de psicólogo, assume a responsabilidade pública de cuidar do Outro. Então, parte-se do pressuposto de que os psicólogos e as psicólogas têm algo a dizer sobre isso.
	M301	Comprometida com atenção e cuidado para que o sujeito se conduza na direção de seu bem-estar, ou de resgate de sentido, a prática psicológica inclina-se para acolher o sofrimento humano como perda de sentido.

Essa definição de compromisso social merece um alerta, posto ser uma noção mais restrita que as demais, em termos de alcance e impacto da atuação profissional do psicólogo. Aparentemente, essa noção estabelece a mais viável expressão do psicólogo socialmente comprometido, mas parece também o ofício mais cômodo, haja vista a tradição teórico-metodológica da Psicologia.

Em um dos artigos (D22), proporcionar bem-estar está acompanhado de dois outros objetivos: “contribuir para a formação de uma identidade coletiva e emancipação da pessoa” (p. 86). Já no L114, expressa-se o cuidado com o outro como mote; e no M301, recomenda-se acolher o sofrimento humano. Assim, essa concepção de compromisso social do psicólogo refere-se a uma atividade de cunho individual, que terá impacto direto sobre a pessoa atendida pelo profissional.

Essa ideia de compromisso social destoa das demais, pois estas são acompanhadas de um significado coletivo para a prática profissional, enquanto aquela se situa dentro do quadro de referência da Psicologia conservadora. Não se trata de desconsiderar a importância de um procedimento clínico ou das mudanças que ocorrem na vida das pessoas atendidas e em seu entorno. No entanto, é válido questionar: esta definição é compatível com práticas sociais dirigidas para mudanças nas relações sociais e, por conseguinte, nas condições de vida das pessoas?

Este questionamento é importante em vista da síntese que se propõe a fazer dos diversos significados da expressão compromisso social do psicólogo. Existiria, então, a possibilidade de compromisso ser todas as noções expressas anteriormente, juntas? A este respeito, poder-se-ia sintetizar que o psicólogo, consciente de sua função, medeie as diversas vozes que compõem a sociedade e seja partícipe na busca do rompimento das desigualdades sociais, comprometendo-se a atingir as metas de emancipação das pessoas e mudança real nas suas condições de vida. Interroga-se: é possível haver muitos psicólogos com tal perfil? É provável que o aumento de relatos de experiência na literatura especializada em Psicologia advenha da valorização de práticas exitosas que expressam possíveis diretrizes para a atuação dos psicólogos nos mais diversos campos de atuação. Também esse aumento evidencia um aspecto de interesse para o debate

sobre compromisso social: os relatos de experiência manifestam uma prática social reflexiva, tão cara aos autores que discutem esse tema.

Reiteradas as considerações sobre a ausência de conceito na maioria dos artigos investigados, naqueles em que se explicita, esclarecem o significado dessa expressão. Sistematizar essas noções de compromisso social serve para demonstrar tanto a diversidade de significados dessa expressão, quanto a importância de uma análise de conjunto para que a prática social do psicólogo seja orientada em torno de um projeto ético-político da profissão.

Ademais, é válido ressaltar que também foram recorrentes conceitos implícitos de compromisso social do psicólogo (sem menção a palavra *compromisso* ou similares), que foram categorizados como objetivos a serem buscados pelos psicólogos ou metas que guiam as suas intervenções. Devido à maior parte dos excertos repetir as ideias centrais identificadas nas seis definições discutidas nesta seção, esses conceitos implícitos foram computados somente em relação ao período de publicação, conforme Figura 11, a fim de situar historicamente as ideias presentes nos textos. Alguns excertos que os representam estão listados nas Tabelas B1, B2 e B3 (nos apêndices, p. 263-265).

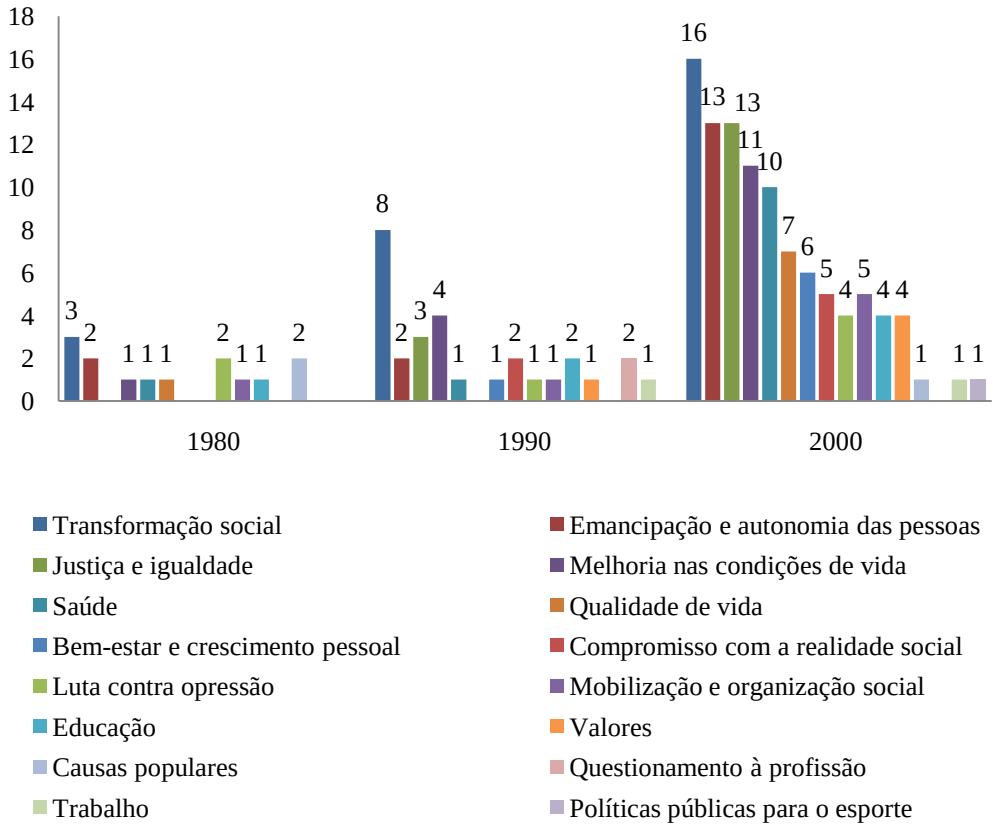

Figura 11. Distribuição dos objetivos de uma prática socialmente comprometida por década de publicação de artigos publicados em periódicos científicos no Brasil.

Na sequência da discussão sobre compromisso social do psicólogo, apresenta-se um dos achados desta investigação. Trata-se dos atores responsáveis por uma prática socialmente comprometida.

4.2.2. Atores socialmente comprometidos

Os atores apontados como responsáveis pelos objetivos de uma prática socialmente comprometida são referidos em 39 dos 61 artigos estudados (63,9%), que estão distribuídos nas décadas de 1980 (4), de 1990 (11) e nos anos 2000 (24). Conforme a Tabela 24, ao todo, os artigos selecionados sinalizam sete categorias de resposta nessa unidade de análise: psicólogos, profissionais de diversas áreas do

conhecimento, coletividade, academia, parceria do psicólogo com demais atores sociais, entidades representativas da profissão de psicólogo e Psicologia. Os artigos que apresentam somente uma categoria de ator somam 25 documentos; com duas categorias, são 6 artigos, com três categorias, 3 artigos, e o maior número de categorias, quatro, aparece em 5 artigos.

Tabela 31

Número de artigos sobre o compromisso social do psicólogo, publicados em periódicos científicos no Brasil, com menção aos responsáveis pelos objetivos de uma prática socialmente comprometida por década

Atores	Década			Total
	1980	1990	2000	
Psicólogos	2	7	8	17
Profissionais de diversas áreas do conhecimento	1	2	7	10
Coletividade	1	4	5	10
Parceria do psicólogo com demais atores sociais	1	1	7	9
Academia	2	3	4	9
Entidades representativas da profissão	1	3	2	6
Psicologia	0	1	4	5
Total*	8	21	37	66

*Permite mais de um código por artigo.

Totalizam 22 (de 39) os artigos que mencionam especificamente o aspecto profissional do compromisso social referindo-se a profissionais ou a psicólogos ou ainda à academia, às entidades representativas da profissão de psicólogo e à Psicologia. Os outros artigos (17 de 39) apontam a coletividade ou a parceria com demais atores sociais, abrangendo, também, a intervenção de profissionais. Mesmo dois artigos que assinalam a responsabilidade pela transformação social de caráter coletivo, não

restringem as atribuições de caráter profissional e fazem referência à intervenção conjunta do psicólogo com a comunidade (L87; L124).

Esse quadro permite duas ilações: a) a responsabilização do psicólogo por ações socialmente comprometidas é referida na literatura especializada; e b) a produção de ações socialmente comprometidas não é tarefa somente do psicólogo.

A atribuição de intervenções socialmente relevantes ao psicólogo admite a recomendação de que haja um projeto político-profissional para essa categoria profissional direcionada a ações de caráter social. No entanto, não basta ao psicólogo ser ator ímpar dessa história. É esperado pela literatura científica que práticas sociais do psicólogo sejam endossadas por outros atores sociais que o circunda, responsáveis pela sua formação acadêmica, nomeadamente, as agências formadoras (citadas em nove artigos), ou por acompanhar ou regular sua atuação profissional, especialmente, as associações profissionais, as sociedades científicas e o Sistema Conselhos de Psicologia (citados em seis artigos).

Além disso, a prática profissional deve ocorrer em conjunto, não só com profissionais de outras áreas do conhecimento, eventualmente formando equipes multiprofissionais, mas também em parceria com a população atendida em serviços nos quais os psicólogos atuam. A ocorrência de documentos indicando mais de uma categoria de ator social responsável por ações relevantes para a sociedade permite essa interpretação. Assim, cabe ao psicólogo, aos demais profissionais e à população, um esforço conjunto em prol do reconhecimento das necessidades reais eleitos pela coletividade para tornarem-se pauta na agenda de intervenções.

A seguir, apresenta-se e discute-se algumas tabelas com excertos específicos a cada categoria de atores do compromisso social do psicólogo. A intenção, com esse recurso, é demonstrar como os trechos selecionados exemplificam o modo como os

autores dos artigos estudados informaram quem são esses atores sociais. Na Tabela 32, evidenciam-se os psicólogos como responsáveis por atuações socialmente comprometidas, categoria com maior ocorrência, presente em 17 artigos.

Tabela 32

Psicólogos são referidos como atores de atuações socialmente comprometidas

Atores	Artigos	Excertos
Psicólogos	D367	[...] a instauração de uma Psicologia efetivamente comprometida com as necessidades do povo brasileiro seria tarefa de coletivos de psicólogos comprometidos com essa perspectiva.
	J34	Não se pode fazer Psicologia hoje na América Central sem assumir uma séria responsabilidade histórica, isto é, sem tentar contribuir para mudar todas as condições que mantêm as maiorias populares desumanizadas, alienando sua consciência e bloqueando o desenvolvimento de sua identidade histórica. Porém, é preciso fazê-lo como psicólogos, isto é, a partir da especificidade da Psicologia como quefazer científico e prático.

Nos dois trechos eleitos é claramente evidenciada a posição imposta aos psicólogos como atores socialmente comprometidos. Em ambos os casos, a responsabilidade de ações socialmente comprometidas está a cargo dos psicólogos com seu aparato técnico para intervir, como profissional, na conjuntura de demasiadas necessidades sociais manifestas nos países latino-americanos.

O chamado ao profissional de Psicologia para assistir às demandas sociais é recorrente nos dias atuais. Não só a literatura atribui essa responsabilidade ao psicólogo. Esse profissional é tensionado também pelo público que atende, seja pela disponibilidade de psicólogos em diversos campos de atuação, seja pela imagem social que está sendo gestada pelas entidades representativas da profissão e pela academia. É

preciso recordar, na história da profissão, que a aproximação dos psicólogos às reais condições de existência das classes subalternas só ocorreu a partir da sua aproximação a comunidades, especialmente a partir de embates desses profissionais como militantes em movimentos sociais, com experiências isoladas – em geral, vinculadas a universidades, mas ainda sem sistematizações teóricas que refletissem a prática profissional (Freitas, 1996; Lane, 1981).

Essa marcação permite acompanhar o encadeamento histórico das práticas dos psicólogos, que modificaram seus campos de atuação ao longo da história da profissão no país, ocupando distintos locais de trabalho e, por conseguinte, atingindo outro público-alvo em suas intervenções. Essas mudanças partiram não só do interesse de profissionais por ações de caráter social, mas como respostas dessa categoria, induzidas pela exposição às condições reais da sociedade e pelo embate de psicólogos que assumiam progressivamente cargos representativos, fossem conselheiros, pesquisadores reconhecidos na área ou ainda professores envolvidos com atividades práticas na formação acadêmica.

Independente das condições que proporcionaram essa configuração, a pertinência de atribuir a uma categoria profissional em específico – no caso, os psicólogos – a responsabilidade de enfrentar as demandas sociais para além da competência técnica, é questionada.

A atribuição da responsabilidade por ações sociais relevantes a psicólogos também comparece em artigos com especificidades de campos de atuação da Psicologia. Nesses casos, o compromisso social do psicólogo é referido em exemplos de intervenções desse profissional no campo da saúde, na comunidade, nos contextos de educação ou nas organizações. A Tabela 33 sintetiza esses exemplos.

Tabela 33

Psicólogos em diversas subáreas são referidos como responsáveis por práticas socialmente comprometidas

Atores	Artigo	Excertos
Psicólogos	D258	Então, psicólogos comunitários brasileiros – que têm conhecimentos em áreas de avaliação de necessidades, desenvolvimento de programas, consultoria e avaliação de programas – precisam engajar-se em promover a consciência dos cidadãos (ex. avaliação de necessidades) e a tomar um papel ativo no processo de mudança (ex. organização comunitária).
	L29	Nessa perspectiva, a definição de atuação psicológica coletiva (APC) proposta deve estar orientada pelo compromisso social (Bock, 1999; 2003) no sentido de incorporar e avançar em proposições que alimentem práticas socialmente contextualizadas para o psicólogo como profissional de saúde.
	L79	[...] cabe aos profissionais da área de Psicologia Escolar repensar sua prática profissional e buscar alternativas de ação que possam ir ao encontro de uma Psicologia conscientizadora e mais comprometida com as camadas populares e com a democratização do ensino.
	M133	[...] a "comunidade psicológica", portadora de aportes científicos eficazes e de um entendimento diferenciado acerca do sofrimento humano, não pode furtar-se a contribuir e empreender ações no mistificado, e ao mesmo tempo endurecido, universo do trabalho.

A depender dos campos de atuação da Psicologia, as questões a serem enfrentadas por psicólogos tornam-se distintas: se na saúde, a integralidade da atenção; se na educação, a democratização do ensino; se na organização, a mediação para melhoria nas condições de trabalho; se na comunidade, a participação das pessoas nas

intervenções. Em quaisquer campos de atuação, no entanto, o psicólogo compõe os atores sociais envolvidos nos processos de mudança da situação real das pessoas nesses lócus.

A menção a psicólogos em campos de atuação específicos em artigos sobre a profissão que problematize o compromisso social pode servir de referência tanto para os profissionais que estão em serviço quanto para os estudantes que estão em formação acadêmica, pois, ao admitir a relevância do psicólogo, especificam ações sociais dirigidas a esses campos de atuação e provocam a categoria a refletir sobre o seu exercício profissional.

Além dos artigos que fazem referência aos psicólogos, em mais cinco artigos, menciona-se a Psicologia e não o profissional. Os artigos estudados conferem ao campo de conhecimento a responsabilidade por intervenções socialmente comprometidas, como exibido na Tabela 34.

Tabela 34

A Psicologia é elencada como responsável por práticas socialmente comprometidas

Atores	Artigos	Excertos
Psicologia	F13	Essas mudanças revestem-se de maior seriedade para aqueles que entendem, como nós, que o objetivo da Psicologia é contribuir para uma sociedade menos excludente [...].
	F348	A Psicologia latino-americana deve ter como imperativo ético a opção pela libertação de sua população e profundo comprometimento com sua realidade (Martín-Baró, 1996c).

Ao escrever a *Psicologia* em vez de o *psicólogo* em seus textos, os autores dos artigos tornam duas interpretações possíveis: revelam que é extensa a quantidade de atores responsáveis por intervenções socialmente comprometidas, ao ampliar para toda e qualquer pessoa envolvida com esse campo de conhecimento a responsabilidade pelas

ações comprometidas, ou findam, sem intento, por eximir os psicólogos de assumir essa função.

De fato, nos excertos apresentados (F13 e F348), é a Psicologia que se compromete com as causas populares, quais sejam, as mudanças nas condições reais de existência. Ora, essa ideia não condiz exatamente com o propósito de um projeto político-profissional comum à categoria de psicólogos? A esta questão, é corrente uma resposta afirmativa, em que pese aos objetivos específicos a subáreas da Psicologia também serem vislumbrados pelos autores que se dedicam ao estudo da profissão de psicólogo – como no artigo F31, no qual se afirma: "O debate sobre a função e o papel da Psicologia do Esporte passa necessariamente pela discussão do que é o fenômeno esportivo e como tem sido construído e explorado o imaginário esportivo na atualidade" (p. 310). Ainda que tenham objetivos específicos, as subáreas da Psicologia no rol de atores socialmente comprometidos admitem que o cumprimento desses seja requisito para atingir metas maiores, como a mudança nas condições de vida das pessoas.

Ao discorrer sobre compromisso social, não só os psicólogos são citados nos artigos. Outros profissionais, independente da ocupação que exercem, são atores quando os escritos são dirigidos à discussão da prática profissional. Apesar de esses profissionais ocuparem, junto aos psicólogos, destaque nos escritos (mencionados em 10 artigos), esses documentos não negam a necessidade de demais atores para atingir os objetivos propostos numa atividade socialmente comprometida. No artigo L31, a autora reporta a equipe de profissionais de uma escola: "Estudar e investigar o histórico escolar deste aluno indesejado ajuda muito, às vezes sua história de fracasso escolar é proveniente de outras instituições e pode ser revertido se toda a equipe de profissionais se reconhecer como agente de transformação social" (p. 199).

Essas indicações revelam que intervenções socialmente comprometidas são vistas como responsabilidade de profissionais de diversas áreas do conhecimento. Em conformidade com essa avaliação, salienta-se que mais de um terço dos responsáveis por ações socialmente comprometidas citados nos artigos é composto por psicólogos ou, sem especificação, profissionais, sendo o psicólogo partícipe desse grupo, como é o caso de um relato de experiência, no qual a autora propõe a inserção do psicólogo na Estratégia de Saúde da Família:

> As equipes de saúde do PSF, referenciadas na estratégia definida pelo atual modelo de organização da saúde pública do Brasil, têm realizado suas atividades visando cumprir com o compromisso de promover a saúde e elevar a qualidade de vida da população que atende. (D243, p. 522)

Os psicólogos são expressamente incluídos no grupo de profissionais em outros excertos (Tabela 35), nos quais se pode destacar a associação do psicólogo a educadores, arquitetos ou profissionais de saúde.

Tabela 35

O psicólogo é apontado como um dos profissionais socialmente comprometidos

Atores	Artigos	Excertos
Profissionais de diversas áreas do conhecimento	D22	Este é o compromisso ético e político do psicólogo e educador o qual deverá proporcionar, pela sua ação e participação, o bem estar dos que ali se encontram, contribuir para a formação de uma identidade coletiva e emancipação da pessoa (Guzzo, 2005).
	D258	[...] psicólogos comunitários brasileiros devem trabalhar com profissionais de outras áreas, usando diversos métodos, para solucionar importantes problemas que afetam o Primeiro Mundo como também o Terceiro Mundo. Por exemplo, psicólogos podem colaborar com médicos na prevenção de doenças (ex. AIDS) ou com arquitetos na renovação urbana.
	D313	O Conselho reconhece oficialmente diversas categorias de profissionais de saúde de nível superior – entre elas, os psicólogos – convocados a contribuir com o processo de mudança [...].

A indicação de profissionais de diferentes áreas do conhecimento confere a expectativa de que sua função seja desempenhada a partir de suas competências técnicas. Com isto, espera-se que o ofício desses atores contribua, mormente, no projeto de mudanças na sociedade. O risco de reservar essa posição de destaque aos profissionais é a ausência de reflexão sobre os limites das ações desses atores na divisão social do trabalho. Considerados os condicionantes da atuação profissional, a saída é suprir essa lacuna, mantendo o questionamento acerca da função social possível ao profissional na sociedade.

A junção de profissionais de diferentes campos do conhecimento está atrelada, em geral, à formação de equipes multiprofissionais, sendo mais frequentes as menções a equipes de saúde, ainda que seja recorrente também nas discussões acerca de interdisciplinaridade, tanto na atuação profissional quanto na produção de conhecimento em Psicologia e em outras áreas do saber (a exemplo da Saúde Coletiva). A prática multidisciplinar, ou a busca pela inter ou transdisciplinaridade, é prevista nos dias atuais devido às intensas discussões no âmbito acadêmico e às condições nas quais os profissionais atuam, com destaque para as intervenções dos psicólogos com profissionais de outras áreas em instituições ou em comunidades. Os artigos examinados informam que esses locais apresentam uma realidade complexa na qual as habilidades específicas de determinado profissional são insuficientes para lidar com tal contexto, o que restringe a capacidade de atingir os objetivos de uma prática social comprometida.

Dos limites do exercício profissional emerge a importância da parceria dos psicólogos com os demais atores sociais (pessoas por eles atendidas, comunidades, outros profissionais), o que garante suas contribuições no processo de transformação social. Assim, a responsabilidade por intervenções socialmente comprometidas não se restringe ao profissional, sendo os demais atores sociais, em parceira com psicólogos, os responsáveis por tais ações.

Essa responsabilidade coletiva foi evidenciada em nove artigos, sendo os trechos mais esclarecedores apresentados na Tabela 36.

Tabela 36

Parceria do psicólogo com demais atores sociais possibilita ações socialmente comprometidas

Atores	Artigos	Excertos
Parceria do psicólogo com demais atores sociais	D291	De nossa parte, compreendemos estas ações como compartilhadas e já deixamos de ser reconhecidos como "benfeitores" – se chegamos a sê-los – para ocupar o lugar de parceiros comprometidos com a transformação da comunidade num projeto a médio e longo prazos.
	J25	Na medida em que os encargos pelas transformações sociais são assumidos principalmente pelos membros da comunidade, não faz sentido que fiquem alijados do processo de avaliação da intervenção comunitária [...].
	M154	Todos [os psicólogos participantes da investigação] indicam a necessidade de existirem objetivos orientadores para os trabalhos em comunidade. Contudo, a maioria deles (67%), considera que os objetivos devem ser estabelecidos pela população, a partir de suas características e necessidades. Os outros atribuem ao psicólogo a responsabilidade de determinação dos objetivos (17%); ou à população e psicólogo que, juntos, determinem os rumos do trabalho para a formação de uma consciência crítica e para o estabelecimento de formas de vida comunitária.

A alusão à parceria entre os psicólogos e o público-alvo de sua intervenção distingue-se da categoria citada anteriormente pela presença de outros partícipes das ações socialmente comprometidas. Trata-se da população atendida pelo psicólogo, em quaisquer campos de atuação, apesar de sobressair referências a esses atores sociais em estudos de subáreas que mais mencionam as comunidades (sete desses nove artigos são das seguintes subáreas: Psicologia Comunitária, Psicologia Social ou Psicologia da Saúde).

Nos excertos transcritos na Tabela 36, a relação do psicólogo com a comunidade varia: o artigo D291 expressa claramente a função do psicólogo, recomendando que suas ações caracterizem-se pela mediação nas relações sociais; no J25, o foco é nos demais atores sociais, solicitando que assumam a responsabilidade pelas mudanças no quadro social; no último trecho (M154), a autora apresenta resultados de sua pesquisa com psicólogos comunitários, segundo os quais a responsabilização da comunidade pela escolha das ações a serem desenvolvidas é condição para o psicólogo exercer suas tarefas.

A marca que os autores dos artigos estudados imprimem é a da parceria. Assim, a comunidade tem uma função ativa na transformação de suas próprias condições sociais. Ao psicólogo compete mediar a relação entre as pessoas em busca de interesses comuns e em benefício coletivo, por meio da análise real de suas demandas. Em conclusão, os estudos indicam que não dá para fazer só ou, melhor dizendo, só dá para fazer junto – seja parceria dos psicólogos com a comunidade, seja com profissionais de diversas áreas.

Essa determinação também é evidente em artigos que relatam os desafios a serem enfrentados no exercício da profissão de psicólogo, nos quais se assinala a necessidade de ações coletivas (Tabela 37).

Tabela 37

Atores sociais diversos, em conjunto, são responsáveis pelo cumprimento de intervenções socialmente comprometidas

Atores	Artigos	Excertos
Coletividade	F01	[...] projeto de futuro de uma profissão ninguém faz sozinho. Teremos de enfrentar este outro desafio: construir o futuro juntos.
	J37	Não é uma tarefa fácil, porém necessária e urgente, especialmente diante do dramático fenômeno da exclusão escolar, adquirindo um significado especial, cuja responsabilidade coletiva, inclui também o trabalho do psicólogo, que deseja construir uma atuação na direção da promoção de saúde na Educação.
	J389	[...] entendemos que não bastam esforços individuais. É necessário um engajamento maior por parte dos professores e alunos dos cursos de Psicologia, no sentido de redimensionarem os currículos de Psicologia do ponto de vista teórico-prático, proporcionando a devida contextualização do ensino psicológico nos seus aspectos socioeconômicos e políticos, de maneira a proporcionar a "formação" de profissionais conscientes, críticos, comprometidos com a realidade social e capazes de aproveitar as contradições sociais em favor de uma prática transformadora.
	L87	Para Bleger (op. cit: 24) “trabalhar no campo da psico-higiene significa inevitavelmente atuar nos problemas sociais e nas condições de vida dos seres humanos”. Ao mesmo tempo, admite que, diante dos determinantes socioeconômicos, políticos e culturais, o psicólogo sozinho não pode resolver todos os problemas, mas pode ajudar a transformar essa realidade. Exercendo sua função social e política o psicólogo pode levar os indivíduos a uma reflexão crítica da sua realidade e buscar soluções alternativas.

Em decorrência das condições de vida das pessoas e em resposta à convocação a ações sociais comprometidas, os psicólogos reúnem esforços para desenvolver intervenções que correspondam às necessidades reais do público atendido. Nos artigos que referem a coletividade (dez foram selecionados), os autores ora não definem a quem o psicólogo deve recorrer para fazer-lhe parceria nas ações socialmente comprometidas, ora reafirmam que a responsabilidade é coletiva.

Um dos artigos (L79), no entanto, determina que a ação conjunta seja realizada pelos psicólogos em parceria com a academia e com as entidades representativas da categoria profissional:

> concluiu-se pela necessidade da ação conjunta dos cursos de Psicologia, dos órgãos representativos da categoria profissional e dos psicólogos escolares atuantes, no sentido de fazer emergir uma prática psicológica escolar mais comprometida com os interesses populares e com a democratização do ensino. (p. 95)

Nota-se, nesse fragmento, a ocorrência de dois outros atores responsáveis pelo cumprimento de objetivos decorrentes da prática socialmente comprometida. Nomeadamente, a academia – responsável por apresentar, na formação acadêmico-profissional dos psicólogos, os contínuos questionamentos ao exercício profissional – é exemplificada com os trechos da Tabela 38; e as entidades representativas da profissão – que regulam a prática profissional e congregam discussões acerca da atuação dos psicólogos e da produção científica na área – com trechos que referem esses atores na Tabela 39.

Tabela 38

A academia é responsável pelo compromisso social do psicólogo

Atores	Artigos	Excertos
Academia	D291	Concluímos pela importância e potencialidade da associação entre intervenções que permitam o exercício do trabalho de extensão e compromisso social por parte das IES com as atividades de pesquisa e formação. Neste caso, valoriza-se a realização de pesquisas e visitas técnicas, desde os primeiros semestres do curso, em campos de atuação da Psicologia marcados pelas demandas e condições da atual realidade brasileira, junto com a oferta de disciplinas de estágio nos últimos períodos do curso, voltadas para a atuação profissional.
	J17	Os órgãos formadores devem repensar o profissional que desejam formar, voltando a atenção não só para as próprias convicções e concepções mas também para uma realidade que não se enquadra necessariamente no seu universo teórico.
	L59	Entendemos que os problemas referentes à formação e prática do psicólogo são complexos e transcendem o âmbito da Psicologia, passando pelos condicionamentos políticos e econômicos da estrutura social e pela finalidade da educação. Entretanto, apesar da abrangência da questão, importante se torna para a comunidade de Psicologia procurar, através de mediações, materializar uma prática que venha transformar o quadro atual de dificuldades. Entendemos também que estas mediações necessariamente envolvem a participação dos Cursos de Psicologia e dos órgãos representativos da categoria profissional.
	L474*	A escola representa, nesta análise, importância crucial, por ser o elemento de potencial detonador rumo às transformações desejadas.

* Por escola, leia-se a instituição de ensino superior, em vez de escola na qual o psicólogo atua.

Com os trechos dos artigos D291, J17, L59 e L474, exemplifica-se a atribuição de responsabilidade aos cursos de Psicologia no projeto de profissão socialmente comprometida. Os autores dos artigos estudados revelam a preocupação de a academia voltar-se para a formação de psicólogos condizente com a realidade social de seu entorno.

Às agências formadoras compete a apresentação de aportes teórico-metodológicos, o ensino de técnicas de intervenção, o desenvolvimento de habilidades para reconhecimento de demandas reais e a dedicação contínua à reflexão sobre o exercício profissional a ser realizado. No entanto, o tripé da educação superior que pode assegurar essa formação apoia-se no ensino, na pesquisa e na extensão, sendo que essas atribuições são correntes somente em instituições universitárias e, mais restrito ainda, o cunho investigativo na formação é oferecido, em geral, nas instituições públicas de ensino superior, haja vista a interlocução entre os níveis de graduação e pós-graduação (Yamamoto, 2006).

Essa configuração institucional só é encontrada na formação de 28,9% dos acadêmicos de Psicologia do Brasil (Yamamoto, Souza, Silva, & Zanelli, 2010), desencadeando a modulação de uma academia que pouco reflete a realidade social que o psicólogo encontrará quando estiver exercendo suas funções. Assim, os estudantes mantêm o interesse que os levaram à escolha do curso de Psicologia, convergindo para locais de atuação tradicionais, e conserva a imagem social do psicólogo, a partir da execução de ações conservadoras, que são, por vezes, fomentadas nos cursos de graduação (Mello, 1975). Embora essa situação reproduza a história hegemônica da profissão no país, é também nesses espaços de formação – não só – que a inovação se torna viável, a exemplo de estágios supervisionados ou atividades de extensão em

campos de atuação distintos, com renovação das intervenções, sem transpor aspectos teórico-metodológicos de outros campos que os psicólogos ocupam.

Bem como a academia, os autores dos artigos estudados consideram que é função das entidades representativas da profissão de psicólogo contribuir para um projeto político-profissional. Apesar de citadas em apenas seis artigos (conferir alguns fragmentos na Tabela 39), essas instituições têm ofício fundamental no desempenho dos psicólogos na sociedade e no arranjo histórico da profissão de psicólogo.

Tabela 39

As entidades representativas da profissão são atores responsáveis pelo compromisso social do psicólogo

Atores	Artigos	Excertos
Entidades representativas da profissão do psicólogo	F13	Na nossa opinião, os Conselhos Regionais de Psicologia poderão contribuir para a revisão deste contexto através do fortalecimento das Comissões e dos grupos de estudos já constituídos nas subsedes. Esse espaço de reflexão, menos demarcado por pressões políticas partidárias a que estão submetidos os psicólogos em seus locais de trabalho, poderia ser um lócus para pensar a contribuição que a Psicologia vem oferecendo na construção da sociedade.
	J389	Numa ação conjunta, entendemos que cabe aos órgãos representativos da categoria profissional (CFP, CRPs, sindicatos e associações de Psicologia) a luta pela ocupação digna do espaço profissional da categoria numa atividade eminentemente política, que poderia incluir, desde alterações na legislação vigente na área de Psicologia, até o esforço maior na criação e aprovação de leis, visando maior e melhor ocupação do espaço profissional na iniciativa privada e nos órgãos públicos.
	L223	Problemas sociais gravíssimos que afetam historicamente o trabalhador brasileiro, usurpando-lhe a cidadania: o desemprego, a falta de políticas de saúde, educação, lazer e habitação dignas, para citar apenas alguns exemplos. As entidades representativas da Psicologia no Brasil têm um papel fundamental na negociação destas políticas sociais, que devem mobilizar esforços não só do Estado, do empresariado ou dos sindicatos, mas de todos os segmentos organizados da sociedade.

O Sistema Conselhos de Psicologia, as associações profissionais e as sociedades científicas contribuem para o debate acerca da profissão de psicólogo a partir de diversas realizações. Dentre essas, podem ser destacadas a promoção de eventos, o apoio a publicações, o envio de informativos aos seus associados, a organização de grupos de discussão, o acompanhamento de debates sobre a formação acadêmica e o mapeamento dos psicólogos que estão em serviço – empreender o CREPOP tem sido o maior desses.

Essas atividades contribuem para a reflexão sobre a função social que o psicólogo exerceu e exerce e, sobretudo, para dirigir o modo como a categoria profissional pode cooperar para suprir as demandas reais existentes em sociedade, admitindo os limites e dimensionando as possibilidades do exercício profissional do psicólogo.

Se a literatura especializada nomeia as entidades representativas da profissão como âncora do projeto político-profissional do psicólogo, a diversidade de atores sociais referidos nos artigos estudados nesta pesquisa evidencia que a responsabilidade é diluída por bem mais atores. Deve ocupar-se da transformação social bem mais que uma categoria profissional: esse objetivo é coletivo. No entanto, não se pode escapar da atribuição oferecida aos psicólogos e do lugar que esses ocupam na sociedade nos dias atuais. Assim, o psicólogo é chamado a responder à demanda por transformação social e deve cumprir tal intuito. Mesmo que essa afirmativa pareça ingênua, o fundamento desta está na convocação de Martín-Baró (1997), que afirma a necessidade de o psicólogo ser partícipe desse processo, ainda que mantenha sua especialidade. A questão adicionada a esta posição é: de que forma pode o psicólogo contribuir?

Alguns indicativos a essa questão podem ser recuperados a partir do estudo das dimensões do compromisso social, pauta da próxima seção deste escrito.

4.2.3. Dimensões do compromisso social do psicólogo

Retomando as ideias sobre as dimensões do compromisso social do psicólogo, assinaladas na fundamentação teórica desta investigação, estudos sobre a profissão de psicólogo no Brasil apontam cinco dimensões que caracterizam uma prática socialmente comprometida: expansão, renovação, orientação teórica, competência técnica e direção política (Bastos, 2009). De início, uma análise de conjunto é realizada, seguida de exposição de alguns segmentos textuais referentes a cada dimensão; posteriormente, apresenta-se um debate acerca da sua ocorrência simultânea nos artigos analisados.

Para esta seção, o núcleo central da análise dos artigos foi a identificação de segmentos que evidenciassem as dimensões do compromisso social do psicólogo. Essa varredura revelou o teor histórico da constituição das discussões sobre esse tema: se antes uma prática social comprometida expressava-se por meio da expansão do público-alvo ou pela maior abrangência de objetivos, em artigos mais recentes encontra-se claramente a necessidade de se apontar a direção política no exercício da profissão.

Presentes em todos os 61 artigos investigados nesta pesquisa, as dimensões do compromisso social do psicólogo estão discriminadas conforme a Tabela 40.

Tabela 40

Expressão das dimensões do compromisso social do psicólogo em artigos publicados em periódicos científicos no Brasil

Dimensões	n*	%
Renovação	52	85,2
Direção política	50	82,0
Expansão	47	77,0
Orientação teórica	40	65,6
Competência técnica	20	32,8

* Permite repetições

A recorrência dessas dimensões nos textos analisados confirma os estudos realizados anteriormente ao importar-se com reflexões que associam-se ao compromisso social do psicólogo (Bastos, 2009; Yamamoto, 2007) e revela as preocupações de autores que discutem o exercício da profissão de psicólogo em torno de uma prática social mais abrangente.

As dimensões renovação, direção política e expansão são referidas em mais de três quartos dos estudos sobre o tema. Também é alto o número de artigos que contêm fragmentos textuais sobre orientação teórica (65,6%). Já a competência técnica está presente em 32,8% dos artigos estudados. Dessa forma, a maioria dos artigos contempla as dimensões do compromisso social, ressaltando-se que apresentam, em geral, mais de uma dimensão: 58 de 61 artigos (são 3 documentos com uma dimensão; 9 com duas dimensões; 17 com três; 23 com quatro; e 9 com cinco).

As concepções de compromisso social modificaram-se com o decorrer do tempo. Essa expressão ganhou feições distintas, a depender das modificações na prática social do psicólogo, e as dimensões elencadas na literatura são o registro dessas alterações. A entrada de psicólogos em novos campos de atuação e o encontro com públicos distintos daquele que originalmente os psicólogos estavam acostumados indicavam o movimento de expansão e maior abrangência da profissão. Diante dessas mudanças, os estudos de avaliação da profissão sinalizavam que as condições com as quais os psicólogos exerciam seu ofício exigiam reflexão sobre as perspectivas teóricas adotadas e apontavam a necessária instrumentalização técnica para renovar a execução de tarefas. Essa configuração precisava, ainda, ser norteada por finalidades que outrora não estavam no rol das preocupações dos psicólogos, exigindo destes, além da renovação teórico-metodológica, a consciência da direção política de suas ações.

Em função dessas mudanças, analisar a existência de segmentos textuais que refiram as dimensões do compromisso social do psicólogo nos textos selecionados para esta investigação pode auxiliar a compreender como esse tema foi debatido no percurso da profissão. A série histórica que remete a essas dimensões pode ser acompanhada na Figura 12.

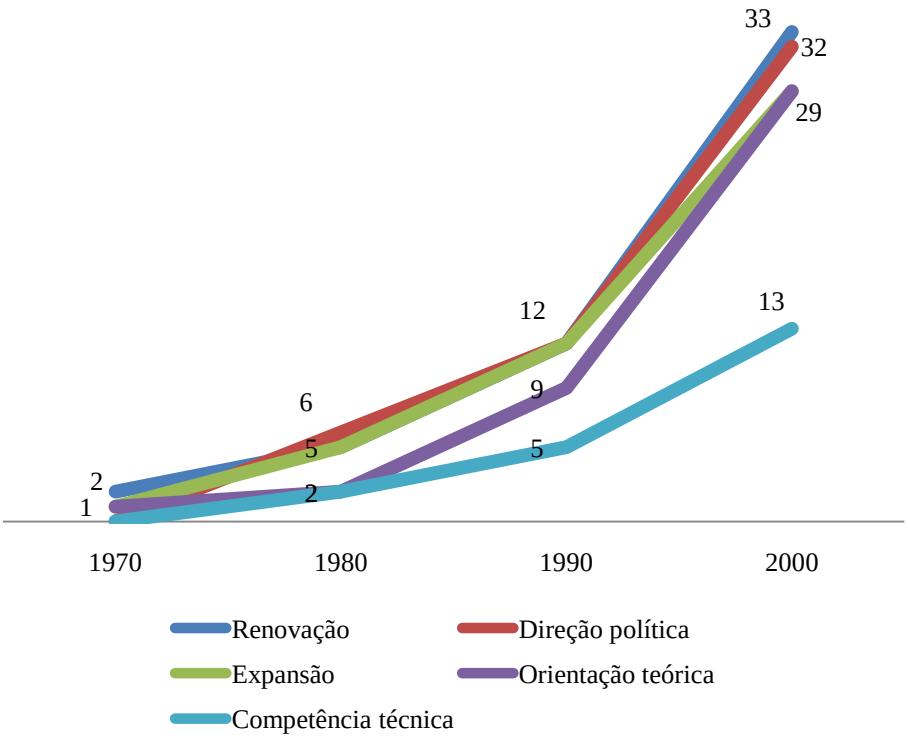

Figura 12. Distribuição das dimensões do compromisso social do psicólogo por década de publicação dos artigos em periódicos científicos no Brasil.

Destaca-se o aumento de discussões que envolvem as dimensões do compromisso social ao longo dos anos. Na década de 1970, os estudos que avaliavam a profissão de psicólogo estavam sendo iniciados. Assim, ainda eram raras as proposições de mudanças nos rumos da profissão, e essas diziam respeito à expansão, à renovação e à orientação teórica. Ou seja, duas outras dimensões do compromisso social ainda não estavam sendo debatidas naquele período.

Na década seguinte, o aumento de publicações sobre o tema é acompanhado da maior abrangência das discussões sobre práticas profissionais comprometidas. Àquela época, expansão, renovação e orientação teórica mantinham-se em debate, embora a direção política tenha se tornado a dimensão mais citada. É possível que tal configuração resulte da promoção da Psicologia Social Crítica (Freitas, 1996) e da inserção dos psicólogos no campo do bem-estar social, especialmente na Saúde Pública (Carvalho & Yamamoto, 1999; Dimenstein, 1998). Essa tendência se renova nos anos 1990, sendo a expansão, a renovação e a direção política referidas nos artigos sobre a profissão de psicólogo, publicados no período. Embora em menor intensidade, também crescem as preocupações com a competência técnica e a orientação teórica.

Os anos 2000 são marcados por expressivo debate do compromisso social na literatura especializada, proveniente de iniciativas das entidades representativas da profissão e da consolidação da entrada dos psicólogos no campo das políticas sociais. Assim, se o número de artigos que mencionavam expansão, renovação e direção política era majoritário nos anos anteriores (atingindo até 12 documentos cada), nesse período registra-se pelo menos 13 estudos na dimensão menos citada: competência técnica. Já a orientação teórica e a expansão são apreciadas em 29 artigos, a direção política em 32 e a renovação é a dimensão mais referida, em 33 documentos.

Contudo, é preciso observar que a aceleração da frequência da competência técnica em relação às demais dimensões é inferior. Até a década de 1990, o ritmo de evolução era semelhante. A partir dos anos 2000, no entanto, as demais dimensões se descolam da competência técnica, o que pode indicar uma menor preocupação com essa dimensão atualmente – seja por considerar que já está contemplada, por exemplo, pela melhoria (questionável) da formação, seja porque a propriedade técnica se aparta das demais dimensões. Esse resultado também alude ao debate corrente no campo da

Educação, no qual se questiona se a competência técnica pode impulsionar o compromisso político (Mello, 1982; Nosella, 1983, 2004; Saviani, 1983).

Essa diversidade no tom das discussões sobre compromisso social do psicólogo ocorreu em conformidade com as mudanças nos rumos da profissão, acompanhadas tanto pelos psicólogos que estavam em campo, quanto pelos pesquisadores que investigavam a prática profissional. As entidades representativas da profissão também atuaram para as alterações nesse percurso e foi a partir das discussões protagonizadas por seus representantes que a categoria profissional retomou essa discussão nos últimos anos.

Para a análise do compromisso social também é relevante examinar a distribuição das suas dimensões por subáreas da Psicologia, a fim de verificar as nuanças nas preocupações com a prática social dos psicólogos e as contribuições específicas de cada uma dessas no debate sobre compromisso social (Figura 13).

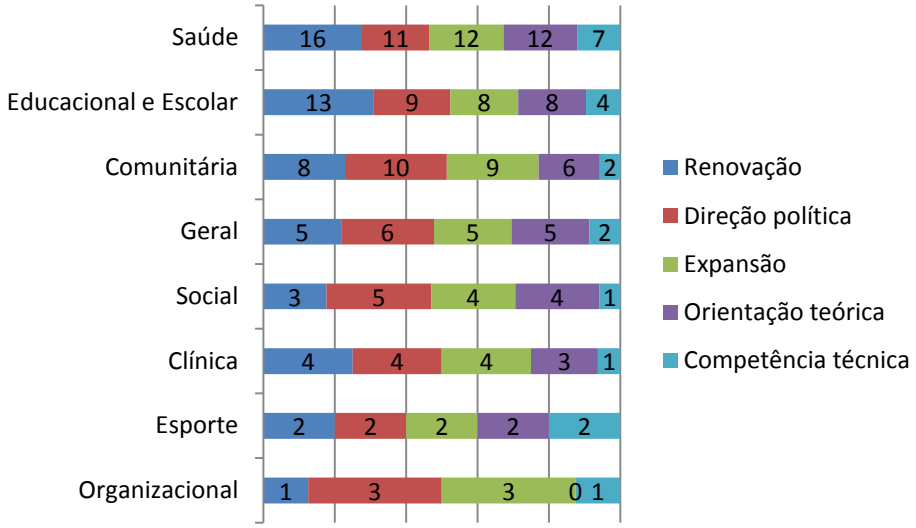

Figura 13. Distribuição das dimensões do compromisso social do psicólogo por subáreas da Psicologia em artigos publicados em periódicos científicos no Brasil.

As Psicologias da Saúde, Educacional e Escolar, Comunitária, a Psicologia de um modo Geral, e a Psicologia Social, nesta sequência, apresentam mais referências às dimensões do compromisso social do psicólogo que as demais subáreas da Psicologia. No entanto, relacionada ao número de artigos[17], a representatividade de dimensões em cada subárea supracitada é semelhante: numa média simples, mais de três dimensões por artigo. Tanto na Psicologia da Saúde quanto na Educacional e Escolar, o destaque é para a renovação: apontada em todos os artigos classificados na primeira subárea e em 13 dos 14 estudos da segunda. Já a direção política é a dimensão citada em todos os artigos na Psicologia Comunitária (10) e na Social (5), e em seis dos sete estudos na Psicologia de um modo Geral.

As preocupações das Psicologias da Saúde e Educacional e Escolar com a renovação da prática social do psicólogo é reflexo dos debates sobre a associação do conceito de saúde às condições de existência das pessoas – exigindo mudanças nas intervenções realizadas pelos profissionais de saúde – e sobre a construção histórica do fracasso escolar – recomendando aos psicólogos a execução de práticas que levassem em conta o contexto de vida extraescolar dos educandos. Em ambas as subáreas, a crítica à transposição da prática clínica tradicional baseada no modelo médico, a ser substituída por práticas alternativas baseadas na análise real das condições de vida das pessoas, e a necessidade de atuar em equipes multidisciplinares, tanto nos serviços de saúde quanto nas escolas ou em projetos educacionais, norteiam as ideias referentes a tal dimensão.

No caso das subáreas Psicologia Comunitária e Social e na Psicologia de um modo Geral, a direção política desponta como principal dimensão do compromisso social, por meio de indicadores que se referem prontamente à transformação social. Nas

[17] Distribuição dos artigos por subáreas pode ser visualizada na Figura 4 (p. 120).

duas últimas subáreas, a contribuição dos psicólogos para a transformação social aparece de modo mais abstrato, recobrando valores em prol da coletividade, a exemplo da justiça e da igualdade sociais ou apontando para um novo projeto de sociedade equânime. De forma pragmática, os autores dos artigos da Psicologia Comunitária afirmam a inserção dos psicólogos em comunidades ser o modo de superar a tradição histórica da profissão como reprodutora das relações injustas na sociedade e mantenedora das desigualdades sociais. Nessas subáreas, para uma prática social comprometida recomenda-se a mediação das relações sociais, prezando tanto pela reflexão da própria condição do psicólogo quanto pela conscientização das pessoas com as quais atua.

As demais subáreas da Psicologia abrangem tais dimensões de formas variadas. A Psicologia Clínica, por exemplo, que contabiliza quatro documentos analisados, menciona, pelo menos, três dimensões em todos os textos (renovação, direção política e expansão). Outro arranjo é encontrado na Psicologia do Esporte, que contempla todas as dimensões nos dois artigos investigados. Na Psicologia do Trabalho e das Organizações, subárea que menos remete às dimensões como um todo, seus três artigos contemplam direção política e expansão, e é a única na qual não figura a dimensão orientação teórica. A distribuição das dimensões do compromisso social do psicólogo nessas subáreas revela maior preocupação de seus estudiosos com a direção política e com a expansão.

Especificamente nas Psicologias Clínica e do Trabalho e das Organizações, marcadas na história da profissão como subáreas tradicionais, a direção política é traduzida por meio de críticas retomadas pelos autores às práticas conservadoras nesses campos; e a expansão é sinalizada pela busca por espaços de atuação e público-alvo das intervenções dos psicólogos de modo mais abrangentes, a exemplo dos projetos de

clínica ampliada e atenção às condições de trabalho dos empregados. Na Psicologia do Esporte, a direção política é indicada pela finalidade de transformação social por meio de projetos esportivos; a expansão é característica da trajetória recente dessa subárea e pode ser exemplificada pelas propostas de inserção profissional em projetos sociais, ampliando o campo de atuação concernente somente a equipes de alto desempenho.

Também vale ressalvar a distribuição da dimensão competência técnica: citada em um só artigo das subáreas Psicologia do Trabalho e das Organizações, Clínica e Social; em dois artigos da Psicologia de um modo Geral e da Psicologia Comunitária; em quatro da Psicologia Educacional e Escolar; e em sete na Psicologia da Saúde. Mesmo constando em todas as subáreas, a competência técnica aparece em menos da metade dos artigos em cada uma delas – com exceção da Psicologia do Esporte. Ou seja, desprezada a baixa referência à competência técnica, recuperada sua expressão na série histórica (duplicada a cada década), e acrescido o fato de essa dimensão ter sido registrada em artigos das mais diversas áreas, referenda-se sua importância, nos dias atuais, para a discussão sobre compromisso social, em quaisquer campos de atuação do psicólogo.

Outra distinção entre a competência técnica e as demais dimensões do compromisso social do psicólogo nos artigos investigados pode ser observada por meio da distribuição dessas dimensões pela natureza dos estudos, conforme pode ser averiguado na Figura 14.

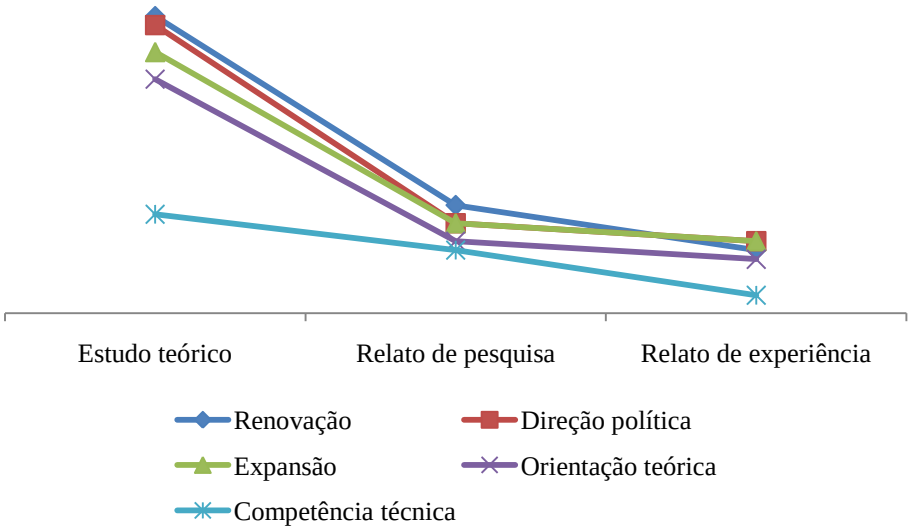

Figura 14. Distribuição das dimensões do compromisso social do psicólogo por natureza dos estudos publicados em periódicos científicos no Brasil.

Ao examinar as dimensões do compromisso social pela natureza dos estudos, depreende-se que os relatos de pesquisa possuem a distribuição mais homogênea: todas as dimensões são referidas em ao menos metade dos artigos, ou seja, em 7 dos 14 documentos dessa natureza.

Aparte a competência técnica – referida em 11 dos 37 estudos teóricos e em 2 dos 10 relatos de experiência estudados –, as demais quatro dimensões analisadas (renovação, direção política, expansão e orientação teórica) são reportadas, de modo coeso, em pelo menos 70% dos estudos teóricos (26 de 37 artigos) e 60% dos relatos de experiência (6 de 10 estudos).

Embora esses resultados sugiram uma tendência de conformidade entre as dimensões, evidenciam-se algumas peculiaridades, com três destaques. Primeiro, o fato de a orientação teórica figurar em 26 estudos teóricos, assinalando o caráter conceitual desses artigos; segundo, o maior número de relatos de experiência citando direção política e expansão, em detrimento à renovação – dimensão mais frequente nos demais

estudos – o que sugere debate sobre mudanças nos campos de atuação do psicólogo e preocupação com a finalidade dessas experiências; e terceiro, a competência técnica ser a dimensão menos referida nos relatos de experiência, embora as intervenções exitosas sejam fundamentais em estudos dessa natureza.

Os excertos referentes às dimensões do compromisso social do psicólogo selecionados dos artigos ora analisados foram organizados nas tabelas que se seguem. O intuito, com esta sequência, resume-se a tecer alguns comentários, haja vista às definições dessas dimensões (abordadas no referencial teórico) terem servido como parâmetro para selecionar os trechos. A primeira dimensão abordada nesta análise é a expansão (Tabela 41).

Tabela 41

Dimensões do compromisso social do psicólogo: expansão

Dimensões	Artigo	Excertos
Expansão	F361	Os psicólogos adentram no SUS sob a bandeira de uma profissão de saúde comprometida socialmente e potencialmente capaz de lidar com a demanda da população pobre.
	J62	É preciso também rever a sua práxis, visando atender a uma demanda que se apresenta não só no contexto da clínica tradicional, pertinente aos consultórios fechados e quase sempre fundamentada em teorias e técnicas engessadas em conhecimentos importados, mas também nas instituições e quaisquer situações em que a subjetividade humana e o seu sofrimento se revelem e assim possam ser acolhidos.
	L114	Enfim, o modo como se dá a prática está calcado em uma perspectiva histórico-crítica, onde se entende saúde, e consequentemente a sociedade e as comunidades, a partir do conceito de "relação". Neste sentido, a prática do psicólogo precisa ser feita não na solidão de um consultório, ou da instituição, mas em conjunto com outras pessoas.

A expansão (ou abrangência) responde a duas especificações: a ampliação da população-alvo de intervenção ou a abrangência de novos campos de atuação profissional do psicólogo. Identificou-se segmentos textuais reportando a abrangência da atuação do psicólogo a um público que não condiz ao tradicional formato de prática social executada pelo psicólogo. São pessoas que se situam em outros contextos de atuação, a exemplo do campo das políticas sociais (F361), em instituições (J62) ou em conjunto (L114).

Trechos que exemplificam a renovação da prática social do psicólogo estão expostos na Tabela 42.

Tabela 42

Dimensões do compromisso social do psicólogo: renovação

Dimensões	Artigo	Excertos
Renovação	D273	Atualmente, com as práticas emergentes em Psicologia, percebemos que a ideia de flexibilização como desenvolvimento do trabalho clínico atual é privilegiada.
	L127	Possibilidades outras de atuação psicológica, porém, são uma realidade, ainda que a visibilidade destas possa ser menor. Em outras palavras, sentidos outros para as relações entre escolas, atuações do (a) psicólogo (a) e comunidades fervilham aqui e acolá, assumem direções irradiantes e estabilizam-se, ainda que às custas de muita luta para a superação de vários desafios.
	L2	Entendidas estas noções, percebemos que o instrumento de trabalho do psicólogo deve ser, principalmente, através de grupos. Nestes grupos, o psicólogo passa a trabalhar com as classes dos diferentes profissionais que estão envolvidos no processo educativo, deslocando o aluno do enfoque central, que lhe conferia toda a responsabilidade dos problemas educacionais.

Os segmentos de textos mais recorrentes na renovação dizem respeito a práticas inovadoras. Evidenciou-se práticas como: aconselhamento psicológico, atividades teatrais, cadastramento social de famílias, capacitações, coordenação e assessoria, elaboração de políticas públicas, composição de projetos de vida, fortalecimento e participação comunitária, mediação, mobilização comunitária, orientações e aconselhamentos, conscientização, palestras, efetuar parcerias e articulações, rodas de conversa, trabalho em grupo, trabalho junto com outros profissionais, visita domiciliar – só para citar alguns.

Note-se que algumas práticas supracitadas são, nos dias atuais, consideradas tradicionais ou conservadoras, outras podem ser desconhecidas pela maioria dos psicólogos. Todavia, é preciso ressalvar a amplitude temporal da distribuição dos artigos analisados (de 1970 até 2008), o que revela o teor histórico do debate sobre o compromisso social do psicólogo, exigindo cautela para evitar uma análise anacrônica.

Quanto à menção dos autores dos artigos à orientação teórica, demonstra-se pelos excertos da Tabela 43.

Tabela 43

Dimensões do compromisso social do psicólogo: orientação teórica

Dimensões	Artigo	Excertos
Orientação teórica	F01	[...] o país exige nosso posicionamento político no exercício da profissão e a Psicologia começa a nos possibilitar este posicionamento com seu avanço na crítica da naturalização de fenômeno psicológico que caracterizou a história de nosso conhecimento.
	J37	Superar tal situação exige uma nova articulação entre ciência e prática, buscando caminhos para uma efetiva integração. Dentro deste enfoque, segundo os autores, questões como diferentes concepções do fenômeno psicológico presentes nas teorias, estágios, trabalho interdisciplinar, pesquisa, habilidades técnicas, compromisso ético e político, passam por uma revisão capaz de provocar rupturas importantes, entre elas a de "entender a necessidade de uma intervenção social-política para além do individual" (p. 220).
	J389	Abordando filosofia e práxis, este mesmo autor afirma: "A teoria em si (...) não transforma o mundo. Pode contribuir para a sua transformação, mas para isso tem que sair de si mesma e, em primeiro lugar tem que ser assimilada pelos que vão ocasionar, com seus atos reais efetivos, tal transformação. Entre teoria e atividade prática transformadora se insere um trabalho de educação das consciências, de organização dos meios materiais e planos concretos de ação; tudo isso como passagem indispensável para desenvolver ações reais efetivas. Nesse sentido, uma teoria é prática na medida em que materializa, através de uma série de mediações, o que antes só existia idealmente como conhecimento da realidade ou antecipação ideal de sua transformação" (Vasquez, 1977, p. 206-207).

O que se sobressai nos trechos de orientação teórica é a perspectiva de que o homem é um ser social, historicamente constituído (F01). Os textos evidenciam também a primazia da relação entre teoria e prática nas ações profissionais (J389). As críticas às posições neutras ou que naturalizam a vida das pessoas podem ser indicativas de que a dimensão que sustenta o compromisso social é a *renovação teórica* (J37).

Orientação teórica é um dos critérios mais controversos. A opção por expor trechos que retratassem especificamente cada dimensão do compromisso social revelou-se frágil, haja vista excertos mais fidedignos ao crivo da orientação teórica estar associado à expansão ou renovação.

Para o debate acerca da competência técnica, tomem-se como exemplos os excertos da Tabela 44.

Tabela 44

Dimensões do compromisso social do psicólogo: competência técnica

Dimensões	Artigo	Excertos
Competência técnica	D243	Entende-se também que a satisfação da população com os serviços de saúde incentiva seu comprometimento com as atividades propostas, sendo essa uma condição primordial para que o processo de elevação da qualidade de vida realmente ocorra, as intervenções da Psicologia junto às equipes do PSF no trabalho de planejamento estratégico adotaram a busca pela eficiência e pela qualidade do atendimento como meta.
	F01	A Psicologia está, então, se abrindo para estas questões e isto coloca o compromisso social como uma possibilidade, como uma exigência, como um critério de qualidade da intervenção.
	L20	Essas características institucionais e da população atendida exigem um profissional híbrido, que, através de uma atuação multifacetada, combine conhecimentos ora da Psicologia Clínica, ora da Psicologia Social da Saúde/Comunitária, ora da Psicologia Organizacional e de todos os saberes que contribuam para o reconhecimento da especificidade desse trabalho e permitam uma atuação eficaz e comprometida.

Embora a pertença dessa dimensão como característica do compromisso social do psicólogo seja polêmica, a compreensão do termo parece consensual entre os autores que mencionam o assunto. Os estudos que retratam essa dimensão têm como principais indicadores a qualidade e a eficácia das ações dos psicólogos.

Além de qualidade e eficácia, expressões semelhantes a essas palavras exemplificam o significado que os autores atribuem à competência técnica. Para os autores que refletem sobre essa dimensão, a prática executada corretamente, a

instrumentalização técnica, a capacidade, e a competência e o cumprimento das tarefas empreendidas são reveladores de uma atuação socialmente comprometida.

Exemplos de excertos dos artigos que reportam a direção política apresentam-se na Tabela 45.

Tabela 45

Dimensões do compromisso social do psicólogo: direção política

Dimensões	Artigo	Excertos
Direção política	J37	Para Zanelli (1996) "(...) os psicólogos devem ser agentes de mudanças. Ser agentes de mudanças pressupõe relacionamento, participação, comunicabilidade, aceitação e poder de fluência. As mudanças devem começar no próprio psicólogo (p. 138)". Ressalta ainda que o trabalho deve estar focado na perspectiva de uma promoção de saúde dos sujeitos envolvidos naquela instituição, e acrescenta: "(...) como profissional da saúde, o psicólogo deverá ser capaz de acompanhar e responder às demandas sociais e políticas pela melhoria de vida no trabalho (p. 139)".
	D243	Avalia-se que esse projeto pôde gerar um impacto na reorientação da perspectiva de vida dos adolescentes, a exemplo da experiência com a cooperativa de bijuterias, que pouco a pouco se tornam agentes de um processo de transformação social do lugar onde vivem.
	D367	São desafios nos quais temos que nos aprofundar, pesquisar. Se assumirmos que a transformação social só se dará eticamente, quem mais do que nós, psicólogos, tem essa arma na mão? É exatamente esse pensar ético que deve estar presente onde o psicólogo estiver atuando (Lane, 2000).

A mudança ou a transformação social são as principais referências à direção política nos segmentos textuais analisados. A menção a essas expressões e também à justiça social, à emancipação humana, à luta contra opressão fazem da direção política

uma das dimensões mais referidas pelos autores nos artigos analisados. Os trechos refletem tanto a indicação do psicólogo como agente de transformação quanto a sua contribuição como mediador do processo de mudança realizado pelas pessoas por ele atendidas.

Conforme exposto anteriormente, 95,1% dos artigos apresentam mais de uma dimensão do compromisso social do psicólogo. Desses, nove documentos contemplam as cinco dimensões e são detalhados na Tabela 46.

Tabela 46

Descrição dos artigos publicados em periódicos científicos no Brasil que contemplam todas as dimensões do compromisso social do psicólogo

Artigo	Ano de publicação	Subárea da Psicologia	Natureza do estudo
J34	1997	Psicologia de um modo Geral	Estudo teórico
F01	1999	Psicologia de um modo Geral	Estudo teórico
J37	2000	Psicologia Educacional e Escolar	Estudo teórico
J62	2004	Psicologia Clínica	Estudo teórico
M345	2004	Psicologia Comunitária	Estudo teórico
F31	2007	Psicologia do Esporte	Estudo teórico
J39	2007	Psicologia Social	Estudo teórico
L20	2007	Psicologia da Saúde	Relato de experiência
L472	2007	Psicologia do Esporte	Estudo teórico

Os artigos com todas as dimensões referidas publicados nos anos 2000 somam sete; os outros dois são do final da década de 1990. Os documentos se distribuem por uma variedade de subáreas da Psicologia, com destaque para os dois estudos que se referem à Psicologia de uma forma Geral e para os da Psicologia do Esporte – haja vista serem os únicos documentos classificados nessa subárea. Também é possível conferir que oito das nove publicações sobre a profissão de psicólogo que contemplam as cinco dimensões do compromisso social do psicólogo são estudos teóricos.

Se comparados aos artigos que dispõem de trechos referentes a quatro dimensões (n = 23) – e que responde pela maior frequência de casos (37,7%) – os nove artigos discriminados apresentam maior concentração quanto ao período de publicação (os artigos com quatro dimensões também foram publicados nos anos 1980 e 1990, três e quatro documentos, respectivamente) e à natureza dos estudos (14 estudos teóricos, 6 relatos de pesquisa e 3 relatos de experiência); mas são mais dispersos quanto às subáreas da Psicologia (dos 23 estudos com quatro dimensões, 14 identificam-se com Psicologia da Saúde ou Psicologia Comunitária, respondendo por metade dos artigos investigados dessas subáreas).

Por ressaltar as cinco dimensões do compromisso social do psicólogo, esses artigos tornam-se referência tanto para demais estudos sobre esse tema quanto para fundamentar a prática profissional[18]. No entanto, o fato de a descrição desses documentos não corresponder aos outros estudos indica que aqueles são casos particulares – e evidencia a variedade de publicações acerca da profissão de psicólogo.

Além do destaque aos estudos que reportam todas as dimensões do compromisso social do psicólogo, é relevante examinar a ocorrência simultânea das dimensões nos artigos investigados (Figura 15).

[18] O acesso a esses documentos de referência pode ser realizado via *internet*, posto que os textos na íntegra estão disponíveis em duas revistas na biblioteca eletrônica SciELO e em mais duas revistas no site PePSIC – com exceção do artigo M345, publicado em uma revista que disponibiliza seus números na íntegra, em *site* próprio, somente a partir de 2005.

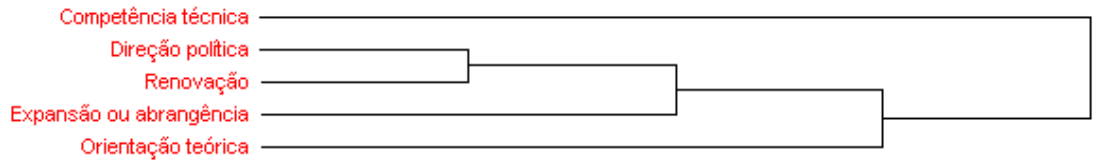

Figura 15. Proximidade indicativa de coocorrência das dimensões do compromisso social do psicólogo por casos, em artigos publicados em periódicos científicos no Brasil.

Há elevado número de referências simultâneas a dimensões do compromisso social nos artigos sobre a profissão de psicólogo (n = 44). Verifica-se que todos os artigos que mencionam competência técnica também reportam renovação (n = 20). As combinações mais recorrentes reúnem renovação e direção política (n = 42); renovação e expansão (n = 40); e expansão e direção política (n = 38). Assim, a proximidade entre direção política e renovação nos casos estudados confirma a contígua relação entre essas dimensões. Também se torna evidente, em menor proporção, a combinação destas à expansão e à orientação teórica. A assimetria na distribuição das coocorrências revela-se pela distância entre a competência técnica e as demais dimensões.

Diferente das combinações por casos, ao conferir a ocorrência simultânea das dimensões do compromisso social do psicólogo por segmentos textuais destacados dos artigos, evidencia-se relação mais próxima entre expansão e renovação e entre direção política e orientação teórica; mantém-se pouco expressivo o número de trechos em que se combinam competência técnica e outra dimensão (Figura 16).

Figura 16. Proximidade indicativa de coocorrência das dimensões do compromisso social do psicólogo por segmentos textuais, em artigos publicados em periódicos científicos no Brasil.

Embora haja maior coocorrência entre renovação e direção política na distribuição por artigos e daquela com expansão nos segmentos textuais, a combinação entre as dimensões é análoga nos dois casos. Portanto, essas combinações evidenciam a importância da conjugação entre as dimensões do compromisso social do psicólogo na literatura especializada, especialmente, no que se refere à renovação do exercício profissional – exigida pela expansão dos campos de atuação e pela maior abrangência do público-alvo de intervenções –, e à direção da atuação dos psicólogos a uma finalidade específica – em geral, de relevância coletiva, facultando caráter político à profissão de psicólogo. Assim, deve o psicólogo estar ciente das características de seu ofício, a fim de potenciar a execução de práticas nas quais tais aspectos se coadunem. Em outras palavras, atentar para as dimensões que distinguem uma atuação socialmente comprometida confere à profissão de psicólogo a possibilidade de realizar práticas progressistas.

Com o intuito de exemplificar a coocorrência de dimensões, artigos nos quais figuram excertos em que se combinam tais dimensões são exemplificados por meio de fragmentos literais dos textos investigados, na Tabela 47.

Tabela 47

Ocorrência simultânea de dimensões do compromisso social do psicólogo em artigos publicados em periódicos científicos no Brasil

Artigo	Excertos
J34	Propõe-se como horizonte do seu quefazer a conscientização, isto é, ele deve ajudar as pessoas a superarem sua identidade alienada, pessoal e social, ao transformar as condições opressivas do seu contexto. Aceitar a conscientização como horizonte não exige tanto mudar o campo de trabalho, mas a perspectiva teórica e prática a partir da qual se trabalha. Pressupõe que o psicólogo centro-americano recoloque seu conhecimento e sua práxis, assuma a perspectiva das maiorias populares e opte por acompanhá-las no seu caminho histórico em direção à libertação.
L40	A inserção crescente do psicólogo nas redes e instituições públicas de saúde nos coloca, de maneira pungente, em situação de questionar e avaliar, em nosso cotidiano, as práticas exercidas junto à população e o modelo de Psicologia aí instituído. [...] Pensar teoria/prática como produções contextuais instituintes de subjetividades, de modos de relações e de estar no mundo, implica em avaliar a função do psicólogo e suas práticas em seus aspectos éticos/políticos. Na medida em que os universais não mais se sustentam, já não podemos mais avaliar nossas práticas em termos de eficiência, eficácia, neutralidade, cientificidade, etc., pois tais conceitos são subjacentes a um modelo normatizante de Psicologia que – em sua função política/social – reproduz o sistema excludente e hegemônico.
M301	O crescente envolvimento com as populações excluídas vem gerando desafios e angústia para os psicólogos compromissados com uma transformação social. Para que esta se efetive faz-se necessária uma outra postura, uma outra forma de conceber as relações sociais, o homem, a vida. A cientificidade neutra do psicólogo já não mais se sustenta e os aspectos ético-políticos de suas práticas passam a ser alvo de reflexões e questionamentos.

Os artigos J34 e M301 caracterizam-se pelas dimensões renovação, direção política, orientação teórica e expansão. No L40, expansão, direção política e orientação

teórica associam-se. Nos casos relacionados, a perspectiva de uma profissão socialmente comprometida não pode corresponder somente a uma das dimensões. Se a direção assumida pelo profissional é a libertação (J34), a via para realizar esse ideal é a conscientização, prática pouco corrente na Psicologia, ao menos se sustentada pelo aporte teórico-metodológico sinalizado pelo autor (Psicologia da Libertação). O questionamento realizado à atuação do psicólogo na Saúde Pública fundamenta-se em argumentos em prol da autoavaliação da função que esse profissional exerce em sociedade, a fim de romper a tradição de práticas conservadoras, transpostas tal qual se exercia em consultórios particulares. O M301 revela o dilema da profissão de psicólogo frente à necessidade de mudanças, ainda que não determine quais os modos de se realizar alterações no exercício profissional.

A relação entre as dimensões do compromisso social também são identificadas em pares. A dupla mais corrente agrupa expansão e renovação. Tais dimensões encontram-se fundidas, a ponto de haver relatos nos quais psicólogos confundem uma e outra, conforme fragmento do artigo L140:

> O trabalho do psicólogo – fora o de psicoterapeuta – é frequentemente confundido com o de outros profissionais. Quando conseguem fazer alguma distinção, os profissionais consideram a "natureza da agência" onde trabalham e não a "natureza do que fazem" para definir seu trabalho como "alternativo", evidenciando que não têm clareza sobre o que faria o trabalho ser, de fato, alternativo. (p. 53)

Outra relação que pode ser encontrada entre as dimensões refere-se à necessidade de que a expansão seja acompanhada de direção política (L127):

> Para pensar as possíveis relações entre escolas, atuações do (a) psicólogo (a) e comunidades, uma pergunta inevitavelmente precisa ser feita: a quem a

> Psicologia presta serviços? Historicamente, em razão das orientações teórico-metodológicas que propõem, direta ou indiretamente, o ajustamento social, a Psicologia presta serviços a uma parcela da população, àquela que impõe padrões de normalidade e nestes se enquadra, ainda que sua prática possa estar voltada para pessoas de baixa renda ou grupos denominados minoritários. Isso porque, se não explicitadas em relação aos seus objetivos últimos, as práticas psicológicas que atuam junto a diferentes grupos sociais podem se configurar como práticas assistencialistas [...]. (p. 69)

Assim, quando se afirma a necessidade de práticas progressistas, estas devem contemplar ambas as dimensões. E, ao relacioná-las, a renovação – não só de uma prática habitual para uma diferente, senão afim com os objetivos de mudanças nas relações sociais – torna-se imprescindível (D243): "O presente estudo pretende contribuir também para a indicação de novas propostas de intervenção, visando integrá-las às demandas da comunidade" (p. 516).

A análise dos artigos sobre compromisso social do psicólogo revelou que, historicamente, o compromisso não é concebido da mesma forma, nem poderia sê-lo, haja vista as mudanças cotidianas na sociedade imprimam necessidades específicas e distintas aos profissionais ao longo do tempo.

O estudo ter sido realizado com artigos produzidos em momentos dispersos da história da Psicologia (desde os anos 1970) evidenciou que a expansão e a renovação podem ser consideradas dimensões históricas do compromisso social. Essas dimensões evidenciam as mudanças nos rumos da profissão até os dias atuais, principalmente, no que diz respeito à abrangência da intervenção do psicólogo junto a diversos públicos em campos de atuação variados, propondo ou realizando práticas sociais progressistas. Dessa forma, essas dimensões parecem consensuais.

Pode-se considerar que a orientação teórica e a competência técnica, nessa conjuntura de análise, corresponderiam a duas dimensões restritas ao âmbito profissional. A primeira seria a coerência teórico-metodológica do psicólogo com uma visão histórica da realidade social; e a segunda, a preocupação com a instrumentalização técnica e a qualidade da intervenção. Em outras palavras, essas dimensões se complementam e subsidiam a prática social de um profissional. Essa interpretação reporta às preocupações de Bastos (2009) e de Nosella (1983, 2004). O primeiro autor chama a atenção para a possibilidade de a orientação teórica pender para o afunilamento da definição do compromisso social do psicólogo a um segmento específico da Psicologia, qual seja, o profissional que adotasse a Psicologia Sócio-Histórica como fundamento teórico. Nosella (1983, 2004) discute o compromisso político no campo da Educação desde os anos 1980 e adverte que a competência técnica é um conceito histórico e que, portanto, uma ação considerada "correta" por determinada classe social pode ser rebatida por outra. Desse modo – diferentemente do que ocorre com as dimensões expansão e renovação –, não há concordância com relação à incorporação desses crivos em um conceito de compromisso social que conjugue suas dimensões. Contudo, é preciso ressalvar que o descarte desses dois parâmetros (orientação teórica e competência técnica) deixaria abertura para questionar se o compromisso social seria uma característica própria das ações profissionais ou estaria atrelada ao cidadão.

Por fim, quanto à direção política, é preciso considerar que toda ação do psicólogo é política, ou seja, envolve relações de poder com a potencialidade de promover mudanças nas relações sociais, ainda que não se especifique para qual direção. Outra conclusão é que a direção política investida em um projeto político-profissional requer, necessariamente, a consciência de que direção se toma. No caso do projeto profissional do psicólogo socialmente comprometido, o horizonte parece ser a

mudança nas relações sociais dirigida para a justiça social. No entanto, a indagação dos psicólogos com relação às desigualdades sociais imporia uma questão estrutural: a justiça, a democracia, a garantia de direitos sociais universais são incompatíveis com o modo de produção capitalista (Borón, 1995). Como proceder? A direção política implica a consciência sobre o projeto societário em que se vive e a viabilização de ações progressistas que contribuam para sua mudança. O debate profícuo a partir dessa ideia é a reflexão da categoria profissional acerca dos determinantes sociais que configuram tanto os limites de suas ações quanto as chances de ampliá-las.

Por fim, considera-se que, embora a complementaridade entre as dimensões possa restringir os atores responsáveis por ações socialmente comprometidas a uma fração da categoria de psicólogos, o desenvolvimento desse tema na literatura especializada tem gerado reflexões que assinalam, ao menos, considerar a importância dessa convergência entre as dimensões.

Os resultados gerais do eixo temático estão sintetizados na Figura 17.

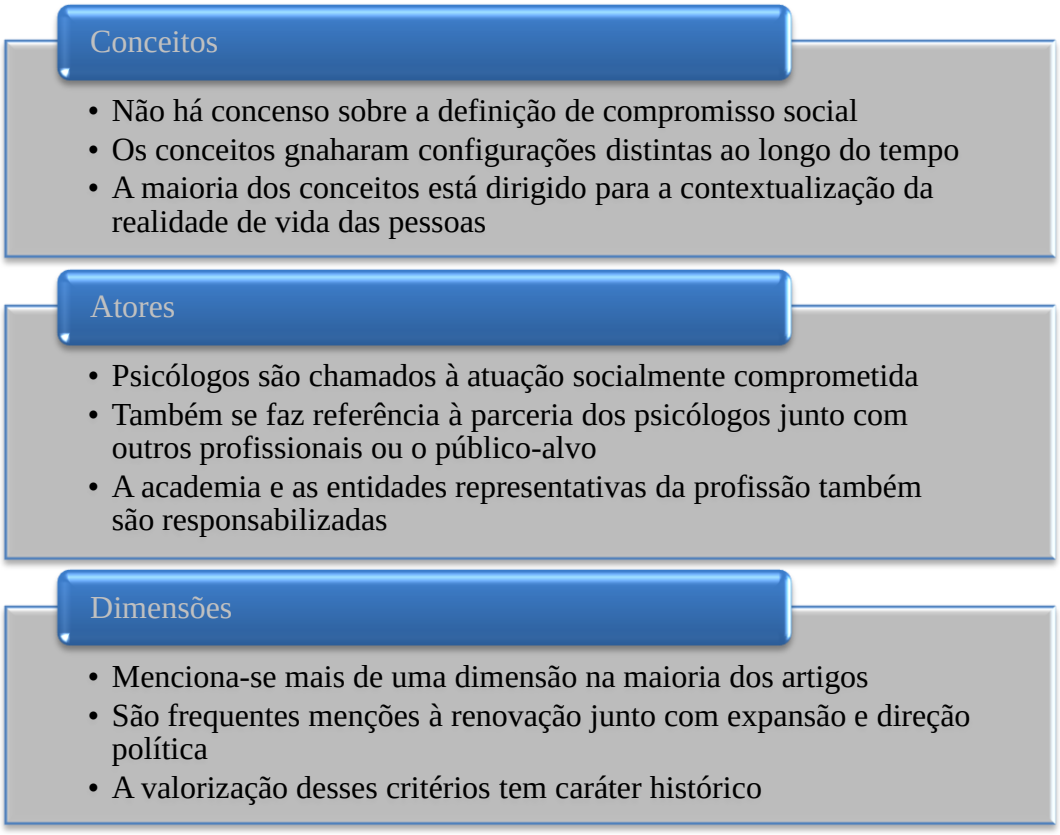

Figura 17. Síntese de resultados do eixo temático sobre a literatura científica sobre compromisso social do psicólogo.

Feitas essas análises, são pertinentes algumas considerações finais acerca do tema compromisso social do psicólogo na literatura especializada.

5. Compromisso social do psicólogo na literatura especializada: apontamentos para um projeto ético-político-profissional

Os psicólogos são reconhecidos como uma das categorias profissionais que mais se autoavaliam. De fato, o estudo da profissão oferece indícios não só do percurso histórico que esses profissionais têm realizado, mas também do contexto no qual intervêm. Ao fim deste percurso de investigação, é relevante retomar algumas considerações acerca dos achados evidenciados nas últimas seções.

Em síntese, os estudos sobre o compromisso social do psicólogo, publicados no formato de artigos em periódicos científicos no país, têm reeditado os primeiros debates sobre o tema, correntes desde os anos 1970. Os artigos produzidos principalmente a partir do final dos anos 1990 indicam recentidade dessa produção. São relatos de pesquisa e de experiência, mas principalmente estudos teóricos propositivos acerca da atuação e da formação do psicólogo nas mais diversas subáreas da Psicologia; originados na academia, com destaque para as universidades públicas, concentradas especialmente na região Sudeste do país. De interesse conjuntural nos projetos de pesquisa dos autores, a maioria dos estudos sobre o tema foi publicado individualmente (embora a tendência atual seja de produção coletiva), por professores com nível elevado de titulação e vinculados à pós-graduação. Os textos completos desses estudos estão disponíveis em acesso aberto, veiculados em diversos periódicos científicos produzidos por IES ou entidades representativas da categoria profissional, e classificados em estratos elevados da avaliação Qualis.

Uma análise pormenorizada revelou que não há consenso entre os autores desses estudos acerca do significado do compromisso social do psicólogo, podendo este ser relacionado à compreensão da realidade social, à consideração das necessidades da maioria das pessoas em suas intervenções, ou ainda a uma atuação voltada para

determinados fins de orientação progressista (e. g., transformação social, emancipação humana, justiça e igualdade). Os autores dos artigos também divergem sobre quem são os principais responsáveis por ações socialmente comprometidas, sendo referidos diversos atores sociais, embora destaque-se o psicólogo, indica-se a sua parceria com outros profissionais ou com o público-alvo de sua intervenção, a academia e as entidades representativas da profissão. Em todos os artigos sobre o tema menciona-se alguma dimensão do compromisso social, a maioria com ocorrência simultânea entre os critérios renovação e expansão ou direção política. A depender das subáreas e da natureza dos estudos, reporta-se mais uma dimensão que outra. O número de menções a esses critérios é crescente e semelhante, exceto a menos referida delas, a competência técnica.

Considera-se que esta análise de conjunto da produção científica sobre o compromisso social do psicólogo pode contribuir para delinear a constituição histórica das discussões acadêmico-científicas sobre o tema e subsidiar reflexões acerca dos rumos da profissão de psicólogo no país.

A tendência de crescimento da publicação dos artigos sobre compromisso social do psicólogo em periódicos científicos no Brasil tem acompanhado a evolução das publicações de um modo geral e, em especial, os estudos de avaliação da profissão. Diante da importância do tema, de seu caráter polêmico e do lugar privilegiado que tem ocupado na produção científica da Psicologia, é inegável a contribuição da literatura especializada para subsidiar as discussões, que não devem restringir-se à comunidade científica. Mészáros (2002) questionou o papel da ciência e, numa posição retórica, correspondeu-a ao modo de produção, afirmando que a ciência vem servindo como corolário do sistema capitalista, em prol da manutenção do mesmo. Contudo, é preciso

ressalvar que sem a difusão de conhecimento, o direito ao debate, ao questionamento, à crítica, não seria sequer ideação.

Os discursos atuais na área da Psicologia se voltam para a necessidade de a categoria profissional elaborar um projeto ético-político. Não se pode negar o mérito desse esforço. No entanto, é preciso ressalvar a viabilidade de tal empreitada e sinalizar que sua feitura leve em conta os limites do exercício da profissão, marcada pela sua inserção na divisão social do trabalho, conforme já apontava Campos (1983), em um dos primeiros debates acerca da função social do psicólogo, e reconhecem Bastos (2009) e Yamamoto (2007) em seus escritos recentes acerca do tema.

Ancorar-se no exemplo dos debates do Serviço Social, área de conhecimento que discute o projeto ético-político profissional com propriedade (haja vista discussões rigorosas sobre a prática profissional conservadora, hegemônica, entre os anos 1930 e 1960 nesse campo ter desencadeado críticas precisas desde os anos 1980), pode ser um caminho para que a categoria de psicólogos torne viável tal debate (Iamamoto, 2006; Montaño, 2006; Netto, 1999).

Apesar de ambas as disciplinas congregarem profissionais submetidos às relações da divisão social do trabalho, adverte-se que é preciso considerar características próprias a cada uma delas. O Serviço Social tem a "questão social" como objeto de intervenção e reflexão indiscutível. Na Psicologia, a diversidade de campos de atuação e aportes teórico-metodológicos por vezes não é compatível aos chamados por único projeto ético-político para a Psicologia. Exige-se cautela frente à adoção de rótulos a profissionais dessa disciplina, já que numa análise simplista pode-se considerar socialmente comprometidos os psicólogos que contribuem para as políticas sociais e assumem a Psicologia Sócio-histórica; e psicólogos tradicionais ou conservadores os que não se alinham a essa perspectiva, desprezando nuanças das atividades que se

desenvolvem em um campo de atuação habitual e subsidiado por outras abordagens teóricas (Bastos, 2009).

A prática de nenhuma categoria profissional é revolucionária. A Psicologia não tem um projeto revolucionário, no sentido da transformação estrutural da sociedade. As possibilidades que existem sob as condições reais em uma sociedade capitalista, que determinam as relações entre os homens, em especial as intervenções técnicas, podem ser por vezes conservadoras, ou, no limite, progressistas. Assim, compromisso social é postura em matizes expressas concretamente. A literatura especializada serve de referencial, é imagem que precisa de materialização nas práticas sociais exercidas em campo. Tal como as atividades realizadas em serviço precisam expor-se em matéria científica, a fim de compor um conjunto de informações que, sistematizadas, confiram análise da realidade existente.

Evidenciado que o compromisso social do psicólogo é debatido por pesquisadores, que o reproduzem teoricamente, é preciso investigar se as ideias que regem a elaboração de um projeto político para a profissão de psicólogo são assumidas na prática profissional. Nos anos 1990, Granja (1995) afirmou: "Se o modelo dominante e limitado de atuação ainda se fez presente no decênio estudado [1980-1989], algumas mudanças, no entanto, apontam para novos rumos em direção à renovação e ampliação do significado social desta atuação" (p. 96). Essa advertência persevera até os dias atuais: a transposição descontextualizada de técnicas para novos campos de atuação ainda é realidade, mas a tendência é de mudança nos rumos da profissão (Yamamoto, 2007). Diante desse cenário, questiona-se, um só projeto político-profissional para a Psicologia é exequível?

A literatura especializada analisada neste estudo aponta que discussões acerca do compromisso social do psicólogo assumem feições distintas ao longo dos anos.

Portanto, a constituição histórica do tema abordado revela que esse não é mote tão recente na Psicologia, tampouco se reserva aos discursos proferidos por gestores de entidades representativas da categoria profissional. Embora os debates atuais respaldem a investida por um grande projeto político-profissional, são escassos os fundamentos para tal empreitada, haja vista ser irrisória a reflexão sobre a condição que o psicólogo ocupa na divisão social do trabalho. Também não temos avançado com relação ao modo como os psicólogos têm lidado com a realidade social, tratando-a abstratamente como um contexto no qual o homem com quem se atua vive, mas desconsiderando a importância de determinantes das relações sociais no modo de produção capitalista – e se são considerados, não são relatados.

As atuais discussões sobre compromisso social do psicólogo permitem elaborar questionamentos sobre a ideia de que a categoria profissional tenha um só projeto ético-político. Contrapõe essa tese a própria diversidade da Psicologia, característica tanto no que se refere aos campos e às subáreas de atuação, quanto às abordagens teórico-metodológicas. Soma-se a isso a definição de política como conflito de interesses (Abranches, 1985), o que torna incompatível uma postura político-profissional exclusiva para a categoria de psicólogos.

Alguns podem assumir claramente a posição de que o movimento pelo compromisso social do psicólogo é o projeto político da profissão. Contudo, é preciso ressalvar que apesar de a concepção adotada pelo Sistema Conselhos de Psicologia busque a hegemonia, ela não é a única.

De fato, os achados desta investigação sinalizam que não há consenso na comunidade científica sobre qual o significado dessa expressão, o que permite indagar: a defesa do projeto político da categoria profissional é um movimento coletivo ou existe a partir de uma perspectiva individual, de cada psicólogo? É um projeto do psicólogo ou

do cidadão? Que diferentes interesses estão em jogo? O psicólogo-cidadão se interessa em quê? Em que investe? Pelo que combate?

O movimento que existe é lema da categoria, mas é executado individualmente pelo psicólogo, o que impõe a necessidade de distinguir o que é compromisso do psicólogo e o que é compromisso da profissão. O primeiro leva em conta as decisões individuais do profissional; o compromisso da categoria profissional é coletivo – embora se deva considerar as contradições existentes no grupo, que tornam uma concepção hegemônica, outras não.

Portanto, é preciso qualificar a discussão acerca do compromisso social do psicólogo em termos de projeto político-profissional. Se o objetivo da categoria profissional é o alinhamento com projetos societários alternativos à ordem burguesa, isto implica um modo distinto de relações sociais, somente possível de ser provocado por meio de ruptura com o modo de produção capitalista. É claro que é ingenuidade esperar que essa mudança social seja consequência de ações desenvolvidas por uma categoria profissional que não está no centro da lógica de desigualdade social. Todavia, não se pode negar que, dentro de limites impostos pela realidade na qual o psicólogo atua, há possibilidade de desenvolver ações que promovam mudanças no formato de pensamento daqueles que estão no centro do embate (Martín-Baró, 1997) e que se articulem com as lutas mais amplas travadas no âmbito da sociedade civil.

No cerne do projeto político-profissional, é imprescindível, portanto, que se tornem presentes as discussões sobre a divisão da sociedade em classes, fundada na propriedade privada. Somente consciente da função que ocupa na sociedade e identificando pontos de tensão e ruptura, o psicólogo pode contribuir para elaborar estratégias para o enfrentamento da “questão social”, contribuir para o resgate de

políticas sociais universais e mediar relações em prol da emancipação humana. Esse é o conjunto de questões proposto à categoria profissional.

6. Referências[19]

Abranches, S. H. (1985). *Os despossuídos: crescimento e pobreza no País do Milagre* (2ª ed.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Alves, I. C. B. (2000). Revisão histórica sobre o Boletim de Psicologia. *Boletim de Psicologia*, *50*(112), 1-36.

Alves, M. H. M. (2005). *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Bauru: Edusc.

American Psychological Association. (2010). *Publication Manual on the American Psychological Association* (6 ed.). Washington: Autor.

Anderson, P. (1995). Balanço do Neoliberalismo. In E. Sader, & P. Gentilli (Orgs.), *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático* (pp. 9-23). Rio de Janeiro: Paz e Terra.

* Andrada, E. G. C. (2005). Novos paradigmas na prática do psicólogo escolar. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, *18*(2), 196-199.

* Andrade, A. N. (1999). Inserção profissional e produção de conhecimento em Psicologia. *Interaçöes: Estudos e Pesquisas em Psicologia*, *4*(7), 43-58.

* Andrade, A. N., & Morato, H. T. P. (2004). Para uma dimensão ética da prática psicológica em instituições. *Estudos de psicologia (Natal)*, *9*(2), 345-353.

Antunes, M. A. M. (2004). A Psicologia no Brasil no século XX: desenvolvimento científico e profissional. In M. Massimi, & M. C. Guedes (Orgs.), *História da Psicologia no Brasil: novos estudos* (pp. 109-152). São Paulo: Educ/Cortez.

Antunes, M. A. M. (2005). Materialismo histórico-dialético: fundamentos para a pesquisa em história da psicologia. In A. A. Abrantes, N. R. Silva, & S. T. F. Martins (Orgs.), *Método histórico-social na psicologia social* (pp. 105-117). Petrópolis: Vozes.

* Araujo, M. F. (1995). Reflexões sobre o papel social e politico do profissional de Psicologia. *Perfil: Boletim de Psicologia*, *8*, 33-39.

Araújo, V. R. M. H. (1985). A organização espacial da informação científica e tecnológica no Brasil. *Ciência da Informação*, *14*(1), 17-24.

Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia. (2006, 19 de maio). Declaração de Florianópolis. *XI Simpósio de Intercâmbio Científico da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia*. Recuperado de http://www.bvs-psi.org.br/DeclFlor.pdf

* Balbino, V. C. R. (1988). Psicólogo escolar: agente de mediação no processo de mudança social? *Revista de Psicologia*, *6*(1), 95-109.

[19] Referências precedidas de um asterisco indicam estudos incluídos na metanálise.

* Balbino, V. C. R. (1990). Psicólogos escolares em Fortaleza: dados da formação, da prática e da contextualização da atividade profissional. *Psicologia: Ciência e Profissão*, *10* (2-4), 50-56.

* Balbino, V. C. R. (1993). Formação e prática do psicólogo escolar uma experiência alternativa de ensino. *Psico (Porto Alegre)*, *24*(1), 131-148.

* Barbosa, C. F., & Mendes, I. J. M. (2005). Concepção de promoção da saúde de psicólogos no serviço público. *Paidéia*, *15*(31), 269-276.

Barros, F. A. F. (2000). Os desequilíbrios regionais da produção técnico-científica. *São Paulo em Perspectiva*, *14*(3), 12-19.

Bastos, A. V. B. (1988). Áreas de atuação: em questão o nosso modelo profissional. In Conselho Federal de Psicologia (Org.), *Quem é o psicólogo brasileiro?* (pp. 163-193). São Paulo: Edicon.

Bastos, A. V. B. (2009). O mundo das organizações e do trabalho: o que significa compromisso social para a psicologia? In M. R. Souza, & F. C. S. Lemos (Orgs.), *Psicologia e compromisso social: unidade na diversidade* (pp. 9-42). São Paulo: Escuta.

Bastos, A. V. B., & Gomide, P. I. C. (1989). O psicólogo brasileiro: sua atuação e formação profissional. *Psicologia: Ciência e Profissão*, *9*(2), 6-15.

Bastos, A. V. B., & Gondim, S. M. G. (Orgs.). (2010). *O trabalho do psicólogo no Brasil: um exame à luz das categorias da Psicologia Organizacional e do Trabalho*. Porto Alegre: Artmed.

Bastos, A. V. B., Gondim, S. M. G., & Rodrigues, A. C. A. (2010). Uma categoria profissional em expansão: quantos somos e onde estamos? In A. V. B. Bastos, & S. M. G. Gondim (Orgs.), *O trabalho do psicólogo no Brasil: um exame à luz das categorias da Psicologia Organizacional e do Trabalho* (pp. 32-44). Porto Alegre: Artmed.

BBC Brasil (2010). *Produção científica do Brasil ultrapassa a da Rússia, diz levantamento*. Recuperado de http://noticias.uol.com.br/bbc/2010/01/27/producao-cientifica-do-brasil-ultrapassa-a-da-russia-indica-levantamento.jhtm

* Benevides, R. (2005). A Psicologia e o Sistema Único de Saúde: quais interfaces? *Psicologia & Sociedade*, *17*(2), 21-25.

Bernardes, J. S. (1998). História. In M. G. C. Jacques, M. N. Strey, M. G. Bernardes, P. A. Guareschi, S. A. Carlos, & T. M. G. Fonseca (Orgs.), *Psicologia social contemporânea: livro-texto* (pp. 19-35). Petrópolis: Vozes.

Bertin, P. R., Fortaleza, J. M., & Suhet, A. R. (2007). Paradigma atual da comunicação científica e introdução da revista Pesquisa Agropecuária Brasileira (PAB) no canal eletrônico. *Perspectivas em Ciência da Informação*, *12*(3), 83-95.

Biojone, M. R. (2003). *Os periódicos científicos na comunicação da ciência.* São Paulo: Educ/FAPESP.

Bisquerra, R., Sarriera, J. C., & Martínez, F. (2004). *Introdução à estatística: enfoque informático com o pacote estatístico SPSS*. Porto Alegre: Artmed.

* Bley, J. Z., & Natal, U. D. (2002). A Psicologia da segurança no trabalho e o compromisso social do psicólogo. *Psicologia Argumento*, *19*(30), 51-55.

Boarini, M. (1996). A formação (necessária) do psicólogo para atuar na Saúde Pública**.** *Psicologia em Estudo*, *1*(1), 93-132.

Bock, A. M. B. (1989/1990). Formação e organização profissional dos psicólogos. *Psicologia & Sociedade*, *5*(8), 22-26.

* Bock, A. M. B. (1999). A Psicologia a caminho do novo século: identidade profissional e compromisso social. *Estudos em Psicologia (Natal)*, *4*(2), 315-329.

Bock, A. M. B. (2003). Psicologia e sua ideologia: 40 anos de compromisso com as elites. In A. M. B. Bock (Org.), *Psicologia e Compromisso Social* (pp. 15-28). São Paulo: Cortez.

Bock, A. M. B. (2008a). O compromisso social da Psicologia: contribuições da Perspectiva Sócio-Histórica. *Psicologia &m Foco*, *1*(1), 1-5.

Bock, A. M. B. (2008b). *Psicologia na contemporaneidade*. Recuperado de http://www.ulbra.br/psicologia/psicontempo.pdf.

Bock, A. M. B., & Aguiar, W. M. J. (2003). Psicologia da educação: em busca de uma leitura crítica e de uma atuação compromissada. In A. M. B. Bock (Org.), *A perspectiva sócio-histórica na formação em psicologia* (pp. 132-160). Petrópolis: Vozes.

* Bock, A. M. B., Ferreira, M. R., Gonçalvez, M. G., & Furtado, O. (2007). Sílvia Lane e o projeto do "Compromisso Social da Psicologia". *Psicologia & Sociedade*, *19*(especial 2), 46-56.

Bonfim, E. M. (1989/1990). O papel social do psicólogo. *Psicologia & Sociedade*, *5*(8), 13-16.

Bonfim, E. M., Féres-Carneiro, T., Campos, R. H. F., & Dias, M. G. (1995). Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia no Brasil. In Conselho Federal de Psicologia (Org.), *Psicologia no Brasil: direções epistemológicas* (pp. 111-149). Brasília: Autor.

Borón, A. (1995). A sociedade civil depois do dilúvio neoliberal. In E. Sader & P. Gentili (Orgs.), *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático* (pp. 63-118). São Paulo: Paz e Terra.

Botomé, S. P. (1979). A quem nós, psicólogos, servimos de fato? *Psicologia*, *5(1)*, 1-15.

* Botomé, S. P. (1987). Um procedimento para identificação de alternativas de atuação profissional em Psicologia. *Psicologia (São Paulo, 1975), 13*(2), 51-71.

Botomé, S. P. (1988). Em busca de perspectivas para a Psicologia como área de conhecimento e como campo profissional. In Conselho Federal de Psicologia (Org.), *Quem é o psicólogo brasileiro?* (pp. 273-283). São Paulo: Edicon.

* Botomé, S. P. (1996). Serviço à população ou submissão ao poder: o exercício do controle na intervenção social do psicólogo. *Estudos de psicologia (Natal), 1*(2), 173-201.

Botomé, S. P., Coleta, J. A. D., & Matos, M. A. (1988). Contribuições para definição de uma política científica. *Psicologia: Ciência e Profissão, 8*(2), 31-36.

Botomé, S. P., & Kubo, O. M. (2002). Responsabilidade social dos programas de pós-graduação e formação de novos cientistas e professores de nível superior. *Interação em Psicologia, 6*(1), 81-110.

* Cafrunij, S., Moraes, M. G., & Figueiredo, J. T. (1997). A escola e o papel do psicólogo como agente de mudanças. *Aletheia, 6*, 91-93.

* Camargo-Borges, C., & Cardoso, C. L. (2005). A Psicologia e a estratégia saúde da família: compondo saberes e fazeres. *Psicologia & Sociedade, 17*(2), 26-32.

Campos, R. H. F. (1983). A função social do psicólogo. *Educação & Sociedade*, *16*, 74-84.

Campos, R. H. F. (1989/1990). A função social do psicólogo revisitada. *Psicologia & Sociedade, 5*(8), 17-21.

Campos, R. H. F. (1996). Introdução: a psicologia social comunitária. In R. H. F. Campos (Org.), *Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia* (pp. 9-15). Petrópolis: Vozes.

Campos, R. H. F., & Bernardes, L. H. G. (2005). A revista Psicologia: Ciência e Profissão: um registro da história recente da Psicologia brasileira. *Psicologia: Ciência e Profissão, 25*(4), 508-525.

Caniato, A. M. P., & Tomanik, E. A. (Orgs.) (2001). *Compromisso social da psicologia*. Porto Alegre: ABRAPSOSUL.

Carvalho, A. M. P., & Camargo, G. V. P. A. (2001). A Psicologia na produção científica nacional de Enfermagem. *Revista Latino-Americana de Enfermagem, 9*(2), 61-66.

* Carvalho, C. V., & Silva, L. C. (1990). Atuação de psicólogos na saúde pública: dificuldades e possibilidades de trabalhos com grupos. *Psicologia: Ciência e Profissão, 10*(2-4), 20-23.

Carvalho, D. B. (2007). *O trabalho docente em Psicologia e o enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes: uma experiência teresinense*. (Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal).

Carvalho, D. B., & Yamamoto, O. H. (1999). Psicologia e saúde: uma análise da estruturação de um novo campo teórico-prático. *Psico*, *30*(1), 5-28.

Carvalho, L. B. (2006). *Práticas do psicólogo em instituições públicas de saúde: o cuidado para com o outro*. (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza).

* Carvalho, L. B., Bosi, M. L. M., & Freire, J. C. (2008). Dimensão ética do cuidado em saúde mental na rede pública de serviços. *Revista de Saúde Pública*, *42*(4), 700-706.

Castro, F. (2007). *Brasil publica mais*. Recuperado de http://www.agencia.fapesp.br/materia/7414/59-sbpc/brasil-publica-mais.htm

Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (2010). *Doutores 2010: estudos da demografia da base técnico-científica brasileira*. Brasília: Autor.

Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde/Biblioteca Regional de Medicina (BIREME). (2004). *Critérios SciELO: critérios, política e procedimentos para a admissão e a permanência de periódicos científicos na coleção SciELO*. Recuperado de http://www.scielo.org/index.php?lang=pt

Chiara, V. L., & Chiara, S. E. (2006). Artigos de revisão: contribuições com enfoque em Ciência da Nutrição. *Revista de Nutrição*, *19*(1), 103-110.

Cohn, A. (2000). A Questão Social no Brasil: a difícil construção da cidadania. In C. G. Mota (Org.), *Viagem Incompleta: a grande transição* (pp. 385-403). São Paulo: SENAC.

Coimbra, C. M. B. (1999). Práticas "psi" no Brasil do "milagre": algumas de suas produções. In A. M. Jacó-Vilela, F. Jabur, & H. B. C. Rodrigues (Orgs.), *Clio-Psyché: Histórias da Psicologia no Brasil* (pp. 75-95). Rio de Janeiro: UERJ/NAPE.

Coimbra, C. M. B. (2003). Historicizando a relação entre psicologia e direitos humanos no Brasil. In A. M. Jacó-Vilela, A. C. Cerezzo, & H. B. C. Rodrigues (Orgs.), *Clio-Psyché paradigmas: historiografia, psicologia, subjetividades* (pp. 235-246). Rio de Janeiro: Relume Dumará/FAPERJ.

Conselho Federal de Psicologia. (Org.). (1988). *Quem é o psicólogo brasileiro?* São Paulo: Edicon.

Conselho Federal de Psicologia. (Org.). (1992). *Psicólogo brasileiro: construção de novos espaços.* Campinas: Átomo.

Conselho Federal de Psicologia. (Org). (1994). *Psicólogo brasileiro: práticas emergentes e desafios para a profissão*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Conselho Federal de Psicologia. (2006). *Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas.* Brasília: Autor.

Conselho Federal de Psicologia. (2010). *Psicologia crítica do trabalho na sociedade contemporânea*. Brasília: Autor. Recuperado de http://www.pol.org.br/pol/export/sites/default/pol/publicacoes/publicacoesDocumentos/psic_trabalhoFINAL.pdf

Contini, E., & Séchet, P. (2005). Ainda há um longo caminho para a ciência e tecnologia no Brasil. *Revista Brasileira de Pós-Graduação*, *2*(3), 30-39.

* Contini, M. L. J. (2000). Discutindo o conceito de promoção de saúde no trabalho do psicólogo que atua na Educação. *Psicologia: Ciência e Profissão*, *20*(2), 46-59.

Coser, E. M. D. (2009). *A produção científica em Psicologia e suas fontes: um estudo preliminar*. (Monografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre).

Costa, A. L. F. (2006). *Publicação e avaliação de periódicos científicos: paradoxos da classificação Qualis em Psicologia*. (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal).

Costa, A. L. F., & Yamamoto, O. H. (2008). Publicação e avaliação de periódicos científicos: paradoxos da avaliação Qualis de Psicologia. *Psicologia em Estudo*, *13*(1), 13-24.

Costa, S. M. S. (2000). Mudanças no processo de comunicação científica: o impacto do uso de novas tecnologias. In A. P. M. Mueller, & E. J. L. Passos (Orgs.), *Comunicação científica* (pp. 86-105). Brasília: Departamento de Ciência da Informação da Universidade de Brasília.

* Cunha, B. B. B., & Betini, G. (2003). Psicologia e Educação no contexto das secretarias municipais: algumas contribuições para novas práticas. *Psicologia: Ciência e Profissão*, *23*(3), 42-49.

Custódio, E. M. (2000). A história da Psicologia no Brasil a partir dos primeiros boletins da Sociedade de Psicologia de São Paulo. *Boletim de Psicologia*, *50*(112), 37-51.

Cruz, J. M. O. (2009). Práticas psicológicas em Centro de Referência da Assistência Social. *Psicologia &m Foco, 2*(1), 11-27.

Dantas, C. M. B. (2007). *Psicologia e pobreza no Brasil: limites e perspectivas da produção de conhecimento e atuação do psicólogo*. (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal).

Decreto n. 53.464, de 21 de janeiro de 1964. (1964, 21 de janeiro). Recuperado de http://www.pol.org.br/pol/cms/pol/legislacao/legislacaoDocumentos/decreto_1964_53464.pdf

* Del Prette, Z. A. P. (1993). A identidade do psicólogo escolar/educacional: as diferentes faces da (re)construção. *Estudos de psicologia (Campinas)*, *10*(2), 125-138.

* DeSouza, E. (1998). Comportamento humano numa vila global: uma perspectiva pós-moderna (construtiva) sobre Psicologia Comunitária. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, *11*(1), 147-160.

Dimenstein, M. (1998). O psicólogo nas Unidades Básicas de Saúde: desafios para formação e atuação profissionais. *Estudos de Psicologia (Natal)*, *3*(1), 53-81.

* Dimenstein, M. (1999). (Des)caminhos de formação profissional do psicólogo no Brasil para a sua atuação no campo da Saúde Pública. *Revista do Departamento de Psicologia da UFF*, *11*(1), 17-25.

Dimenstein, M. (2000). A cultura profissional do psicólogo e o ideário individualista: implicações para a prática no campo da assistência pública à saúde. *Estudos de Psicologia*, *5*(1), 95-121.

* Dimenstein, M. (2001). O psicólogo e o compromisso social no contexto da saúde coletiva. *Psicologia em Estudo*, *6*(2), 57-63.

* Dittrich, A. (1999). Psicologia organizacional e globalização: os desafios da reestruturação produtiva. *Psicologia: Ciência e Profissão*, *19*(1), 50-65.

Draibe, S. M. (1993). As políticas sociais e o neoliberalismo: reflexões suscitadas pelas experiências latino-americanas. *Revista USP*, (17), 86-101.

Druck, G., & Filgueiras, L. (2007). Política social focalizada e ajuste fiscal: as duas faces do governo Lula. *Revista Katálysis*, *10*(1), 24-34.

* Dutra, E. (2004). Considerações sobre as significações da Psicologia Clínica na contemporaneidade. *Estudos de Psicologia (Natal)*, *9*(2), 381-387.

Fácil acesso às informações. (1984). *Psicologia: Ciência e Profissão*, *4*(2), 44-45.

Ferreira, M. C. G., & Krzyzanowski, R. F. (2003). Periódicos científicos: critérios de qualidade. *Pesquisa Odontológica Brasileira*, *17*(Supl 1), 43-48.

Ferreira, S. M. S. P., Morais, M. H., Mucheroni, M., & Perez, J. (2009). Estudo sobre como os autores de artigos de revistas de Ciências da Comunicação verbalizam seus objetos de estudos em termos de palavras-chave. *Em Questão*, *15*(2), 151-167.

* Ferreira, T. (2000). Os meninos e a rua: o psicólogo e os impasses da assistência. *Psicologia: Ciência e Profissão*, *20*(1), 2-17.

Figueiredo, M. A. C. (1989). *O trabalho alienado & o psicólogo do trabalho: algumas questões sobre o papel do psicólogo no controle da produção capitalista*. São Paulo: Edicon.

Fonseca, M. O. (2008). *Arquivologia e Ciência da Informação*. Rio de Janeiro: FGV.

Fontenele, A. F. G. T. (2008). *Psicologia e Sistema Único da Assistência Social – SUAS: estudo sobre a inserção dos psicólogos nos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS's*. (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza).

Freire, M. J. (1984). Informação: registro e localização. *Psicologia: Ciência e Profissão, 4*(1), 48-50.

Freire, P. (1999). *Educação e mudança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. (Texto original publicado em 1979)

Freire, P. (2009). *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra. (Texto original publicado em 1996)

* Freitas, M. F. Q. (1988). Psicólogos na comunidade: importância e orientação do trabalho desenvolvido. *Psicologia: Teoria e Pesquisa, 4*(3), 236-248.

Freitas, M. F. Q. (1996). Psicologia na comunidade, psicologia da comunidade e psicologia (social) comunitária – práticas da psicologia em comunidade nas décadas de 60 e 90 no Brasil. In F. H. R. Campos (Org.), *Psicologia Social Comunitária: da solidariedade à autonomia* (pp. 55-80). Petrópolis: Vozes.

* Freitas, M. F. Q. (1998). Inserção na comunidade e análise de necessidades: reflexões sobre a prática do psicólogo. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, *11*(1), 175-189.

* Freitas, M. F. Q. (2004). Desafios contemporâneos à Psicologia Social Comunitária: que visibilidade e que espaços têm sido construídos? *Psicologia Argumento, 22*(36), 33-47.

Freitas, M. H. (2005). *Origens do periodismo científico no Brasil*. (Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo).

Freitas, M. H. (2006). Considerações acerca dos primeiros periódicos científicos brasileiros. *Ciência da Informação, 35*(3), 54-66.

Freitas, M. H. A. (1998). Avaliação da produção científica: considerações sobre alguns critérios. *Psicologia Escolar e Educacional*, *2*(3), 211-228.

Furtado, O. (2000). Psicologia e compromisso social: base epistemológica de uma Psicologia crítica. *PSI: Revista de Psicologia Social e Institucional*, *2*(2), 217-229.

Furtado, O. (2003). Psicologia e relações de trabalho: em busca de uma leitura critica e uma atuação compromissada. In A. M. B. Bock (Org.), *A perspectiva sócio-histórica na formação em psicologia* (pp. 211-239). Petrópolis: Vozes.

* Gil, A. C. (1985). O psicólogo e sua ideologia. *Psicologia: Ciência e Profissão*, *5*(1), 12-17.

* Gioia-Martins, D., & Rocha Júnior, A. (2001). Psicologia da Saúde e o novo paradigma: novo paradigma? *Psicologia: Teoria e Prática*, *3*(1), 35-42.

Gois, A. (2009). *Produção científica cresce 56% no Brasil*. Recuperado de http://www1.folha.uol.com.br/folha/ciencia/ult306u561181.shtml

Gonçalves, M. G. M. (2005). O método de pesquisa materialista histórico e dialético. In A. A. Abrantes, N. R. Silva, & S. T. F. Martins (Orgs.), *Método histórico-social na psicologia social* (pp. 86-104). Petrópolis: Vozes.

Gonçalves, M. G. M., & Bock, A. M. B. (2003). Indivíduo-sociedade: uma relação importante na psicologia social. In A. M. B. Bock (Org.), *A perspectiva sócio-histórica na formação em psicologia* (pp. 41-99). Petrópolis: Vozes.

González-Rey, F. (2004). *O social na Psicologia e a Psicologia Social*. Petrópolis: Vozes.

Granja, E. C. (1995). *Análise da produção científica do curso de pós-graduação do Instituto de Psicologia da USP no período de 1980 a 1989*. (Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo).

Guareschi, P. (2001). Compromisso Social da Psicologia. In A. M. P. Caniato, & E. A. Tomanik (Orgs.), *Compromisso social da psicologia* (pp. 60-97). Porto Alegre: ABRAPSOSUL.

Guedes, M. C. (2004). Escrever e editar: compromisso com a disseminação de conhecimento. *Psicologia USP*, *15*(3), 249-256.

Guimarães, D. M. (1993). As políticas sociais no Brasil: uma análise histórica. In Serviço Social da Indústria (Org.), *As políticas sociais no Brasil* (pp. 4-11). Brasília: SESI.

Guimarães, R. (2002). Pesquisa no Brasil: a reforma tardia. *São Paulo em Perspectiva*, *16*(4), 41-47.

* Gula, P., & Pinheiro, N. (2007). Entre o limite e a esperança: relato de uma experiência em Psicologia Institucional. *Psicologia: Ciência e Profissão, 27*(2), 358-367.

* Guzzo, R. S. L., & Lacerda Jr., F. (2007). Fortalecimento em tempo de sofrimento: reflexões sobre o trabalho do psicólogo e a realidade brasileira. *Revista Interamericana de Psicologia/Interamerican Journal of Psychology*, *41*(2), 231-240.

Hayashi, M. C. P. I., Cabrero, R. C., Costa, M. P. R., & Hayashi, C. R. M. (2007). Indicadores de participação feminina em Ciência e Tecnologia. *TransInformação*, *19*(2), 169-187.

Hernandez, A. R. C. (2008). Análise qualitativa usando o programa QDA Miner – um exemplo aplicado de pesquisa: análise documental de textos de protesto. In H. Scarparo (Org.), *Psicologia e pesquisa: perspectivas metodológicas* (pp. 151-168). Porto Alegre: Sulina.

Iamamoto, M. V. (2006). As dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas no Serviço Social contemporâneo. In M. V. Iamamoto, *Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional*. Recuperado de http://www.fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/texto2-2.pdf

Iema, C. R. D. (1999). Um estudo teórico sobre a formação do psicólogo organizacional no Brasil. *Psicologia: Teoria e Prática*, *1*(1), 31-41.

Jacon, M. C. M. (2006). *Base Qualis: uso e qualidade dos periódicos científicos no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (1997-2002)*. (Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas).

Kahhale, E. M. P. (2003). Psicologia na saúde: em busca de uma leitura crítica e de uma atuação compromissada. In A. M. B. Bock (Org.), *A perspectiva sócio-histórica na formação em psicologia* (pp. 161-191). Petrópolis: Vozes.

Klippel, M., Koetz, A. L., Lacerda, D. P., Teixeira, R., & Antunes Jr., J. A. V. (2004). *A pesquisa em administração com o uso de softwares QDA (Qualitative Data Analysis)*. In Simpósio sobre Excelência em Gestão e Tecnologia, Rezende/Rio de Janeiro. Recuperado de http://www.gpi.ufrj.br/

* Kolck, O. L. (1985). O psicólogo escolar em busca da identidade profissional. *Boletim de Psicologia*, *35*(84), 24-29.

Koller, S. H., Sarriera, J. C., & Abreu e Silva Neto, N. (2008). A Psicologia na América Latina: um recorte da investigação e da pós-graduação. *Revista Interamericana de Psicologia*, *2*(42), 407-410.

* Kubo, O. M., & Botomé, S. P. (2001). Formação e atuação do psicólogo para o tratamento em saúde e em organizações de atendimento à saúde. *Interação*, *5*, 93-122.

Kuhn, T. S. (2006). *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva. (Texto original publicado em 1962)

Lane, S. T. M. (1981). Psicologia comunitária na América Latina. In Associação Brasileira de Psicologia Social & Centro de Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica São Paulo (Orgs.), *Anais do I Encontro Regional de Psicologia na comunidade* (pp. 5-9). São Paulo: Autor.

Lane, S. T. M. (1984). A Psicologia Social e uma nova concepção do homem para a Psicologia In S. T. M. Lane, & W. Codo (Orgs.), *Psicologia social: o homem em movimento* (pp. 10-19). São Paulo: Braziliense.

Lane, S. T. M. (1996). Histórico e fundamentos da psicologia comunitária no Brasil. In R. H. F. Campos (Org.), *Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia* (pp. 17-34). Petrópolis: Vozes.

Lane, S. T. M., & Codo, W. (Orgs.) (1984). *Psicologia social: o homem em movimento*. São Paulo: Braziliense.

Lei n. 4.119, de 27 de agosto de 1962. (1962, 27 de agosto). Dispõe sobre os cursos de formação em Psicologia e regulamenta a profissão de psicólogo. Recuperado de http://www.psi.ufba.br/documentos/Regulamentacao_da_Profissao.pdf

Leta, J. (2003). As mulheres na ciência brasileira: crescimento, contrastes e um perfil de sucesso. *Estudos Avançados, 17*(49), 271-284.

Lhullier, A. C. (2008). Uso de programas de computador na análise qualitativa de dados (CAQDAS). In H. Scarparo (Org.), *Psicologia e pesquisa: perspectivas metodológicas* (pp. 137-150). Porto Alegre: Sulina.

Lhullier, L. A. (2005). Psicologia Política. In M. G. C. Jacques, M. N. Strey, M. G. Bernardes, P. A. Guareschi, S. A. Carlos, & T. M. G. Fonseca (Orgs.), *Psicologia Social Contemporânea: livro-texto* (pp. 207-218). Petrópolis: Vozes.

* Lima, M. (2005). Atuação psicológica coletiva: uma trajetória profissional em unidade básica de saúde. *Psicologia em Estudo*, *10*(3), 431-440.

Lo Bianco, A. C., Bastos, A. V. B., Nunes, M. L. T., & Silva, R. C. (1994). Concepções e atividades emergentes na Psicologia Clínica: implicações para a formação. In Conselho Federal de Psicologia (Org.), *Psicólogo brasileiro: práticas emergentes e desafios para a formação* (pp. 17-100). São Paulo: Casa do Psicólogo.

Lopes, A. A. (2005). *O compromisso social dos psicólogos brasileiros evidenciado nas publicações da revista Psicologia Ciência e Profissão*. (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis).

Loureiro, J. M. M. (2003). Museu de ciência, divulgação científica e hegemonia. *Ciência da Informação, 32*(1), 88-95.

Lukács, G. (1978). As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. *Temas de ciências humanas*, *4*, 1-18.

Luz, M. T. (2005). Prometeu acorrentado: análise sociológica da categoria produtividade e as condições atuais da vida acadêmica. *Physis, 15*, 39-57.

Macedo, J. P. S., Cabral, C. M. T., & Dimenstein, M. (2009). A Psicologia no Programa de Atenção Integral à Família no Município de Natal-RN. In M. Dimenstein (Org.), *Produção do conhecimento, agenciamentos e implicações no fazer pesquisa em Psicologia* (pp. 335-350). Natal: EDUFRN.

Macêdo, K. B., Heloani, R., & Cassiolato, R. (2010). O psicólogo como trabalhador assalariado: setores de inserção, locais, atividades e condições de trabalho. In A. V. B. Bastos, & S. M. G. Gondim (Orgs.), *O trabalho do psicólogo no Brasil: um exame à luz das categorias da Psicologia Organizacional e do Trabalho* (pp. 131-150). Porto Alegre: Artmed.

Macias-Chapula, C. A. (1998). O papel da informetria e cienciometria e sua perspectiva nacional e internacional. *Ciência da Informação*, *7*(2), 134-170.

Maluf, M. R. (2004). A participação de psicólogos brasileiros na Sociedade Interamericana de Psicologia: contribuições e perspectivas. *Revista Interamericana de Psicologia*, *38*(2), 323-332.

Maluf, M. R. (2005). Disseminação da pesquisa de psicólogos brasileiros e sua vinculação com o contexto internacional. *Boletim Academia Paulista de Psicologia*, *25*(3), 49-55.

Malvezzi, S. (2010). A profissionalização dos psicólogos, uma história de promoção humana. In A. V. B. Bastos, & S. M. G. Gondim (Orgs.), *O trabalho do psicólogo no Brasil: um exame à luz das categorias da Psicologia Organizacional e do Trabalho* (pp. 17-31). Porto Alegre: Artmed.

Marchiori, P. Z., Adami, A., Ferreira, S. M., & Cristofoli, F. (2006). *Fatores motivacionais da comunidade científica para publicação e divulgação de sua produção em revistas científicas*. In Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias. Salvador. Recuperado de http://www.snbu2006.ufba.br/soac/papers.php

Marcondes, C. H., & Sayão, L. F. (2002). Documentos digitais e novas formas de cooperação entre sistemas de informação em C&T. *Ciência da Informação*, *31*(3), 42-54.

Marteleto, R. M. (2009). A pesquisa em Ciência da Informação no Brasil: marcos institucionais, cenários e perspectivas. *Perspectivas em Ciência da Informação*, *14*(especial), 19-40.

* Martín-Baró, I. (1997). O papel do psicólogo. *Estudos de Psicologia (Natal)*, *2*(1), 7-27.

Martins, S. T. F. (2005). O materialismo histórico e a pesquisa-ação em psicologia social e saúde. In A. A. Abrantes, N. R. Silva, & S. T. F. Martins (Orgs.), *Método histórico-social na psicologia social* (pp. 139-154). Petrópolis: Vozes.

Matos, M. A. (1988). Produção e formação científica em Psicologia. In Conselho Federal de Psicologia (Org.), *Quem é o psicólogo brasileiro?* (pp. 100-122). São Paulo: Edicon.

Meadows, A. J. (1999). *A comunicação científica*. Brasília: Briquet de Lemos.

Meis, L., & Leta, J. (1996). *O perfil da ciência brasileira*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.

Mello, G. N. (1982). *Magistério de 1º grau: da competência técnica ao compromisso político*. São Paulo: Autores Associados/Cortez.

Mello, S. L. (1975). *Psicologia e profissão em São Paulo*. São Paulo: Ática.

* Mendonça, V. L. M. (2007). Produção de subjetividade e exercício de cidadania: efeitos da prática em Psicologia Comunitária. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, *2*(1), 34-43.

Meneghini, R. (2003). O projeto SciELO (Scientific Eletronic Library On Line) e a visibilidade da literatura científica "periférica". *Química Nova*, *26*(2), 155-156.

Mészáros, I. (2002). *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo/Campinas: Boitempo/Unicamp.

Miranda, D. B., & Pereira, M. N. F. (1996). O periódico científico como veículo de comunicação: uma revisão de literatura. *Ciência da Informação*, *25*(3), 375-382.

Mocelin, D. G. (2009). Concorrência e alianças entre pesquisadores: reflexões acerca da expansão de grupos de pesquisa dos anos 1990 aos 2000 no Brasil. *Revista Brasileira de Pós-Graduação*, *6*(11), 35-64.

Montaño, C. (2006). Um projeto para o Serviço Social crítico. *Katálysis*, *9*(2), 141-157.

Montaño, C. (2007). *Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social*. São Paulo: Cortez.

Montero, M. (2004). *Introducción a la psicologia comunitária: desarrollo, conceptos y procesos*. Buenos Aires: Paidós.

Montero, M. (2006). *Teoría y práctica de la psicología comunitária: la tensión entre comunidad y sociedad*. Buenos Aires: Paidós.

* Moraes, L. M. O, & Murat, R. M. V. (1979). O psicólogo escolar no sistema de ensino público do município do Rio de Janeiro: função e exercício. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, *31*(2), 70-76.

* Moreira, J. O., Romagnoli, R. C., & Neves, E. O. (2007). O surgimento da clínica psicológica: da prática curativa aos dispositivos de promoção da saúde. *Psicologia Ciência e Profissão*, *27* (4), 608-621.

Mostafa, S. P. (1994). As ciências da informação. *São Paulo em Perspectiva*, *8*(4), 22-27.

Movimento Acesso Aberto Brasil (2005). *Declaração de Apoio ao Acesso Aberto à literatura científica – "Carta de São Paulo"*. Recuperado de http://www.acessoaberto.org/

Muccioli, C., Campos, M., Goldchmit, M., Dantas, P. E. C., Bechara, S. J., & Costa, V. P. (2007). A produção científica no Brasil. *Arquivos Brasileiros de Oftalmologia*, *70*(4), 571.

Mueller, S. P. M. (1999). O círculo vicioso que prende os periódicos nacionais. *DataGramaZero – Revista de Ciência da Informação*, *0*, 2. Recuperado de www.dgz.org.br

Mueller, S. P. M. (2005). A publicação da ciência: áreas científicas e seus canais preferenciais. *DataGramaZero – Revista de Ciência da Informação*, *6*(1). Recuperado de www.dgz.org.br

Mueller, S. P. M. (2006). A comunicação científica e o movimento de acesso livre ao conhecimento. *Ciência da Informação*, *35*(2), 27-38.

Müller, A. C., & Dias, A. C. G. (2008). O psicólogo na rede pública de saúde: um estudo sobre a formação e a atuação profissional. *Gerais: Revista Institucional de Psicologia*, *1*(1), 54-66.

Netto, J. P. (1999). A construção do projeto ético-político do Serviço Social. In J. P. Netto, *Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional*. Recuperado de http://www.fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/inicio.htm

Netto, J. P. (2001). Cinco notas a propósito da "questão social". In J. P. Netto, *Capitalismo monopolista e serviço social* (3ª ed.) (pp. 151-176). São Paulo: Cortez.

Neves, C. E. B. (2002). Ciência e Tecnologia no Brasil. In M. S. A. Soares (Org.), *A educação superior no Brasil* (pp. 205-237). Brasília: CAPES.

Nosella, P. (1983). Compromisso político como horizonte da competência técnica. *Educação & Sociedade*, *5*(14), 91-97.

Nosella, P. (2004). Compromisso político e competência técnica: 20 anos depois. *EccoS – Revista Científica UNINOVE*, *6*(1), 9-24.

* Novaes, M. H. (1970). Formação e responsabilidade profissional do psicólogo escolar. *Arquivos Brasileiros de Psicologia Aplicada*, *22*(1), 35-40.

Oliveira, I. F. (2005). *A Psicologia no Sistema de Saúde Pública: diagnóstico e perspectivas*. (Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo).

* Oliveira, I. F., Silva, F. L., & Yamamoto, O. H. (2007). A Psicologia no Programa de Saúde da Família (PSF) em Natal: espaço a ser conquistado ou um limite da prática psicológica? *Aletheia*, *25*, 5-19.

Oliveira, K. L., Cantalice, L. M., Joly, M. C. R. A., & Santos, A. A. A. (2006). Produção científica de 10 anos da revista Psicologia Escolar e Educacional (1996/2005). *Psicologia Escolar e Educacional*, *10*(2), 283-292.

Oliveira, R. M. V. B., Alves, M. D. R., Martins, S. R., Vicentini, R. A. B. Loureiro, M. F., Pelaes Neto, I., & Camargo, W. L. (2000). Recurso informacional na área de Psicologia utilizando interface WWWIsis: a base de dados INDEX PSI. *Revista on-line da Biblioteca Prof. Joel Martins*, *2*(1), 1-14.

Pacheco, E. M. C. (2005). Produção científica e avaliação psicológica. In G. P. Witter (Org.), *Metaciência e Psicologia* (pp. 7-33). Campinas: Alínea.

Pacheco, R. C. S., & Kern, V. M. (2001). Uma ontologia comum para a integração de bases de informações e conhecimento sobre ciência e tecnologia. *Ciência da Informação*, *30*(3), 56-63.

Packer, A. L., Biojone, M. R., Antonio, I., Takenaka, R. M., García, A. P., Silva, A. C., et al. (1998). SciELO: uma metodologia para publicação eletrônica. *Ciência da Informação*, *27*(2), 109-121.

Paiva, I. L. (2008). *Os novos quixotes da Psicologia e a prática social no âmbito do "terceiro setor"*. (Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal).

Paiva, I. L., & Yamamoto, O. H. (2008). Os novos quixotes da Psicologia e a prática social no "terceiro setor". *Psicologia Política, 8*(16), 231-250.

Pastorini, A. (2004). *A categoria "questão social" em debate*. São Paulo: Cortez.

Patto, M. H. S. (1987). *A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia*. São Paulo: T. A. Queiroz.

* Pereira, A., Reis, B. A., Carvalho, B. P., Alves, E. B., & Nogueira, G. (2007). Psicologia em comunidades: um olhar a partir da perspectiva latino-americana. *Diálogos e Ciência*, (10), 1-14.

Peruzzo, S. A. (2006). *O projeto político-profissional da Enfermagem brasileira sob a ótica dos presidentes da ABEn/PR no período de 1980 a 2001*. (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis).

Queiroz e Pérez-Ramos, A. M. (2009). Percurso e perspectivas do Boletim Academia Paulista de Psicologia. *Boletim Academia Paulista de Psicologia*, *29*(1), 37-49.

Queiroz e Pérez-Ramos, A. M., & Morais, S. T. P. (2000). As divisões da Sociedade de Psicologia de São Paulo: um legado de reconhecido valor. *Boletim de Psicologia*, *50*(112), 53-64.

Pessotti, I. (2004a). Dados para uma Psicologia no Brasil (1975). In M. A. M. Antunes (Org.), *História da Psicologia no Brasil: primeiro ensaios* (pp. 121-137). Rio de Janeiro: EdUERJ/Conselho Federal de Psicologia. (Texto original publicado em 1975)

Pessotti, I. (2004b). Notas para uma história da Psicologia no Brasil (1988). In M. A. M. Antunes (Org.), *História da Psicologia no Brasil: primeiro ensaios* (pp. 209-227). Rio de Janeiro: EdUERJ/Conselho Federal de Psicologia. (Texto original publicado em 1988)

* Peters, S., Gonçalves, G. C., & Tizzei, R. (2006). Uma experiência em Psicologia, Educação e comunidade. *Psicologia & Sociedade*, *18*(3), 82-87.

* Pimentel, R. S. (1989). Fragmentos de um trabalho com a comunidade. *Psicologia & Sociedade*, *4*(7), 136-142.

Pinheiro, L. V. R., Bräscher, M., & Burnier, S. (2005). Ciência da Informação: 32 anos (1972-2004) no caminho da história e horizontes de um periódico científico brasileiro. *Ciência da Informação*, *34*(3), 23-75.

Platonow, V. (2009). *Brasil passa Rússia e já é o 13º em produção de artigos científicos no mundo*. Recuperado de http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2009/05/05/materia.2009-05-05.4618788069/view

Población, D. A., & Noronha, D. P. (2002). Produção das literaturas "branca" e "cinzenta" pelos docentes/doutores dos programas de pós-graduação em ciência da informação no Brasil. *Ciência da Informação, 31*(2), 98-106.

Población, D. A., Noronha, D. P., & Currás, E. (1995). Literatura cinzenta versus literatura branca: transição dos autores das comunicações dos eventos para produtores de artigos. *Ciência da Informação, 25*(2), 228-242.

Pombo-de-Barros, C. F., & Marsden, M. (2008). Reflexões sobre a prática do psicólogo nos serviços de saúde pública. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, *60*(1), 112-123.

Quino (2003). *Toda Mafalda*. São Paulo: Martins Fontes.

* Ramos, C., & Carvalho, J. E C. (2008). Espaço e subjetividade: formação e intervenção em Psicologia Comunitária. *Psicologia & Sociedade*, *20*(2), 174-180.

* Rasera, E. F., & Issa, C. L. G. (2007). A atuação do psicólogo em ONG/AIDS. *Psicologia: Ciência e Profissão*, *27*(3), 566-575.

Rocha, N. M. S. (2009). Compromisso social em psicologia: a contribuição dos pioneiros. In M. R. Souza, & F. C. S. Lemos (Orgs.), *Psicologia e compromisso social; unidade na diversidade* (pp.175-187). São Paulo: Escuta.

Rocha, N. M. S., & Alencar, M. A. (2009). Pioneiros da Psicologia brasileira: diversidade e ética. In M. A. T. Ribeiro, J. S. Bernardes, & C. E. Lang (Orgs.), *A produção na diversidade: compromissos éticos e políticos em Psicologia* (pp. 207-230). São Paulo: Casa do Psicólogo.

* Romagnoli, R. C. (2006). Algumas reflexões acerca da clínica social. *Revista do Departamento de Psicologia da UFF*, *18*(2), 47-56.

Rosemberg, F. (1984). Afinal, por que somos tantas psicólogas? *Psicologia: Ciência e Profissão, 4*, 6-12.

* Roso, A. (2007). Psicologia social da saúde: tornamo-nos eternamente responsáveis por aqueles que cativamos. *Aletheia*, 26, 80-94.

* Rubio, K. (2007). Ética e compromisso social na Psicologia do Esporte. *Psicologia: Ciência e Profissão*, *27*(2), 304-315.

* Rutsatz, S. N. B., & Câmara, S. G. (2006). O psicólogo na saúde pública: trajetórias e percepções na conquista desse espaço. *Aletheia*, *23*, 55-64.

Sabadini, A. A. Z. P., Sampaio, M. I., & Koller, S. H. (2009a). Preparando um artigo científico. In A. Z. P. Sabadini, M. I. C. Sampaio, & S. H. Koller (Orgs.), *Publicar em Psicologia: um enfoque para a revista científica* (pp. 117-162). São Paulo:

Associação Brasileira de Editores Científicos de Psicologia/Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo/Casa do psicólogo.

Sabadini, A. A. Z. P., Sampaio, M. I., & Koller, S. H. (2009b). (Orgs.). *Publicar em Psicologia: um enfoque para a revista científica*. São Paulo: Associação Brasileira de Editores Científicos de Psicologia/Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo/Casa do psicólogo.

Sampaio, M. I. C. (2005). Avanços da Biblioteca Virtual em Psicologia. *Boletim da Academia Paulista de Psicologia*, *25*(3), 45-47.

Sampaio, M. I. C. (2008). Citações a periódicos na produção científica de Psicologia. *Psicologia: Ciência e Profissão*, *28*(3), 452-465.

Sampaio, M. I. C. (s/d). *Controle bibliográfico da literatura nacional em Psicologia*. Recuperado de http://www.psi.bvs.br/xml2html/xmlRoot.php?xml=xml/pt/bvs.xml&xsl=xsl/level3.xsl&lang=pt&tab=collection&item=about14&graphic=yes

Sampaio, M. I. C. & Peixoto, M. L. (2000). Periódicos brasileiros de Psicologia indexados nas bases de dados LILCAS e PsycINFO. *Boletim de Psicologia*, *50*(112), 65-73.

Sampaio, M. I. C., & Sabadini, A. A. Z. P. (2009a). Autoria, coautoria e colaboração. In A. Z. P. Sabadini, M. I. C. Sampaio, & S. H. Koller (Orgs.), *Publicar em Psicologia: um enfoque para a revista científica* (pp. 171-177). São Paulo: Associação Brasileira de Editores Científicos de Psicologia/Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo/Casa do psicólogo.

Sampaio, M. I. C., & Sabadini, A. A. Z. P. (2009b). Indexação e fator de impacto. In A. Z. P. Sabadini, M. I. C. Sampaio, & S. H. Koller (Orgs.), *Publicar em Psicologia: um enfoque para a revista científica* (pp. 109-122). São Paulo: Associação Brasileira de Editores Científicos de Psicologia/Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo/Casa do psicólogo.

Sampaio. M. I. C., & Serradas, A. (2009). O Movimento de Acesso Aberto, os repositórios e as revistas científicas. In A. Z. P. Sabadini, M. I. C. Sampaio, & S. H. Koller (Orgs.), *Publicar em Psicologia: um enfoque para a revista científica* (pp. 77-89). São Paulo: Associação Brasileira de Editores Científicos de Psicologia/Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo/Casa do psicólogo.

* Sanchez, L. G., Martinez, L. M. M., & Rico, F. J. (2006). Psicologia, identidade e política nas tecnologias de governo neoliberais. *Psicologia & Sociedade*, *18*(1), 7-14.

Saviani, D. (1983). Competência Política e Compromisso Técnico ou (o pomo da discórdia e o fruto proibido). *Educação & Sociedade*, *5*(15), 111-143.

Sawaia, B. B. (2003). *Sílvia Lane* (Coleção Pioneiros da Psicologia Brasileira). Rio de Janeiro/Brasília: Imago/Conselho Federal de Psicologia.

Seixas, P. S. (2009). *Inserção e atuação profissional do psicólogo no campo das políticas sociais no Rio Grande do Norte*. (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

Seixas, P. S., Costa, A. L. F., Oliveira, A. M., Oliveira, I. F., & Yamamoto, O. H. (2007). Estudo histórico-bibliográfico sobre a profissão de psicólogo no Brasil [Resumo]. In União Latino-americana de Entidades de Psicologia (Org.), *II Congresso Latinoamericano de Psicologia da ULAPSI*. Havana: Autor. Recuperado de www.ulapsi.org

Serradas, A., & Sampaio, M. I. C. (2004). Novas ações da Biblioteca Virtual em Saúde – Psicologia – Brasil. *Boletim Academia Paulista de Psicologia*, *24*(3), 33-36.

Senra, C. M. G. (2009). *Psicólogos sociais em uma instituição pública de Assistência Social: analisando estratégias de enfrentamento*. (Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas).

Silva, C. G. A. (2004). *Psicologia e compromisso social: intenção e realidade*. (Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, São Paulo).

* Silva, F. S. (2007). Projetos sociais em discussão na Psicologia do Esporte. *Revista Brasileira de Psicologia do Esporte*, *1*(1), 1-12.

Silva, J. A., & Bianchi, M. L. P. (2001). Cientometria: a métrica da ciência. *Paidéia*, *11*(20), 5-10.

Silva, R. (1992). A formação em Psicologia para o trabalho na Saúde Pública. In F. Campos (Org.), *Psicologia e Saúde: repensando práticas* (pp. 25-40). São Paulo: Hucitec.

Sindicato dos Psicólogos no Estado de São Paulo/Conselho Regional de Psicologia - 6ª Região. (1984). *O perfil do psicólogo no Estado de São Paulo.* São Paulo: Cortez.

* Soares, T. C. (2005). A vida é mais forte do que as teorias o psicólogo nos serviços de atenção primária à saúde. *Psicologia: Ciência e Profissão, 25*(4), 590-601.

Sociedade Brasileira de Psicologia Organizacional e do Trabalho. (2009). *Psicologia do trabalho e das organizações: não atuamos pela cisão*. Recuperado de http://www.sbpot.org.br/sbpot2/pdf/manifesto_psicologia-do-trabalho-e-organizacoes_SBPOT.pdf

* Souza, R. A., & Carvalho, A. M. (2003). Programa de Saúde da Família e qualidade de vida: um olhar da Psicologia. *Estudos de Psicologia (Natal), 8*(3), 515-523.

Spinak, E. (1998). Indicadores cienciométricos. *Ciência da Informação*, *27*(2) 141-148.

Spink, M. J. P. (2007). *A Psicologia em diálogo com o SUS: prática profissional e produção acadêmica*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Strehl, L. (2005). O fator de impacto do ISI e a avaliação da produção científica: aspectos conceituais e metodológicos. *Ciência da Informação, 34*(1), 19-27.

Stumpf, I. R. C. (1996). Passado e future das revistas científicas. *Ciência da Informação*, *25*(3), 383-386.

Targino, M. G. (2002). Novas tecnologias e produção científica: uma relação de causa e efeito ou uma relação de muitos efeitos? *DataGramaZero – Revista de Ciência da Informação*, *3*(6). Recuperado de www.dgz.org.br

Targino, M. G. (2007). O óbvio da informação científica: acesso e uso. *TransInformação*, *19*(2), 95-105.

Targino, M. G., & Garcia, J. C. R. (2000). Ciência brasileira na base de dados do Institute for Scientific Information (ISI). *Ciência da Informação*, *29*(1), 103-117.

Tomanik, E. A. (2001). Da crítica à Psicologia Social à Psicologia Social Crítica: compromissos, desafios e perspectivas. In A. M. P. Caniato, & E. A. Tomanik (Orgs.), *Compromisso social da psicologia* (pp. 237-254). Porto Alegre: ABRAPSOSUL.

Traverso-Yépez, M. (2008). *A Psicologia Social e o trabalho em saúde*. Natal: EDUFRN.

Trinidad, A., Carrero, V., & Soriano, R. M. (2006). El soporte informático em la gestión de la información. *Teoría fundamentada "Grounded Theory": la construcción de la teoría a través del análisis interpretacional* (pp. 103-123). Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas.

Trzesniak, P. (2009). A estrutura editorial de um periódico científico. In A. Z. P. Sabadini, M. I. C. Sampaio, & S. H. Koller (Orgs.), *Publicar em Psicologia: um enfoque para a revista científica* (pp. 91-107). São Paulo: Associação Brasileira de Editores Científicos de Psicologia/Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo/Casa do psicólogo.

Valério, P. M. (1994). Dinâmica interna do sistema de comunicação de ciência: o caso das revistas científicas. In FINEP (Org.), *Espelho da ciência: avaliação do Programa Setorial de Publicações em Ciência e tecnologia da FINEP* (pp. 63-86). Rio de Janeiro/Brasília: FINEP/IBICT.

* Vilhena, J., Dimenstein, M., & Zamora, M. H. (2000). O trabalho do psicólogo com comunidades: cultura e formação profissional. *Psicologia Clínica*, *12*(1), 133-146.

Weber, S. (2003). Psicologia: mestres e doutores titulados entre 1990 e 1999. In J. Velloso (Org.), *A pós-graduação no Brasil: formação e trabalho de mestres e doutores no país. Vol. II: Direito, Economia, Engenharia Mecânica, Geociências, Odontologia e Psicologia* (pp. 221-243). Brasília: CAPES.

Witter, C. (1999). Psicologia escolar e produção científica. In C. Witter (Org.), *Ensino de Psicologia* (pp. 119-143). Campinas: Alínea.

Witter, C. (2005). Produção científica e Educação: análise de um periódico nacional. In G. P. Witter (Org.), *Metaciência e Psicologia* (pp. 199-215) Campinas: Alínea.

Witter, G. P. (Org.). (1999). *Produção científica em Psicologia e Educação*. Campinas: Alínea.

Witter, G. P. (2005). (Org.). *Metaciência e Psicologia*. Campinas: Alínea.

Witter, G. P. (2007). Importância das sociedades/associações científicas: desenvolvimento da ciência e formação do profissional pesquisador. *Boletim de Psicologia*, 126, 1-14.

Yamamoto, O. H. (1987). *A crise e as alternativas da Psicologia*. São Paulo: Edicon.

* Yamamoto, O. H. (1990). A Psicologia Escolar em Natal: características e perspectivas. *Psicologia: Ciência e Profissão, 10*(2-4), 40-49.

Yamamoto, O. H. (1996). Neoliberalismo e políticas sociais: o impacto na Psicologia brasileira. *Psicologia Revista, 2*(2), 13-26.

Yamamoto, O. H. (2003). Questão social e políticas públicas: revendo o compromisso da Psicologia. In A. M. B. Bock (Org.), *Psicologia e compromisso social* (pp. 37-54). São Paulo: Cortez.

Yamamoto, O. H. (2006). Graduação e pós-graduação em Psicologia: relações possíveis. *Revista Brasileira de Pós-Graduação, 3*(6), 270-281.

* Yamamoto, O. H. (2007). Políticas sociais, "terceiro setor" e "compromisso social": perspectivas e limites do trabalho do psicólogo. *Psicologia & Sociedade, 19*(1), 30-37.

Yamamoto, O. H. (2007b, novembro). *Produção científica nos Programas de pós-graduação da Psicologia Social*. Trabalho apresentado no XIV Encontro Nacional da ABRAPSO, Rio de Janeiro, Brasil. Recuperado de www.abrapso.org.br

Yamamoto, O. H., & Costa, A. L. F. (2009). A avaliação de periódicos científicos brasileiros da área da Psicologia. In A. Z. P. Sabadini, M. I. C. Sampaio, & S. H. Koller (Orgs.), *Publicar em Psicologia: um enfoque para a revista científica* (pp. 189-199). São Paulo: Associação Brasileira de Editores Científicos de Psicologia/Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo/Casa do psicólogo.

Yamamoto, O. H., & Costa, A. L. F. (no prelo). *Escritos sobre a profissão de psicólogo no Brasil*. Natal: EDUFRN.

Yamamoto, O. H., Dantas, C. M. B., Costa, A. L. F., Alverga, A. R., Seixas, P. S., Oliveira, I. F. (2003). A profissão de psicólogo no Rio Grande do Norte. *Interação, 7*(2), 23-30.

Yamamoto, O. H., Koller, S. H., Guedes, M. C., Lo Bianco, A. C., Sá, C. P., Hutz, C. S., Bueno, J. L., Macedo, L., & Menandro, P. R. M. (1999). Periódicos científicos em Psicologia: uma proposta de avaliação. *Infocapes, 7*(3), 5-11.

Yamamoto, O. H., Menandro, P. R. M., Koller, S. H., Lo Bianco, A. C., Hutz, C. S., Bueno, J. L. O., & Guedes, M. C. (2002). Avaliação de periódicos científicos brasileiros da área da Psicologia. *Ciência da Informação*, *31*(2), 163-177.

Yamamoto, O. H., Silva, F. L., Câmara, R. A., & Dantas, C. M. B. (2001). Espaços, práticas: o que há de novo na Psicologia do Rio Grande do Norte? *Psicologia em Estudo*, *6(*1), 65-72.

Yamamoto, O. H., Siqueira, G. S., & Oliveira, S. C. C. (1997). A Psicologia no Rio Grande do Norte: caracterização geral da formação acadêmica e do exercício profissional. *Estudos de Psicologia (Natal)*, *2*(1), 42-67.

Yamamoto, O. H., Souza, C. C., & Yamamoto, M. E. (1999). A produção científica na psicologia: uma análise dos periódicos brasileiros no período 1990-1997. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, *12*(2), 549-565.

Yamamoto, O. H., Souza, J. A. J., Silva, N., & J. C. Zanelli. (2010). A formação básica, pós-graduada e complementar do psicólogo no Brasil. In A. V. B. Bastos, & S. M. G. Gondim (Orgs.), *O trabalho do psicólogo no Brasil: um exame à luz das categorias da Psicologia Organizacional e do Trabalho* (pp. 45-65). Porto Alegre: Artmed.

Yamamoto, O. H., & Tourinho E. Z. (2006). *Situação da pós-graduação na área da Psicologia SNPG e APCN*. Brasília: CAPES.

* Zanella, A. V. (2003). Reflexões sobre a atuação do(a) psicólogo(a) em contextos de escolarização formal. *Psicologia: Ciência e Profissão*, *23*(3), 68-75.

* Zanelli, J. C. (1986). Formação e atuação em Psicologia Organizacional. *Psicologia: Ciência e Profissão*, *6*(1), 31-32.

Apêndices

Tabela A1

Artigos sobre compromisso social do psicólogo, publicados em periódicos científicos no Brasil e sua descrição por ano, subárea da Psicologia e natureza do estudo

Id	Ano	Subárea da Psicologia	Natureza do estudo
D22	2006	Psicologia Educacional e Escolar	Relato de Experiência
D243	2003	Psicologia da Saúde	Relato de Experiência
D258	1998	Psicologia Comunitária	Estudo Teórico
D273	2006	Psicologia Clínica	Estudo Teórico
D291	2008	Psicologia Comunitária	Relato de Experiência
D313	2008	Psicologia da Saúde	Relato de Pesquisa
D367	2007	Psicologia Social	Estudo Teórico
D404	2006	Psicologia Social	Estudo Teórico
F01	1999	Psicologia de um modo Geral	Estudo Teórico
F13	2003	Psicologia Educacional e Escolar	Relato de Pesquisa
F31	2007	Psicologia do Esporte	Estudo Teórico
F34	2007	Psicologia Comunitária	Estudo Teórico
F348	2007	Psicologia Comunitária	Relato de Experiência
F361	2007	Psicologia da Saúde	Relato de Pesquisa
F37	2006	Psicologia da Saúde	Relato de Pesquisa
J17	2005	Psicologia da Saúde	Estudo Teórico
J197	2007	Psicologia Social	Relato de Experiência
J25	2007	Psicologia Comunitária	Relato de Pesquisa
J34	1997	Psicologia de um modo Geral	Estudo Teórico
J37	2000	Psicologia Educacional e Escolar	Estudo Teórico
J389	1990	Psicologia Educacional e Escolar	Relato de Pesquisa
J39	2007	Psicologia Social	Estudo Teórico
J45	2000	Psicologia Social	Estudo Teórico
J62	2004	Psicologia Clínica	Estudo Teórico
L114	2007	Psicologia da Saúde	Estudo Teórico
L123	2005	Psicologia da Saúde	Estudo Teórico
L124	2005	Psicologia da Saúde	Estudo Teórico
L127	2003	Psicologia Educacional e Escolar	Estudo Teórico
L140	1987	Psicologia de um modo Geral	Estudo Teórico

continua

L142	1970	Psicologia Educacional e Escolar	Estudo Teórico
L145	2001	Psicologia da Saúde	Estudo Teórico
L2	1979	Psicologia Educacional e Escolar	Relato de Experiência
L20	2007	Psicologia da Saúde	Relato de Experiência
L211	1993	Psicologia Educacional e Escolar	Estudo Teórico
L218	1989	Psicologia Comunitária	Relato de Experiência
L223	1999	Psicologia Organizacional e do Trabalho	Estudo Teórico
L227	1985	Psicologia Educacional e Escolar	Estudo Teórico
L237	1996	Psicologia de um modo Geral	Relato de Experiência
L29	2005	Psicologia da Saúde	Relato de Pesquisa
L31	2005	Psicologia Educacional e Escolar	Estudo Teórico
L40	1999	Psicologia de um modo Geral	Estudo Teórico
L400	1990	Psicologia da Saúde	Relato de Pesquisa
L42	2001	Psicologia da Saúde	Relato de Pesquisa
L472	2007	Psicologia do Esporte	Estudo Teórico
L474	1986	Psicologia Organizacional e do Trabalho	Estudo Teórico
L58	1990	Psicologia Educacional e Escolar	Relato de Pesquisa
L59	1993	Psicologia Educacional e Escolar	Relato de Experiência
L6	2000	Psicologia Comunitária	Estudo Teórico
L74	1985	Psicologia de um modo Geral	Relato de Pesquisa
L79	1988	Psicologia Educacional e Escolar	Relato de Pesquisa
L82	1998	Psicologia Comunitária	Estudo Teórico
L84	1997	Psicologia Educacional e Escolar	Estudo Teórico
L87	1995	Psicologia de um modo Geral	Estudo Teórico
M133	2002	Psicologia Organizacional e do Trabalho	Estudo Teórico
M154	1988	Psicologia Comunitária	Relato de Pesquisa
M19	2007	Psicologia Clínica	Estudo Teórico
M223	2005	Psicologia da Saúde	Relato de Pesquisa
M237	2001	Psicologia da Saúde	Estudo Teórico
M301	2004	Psicologia Clínica	Estudo Teórico
M345	2004	Psicologia Comunitária	Estudo Teórico
M373	1999	Psicologia da Saúde	Estudo Teórico

Tabela B1

Objetivos do psicólogo ao realizar práticas socialmente comprometidas (presentes em mais de 10 artigos)

Objetivos	Artigos	Excertos
Transformação social	J39	Explicitamente, Bock (1999b) defende a tese de que "o trabalho do psicólogo deve apontar para a transformação social, para a mudança das condições de vida da população brasileira" (p. 325).
Emancipação e autonomia das pessoas	J25	A perspectiva latina recusa a postura assistencialista em relação às comunidades e visa, a partir da consciência de classe, a construção de uma autonomia de grupo em relação ao modo produtivo vigente.
Justiça e igualdade	L31	Porém, confrontando posturas, poderá criar espaços de reflexão junto aos sujeitos da escola, visando criar condições mais justas de existência.
Melhoria nas condições de vida	D243	É feita uma reflexão a respeito de como as estratégias de prevenção e promoção da saúde propostas pelo PSF estariam voltadas não apenas para a atenção pontual, mas também para as condições de vida das populações, tendo em vista a amplitude do conceito de saúde admitido atualmente.
Saúde	L124	A interlocução com a Psicologia Social da Saúde ocorre no suporte para a construção de espaços mais democráticos de convivência, no trato à alteridade, propiciando conversas mais igualitárias, promovendo integração entre profissionais – usuários e, com isso, contribuindo para a eficácia do sistema de saúde idealizado pelo SUS – universal, equitativo, integral.

Tabela B2

Objetivos do psicólogo ao realizar práticas socialmente comprometidas (presentes em sete ou oito artigos)

Objetivos	Artigos	Excertos
Qualidade de vida	F37	Com base nos aspectos mais relevantes na atuação dos psicólogos a fim de atingir o bem-estar dos usuários, verificamos que os psicólogos têm enfatizado em sua atuação a promoção da saúde e a qualidade de vida.
Bem-estar e crescimento pessoal	M223	É relevante também, o conceito de ser um instrumento na melhoria da saúde facilitando a mudança, clarificando a dificuldade, oferecendo liberdade, favorecendo o conhecimento dos próprios recursos, buscando o crescimento pessoal.
Compromisso com a realidade social	D367	A atenção ao contexto do fazer humano foi uma forma de inserir no campo de visão da Psicologia aquilo que nos anos setenta era chamado de "realidade brasileira". [...] o contexto a que se deveria dar atenção era o contexto econômico, histórico e social onde viviam os brasileiros.
Luta contra opressão	J34	Em termos mais positivos, a opção reside entre aceitar, ou não, acompanhar as maiorias pobres e oprimidas em sua luta por constituir-se como povo novo em uma terra nova.
Mobilização e organização social	D22	[...] a atuação do psicólogo crítico e participante poderá favorecer a organização das comunidades criando infraestruturas para a defesa de seus direitos através de processos participativos, desenvolvendo a reflexão dos valores que promovam o bem-estar pessoal, relacional, coletivo, de crescimento pessoal e a mudança social (Prilleltensky & Nelson 2002).
Educação	L211	[...] optar por uma atuação que legitime uma visão ideológica ou uma perspectiva transformadora de mundo, o que implica, no contexto da escola, em contribuir para a definição e concretização de um dado projeto pedagógico.

Tabela B3

Objetivos do psicólogo ao realizar práticas socialmente comprometidas (presentes em até cinco artigos)

Objetivos	Artigos	Excertos
Valores	F348	[...] devemos buscar uma renovação da cultura, da base à cúpula, da pequena comunidade ao plano mundial. O que só é possível pelo conhecimento da mais elementar necessidade e da mais aguda consciência das exigências de solidariedade universal.
Causas populares	M154	Falar simplesmente que um trabalho está "voltado" ou engajado socialmente, não indica que ele esteja de fato, objetiva e subjetivamente, se colocando com e na comunidade, no sentido indicado por Freire (1976), de lutar pela libertação dos setores populares [...].
Questionamento à profissão	L20	Entre essas questões, destacam-se aquelas relativas à ampliação da definição de prática profissional, à relação desta com a promoção da cidadania, ao lugar da pessoa portadora na relação com o psicólogo e à consequente transformação do papel profissional.
Trabalho	M133	É de dignidade e de direito de "ser" humano que aqui se fala e a "comunidade psicológica", portadora de aportes científicos eficazes e de um entendimento diferenciado acerca do sofrimento humano, não pode furtar-se a contribuir e empreender ações no mistificado, e ao mesmo tempo endurecido, universo do trabalho.
Políticas públicas para o esporte	L472	A Psicologia tem mostrado que é possível colocar-se a serviço da sociedade, logo pode ser uma meta a ser perseguida também pela Psicologia do Esporte na perspectiva da construção de um mundo melhor, de condições de vida digna, de respeito aos direitos humanos e da construção de políticas públicas que possam oferecer o esporte como ferramenta a quem dele necessitar.